

MARIA JOSÉ SANTOS NETO

**A TOPONÍMIA DA CIDADE DA GUARDA E A  
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA PÚBLICA NO SÉCULO XX**

UNIVERSIDADE  
**AbERTA**   
LISBOA

2011

MARIA JOSÉ SANTOS NETO

**A TOPONÍMIA DA CIDADE DA GUARDA E A  
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA PÚBLICA NO SÉCULO XX**

Dissertação de **Mestrado em Estudos do Património**

Orientadora: Professora Doutora MARIA ISABEL JOÃO



2011

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Isabel João, pelo acompanhamento, apoio e incentivo manifestados, bem como a todos os Professores que leccionaram a componente curricular.

E porque o trabalho seria inexecutável sem a colaboração das instituições que contactei, agradeço: muito especialmente, à Câmara Municipal da Guarda, que me recebeu durante meses para realizar a pesquisa nas actas das sessões de Câmara e me facultou dois mapas da cidade elaborados no século XX; à Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço, onde consultei o arquivo da imprensa local e obras sobre história da cidade; ao Museu Municipal por me permitir a consulta do mapa de 1907, e me facultar a respectiva legenda; ao Arquivo Distrital da Guarda, onde consultei algumas obras antigas sobre a cidade; à Empresa LógicaTI Portugal S.A. pelo ortofotomapa da cidade da Guarda, de 2004.

Para além das instituições, a minha gratidão vai para todas as pessoas que colaboraram na realização do questionário.

Foi fundamental o apoio e a cooperação de colegas e amigos, a generosidade da família, em especial do Carlos Alberto, que compreenderam e colaboraram na realização deste meu projecto pessoal.

**A todos o meu bem-haja!**

**Aos meus pais**

## RESUMO

O presente trabalho, realizado no âmbito do Mestrado em *Estudos do Património*, da Universidade Aberta, incide sobre a toponímia da cidade da Guarda. Tendo como objectivo compreender de que modo as alterações de ordem política interferem na actualização e construção da *memória pública*, fez-se o levantamento dos topónimos existentes no início do século XX para, através das actas das sessões da Câmara Municipal, se identificarem, nas nomeações e renomeações das vias, os topónimos de continuidade e de ruptura com a conjuntura vigente.

Caracterizado o espaço do *centro histórico* no início do século XX, acompanhou-se a expansão da urbe até ao ano de 1980, identificaram-se os protagonistas e os ritos usados na criação da *memória pública*. Através da aplicação de um questionário procurou-se saber que uso quotidiano se faz dos topónimos actuais e que memória existe sobre esse património.

**PALAVRAS ASSOCIADAS:** Memória – Memória Pública – Toponímia

## ABSTRACT

This project, developed during the Masters Degree in *Estudos do Património*, in Universidade Aberta, focuses on the toponymy of the city of Guarda. Having the aim of understanding how political changes interfere in the updating and construction of *public memory*, a survey of the existing toponyms in the early twentieth century was made. Through the minutes of the City Hall meetings, it was possible to identify, in nominations and renames of the streets, the toponyms of continuity and rupture with the present situation.

Having characterized the space of the early 20<sup>th</sup> century, the expansion of the city was accompanied until the year 1980 and the protagonists and the rites used in the creation of *public memory* were identified. Through the application of a questionnaire we tried to understand the daily use of the current toponyms and the memory that exists in what concerns to that heritage.

**KEYWORDS:** Memory – Public Memory – Toponymy.

## ÍNDICE

<b>Índice de figuras</b> .....	II
<b>Índice de gráficos</b> .....	IV
<b>Índice de mapas</b> .....	IV
<b>Índice de quadros</b> .....	V
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1. O ESPAÇO E A EVOLUÇÃO URBANA</b> .....	13
1.1. Localização geográfica e condições naturais.....	14
1.2. Origem e funções da cidade.....	16
1.3. Morfologia espacial .....	23
1.3.1. O espaço intramuros .....	27
1.3.2. Os arrabaldes .....	31
1.4. A configuração urbana no século XX.....	34
<b>2. A EVOLUÇÃO DA TOPONÍMIA, PERMANÊNCIAS E RUPTURAS</b> .....	59
2.1. A toponímia urbana anterior à República.....	63
2.2. A toponímia do período republicano .....	85
2.3. A toponímia na Ditadura Militar e no Estado Novo.....	98
2.4. A toponímia do regime democrático .....	114
2.5. A apropriação popular e o uso quotidiano da toponímia.....	120
2.5.1. Questionário à população .....	120
2.5.2. Análise dos resultados do questionário .....	129
<b>3. PROTAGONISTAS E RITOS COMEMORATIVOS</b> .....	134
3.1. As comissões de toponímia .....	135
3.2. Ritos comemorativos .....	141
3.2.1. Actos memorativos .....	141
3.2.2. Placas toponímicas e comemorativas .....	144
3.2.3. Edifícios e estatuária.....	154
<b>4. Conclusão</b> .....	160
<b>5. Fontes e bibliografia</b> .....	173
<b>6. Anexos</b> .....	188

## Índice de figuras

### Capítulo 1.

- Figura 1 – O sítio da Guarda, representação da área urbana.....	17
- Figura 2 – Perfil Noroeste da cidade da Guarda, considerando a altitude .....	23
- Figura 3 – A cidade medieval, o espaço intramuros e os arrabaldes .....	24
- Figuras 4 e 5 – Troço da Rua do Asilo D. Maria Pia, 1913; Troço da Rua Dr. Francisco dos Prazeres, ao Campo dos Bois.....	35
- Figura 6 – Sé Catedral e Praça Luís de Camões, no início do século XX .....	36
- Figura 7 – Rua do Senhor do Bomfim, 1908 .....	37
- Figuras 8 e 9 – «Bairro da Caixa»; Placa de inauguração (1966).....	48
- Figuras 10 e 11 – Sé Catedral: fachada Norte; lado Sul .....	49
- Figura 12 – Escadaria que liga o Largo de São João à Rua Pedro Álvares Cabral .....	53

### Capítulo 2.

- Figura 1 – Evolução do número de vias nomeadas com topónimo, dentro e fora da muralha, entre 1900 e 1980.....	60
- Figura 2 - Evolução toponímica, considerando as categorias nomes comuns e nomes próprios, entre 1900 e 1980 .....	61
- Figura 3 - Novos topónimos, atribuídos entre 1900 e 1980.....	62
- Figuras 4, 5 e 6 – Rua de São Vicente, junto à Porta de El-Rei; Porta da Torre dos Ferreiros, arco interior; Porta da Estrela e Rua Rui de Pina.....	67
- Figura 7 – Mausoléu do Dr. Sobral, Cemitério da Guarda .....	70
- Figura 8 – Legenda do mapa da cidade da Guarda em 1907 .....	72
- Figuras 9 e 10 – Torre dos Ferreiros e Passo, letreiro do Largo Dr. Sobral - década de 1930; Passo da Rua do Encontro.....	77
- Figuras 11 e 12 – Fonte Mirafonso; Esplanada de Santo André.....	84
- Figuras 13 e 14 – Hotel de Turismo; Largo do Hotel de Turismo.....	101

**Capítulo 3.**

- Figuras 1 – Placa toponímica do Largo Dr. Amândio Paúl .....	142
- Figura 2 – Inscrições toponímicas da Praça de Luís de Camões e da Rua da Torre, início do século XX.....	145
- Figura 3 – Placa toponímica da Rua Lopo de Carvalho.....	145
- Figura 4 – Inscrição toponímica da Rua do Comércio.....	145
- Figura 5 – Placa toponímica da Rua Marquês Pombal .....	145
- Figura 6 – Placa toponímica da Rua de São Vicente .....	145
- Figura 7 – Placa toponímica da Rua de São Vicente de Paulo .....	146
- Figura 8 – Placa toponímica do Largo do Espírito Santo .....	146
- Figura 9 – Placa toponímica da Rua Dr. Bernardo Xavier Freire.....	146
- Figura 10 – Placa toponímica da Rua Francisco de Passos .....	146
- Figura 11 – Placa toponímica da Rua de D. Sancho I.....	146
- Figura 12 – Placa toponímica da Rua D. Miguel de Alarcão .....	146
- Figura 13 – Placa toponímica da Rua Francisco [António] Patrício.....	146
- Figura 14 – Placa toponímica da Rua Dr. Francisco dos Prazeres .....	146
- Figura 15 – Placa toponímica da Rua Dr. Santos Lucas .....	147
- Figura 16 – Placa toponímica da Rua D. José Alves Matoso .....	147
- Figura 17 – Placa toponímica da Rua Augusto Gil.....	147
- Figura 18 – Placa toponímica do Largo do Passo [Paço] do Biu.....	147
- Figura 19 – Placa toponímica da Rua António Sérgio.....	150
- Figura 20 – Placa toponímica da Rua José Afonso.....	150
- Figura 21 – Placa toponímica da Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos .....	150
- Figura 22 - Placa toponímica da Rua de Miguel de Unamuno .....	150
- Figuras 23 e 24 – Consultório do Dr. Lopo de Carvalho, no início do século XX; Lactário Dr. Proença e busto do Pe. Joaquim A. Álvares de Almeida (Nuno de Montemor).....	155
- Figuras 25 e 26 – Monumento ao Dr. Sousa Martins; Monumento ao Dr. Lopo de Carvalho.....	156
- Figura 27 – Regimento de Infantaria Nº 12, 1905 .....	157
- Figuras 28 e 29 – Monumento aos mortos da Grande Guerra; Obras de implantação da estátua de D. Sancho I.....	158

## Índice de gráficos

### Capítulo 2.

- Gráfico 1: Resultados considerando as variáveis idade e sexo.....	126
- Gráfico 2: Resultados considerando as variáveis sexo, idade, escolaridade....	126
- Gráfico 3: Resultados considerando as variáveis anos de residência, naturalidade, sexo.....	128

### Capítulo 3.

- Gráfico 1: Utilidade das placas com os nomes de ruas.....	151
- Gráfico 2: Âmbito geográfico a que devem pertencer as personalidades homenageadas .....	152
- Gráfico 3: Categorias a que devem pertencer as personalidades homenageadas .....	152

## Índice de mapas

### Capítulo 1.

- Mapa 1 – A Região da Guarda segundo a Carta Militar de Portugal, fl. 203 e limítrofes, Instituto Geográfico do Exército, 1998 [sem indicação de escala].....	14
- Mapa 2 – A Guarda segundo a Carta Militar de Portugal, fl. 203, Serviços Cartográficos do Exército, 1936 (reimpressão de 1942). Escala 1:25 000 .....	47
- Mapa 3 – A Guarda segundo a Carta Militar de Portugal, fl. 203, Serviço Cartográfico do Exército, 1970 (Edição 3). Escala 1:25 000.....	55
- Mapa 4 – Ortofotomapa da cidade da Guarda, 2004, Empresa LógicaTI Portugal S.A. Escala 1:10 000.....	58

### Capítulo 2.

- Mapa 1 – Localização de edificações e lugares públicos, 1925. Câmara Municipal da Guarda. Escala 1/5000 .....	95
- Mapa 2 – Toponímia oficial em 1925. Pormenor da planta da Guarda, 1925. Câmara Municipal da Guarda. Escala 1/5000.....	96

- Mapa 3 – Toponímia oficial em 1925. Pormenor da secção 7 da planta da Guarda, 1925. Câmara Municipal da Guarda. Escala 1/5000 .....	97
- Mapa 4 – Antepiano geral de urbanização da Guarda, 1949. Câmara Municipal da Guarda. [sem indicação de escala].....	113

## Índice de quadros

### Capítulo 1.

- Quadro 1 – Evolução do número de vias e espaços públicos de 1900 a 1980.....	39
--	----

### Capítulo 2.

- Quadro 1 – Percentagens relativas às categorias toponímicas, 1910.....	73
- Quadro 2 – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Comuns, 1910 .....	73
- Quadro 3 – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Próprios, 1910.....	79
- Quadro 4 – Percentagens relativas às categorias toponímicas, 1926.....	85
- Quadro 5 – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Comuns, 1926.....	86
- Quadro 6 – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Próprios, 1926.....	90
- Quadro 7 – Percentagens relativas às categorias toponímicas, 1974.....	99
- Quadro 8 – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Comuns, 1974.....	99
- Quadro 9 – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Próprios, 1974.....	105
- Quadro 10 – Percentagens relativas às categorias toponímicas, 1984.....	114
- Quadro 11 – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Comuns, 1980 .....	115
- Quadro 12 – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Próprios, 1980.....	117



**Panorâmica NE da cidade da Guarda, a partir da Torre de Menagem.**

### **Cantar de Amigo**

Subindo serra a serra, Portugal acima,  
Até perto da Estrela, aquela serra além,  
Toda branca de neve,  
Encontra-se uma Terra,  
Noutra serra também,  
Quase tão alta e fria como aquela,  
Terra que um dia um rei mandara edificar,  
E ali ficara então de sentinela,  
Sempre, sempre a guardar.

**Do seu castelo antigo, atento e sempre em guarda,  
Avista-se da Estrela aos montes de Castela!...  
E vê-se além Trancoso, Almeida e a Marofa!  
As penhas do Meimão, e as Fráguas, e o Jarmelo!  
E todo um vasto mar de aldeias sertanejas,  
Com Igrejas...  
E outras terras com castelo!...  
Além Pinhel, Belmonte e o Sabugal;  
Ao fundo, do outro lado, é Celorico;  
A leste, em frente, a raia, a linha de fronteira,  
E quase a descobrir-se ao longe, o Côa,  
O Zêzere e o Mondego,  
Rios que vão ao Tejo, ao Douro, ao mar...  
Águas novas da serra,  
Sangue vivo da terra,  
Coração de Portugal.**

E um Rei de tempos idos, muito antigo,  
D. Sancho, o Povoador e o Fundador  
De terras e castelos, foi ele quem a fundou,  
Aquele Terra.  
Abalou de longada um dia até lá cima,  
Ao cimo do seu reino, e demorou-se.

Eis porque a *Ribeirinha* disse então este cantar:

*Ay eu coitada como vivo  
En gran cuydado por meu amigo  
Que ey alongado! Muyto me tarda  
O meu amigo na Guarda...*

E porque não tardar na Guarda El-Rei, o seu amigo...  
Se ele andava talvez a edificá-la!...

E surge então no píncaro dum monte,  
Ali mesmo defronte ao reino de Leão  
Com torres e muralhas... Ela,  
A Feia, e Fria, e Forte,  
A sentinela, a Guarda no seu posto  
Sempre, sempre a guardar.

E aquela Terra assim, naquela serra,  
Foi crescendo depois,  
E teve heróis, poetas, sábios e cronistas,  
Homens da corte, nobre, magistrados,  
Gentes de armas que andaram nas conquistas,  
E eminentes doutores e prelados,  
Gentes estas de cuja fama e glória  
A história fala ainda!...

E ergueram-lhe no meio a Catedral,  
Jóia lavrada em pedra de granito...  
E a Torre de Menagem, templos, monumentos!  
E abriram-lhe avenidas, parques e jardins...  
E aquela Terra feia, agora já o não é,  
Mas sim fidalga e nobre, hospitaleira e boa.

---

Cantar de Amigo,  
Voz do Amor!...  
Lamento do primeiro trovador!  
Talvez que a *Ribeirinha* fosse aquele primeiro acorde,  
Aquele primeiro ensaio em língua nossa,  
E fosse El-Rei o autor!  
Talvez que fosse ali naquela Terra,  
Nos penhores da Serra,  
Que em Português,  
Pela primeira vez  
Cantara Alguém o amor!

E desde então, quantos letrados e cronistas,  
E quantos trovadores!  
Ninho de Águias, aquela Terra Fria  
Da *Balada da Neve e Luar de Janeiro*  
A derramar profunda claridade...  
Solar de Augusto Gil e Rui de Pina  
E Montemor...  
Do *Amor de Deus e da Terra*...  
A Guarda é terra amiga,  
Pois desde cedo canta,  
Assim que se levanta,  
O seu primeiro canto,  
O seu cantar de Amor.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> António Monteiro da Fonseca - *Cantar de Amigo*. (VIII Congresso Beirão). Figueira da Foz: [Tipografia Nogueira], 1948, pp. 3-5, cit. por José Manuel Trigo Mota da Romana – *Antologia de escritores da Guarda (séculos XII a XX)*. Guarda: Câmara Municipal, 2003. pp. 192-195.

## INTRODUÇÃO

A Guarda é uma cidade há mais de 800 anos. Fundada por D. Sancho I, no final do século XII, foi um importante bastião de defesa do reino português. A urbe cresceu cingida por uma robusta muralha, onde se abriram as portas de ligação ao exterior. Quando a função defensiva decaiu, durante o século XIX, os muros romperam-se para se unir o centro histórico ao arrabalde, que se havia desenvolvido à sua sombra. Este arrabalde era descontínuo e encontrava-se particularmente desenvolvido no lado oriental, para onde a cidade tendia a crescer, o que veio a consolidar-se durante a centúria seguinte. A partir de então, delineou-se uma nova geografia do espaço urbano, condicionada pela morfologia do sítio onde foi implantada a cidade, alcandorado e de difícil acesso. O homem modelou-o tendo em conta as características naturais e tornou-o habitável. Se a expansão urbana foi mais significativa para oriente, não deixou de fazer-se para Sul, onde foi implantado o Sanatório, e para ocidente, acompanhando as vias de acesso à região do Mondego. Durante décadas, o centro cívico e económico continuou no interior do centro histórico, mas progressivamente foi-se deslocando para o exterior, onde já se localizava o Paço do Bispo e o Seminário, assim como a praça/mercado, que tinha saído do largo principal adjacente à Sé Catedral. O comércio e os serviços alastraram pelas novas vias. Acompanhando o crescimento urbano, as novas vias foram nomeadas e outras, mais antigas, também receberam novas designações.

Ao pretendermos desenvolver uma dissertação de mestrado no âmbito de Estudos do Património, seleccionámos como objecto de estudo a toponímia do espaço urbano, balizado pelos anos de 1900 e de 1980. O objectivo principal do estudo visa aprofundar os conhecimentos sobre a cidade, onde resido e trabalho, e divulgar, sempre que possível, a história local na prática lectiva. Deste modo, pretendo estimular a curiosidade dos alunos e fomentar a sua auto-estima enquanto guardenses. Para além deste, se possível, contribuir para o avanço do conhecimento científico nesta temática.

O trabalho incide na inventariação dos topónimos oficiais no período delimitado, mas focaliza-se nos momentos de viragem política da história nacional: da Monarquia

Constitucional para a República, desta para a Ditadura Militar, a ascensão do Estado Novo, a Revolução de 25 de Abril de 1974 e o início da Democracia.

Por isso, o início da pesquisa foi estabelecido no ano de 1900, ou seja, dez anos antes da queda da monarquia. O termo foi estabelecido no ano de 1980, seis anos decorridos sobre a implantação do regime democrático, mas o início de uma década na qual se verifica uma grande alteração na fisionomia do espaço urbano, pois a década de oitenta assinala o início de um crescimento desmesurado de bairros em terrenos onde anteriormente era praticada a agricultura e a pecuária. Os bairros foram ocupando, por vezes desordenadamente, as quintas situadas nos arredores e acabaram por desconfigurar a imagem que a cidade apresentava no início da década. Entretanto, o próprio centro cívico se foi deslocando até se afirmar uma nova centralidade, onde se concentra um grande número de instituições públicas e privadas.

Em todos os regimes políticos o acto de nomear as vias públicas foi uma prerrogativa da Câmara Municipal, levada a termo por proposta dos seus membros ou por intermédio de uma Comissão de Toponímia nomeada para o efeito. Assim, escolhemos para título do estudo: *A toponímia da cidade da Guarda e a construção da Memória Pública*. Para a sua concretização vamos debruçar-nos sobre a história local recente, influenciada e/ou determinada pelas diferentes conjunturas ideológicas, veiculadas sobretudo pelo discurso do poder central.

Estabelecido o tema, balizada a cronologia, o espaço impôs-se por si mesmo, tendo por limites as vias nomeadas oficialmente até 1980.

Iniciou-se a investigação recorrendo aos organismos públicos onde era previsível encontrar arquivos documentais: na Câmara Municipal e respectivas Juntas de Freguesia, no Arquivo Distrital, no Museu Municipal e na Biblioteca Municipal. Na Câmara Municipal foram-nos fornecidas duas plantas da cidade, uma de 1925 e outra de 1949, e tivemos acesso aos livros de actas do município, que consultámos para todo o período em estudo, excepto para um lapso de tempo entre 1904 e 1908, por se encontrarem desaparecidos. Com base nos dados recolhidos elaborámos os quadros e gráficos que constam do corpo do texto e os Anexos A, B e C. No Museu pudemos consultar a planta da Guarda e das quintas dos arredores, datada de 1889, e o mapa da cidade de 1907, do qual nos foi fornecida uma fotografia da legenda toponímica das vias assinaladas. Na Biblioteca Municipal foi possível consultar alguns exemplares da imprensa local, do final do século XIX e do século XX. No Arquivo Municipal, não

tendo localizado documentação passível de interesse ao tema, apenas efectuámos a consulta de algumas publicações mais antigas e raras, especialmente os primeiros números da *Revista Altitude*, boletim mensal da Federação de Municípios da Beira-Serra.

A dificuldade de acesso a documentação sobre a evolução urbana foi a principal dificuldade que defrontámos e que tivemos de ultrapassar recorrendo aos estudos publicados sobre a matéria.

A comemoração do 8º centenário da cidade, em 1999, foi motivo para a publicação de vários estudos sobre a cidade e, desde então, um grupo de investigadores, com formação diversificada, tem contribuído para aprofundar o conhecimento sobre a história local. Sob patrocínio da Câmara Municipal da Guarda, e da Santa Casa da Misericórdia, alguns estudos sobre a cidade e as suas gentes têm vindo a público. A política de investimento na cultura acentuou-se nas últimas décadas, com reflexos na publicação de periódicos e na edição de brochuras e livros, de autor ou de equipas multidisciplinares.

O estudo mais antigo que localizámos sobre a cidade foi publicado no início do século XX, em 1902, da autoria de José Osório da Gama e Castro<sup>2</sup>, *A diocese e distrito da Guarda*, contendo em subtítulo «série de apontamentos históricos e tradicionais sobre as antiguidades, algumas observações respeitantes à actualidade, e notas referentes à catedral egitaniense e respectivos prelados».

A obra seguinte foi elaborada por Carlos de Oliveira<sup>3</sup>, *Apontamentos para a monografia da Guarda*, publicado pela Câmara Municipal, em 1940, uma edição póstuma, produzida a partir do trabalho de investigação que o autor realizava desde longa data. Versa sobre as origens e evolução histórica da cidade, sobre egitanienses (isto é, guardenses) ilustres e sobre o bispado egitaniense, tal como o havia feito Gama e Castro.

O passado mais remoto da urbe, baliza temporal que vai de 1200 a 1500, encontra-se estudado na dissertação de mestrado de Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval*,

---

<sup>2</sup> José Osório da Gama e Castro era juiz de direito de primeira instância, e foi Governador Civil do distrito da Guarda nos anos de 1897 a 1900. Foi um dos impulsionadores do restauro da Sé por Rosendo Carvalheira e benemérito da Misericórdia da Guarda, à qual ofereceu o produto da venda da sua obra para edificação de um hospital.

<sup>3</sup> Carlos Augusto de Oliveira nasceu na Guarda em 9/11/1855, e faleceu em Espinho em 14/12/1938. Esteve ligado ao meio jornalístico e exerceu funções diversas no governo civil de várias cidades da região norte, até se estabelecer, finalmente, na vila de Espinho, onde exerceu as funções de Chefe da 1ª Repartição do Governo Civil.

*1200-1500*, monografia de História urbana medieval, publicada pela Livraria Sá da Costa, com o patrocínio da Câmara Municipal da Guarda, em 1987. Incidindo sobre vários temas, interessam-nos particularmente a evolução demográfica e urbana, bem como as referências toponímicas do espaço amuralhado e do arrabalde.

Dois monografias, uma editada em 1995 e outra reeditada em 2000<sup>4</sup>, respectivamente de José Fernandes Pereira e de Adriano Vasco Rodrigues, analisam diversos aspectos da história da cidade, o seu crescimento urbano, os equipamentos edificados, os protagonistas religiosos e políticos que se destacaram na sociedade cidadina, uns naturais da Guarda e outros destacados em comissões de serviço, que por ela passaram e aí deixaram obra.

A primeira metade do século XX foi analisada por uma equipa de investigadores, coordenada por Jaime Ferreira, que trataram temas relevantes para a compreensão do passado recente, dos quais se destacam «O “aformoseamento” – gentes, normas e obras, de 1900 a 1939» e a continuação do tema em «Do perpianho ao betão – deambulações entre 1940 e 1959», incluídos na obra colectiva *A Guarda formosa na primeira metade do século XX*, editada na comemoração dos oitocentos anos da fundação da cidade.

Mais recentes, as séries «Gentes da Guarda» e «O fio da memória», editadas pela Câmara Municipal, traduzem o objectivo de dar a conhecer as figuras públicas que se destacaram no sentido cultural e humanitário, assim como factos, acontecimentos e vivências que a memória pública evoca, e deve preservar para o futuro. A revista cultural *Praça Velha*, publicada semestralmente desde 1997, divulga trabalhos de pesquisa sobre temas diversos atinentes ao território citadino ou do concelho. O mesmo propósito de contribuir para o conhecimento e promoção do território regional presidem à publicação da revista *Altitude*, subvencionada pela Assembleia Distrital da Guarda.

Nas obras *A Guarda em postal ilustrado de 1901 a 1907*, trabalho colectivo coordenado por António Saraiva, e *A Guarda vista do céu*, coordenada por Filipe Jorge, respectivamente, de 2008 e de 2009, são apresentadas imagens e fotogramas aéreos que ajudam a compreender a evolução urbana e a organização do espaço citadino actual.

A toponímia da cidade foi elaborada por Virgílio Afonso. Em 1984, com edição da Câmara Municipal, viu o trabalho publicado sob o título *Toponímia histórica da Guarda*. O autor apresenta o nome de algumas ruas, ordenadas alfabeticamente, e uma

---

<sup>4</sup> Esta edição, patrocinada pela Santa Casa da Misericórdia da Guarda, reformula a «Monografia Artística da Guarda», que teve edições nos anos de 1957, 1976 e 1983, e havia sido publicada pela Câmara Municipal da Guarda.

descrição/justificação da importância da figura ou do acontecimento que é comemorado, numa abordagem literária e histórica que, segundo o próprio autor, carece de profundidade na investigação<sup>5</sup>.

Outras obras foram escritas por Jesué Pinharanda Gomes, sobre vultos da religião e da sociedade civil, que ajudam a superar lacunas no estudo da história da cidade, ou apontam caminhos para outras pesquisas.

Foi nestes estudos que ancorámos o nosso trabalho, muitas vezes citados no texto e em nota de rodapé, colmatando insuficiências criadas pelas dificuldades em aceder a outras fontes. De facto, constatámos que em algumas instituições os arquivos não estão catalogados de modo a poderem ser consultados. Foi o que aconteceu na Câmara Municipal, onde existe um grande acervo sobre a história local recente, e na Câmara Eclesiástica, onde procurámos informações sobre as capelas de São Pedro / Santo António e do Bomfim<sup>6</sup>. A informação que obtivemos sobre um eventual arquivo da Paróquia da Sé redundou na mesma constatação. De facto, a documentação, se existe, não se encontra acessível.

Para melhor compreendermos as mudanças operadas no final da Monarquia Constitucional, decidimos alargar a pesquisa aos anos finais do século XIX, a fim de identificarmos os topónimos mais antigos, alguns a remontar à Idade Média. Através da imprensa local, incidindo particularmente sobre o anúncio publicitário, e com base nas obras de referência sobre esse período, diligenciámos para recuperar a toponímia mais antiga (cingida quase exclusivamente ao espaço intramuros), e as alterações de nomenclatura ao longo do tempo.

Para este fim, recorremos ao jornal *Distrito da Guarda*, órgão do Centro Progressista, por ter sido publicado ininterruptamente entre 1878 e 1938<sup>7</sup>, ao jornal *O Combate*, de ideologia republicana, publicado entre 1904 e 1931 e, pontualmente, aos jornais *Comércio da Guarda*, *A Guarda*, e *Comércio da Beira*.

---

<sup>5</sup> «Qualquer imprecisão, omissão ou menos desenvolvimento de temas apresentados, podem justificar-se porque o presente estudo se circunscreve a uma abordagem orientada sem grande profundidade na investigação e na análise histórica, constituindo apenas simples «Nótulas de Toponímia» com um pequeno escorço histórico», Virgílio Afonso – *Toponímia histórica da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 1984, na página de abertura (p. 8).

<sup>6</sup> Usaremos esta grafia para Bomfim durante todo o período temporal, tal como era escrita no início do século XX, pois não identificámos o significado do vocábulo nem justificação para a alteração para Bonfim. O nome da Igreja parece evocar o Senhor do Bom Fim, ou da Boa Morte.

<sup>7</sup> Todavia, só se encontravam acessíveis a consulta os jornais posteriores a 1884.

A partir da leitura da documentação foi elaborado um registo, sob a forma de grelha, do qual consta a data da acta da sessão de Câmara onde as nomeações toponímicas foram exaradas, e o texto que fundamenta, em alguns casos, as novas nomeações ou renomeações das vias. Este registo é apresentado no Anexo A.

A partir da informação coligida a partir das actas das sessões de Câmara, para tornar mais clara a leitura dos dados, foram elaborados todos os quadros e gráficos que sintetizam a informação e documentam a exposição. Também com base nesses elementos foram trabalhados os dois mapas da cidade, datados de 1925 e de 1949, onde foram localizados alguns edifícios e os topónimos que nomeavam, à época, as vias públicas.

Depois de recolhidos todos os dados sobre as designações toponímicas relativas ao período considerado, essas denominações foram tratadas de acordo com uma tipologia que criámos para o efeito. Adaptando à realidade local a tipologia sugestionada por João Medina<sup>8</sup>, considerámos duas categorias gerais: *nomes comuns* e *nomes próprios*, cada uma com sub-categorias.

Sob a designação de *nomes comuns*, nomes correntes considerados no singular e no plural, considerámos sete sub-categorias: acontecimentos e símbolos - factos e dados concretos ou simbólicos; edifícios e construções - existentes ou já desaparecidos; elementos da Natureza - animais, vegetais, astros, particularismos naturais; ideologia e valores - ideologia política, valores éticos e morais; locais geográficos e localizações – localidades e sítios; estratos, condições sociais e títulos – grupos ou classes sociais, condições sociais e designações honoríficas ou outras; profissões e actividades socioeconómicas - ocupações sócio-profissionais.

Sob a designação de *nomes próprios*, ou antropónimos, no singular ou no plural, considerámos seis sub-categorias: figuras das artes, literatura e jornalismo – actores, músicos, escritores, jornalistas e artistas plásticos; figuras das ciências e da educação – cientistas, eruditos, médicos, professores e pedagogos; governantes e figuras do poder político - representantes do poder central e representantes do poder local, contemporâneos ou não; figuras heróicas – exploradores, conquistadores, navegadores, militares, pioneiros, que colocaram a própria vida em risco para concretização de um empreendimento; figuras populares e beneméritos: bombeiros, agentes da cultura local,

---

<sup>8</sup> João Medina - «A toponímia – local de memória» in Álvaro Matos; Raul Rasga (coord.) - *Primeiras jornadas de história local e regional* (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). 2ª Edição. Lisboa: Edições Colibri, 2004. pp. 35-43.

benfeitores, agentes das actividades sócio-caritativas; figuras religiosas e dignidades eclesiásticas – confrarias, congregações, santos, dignitários da Igreja, símbolos religiosos.

Esta classificação não foi fácil de estabelecer, mas procurámos que contivesse inteligibilidade e coerência, e que pudesse abranger todos os topónimos que haviam sido nomeados. Os casos que nos suscitaram algumas reservas quanto à classificação encontram-se assinalados no decurso do texto do capítulo 2. A apresentação das listagens, no desenvolvimento desse capítulo, permite distinguir os topónimos do interior da muralha, que foram assinalados a **negrito**, dos topónimos do exterior, assim como as novas atribuições, que se encontram, nas mesmas listas, antecedidas pelo sinal >. Deste modo, visamos «captar tendências ou mitos com um mínimo de intencionalidade, singularidade e conteúdo diferenciado»<sup>9</sup> que resultam da construção da *Memória Pública* pelo poder municipal.

No domínio da cartografia, obtivemos cópias de quatro mapas da cidade através do Instituto Geográfico do Exército, das quais utilizámos as de 1936 (na reimpressão de 1942), de 1970 e de 1998, onde se pode constatar a expansão da área urbana. No início do trabalho esperávamos ter acesso aos mapas de urbanização dos novos bairros, mas não se encontravam acessíveis na Câmara Municipal. Nas obras consultadas encontrámos outros mapas, todavia, a quase todos faltava a data da realização e a fonte de onde haviam sido retirados. Por isso, optámos por não os utilizar.

A inexistência de um arquivo fotográfico na cidade aberto à consulta pública condicionou o recurso a documentação iconográfica que ilustrasse as etapas do crescimento do espaço urbano. Foram utilizadas algumas fotografias antigas, mas já editadas. Somente as fotografias actuais são da nossa autoria.

Por termos constatado que os nomes oficiais nem sempre eram os empregues nos documentos consultados, e que eram mencionadas as designações anteriores com alguma frequência, preparámos um questionário com o objectivo de saber: se os nomes oficiais das vias são conhecidos pela população; que conhecimento existe sobre as figuras homenageadas nas nomeações toponímicas; que informação subsiste sobre as designações anteriores de algumas vias do núcleo urbano mais antigo. O questionário foi aplicado a uma amostragem de cinquenta indivíduos, como se descreve no capítulo 2. Para facilitar a análise das respostas foram elaboradas grelhas de registo de acordo

---

<sup>9</sup> João Medina, op. cit., p. 37.

com as variáveis a ter em conta, a idade, o sexo, a escolaridade e os anos de residência na Guarda, e quadros e gráficos com o tratamento estatístico.

Concretizadas as etapas anteriores, passámos à redacção do nosso trabalho.

Na concepção e na estruturação da análise efectuada são conceitos operativos memória individual, memória colectiva, memória pública, toponímia, os quais procurámos entender no quadro das Ciências Sociais.

A memória, enquanto capacidade que permite o armazenamento e a recuperação da informação de que dispomos do passado, é um conceito essencial, fornece as bases para o reconhecimento mútuo dos indivíduos e para a identificação colectiva. Cada indivíduo participa, em simultâneo, de diversos campos mnésicos, nomeadamente os da memória individual e da memória colectiva, os quais se interligam e interactuam reciprocamente. Por isso, a memória individual tem uma dimensão social, «un homme, pour évoquer sont propre passé, a souvent besoin de faire appel aux souvenir des autres»<sup>10</sup>, que se desenvolve num quadro de relações com os outros, principalmente, a família, os grupos regionais e os grupos nacionais. A transmissão social de memórias sobre o passado é que permite enquadrar muitas das lembranças pessoais.

Mas a capacidade do psiquismo que permite conservar os conteúdos das vivências para além do «agora e aqui» em que foram vividas, também contempla a possibilidade de actualizá-los em momentos posteriores<sup>11</sup>. Não tendo uma função meramente retrospectiva, o «presente histórico é um permanente ponto de encontro da recordação e da esperança»<sup>12</sup>, o que significa que a

memória colectiva engloba um conjunto de referências, valores e saberes, do foro intelectual ou prático, que um grupo social possui em comum e de representações que partilha sobre si e a sua trajectória. A memória reporta-se às heranças culturais e ao passado, mas este é representado em função dos interesses e valores do presente e das aspirações em relação ao futuro<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Maurice Halbwachs cit. por Fernando Catroga – *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001. p. 16.

<sup>11</sup> Lersch cit. por J. M. Aragó Mitjans - «Memória» in Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Verbo, [s.d.]. vol. 13, p. 280.

<sup>12</sup> Fernando Catroga, op. cit., p. 18.

<sup>13</sup> Maria Isabel João - *Memória, história e educação*. Braga: Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, 2005. p. 84.

Neste sentido, a memória colectiva, definida por Pierre Nora como «o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que estes grupos fazem do passado»<sup>14</sup>, pode opor-se à memória histórica, enquanto memória unitária e fruto de uma tradição sábia e «científica» resultante da memória colectiva do grupo dos historiadores.

Toda a memória é selectiva, a lembrança e o esquecimento revelam mecanismos de manipulação da memória, porquanto

n'est pas une faculté plus au moins fidèle, mais une activité complexe qui selon les enjeux et les conflits personnels et sociaux, conserve, transmet, oublie, abandonne, éjecte, détruit, censure, enjolive ou encore sublime le passé<sup>15</sup>.

Todavia, ao invés da memória individual, que pode ser espontânea, as memórias colectivas resultam de um esforço consciente e intencional para serem construídas e mantidas pelas sociedades<sup>16</sup>. Entre os criadores e os dominadores destas memórias encontram-se «Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiência histórica ou de divulgação dispostos a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória»<sup>17</sup>. Por isso, a memória colectiva, partilhada e recordada em conjunto pelos grupos humanos, é variável e depende, fortemente, de factores políticos e ideológicos<sup>18</sup>, e é, também, normativa, «visto que a memória do grupo é um exemplo, uma lição que comporta regras sobre as acções humanas»<sup>19</sup>. A memória pública é entendida neste estudo como o conjunto de registos simbólicos que a sociedade e o poder instituído inscrevem no espaço urbano com o objectivo de manter viva a história comum, e de afirmar uma identidade colectiva.

Sendo uma prerrogativa da Câmara Municipal a nomeação das vias públicas, o exercício deste poder fez com que fossem comemorados determinados acontecimentos e homenageadas figuras, históricas ou contemporâneas, em função dos interesses do momento presente, e esquecidos outros que já não importava manter actuais. Por vezes, o esquecimento é a única forma de garantir a paz social e o exercício da democracia, de

<sup>14</sup> Pierre Nora - «Memória Colectiva» in *A Nova História*. Coimbra: Livraria Almedina, 1990. p. 451.

<sup>15</sup> Crettaz cit. por Joël Candau - *Anthropologie de la Mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. p. 88.

<sup>16</sup> Maria Isabel João, op. cit., p. 85.

<sup>17</sup> Pierre Nora cit. por Jacques Le Goff - *História e memória*. Lisboa: Edições 70, 2000. Vol. II - Memória. p. 55.

<sup>18</sup> «Apoderar-se da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas», Jacques Le Goff, op. cit., p. 12.

<sup>19</sup> Gérard Namer cit. por Maria Isabel João, op. cit., p. 86.

criar uma imagem positiva sobre a própria colectividade, uma amnistia social dos crimes cometidos por certos regimes políticos ou organizações<sup>20</sup>. Para Joël Candau, os grupos partilham mais esquecimentos do que lembranças.

A lembrança e o esquecimento, dependendo de factores sócio-culturais e políticos, variam no curso temporal. A comemoração fez parte dos programas pós-revolucionários, para legitimar os vencedores, pois a lembrança colectiva de certos acontecimentos só é mantida se estes forem objecto de ritos de evocação, ou de formas diversas de transmissão social e de uso pelos cidadãos. O uso social dessas memórias é indispensável para que se mantenham vivas, por isso a comemoração foi igualmente adoptada pelos regimes mais conservadores.

Tratando-se de um estudo de caso, a evolução da toponímia da cidade da Guarda no decurso do século XX, importa reflectir sobre os conceitos de toponímia e de topónimo, que se lhe associam. As memórias da urbe ficaram registadas também na sua toponímia. Esta área apresenta-se um campo valioso de estudo para apreender o modo de vida da comunidade, a sua cultura, as suas aspirações e esperanças.

O vocábulo «toponímia» tem uma existência relativamente recente, foi registado pela primeira vez em 1899, tendo como significado o estudo dos nomes próprios dos lugares, mas também o de lista, ou de relação de topónimos. A palavra «topónimo» data do século XX, e pode ser denotada com nome geográfico próprio de região, cidade, vila, povoação, lugar, rio, logradouro público, etc.<sup>21</sup>. Nestas acepções empregaremos ambos os vocábulos, o primeiro como estudo e como relação de topónimos, o segundo como denominação dos logradouros públicos, e de todas as artérias do espaço urbano.

O estudo da toponímia cidadina, perspectivado numa visão histórica que organiza o passado e o espaço, poderá ajudar a esclarecer as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, a evolução da língua, a cultura dominante, aspectos da identidade local e as correlações com o todo nacional, apreender a

espécie de oxigénio cultural involuntariamente “respirado” por quantos vivem e se movem ao longo de anos ou de uma vida inteira no dédalo citadino quotidiano. Estando

---

<sup>20</sup> Maria Isabel João, op. cit., p. 88.

<sup>21</sup> António Houaiss; Mauro Salles Villar – *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. tomo VI, p. 3541. vol I a VI. Definição idêntica foi produzida por José Pedro Machado – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Publicações Alfa, 1991. vol. VI, p. 355: **Topónimo**, o vocábulo etimologicamente composto por *topos* e *onyma*, que significam no grego *lugar* e *nome*, respectivamente. É o nome de um lugar, sítio, povoação, rua, etc. **Toponímia** denomina o estudo dos nomes geográficos; o conjunto, ou sistema de topónimos; designação dos lugares pelos seus nomes.

em todo o lado e sendo contactada e assimilada [...], forma(ndo) deste modo um horizonte cultural e mental que, nem por ser quase involuntário, é menos determinante na formação do universo imaginário de cada um de nós.<sup>22</sup>

Assim, o estudo toponímico permite compreender de que forma os poderes públicos e as sociedades vão construindo, através dos nomes das ruas, um quadro de referência simbólico que se liga à história da cidade e do país.

Não sendo o objectivo principal a caracterização do espaço e a sua evolução urbana, a compreensão da memória toponímica exige essa relação com a edificação do espaço público e privado modelado pela acção humana, pois sem a vontade edificadora e memorial das pessoas não haveria espaço urbano. No primeiro capítulo, «O espaço e a evolução urbana», apresentamos as características do sítio onde a urbe foi implantada e que garantiram a sua sobrevivência, suportaram as funções desempenhadas e a sua relação com a região envolvente, as prerrogativas que lhe foram atribuídas que deixaram traços na fisionomia do espaço amuralhado e do arrabalde, bem como na população que nele se fixou ou por aí passou no cumprimento estrito de funções. Sucintamente, tentamos apreender a expansão urbana do século XX, os ritmos e os elementos materiais dessa expansão, enquanto respostas ao pulsar da vida humana e às suas necessidades.

No segundo capítulo, «A evolução da toponímia, permanências e rupturas», fazemos a análise diacrónica da evolução da toponímia, tendo por marcos temporais os momentos de viragem da política nacional, nomeadamente a queda da Monarquia e a implantação da República, a ascensão da Ditadura Militar em 1926, a consolidação do Estado Novo, a implantação da democracia após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Importa averiguar se as elites locais, no desempenho de funções políticas e administrativas, estiveram em consonância com a ideologia veiculada pelo poder político central ou se valorizaram a história local nos topónimos que atribuíram às ruas da cidade. Procuramos, ainda, identificar os elos de continuidade e de ruptura com a conjuntura anterior. Como já se referiu, inserimos neste capítulo o questionário à população, enquadrado pelo sub-capítulo «A apropriação popular e o uso da toponímia».

---

<sup>22</sup> João Medina, op. cit., p. 35.

No terceiro, e último, capítulo, «Protagonistas e ritos comemorativos», analisamos os protagonistas das nomeações toponímicas, os ritos comemorativos para criação ou consolidação da memória, sobretudo nos vestígios materializados no espaço urbano. Damos destaque às placas com as inscrições toponímicas, que se encontram dispersas pelas vias com modelos diversos: nos materiais, nas formas, nas inscrições e no conteúdo informativo.

No final do trabalho, sob a designação de *Anexos*, inserimos dados diversos sobre os assuntos tratados que poderão clarificar alguns aspectos e colmatar insuficiências na abordagem efectuada. Sobre a inclusão desses dados será oportunamente feita uma referência nos capítulos correspondentes, em texto ou em nota de rodapé.

O Anexo A, como referimos, contém as propostas de atribuição de topónimos, conforme as actas da Câmara Municipal. No Anexo B apresentamos uma lista com a evolução dos topónimos, centrada nos momentos de ruptura desde 1900 até 1980, construção que nos suscitou algumas dúvidas e reservas, sobretudo por haver topónimos que deixaram de ser mencionados e pelo facto de nem sempre serem claras as atribuições. A análise da evolução da toponímia, desde 1900 até 1980, consta do Anexo C. Inscrevemos no Anexo D algumas notas biográficas referentes às individualidades cujo epónimo foi usado para designação das vias públicas, figuras que podem estar ligadas directamente à cidade, por nascimento, pela residência ou por funções aí desempenhadas, ou figuras que, não tendo essas ligações, foram homenageadas por outros motivos. Procuramos identificar os intuitos das nomeações, e homenagens, sempre tendo em vista a relevância do contributo individual para o prestígio ou para o desenvolvimento da cidade, ou motivos de outra ordem, como os que presidem ao domínio da hagiologia. No Anexo E incluímos os instrumentos que construímos para aplicar o questionário e para fazer a análise das respostas. Do Anexo F constam as duas plantas da cidade, fornecidas pela Câmara Municipal, sobre as quais apusemos a nossa leitura da toponímia existente à época. Finalmente, no Anexo G, apresentamos registos fotográficos actuais, da estatuária pública, de placas memorativas, e do espaço urbano, para colmatar eventuais dificuldades de contextualização e, outros, para justificação de algumas afirmações decorrentes da leitura da imprensa local.

## 1. O ESPAÇO E A EVOLUÇÃO URBANA

A fundação da cidade da Guarda, no tempo de D. Sancho I, denominado tradicionalmente de *Povoador*, responde a uma necessidade de estratégia militar que visa assegurar a região contra as investidas de Castela e fazer recuar os mouros para Sul. Como forma de atrair povoadores, a cidade tornou-se cabeça de uma vasta diocese que ainda preserva, embora mais circunscrita espacialmente.

Esta posição geográfica de *Beira*, que no século seguinte constituirá a fronteira do território português, sancionada pelo Tratado de Alcanises (1297), protegida por atalhas, como a da Guarda, dá origem ao etnónimo *guardenses*, que durante séculos andou confundido com o de *egitanienses*.

A função militar foi muito importante até ao século XIX, dado que a terceira invasão francesa ainda deixou marcas na cidade e na região. Todavia, no decurso da história, outras funções foram sendo outorgadas, inseridas numa política de centralização régia.

Neste capítulo, de forma sintética, abordamos a origem e as funções atribuídas à cidade, e a sua decadência quando essas funções perdem importância e entram em declínio.

O poder político local, coadjuvado por uma elite social constituída, sobretudo, por elementos da burguesia e por oficiais do exército, procuram travar essa tendência durante mais algumas décadas, mas a marcha irreversível para a desertificação, notória sobretudo no concelho, é uma realidade que apresenta indícios claros no termo do período em análise, o ano de 1980.

Abordamos, ainda, e de modo abreviado, a configuração do espaço urbano no século XX, a sua expansão para lugares mais distantes do centro histórico, onde surgem os novos bairros habitacionais<sup>23</sup>. Progressivamente, as instituições públicas foram-se deslocalizando, deram origem a uma nova centralidade administrativa, esvaziando os edifícios do centro histórico que, durante anos, ficou moribundo, a aguardar os

---

<sup>23</sup> Pois a cidade, tal como a realidade histórica, nunca é independente das etapas por que passou na sua evolução: é uma actualização dessas etapas e a sua projecção em direcção ao futuro, como refere Fernando Chueca Goitia – *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982. p. 25.

programas de requalificação dos centros históricos, participados, largamente, por fundos da Comunidade Europeia.

### 1.1. Localização geográfica e condições naturais



**Mapa 1** – A Região da Guarda segundo a Carta Militar de Portugal, fl. 203 e limítrofes, Instituto Geográfico do Exército, 1998 [sem indicação de escala].

A cidade da Guarda situa-se na vertente oriental da Serra da Estrela e atinge, no ponto mais alto, a altitude de 1056 metros. A posição geográfica, que estabelece o ponto de contacto entre o sistema montanhoso da Estrela e o planalto que se prolonga pela Meseta Ibérica, e a confluência com as três maiores bacias hidrográficas portuguesas – Mondego, Douro e Tejo -, através de afluentes, confere-lhe uma singularidade que

trespassa toda a sua história. Esta posição, aliada ao quadro humano, condicionou o papel e funcionalidades da urbe, bem como a sua expansão e morfologia<sup>24</sup>.

Todo o sub-solo em que assenta a cidade é de constituição granítica, com bolsas de saibro e filões orientados no sentido nascente-poente, e essa constituição permite a captação de água com abundância<sup>25</sup>, pelo menos enquanto a cidade não tiver de se expandir devido à pressão demográfica e aos interesses comerciais. Muitas das casas situadas dentro da muralha possuíam um poço, enquanto outros localizados em lugares públicos permitiam abastecer a restante população. No início do século XX ainda existiam poços na Praça Luís de Camões, no Largo Serpa Pinto e no Campo da Boa Vista. Nesta abundância de água encontra Adriano Vasco Rodrigues justificação para a ausência de reservatórios:

E tudo isto pode explicar que sendo a Guarda um lugar fortificado e destinado a grandes guarnições militares e a resistir a prolongados assédios, adentro dos muros, se não encontrem as obras e reservatórios, com excepção do castelo e Torreão onde havia cisternas, que em qualquer outra fortaleza se encontram destinadas a receber as águas da chuva.<sup>26</sup>

Porém, nos períodos de estiagem a água faltava nos poços e nas fontes. Foram realizados estudos sobre o assunto, como noticia o jornal o *Districto da Guarda*<sup>27</sup>, que divulga as observações feitas por Paul Choffat.

A extenuante subida à cidade era atenuada com fontes e chafarizes, colocados nos principais acessos<sup>28</sup>, para refresco de pessoas e animais.

A posição altaneira, «uma das mais altas da Europa (cerca de 1000 m)»<sup>29</sup>, permite-lhe retirar proveito tanto das culturas das terras altas como dos vales férteis, onde a

---

<sup>24</sup> Rui Jacinto - «Apontamentos para a edificação de uma cidade: território, demografia e sociedade» in Jaime Ferreira (coord.) - *A Guarda formosa na primeira metade do século XX*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2000. p. 18.

<sup>25</sup> Carlos de Oliveira - *Apontamentos para a monografia da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal, 1940. p. 3.

<sup>26</sup> Adriano Vasco Rodrigues - *Guarda – pré-história, história e arte*. [Guarda]: Edição da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, 2000. p. 65.

<sup>27</sup> Jornal o *Districto da Guarda*, nº 1502, de 20/01/1907.

<sup>28</sup> O chafariz da Dorna para os que entravam pela vertente ocidental, o chafariz do Carvalho para quem se deslocava de NE, os chafarizes da Senhora dos Remédios e do Bomfim para os que ascendiam vindos de Este, o chafariz de Santo André do lado Sul, nas proximidades do qual se situava a fonte de mergulho Mirafonso ou Mouro Afonso, como é denominado na *Acta da Sessão de Câmara*, de 29 de Setembro de 1902.

<sup>29</sup> Orlando Ribeiro - *Opúsculos geográficos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. vol. V, (Temas Urbanos). p. 257.

gente abastada da cidade possui as suas quintas, das quais depende o seu abastecimento quotidiano. Contudo, do ponto de vista económico, o povoado, desfavorecido quanto à natureza do solo, nunca alcançou o desenvolvimento ou a auto-suficiência, e é dos vales limítrofes, nomeadamente o do Mondego, que depende a subsistência dos seus habitantes. A cidade produzia no espaço periurbano<sup>30</sup>, nos terrenos baldios arrabaldinos que a Câmara explorava directamente ou por contrato de arrendamento (Torreão, Largo de São João, Campo dos Bois e Largo do Moinho de Vento) e nas quintas mais próximas - Lameirinhas, Pina, Ferrinho, Branca, Pontão, Gallezas, Côxo, Ermidinha, Bomfim, Bispo e Perdiz<sup>31</sup> - o indispensável à sobrevivência, como lenha, produtos hortícolas, pastagens para o gado. Assim se reconhece o epíteto de *farta*, atribuído à cidade.

Também as suas encostas forneceram matéria-prima para as construções públicas e privadas, na encosta do Castelo, no Barroco da Moura, no início da Rua Batalha Reis, no Campo dos Bois, havia pedreiras onde eram extraídas carradas de granito que os bois puxavam até ao seu destino. A encosta abrupta foi-se tornando progressivamente mais suave, sobretudo na vertente Sudeste, para onde se estendeu inevitavelmente a área urbana.

## 1.2. Origem e funções da cidade

Fundada como cidade nos primórdios da nacionalidade portuguesa, numa posição excêntrica ao território reconquistado, a intencionalidade da criação da urbe orienta-se para a função defensiva<sup>32</sup>, tanto de mouros como de castelhanos. O sítio ocupado pelo

---

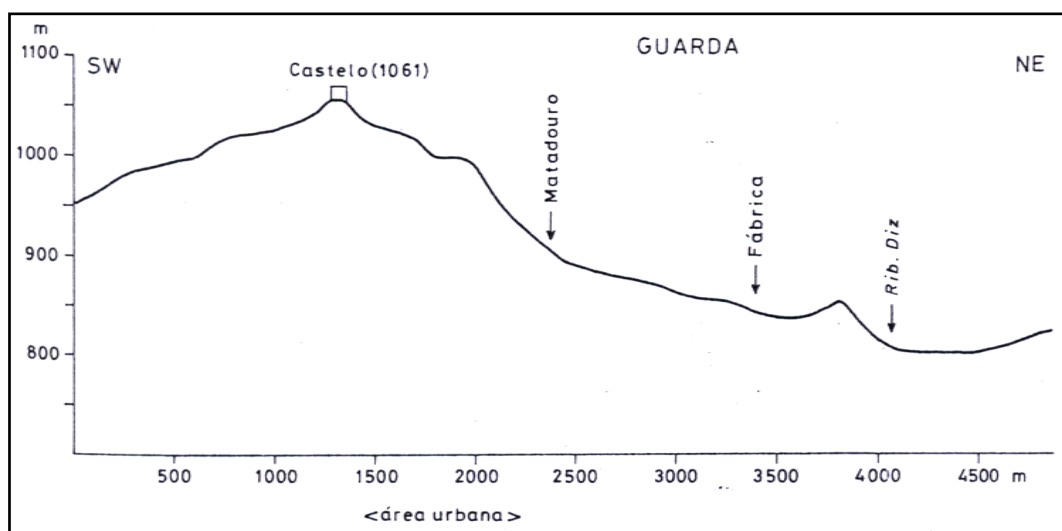
<sup>30</sup> O espaço periurbano tem uma extensão que pode variar entre 4 e 5 km, contados a partir das portas da cidade. Era essencial ao abastecimento da população, como refere Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval, 1200-1500*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987. pp. 88-89.

<sup>31</sup> Estas quintas são mencionadas no Mapa da cidade de 1907, consultado no Museu Municipal.

<sup>32</sup> Para Carlos Alexandre de Aguiar – *Causas que presidiram à urbanização da cidade da Guarda*. Coimbra: Coimbra Editora, 1940, p. 4, na tese apresentada ao VII Congresso Beirão, em Setembro de 1940, as origens da cidade encontram-se «no esforço e actividade política dos nossos primeiros reis, que logo após a fundação da nossa nacionalidade se compenetraram de que se tornava absolutamente necessário fazer a sua consolidação e sustentar a sua valorização através do alargamento territorial». Era premente o povoamento e a defesa das fronteiras. Também Teresa Barata Salgueiro – *A cidade em Portugal, uma geografia urbana*. 3ª edição. Porto: Edições Afrontamento, 1999. p. 164, refere que a Guarda «foi fundada por D. Sancho I tendo em vista a ocupação e defesa dos territórios fronteiriços de Riba-Côa, cuja disputa só foi sancionada no tempo de D. Dinis, pelo tratado de Alcañises (1297)».

povoado, alto e escarpado, onde o frio é um adversário de respeito<sup>33</sup>, constituía um importante ponto de observação e de vigia. O próprio topónimo «Guarda» parece evocar essa função<sup>34</sup>.

Teresa Barata Salgueiro representa o sítio onde a cidade se implantou e justifica, assim, que «o sítio responde directamente às exigências da função»<sup>35</sup>:



**Figura 1** – O sítio da Guarda, representação da área urbana.

A discussão acerca de uma possível origem romana da cidade continua inconclusiva. Para Orlando Ribeiro<sup>36</sup> a Guarda teve «como núcleo inicial uma fortaleza levantada por Afonso III das Astúrias em 879», sendo então uma sentinela «da

<sup>33</sup> Carlos Alexandre de Aguiar, op. cit., p. 14. O clima agreste contribuiu para agravar a acção de povoamento e fixação da população; Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., p. 447, refere que um procurador da cidade no tempo de D. João I alegava que «a cidade era tão fria e de tão má servidão que se não fosse cabeça de bispado e de almoxarifado que obrigava a ter ali funcionários e servidores, estaria perdida e despovoada».

<sup>34</sup> Acerca do topónimo, Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., p. 46, esclarece que *Warda*, vocábulo visigodo ou germano, significa “vigia, atalaia, sentinela, guarda”, e que *Uarda*, no léxico árabe designa «Rosa», e acrescenta: «quando D. Sancho I repovoa Guarda a partir dos Castelos Velhos, o topónimo persistia arabizado mas sem o significado que o Rei Povoador retomou». Para o mesmo autor, à época, a presença dos Mouros está documentada. Também José Fernandes Pereira - *Guarda*. Lisboa: Editorial Presença, 1995. pp. 19-20, concernente à origem da cidade medieval, encontra justificação para o topónimo na obra de Frei Fernando da Soledade, franciscano do século XVII, para quem a função defensiva visava fazer face aos assaltos recorrentes dos Mouros, existindo no local «uma torre (a Torre Velha) chamada da Guarda». Citando Belchior Pina da Fonseca, reforça esta génese com a tese de que «depois de deitados fora os Mouros de Hespánhas edificou a Cidade da Guarda El Rey Dom Sancho o 1º em hum alto monte que de antes em tempo de guerras tinha hua torre que seruia de Attalaya a que chamauão guarda, e daqui tomou a cidade o nome». O mesmo sentido indica o texto de Rita Costa Gomes, op. cit., p. 25, «A Guarda era, como o topónimo indica, uma torre ou vigia que se situava num sítio alcandorado, em posição privilegiada para constituir um pequeno núcleo de povoamento».

<sup>35</sup> Teresa Barata Salgueiro, op. cit. p. 151.

<sup>36</sup> Orlando Ribeiro, op. cit., vol. V, p. 255.

extrema» contra os mouros. Certo é que, dois séculos depois, em vinte e sete de Novembro de 1199<sup>37</sup>, D. Sancho I outorgou Carta de Foral a um núcleo populacional que aí, nesse local, ou nas suas proximidades, se encontrava, e do qual subsistia uma Torre Velha, hoje recordada como «Torreão». Rita Costa Gomes<sup>38</sup> afirma, com segurança, que esse núcleo ainda não constituía uma cidade, só posteriormente se diferencia do espaço rural envolvente.

O pedido régio ao Papa para o estabelecimento de uma diocese na cidade então fundada vai traduzir-se na transferência, no ano de 1203<sup>39</sup>, da sede episcopal visigótica de Egitânia para a cidade da Guarda, corrobora a importância estratégica militar, para fortalecimento da fronteira que se estabelecia em terras das margens do Côa<sup>40</sup>.

Impôs-se, igualmente, ao segundo monarca português, a construção de fortalezas por toda a região, para igualar as fortalezas edificadas em Castela por Afonso IX. O elevado morro onde nasceu e se desenvolveu a cidade, com um horizonte que se estende pela Beira e por terras de Espanha, justificam a função de vigia e de «guarda» de toda a região fronteiriça. Idêntico objectivo motivou os primeiros monarcas a atribuir carta de foral a Seia (1146), Gouveia (1186), Covilhã (1186), Belmonte (1196) e a confirmar o de Viseu (1187), entre outros forais concedidos na mesma região<sup>41</sup>. São vários os topónimos que recordam a estratégia defensiva da região: Caria, Talaia, Custóias, Atalaia, Guarda<sup>42</sup>. A cidade da Guarda nasce no contexto militar da Reconquista e «poderíamos dizê-lo, ao mesmo tempo que a Beira [...]. A sua situação é, como

<sup>37</sup> Esta data foi oficializada após alguma controvérsia. Manuel Luís dos Santos invocou um erro de datação na leitura do foral por Frei António Brandão, tendo sido a data alterada de 26 para 27 de Novembro, que o município passou a celebrar como Dia da Cidade. Manuel Luís Fernandes dos Santos - «D. Sancho I deu Carta de Foro à Guarda em 27 de Novembro de 1199» in *Praça Velha: revista de cultura da cidade da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal, 1998. (Ano II, nº 4, Novembro de 1998). pp. 5-8.

<sup>38</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 27-28.

<sup>39</sup> José Fernandes Pereira, op. cit., p. 20. José Osório da Gama e Castro - *Diocese e districto da Guarda: serie d'apontamentos históricos e tradicionaes sobre as suas antiguidades; algumas observações respeitantes à actualidade; e notas referentes à cathedral egitaniense e respectivos prelados*. Porto: José Osório da Gama e Castro, 1902. pp. 297-299, não indicando a data exacta, assegura «sem dúvida que essa data se deve fixar depois de 1199, e mesmo posterior a 1203, que foi aquela em que, segundo todas as probabilidades, o fundador da Guarda obteve a nomeação do seu primeiro bispo». Para o mesmo autor, op. cit., p. 290, «O território, em que assenta a cidade, e os seus subúrbios, nem sequer pertencia à diocese egitaniense, e sim à de Viseu», cujo bispo o pretende reaver.

<sup>40</sup> A vasta dimensão dada ao distrito cuja sede é a cidade revela, para Carlos de Aguiar, op. cit., p. 8, que «à fundação da Guarda presidira a ideia de a converter em centro de um districto militar», atribuindo ao sítio uma posição estratégica. Para Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., p. 51, a escolha estratégica da Guarda também foi motivada pela passagem de vias romanas no local que serviam a marcha da reconquista e do povoamento para o Sul, nomeadamente a que ia de Mérida a Braga pelo Ramal de Viseu, como é referido na p. 61.

<sup>41</sup> Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., p. 50.

<sup>42</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 24.

referimos, duplamente fronteiriça – tanto em relação ao reino leonês como ao domínio muçulmano»<sup>43</sup>.

A necessidade estratégica de povoamento depreende-se também dos privilégios concedidos no foral aos povoadores que aí se estabelecessem, do prestígio religioso que adviria da transferência da sede de bispado e da criação de uma feira que pudesse movimentar, em segurança, vendedores e compradores de lugares distantes<sup>44</sup>.

Os sucessores de D. Sancho I confirmaram-lhe o foral e a carta dos costumes, feita pelos homens-bons do lugar «por saude de toda a cidade, dos mayores e dos menores», D. Afonso II em 1217 e D. Afonso III em 1252<sup>45</sup>, materializaram o seu atributo defensivo na edificação da cerca que protegia o perímetro urbano. D. Dinis, em 1282, realizando Cortes na cidade da Guarda, acrescenta uma postura nova, extensível ao resto do país, e D. Manuel I, no ano de 1510, altera as disposições do foral sanchino e os costumes em vigor, mantendo somente as isenções de *uzagem* e *costumagem* e de *portagem* ou *portadigo*, que noutras cidades se pagavam<sup>46</sup>. Em 1516, quando da divisão do território em Almojarifados, a Guarda tornou-se sede de um, cabendo-lhe as funções de recebedoria das *sizas* encabeçadas e as rendas públicas. O almoxarife substitui os mordomos e os prestameiros<sup>47</sup>. Na cidade foram realizadas Cortes no reinado de D. Afonso V e outros monarcas aqui estanciaram, fosse pelo clima de montanha, procurado pelo rei D. Fernando para tratar da sua saúde, fosse pelos amores que muito distavam da corte<sup>48</sup>. Também D. Pedro II, em 1704, aqui esteve acompanhado pelo candidato ao trono espanhol, o Arquiduque Carlos, durante a guerra da Sucessão de Espanha. A Guarda serviu de quartel-general contra as tropas franco-espanholas<sup>49</sup>.

Distante dos poderes centrais, condicionada por factores geográficos e naturais de pobreza do seu solo e subsolo, a sobrevivência da cidade e do respectivo concelho

<sup>43</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 28.

<sup>44</sup> Esta feira, criada por carta régia de D. Afonso III, em 1255, tinha a duração de quinze dias. Rita Costa Gomes, op. cit., p. 87. Em 1758 eram duas feiras, «uma em dia de S. João Baptista, que é cativa, e outra em dia de S. Francisco, que é franca, e dura 3 dias», Maria José Mexia Bigotte Chorão - *Memórias paroquiais: retrato do concelho da Guarda em 1758*. - Guarda: Câmara Municipal, 2002. p. 29.

<sup>45</sup> Transcritos por Carlos de Oliveira, op. cit., pp. 18-23 e 26-67. Acerca dos costumes acrescenta que foram considerados por Alexandre Herculano, na sua História de Portugal (Tomo 4, p.179) como «os mais antigos de quantos nos restam e como uma das fontes mais importantes para a história da vida municipal nos séculos XII e XIII».

<sup>46</sup> Carlos de Oliveira, op. cit., pp. 71-88.

<sup>47</sup> Carlos de Oliveira, op. cit., p. 116.

<sup>48</sup> José Fernandes Pereira, op. cit., p. 24, refere que Carolina Michaëlis atribuiu a cantiga de amigo «Muito me tarda o meu amigo na Guarda!» a D. Sancho I, enamorado por D. Maria Pais Ribeiro (a Ribeirinha).

<sup>49</sup> Carlos de Oliveira, op. cit., pp. 112-115.

decorre da maior ou menor autonomia que o poder régio lhe concede ao torná-la sede de um distrito militar e administrativo, que governa sobre a Beira.<sup>50</sup>

A função militar enfraquece proporcionalmente à marginalização da Beira pelo poder central e, se a função administrativa foi compensando a perda desses privilégios, a sua decadência está também associada à perda dessas prerrogativas sobre a «região montanhosa», quando a autonomia de que dispunha lhe foi cerceada<sup>51</sup>.

No século XIX a cidade da Guarda viu reforçada a sua função administrativa, pelo Decreto de 28 de Junho de 1833 foi incorporada na Província da Beira Alta<sup>52</sup>, dois anos depois, pelo Decreto de 18 de Julho de 1835, foi nomeada sede de distrito, sendo constituído por setenta e sete concelhos. Por Decreto de 18 de Março de 1842, na revisão de Costa Cabral, esta vastidão concelhia foi limitada para trinta concelhos, os quais foram fixados, por Lei de 24 de Outubro de 1855, em catorze, os mesmos que mantém actualmente<sup>53</sup>.

Mais uma vez, aliada à criação de sede de distrito estão associadas alterações nos limites da diocese, que é compensada pelas perdas territoriais sofridas quando da criação dos bispados de Castelo Branco e de Pinhel. Estes domínios atingem o Douro, a Norte, e o Fundão, a Sul.

Na segunda metade do século XIX, beneficiando da política regeneradora de melhoramento das infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, a cidade domina uma das entradas naturais do país, torna-se «um dos principais cruzamentos rodoviários do interior» e, quando o caminho-de-ferro complementar a ligação rodoviária, transforma-se numa das principais vias de ligação à Europa. Todavia, a concretização deste sonho

---

<sup>50</sup> A função militar não esgota os serviços que a cidade presta aos seus habitantes e às populações dos arredores, desenvolve outras funções para fazer face a solicitações como a manutenção das unidades militares, a organização da vida profissional ou a construção de edifícios. A criação da feira de São João, além de visar a fixação de gente nesta região, também se inseria numa política de controlo do comércio e da arrecadação de receita fiscal. Teresa Barata Salgueiro, op. cit., pp. 123-126.

<sup>51</sup> Carlos de Aguiar, op. cit., 17.

<sup>52</sup> A integração na Província da Beira Alta representa para Orlando Ribeiro – *Opúsculos Geográficos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. vol. VI (Estudos regionais). p. 319, uma incongruência quanto à Natureza sendo, no entanto, justificável a busca de «certo equilíbrio em extensão ou população das unidades administrativas, que também têm de atender, e muito, às relações, facilidades de trânsito e posição central das respectivas capitais». Portanto, sendo as regiões geográficas e as regiões administrativas realidades distintas, para o autor, a Guarda devia ser incluída na região Transmontana, pelo seu clima e pelas condições naturais. Cf. Sant'Anna Dionísio, et al. – *Guia de Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984-1985. vol. 3, tomo 2, p. 741-745.

<sup>53</sup> César Oliveira (dir.) – *História dos municípios e do poder local, dos finais da Idade Média à união europeia*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996. p. 536.

tornou-se num «certo desencanto», porquanto as tarifas do transporte das mercadorias eram incomportáveis para os agricultores<sup>54</sup>.

A fisionomia da área urbana da Guarda alterou-se com a criação da estação de caminho-de-ferro<sup>55</sup>. Distanto três quilómetros da cidade, e com menos duzentos metros de altitude, o arrabalde que se formou na Guarda-Gare estava em franco crescimento<sup>56</sup>, associado à indústria, sobretudo do ramo automóvel. A Freguesia de São Miguel, a terceira da cidade actual<sup>57</sup>, traduz essa expansão, e a avenida que liga a cidade a este arrabalde é uma das artérias com mais trânsito.

Desde 1855 que a Guarda tem um Liceu Nacional para formação dos jovens que não pretendessem seguir a vida religiosa. Nos finais do século, a imprensa local dava conta de mais dois colégios masculinos e um feminino<sup>58</sup>, este vocacionado para a preparação das meninas que não faziam os exames de acesso ao Liceu. O número de candidatas ao liceu cresceu significativamente, indício dos novos papéis que a mulher portuguesa, e da Beira, julga poder desempenhar. Os resultados dos exames dos candidatos ao liceu eram publicitados, traduzindo possíveis rivalidades entre os «leccionistas» e os colégios que os preparavam. A cidade tinha ainda uma Escola Normal e uma Escola do Magistério, criada em 1898, a funcionar no Asilo de Mendicidade<sup>59</sup>.

---

<sup>54</sup> José Fernandes Pereira, op. cit., p. 71.

<sup>55</sup> Desde, pelo menos, 1860 que a Junta Geral do Distrito pedia ao rei a construção de uma linha férrea que atravessasse o interior do país e o ligasse à Europa. A inauguração fez-se em 4 de Agosto de 1882 e contou com a presença da família real, José Fernandes Pereira, op. cit., pp. 67-68.

<sup>56</sup> Orlando Ribeiro, op. cit., vol. V, p. 258.

<sup>57</sup> Além das medievais freguesias da Sé e de São Vicente.

<sup>58</sup> Em 1895, o *Colégio Egitaniense* ocupava uma casa no Largo do Conde da Guarda (havia mudado recentemente do Largo da Sé), o *Instituto Académico da Guarda* funcionava na Rua General Póvoas e o *Colégio Português*, destinado à preparação de raparigas, era dirigido por Emília do Amaral Leal. O Liceu Nacional da Guarda, dependente de parcas verbas, teve instalações muito precárias. Começou por funcionar com ensino nas casas dos próprios professores, esteve instalado numa casa do Largo de São Vicente, numa antiga fábrica de sedas, no edifício do Asilo de Infância Desvalida. Só em 1927 passou para o edifício construído no lugar do convento de Santa Clara, onde permaneceu até 1969, quando mudou para o estabelecimento edificado na Mata Municipal, próximo do parque da cidade e do estádio de futebol. Elevado a Liceu Central durante a primeira República, foi despromovido nas áreas de formação que ministrava em 1928. Como forma de pressão, a Comissão Administrativa Municipal exarou em acta a sua demissão colectiva, *Acta da Sessão de Câmara*, de 24 de Outubro de 1928. Após uma longa resistência, readquiriu o anterior estatuto. Existia ainda o Asilo de Mendicidade, denominado *Príncipe da Beira*, que prestava outro tipo de formação, mais prática, nas suas oficinas. O jornal *Distrito da Guarda*, nº 869, de 28/10/1894, publicita os estatutos elaborados pela Comissão Instaladora, que era presidida pelo Dr. Francisco dos Prazeres.

<sup>59</sup> José Fernandes Pereira, op. cit., p. 83.

A biblioteca pública e a livraria associam-se ao progresso cultural. O Jornal de *Districto da Guarda* publicitava a venda dos livros adoptados no Liceu<sup>60</sup>, os professores leccionistas que preparavam os candidatos à admissão aos exames, as famílias que recebiam os estudantes das aldeias em regime de «mesada ou farnel», o número de frequentadores da biblioteca municipal.

Nos finais do século XIX, resultando do próprio dinamismo cultural e científico do país, é o clima que surge como factor de desenvolvimento da cidade<sup>61</sup>, por ser procurada para tratamento de doenças pulmonares e pelo turismo que começava a enraizar-se nas classes mais abastadas. Ao envolver a região e a cidade, a Expedição Científica à Serra da Estrela, em 1881, sob patrocínio da Sociedade de Geografia de Lisboa, o apoio auxiliar do Governo e da Junta Geral do Distrito da Guarda<sup>62</sup>, foi responsável por repercussões locais muito importantes. A Guarda torna a ser uma referência básica e crucial na vida científica do País<sup>63</sup>.

A expedição também contou com o apoio local da cidade e o apoio militante do Centro Progressista, que se fez representar na Comissão Local com jornalistas que a integram, possibilitando o êxito da expedição<sup>64</sup>.

Como estação climática privilegiada, a cidade cedo diligenciou para a construção de uma estância sanatorial<sup>65</sup> e, sob patrocínio da rainha D. Amélia e do fisiologista da corte, Dr. Sousa Martins, foi inaugurado, em 1907<sup>66</sup>, um sanatório para tratamento de

---

<sup>60</sup> A Livraria de Joaquim Homem d'Almeida, na Rua Formosa, nº 40-42, jornal *Districto da Guarda*, nº 396, de 04/10/1885.

<sup>61</sup> O clima tinha sido sempre factor de afastamento, as famílias nobres possuíam as suas quintas nas zonas mais amenas, como a Vela ou no vale do Mondego, onde passavam os invernos, os bispos e demais hierarquia eclesiástica procuravam outras cidades da diocese, nomeadamente Castelo Branco que deveu a «estes desvelos episcopais» a sua elevação a cidade, em 1771, como refere Orlando Ribeiro, op. cit., vol. V, p. 268.

<sup>62</sup> Aires Antunes Diniz – 1881 - *A Guarda numa encruzilhada da ciência*. [S. l.: s. n.], 1999. p. 31.

<sup>63</sup> A Serra da Estrela vai alargar o âmbito da sua utilidade à saúde e ao turismo, e a Guarda passa a ser o ponto de encontro de novas e velhas realidades, Aires Antunes Diniz, op. cit., p. 116.

<sup>64</sup> Aires Antunes Diniz, op. cit., p. 59.

<sup>65</sup> A Guarda possui um clima de características subalpinas, sensivelmente mais atenuado que o das Penhas Douradas e outros pontos de cota aproximada da Serra da Estrela. O frio é menos intenso, as chuvas menos abundantes, os ventos menos agrestes, Sant'Anna Dionísio, et. al., op. cit., p. 940. Doentes de todo o país acorriam aos ares da montanha, o hospital da Misericórdia já não dispunha de meios para fazer face à elevada procura, e alguns hotéis que recebiam hóspedes doentes punham em risco a saúde pública. O Hotel Central chega a publicitar que não recebe hóspedes doentes, para não perder a clientela que receava o contágio, jornal *Districto da Guarda*, nº 920, de 20/10/1895. O Sanatório, situado num espaço de microclima e distanciado do perímetro urbano, encontra-se implantado numa área de 27 hectares, a uma altitude de 1039 metros. As condições climáticas eram consideradas excelentes: «uma pressão atmosférica baixa, ar puro, seco, isento de germes, raros nevoeiros, elevada ionização, e acção intensa da luz», José Fernandes Pereira, op. cit., p. 74.

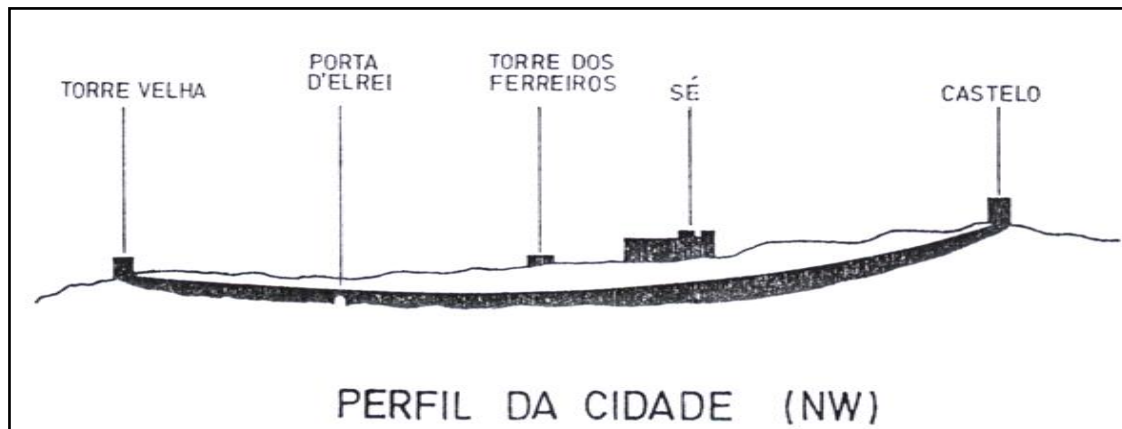
<sup>66</sup> A cidade engalanou-se para a recepção aos monarcas, que discursaram na cerimónia, e para a festa de inauguração. Foram constituídas comissões, uma com os representantes das principais instituições da

doenças pulmonares. Segundo Hélder Sequeira, a cidade começou a ser a montanha mágica, ponto de passagem e de permanência, uma das «cidades mais procuradas de Portugal, uma afluência que deixou inúmeros reflexos na sua vida económica, social e cultural»<sup>67</sup>.

Tendo os factores fundacionais de desenvolvimento entrado em decadência, também os novos se revelaram «insuficientes para servirem de base ao desenvolvimento da cidade»<sup>68</sup>.

### 1.3. Morfologia espacial

O sítio onde foi edificada a cidade é uma «exígua plataforma oblonga, disposta no sentido NE-SW»<sup>69</sup>, assente num morro que condiciona a muralha a erguer-se segundo o traçado das curvas de nível. O perfil NW da urbe amuralhada foi traçado por Rita Costa Gomes<sup>70</sup> do seguinte modo:



**Figura 2** – Perfil Noroeste da cidade da Guarda, considerando a altitude.

cidade para a subscrição de fundos, outra com representantes da imprensa local para a propaganda, uma sub-comissão para a organização do programa dos festejos e uma comissão executiva. O adiamento da inauguração, por motivos meteorológicos, deu mais tempo à organização. O jornal *Distrito da Guarda*, nº 1516, de 05/05/1907, antecipa os resultados: «a cidade encontrar-se-á lindissimamente ornamentada nas ruas de trânsito, com arcos triunfais da maior imponência, mastros com seus galhardetes e escudos, artisticamente enfeitados com bandeiras, desde o cruzamento da Dorna até à porta do Sanatório, em extensão de mais de um quilómetro. As janelas, com esplêndidas colgaduras e apinhadas de senhoras, darão à passagem dos régios visitantes um efeito deslumbrante».

<sup>67</sup> Hélder Sequeira – *o dever de memória – uma rádio no sanatório de montanha*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2003. p. 48.

<sup>68</sup> Carlos de Oliveira, op. cit., p. 22.

<sup>69</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 33.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 33.

A parte mais elevada, onde foi erguido o castelo no reinado de D. Sancho I, é uma afloração de rochas graníticas que, pelo lado sudeste, remata numa escarpa abrupta. No outro extremo foi construída uma alcáçova amuralhada, com castelo e algumas dependências, da qual apenas subsiste a Torre de Menagem, desconhecendo-se a área ocupada, bem como a articulação existente entre as suas estruturas<sup>71</sup>.

A reconstituição da cidade medieval que se segue é de Rita Costa Gomes<sup>72</sup>:

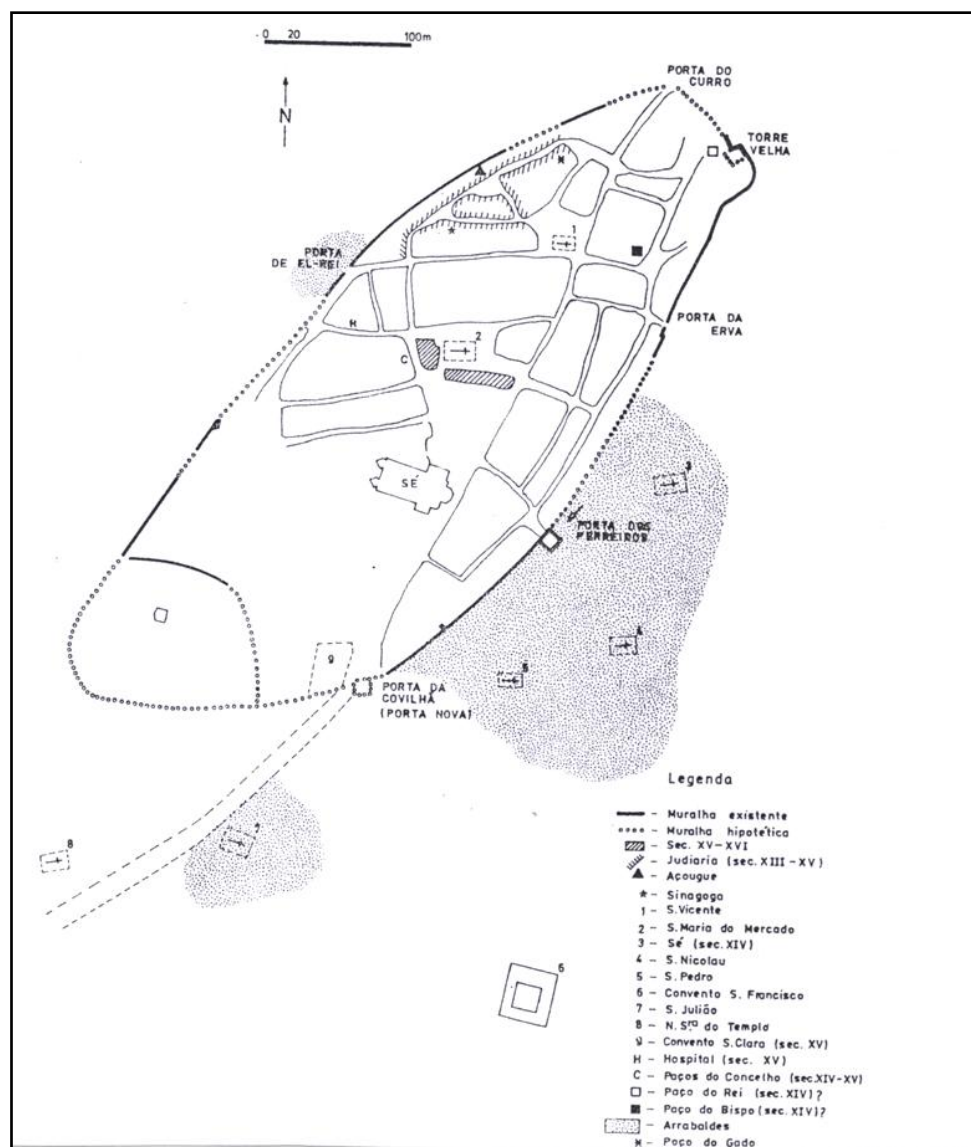


Figura 3 – A cidade medieval, o espaço intramuros e os arrabaldes.

<sup>71</sup> Lúcia Maria Marques Fernandes – *Novos elementos sobre a cidade da Guarda: séculos XIII a XVII*. Guarda: Câmara Municipal, 1999, na p. 12 a autora escreve «é-nos impossível recriar uma imagem ou obter uma ideia, mesmo que aproximada, do volume físico do castelo, da sua alcáçova, do traçado das suas muralhas ou dos afloramentos que circundavam o conjunto». No entanto, Rita Costa Gomes, op. cit., p. 38, refere que o castelo tinha reduto e cisterna, que uma muralha o separava do resto da cidade, delimitando uma área de cerca de seis por cento da totalidade da área amuralhada.

<sup>72</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 31.

A urbe medieval, com uma área de cerca de 10 hectares, era cercada de muralhas de cantaria, variando a sua altura consoante as necessidades. Era complementada, no carácter defensivo, por fossos exteriores onde o terreno o permitia e por três torres<sup>73</sup>, duas adossadas, respectivamente, às Portas dos Ferreiros e da Covilhã, e uma no extremo NE, a Torre Velha, já existente ou construída quando se iniciaram as muralhas, no reinado de D. Sancho I.

Além das Portas dos Ferreiros e da Covilhã foram rasgadas outras três, a Porta da Erva, da Estrela ou do Sol, do lado oriental, a Porta de El-Rei (D. Dinis), do lado ocidental e uma pequena porta voltada a Norte, a Porta do Curro.

A muralha, «expressão da capacidade colectiva, materializada no esforço construtor e de manutenção dessa estrutura»<sup>74</sup>, foi iniciada no tempo de D. Sancho I e continuada activamente nos reinados de D. Afonso II, D. Afonso III e D. Dinis<sup>75</sup>, manteve-se quase intacta até aos alvares do século XIX. Desempenhou, presume-se, «um factor estrutural da história urbana da cidade. Ela assinala tanto a função militar primordial como a segurança física e psicológica das populações»<sup>76</sup>. Assumiu ainda um papel fiscal<sup>77</sup>, uma fonte de receita do município resultante das taxas cobradas sobre os serviços prestados. Apresentou-se como factor de desenvolvimento e de coesão social.

Até meados do século XIX, as cidades estiveram praticamente circunscritas aos perímetros amuralhados, porque o essencial das deslocações era feito a pé<sup>78</sup>. Na Guarda, a muralha robusta que envolveu a urbe medieval começou a ser pontualmente destruída quando a função de defesa da fronteira deixou de ter utilidade estratégica<sup>79</sup>. Até ao início do século XIX, quando a muralha junto à Porta da Covilhã começou a ser demolida para fornecer pedra para reconstrução do Forte Velho<sup>80</sup>, a cidade comprimia-

<sup>73</sup> Carlos de Oliveira, op. cit., p. 6.

<sup>74</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 42.

<sup>75</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 35.

<sup>76</sup> José Fernandes Pereira, op. cit., p. 28.

<sup>77</sup> Teresa Barata Salgueiro, op. cit., p. 223.

<sup>78</sup> Teresa Barata Salgueiro, op. cit., p. 190.

<sup>79</sup> Nas memórias paroquiais de 1758, Maria José Mexia Bigotte Chorão, op. cit., p. 30, é referido que o Castelo tem o lado poente com dois lanços caídos, que há ruína dentro do mesmo numa «contra-muralha» e noutros pontos da cerca, que poderiam ser reparados sem muito custo, por se achar Castela distante 6 léguas. Este estado de ruína decorre da perda de importância na defesa do território e vai culminar na demolição de alguns troços, cuja pedra teve aproveitamento local.

<sup>80</sup> Segundo Carlos de Oliveira, op. cit., pp. 6-7, o Marquês de Alorna, D. Pedro de Almeida Portugal, em 1801, no início de conflitos com a Espanha, pretendia construir um Forte com casamatas à prova de bomba, no antigo local da Carreira de Tiro do RI 12, que não concluiu. Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., p. 329, referindo-se a este Forte, situado a 3 km da cidade, confere-lhe um papel importante durante a crise dinástica espanhola do início do século XVIII e em 1811, durante a terceira invasão francesa, que teve a Beira como um dos palcos do conflito.

se no espaço intramuros, exceptuando os edifícios religiosos de prestígio e algumas habitações que cresceram encostadas à muralha, no exterior, do lado oriental. Na construção dos muros do cemitério, situado nos limites da ermida de Nossa Senhora do Templo, cerca de 1835, foi utilizada mais pedra do flanco Sul da muralha, e da Torre que era mirante das freiras de Santa Clara, demolição que se concluiu em 1839<sup>81</sup>.

Na segunda metade do século foram derrubados troços da cerca para a abertura de duas vias de acesso à cidade, uma de ligação com a Rua D. Luís I, que conduzia à estrada para o Vale do Mondego, e outra para ligação aos arrabaldes extramuros, o da Porta da Estrela e o da Porta dos Ferreiros. Este derrube, que implicou o atravessamento longitudinal do espaço muralhado para a criação duma via directa no sentido Este-Oeste, levou ao corte perpendicular da Rua Direita<sup>82</sup>.

Até às primeiras décadas do século XX, conclui-se pela leitura das actas das sessões de Câmara, a cidade pouco tinha crescido para além do espaço que já ocupava no limiar da centúria, pois o pedido de licenças para obras particulares destinava-se, essencialmente, à reparação e reconstrução de edifícios, ao alinhamento de muros com os espaços públicos, à introdução de melhorias como portas, janelas, cano de esgotos, chaminés.

Nos primeiros anos do século XX, o poder político iniciou obras, nomeadamente estradas, infra-estruturas de saneamento e alargamento da rede eléctrica, que subjazem à melhoria das condições de higiene e de saúde pública que começam a ter visibilidade. A arborização dos espaços públicos, especialmente na Mata da Dorna, no perímetro do Sanatório Sousa Martins, foi realizada em simultâneo com o ajardinamento de outras áreas, o Largo Luís de Camões, o Largo Serpa Pinto e o Campo da Feira, que se transforma em esplanada e Jardim Público. O investimento para aquisição de plantas à Mata do Buçaco, para a criação de viveiros municipais, para a contratação de jardineiros especializados, foi elevado, e justificou a criação de um pelouro nas Comissões que gerem a autarquia, para definição e acompanhamento das obras.

As posturas municipais constroem os moradores à reparação e caiação de muros e de fachadas visíveis da área pública.

---

<sup>81</sup> Sant'Anna Dionísio, et. al., op. cit., p. 937.

<sup>82</sup> Dos melhoramentos introduzidos dá conta o jornal *Distrito da Guarda*, nº 324, de 28/05/1884, quando refere: «a Guarda está realmente muito outra do que era há menos de trinta anos. Cortada ao meio pela estrada de macadam que de Celorico segue para Castelo Branco, tem já ruas espaçosas e assejadas, antigos e novos edifícios caiados, boas hospedarias, clubs recreativos, bibliotheca e imprensa», acompanhando o movimento progressivo e civilizador do século XIX.

A iniciar o novo século, à tipologia das vias de circulação acrescenta-se a avenida, uma artéria ampla e arborizada<sup>83</sup>. A esplanada e o jardim público são lugares de passeio e de convívio. Ressalva-se que o acidentado do terreno condiciona o traçado das vias de circulação interna e os caminhos de acesso ao exterior, serpenteados e íngremes.

### 1.3.1. O espaço intramuros

Nas cidades alcandoradas a morfologia do terreno dificilmente permitia a utilização de uma malha de padrão geométrico, por isso, a malha urbana pode combinar elementos ortogonais com elementos concêntricos, seguindo as curvas de nível.

Na cidade da Guarda, se a dúvida persiste quanto à malha urbana, mas as evidências parecem apontar para um traçado ortogonal semelhante ao romano, indubitável é o facto de apenas uma rua atravessar todo o núcleo, ligando a Porta da Covilhã à porta mais extrema, a Porta do Curro. A estrutura viária intramuros organiza-se a partir da Rua Direita<sup>84</sup>, «percurso de contacto mais directo»<sup>85</sup> que, para ligar as duas portas, adopta a direcção NE–SW e transforma a urbe numa «cidade de caminho»<sup>86</sup>, para onde convergem as principais ruas e praças, associando ainda a Igreja de São Vicente, a Sé Catedral<sup>87</sup> e outros edifícios de prestígio.

As ruas e praças que se organizam em função da Rua Direita também estabelecem uma hierarquia que indicia a importância dos espaços e dos edifícios que servem, como são os locais de culto, os locais de venda e os edifícios administrativos, indispensáveis ao exercício do poder.

---

<sup>83</sup> A primeira avenida de que temos conhecimento ficava situada no Campo da Dorna. Em Agosto de 1909, a Avenida das Faias recebeu o nome do ex-Presidente da Câmara, Marques dos Santos, e a avenida que do «sítio da fontinha» desembocava na rotunda do Parque da Dorna foi denominada Avenida Carlos Borrego, *Acta da Sessão de Câmara* de 19 de Agosto de 1909.

<sup>84</sup> José Fernandes Pereira, op. cit., p. 30, esclarece que o qualificativo *direita* «descreve ao longo do seu trajecto uma curva sinuosa, uma “curva orgânica” que se desenvolve com o ritmo e a variação do movimento do peão. Esta sinuosidade constituía uma boa relação com as condições ambientais, impedindo a formação de corredores ventosos, protegendo melhor da chuva e do sol que a rua rectilínea, favorecendo por isso a sociabilidade dos habitantes e protegendo o interior das habitações».

<sup>85</sup> Amélia Aguiar Andrade, op. cit., p. 125.

<sup>86</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 44, lembra que a direcção Norte-Sul era a que se destacava, a partir do século XV, na hierarquia dos caminhos regionais.

<sup>87</sup> A segunda ou terceira Sé, mandada edificar no reinado de D. João I, para substituir a Sé extramuros, demolida no tempo de D. Fernando.

As ruas da urbe medieval organizaram-se a partir de dois eixos principais que uniam quatro das cinco portas, no sentido Este-Oeste as Portas da Erva e de El-Rei, com a orientação Norte-Sul as Portas do Curro e a Porta da Covilhã<sup>88</sup>. O traçado, aproximadamente ortogonal, regista a sobrevivência estrutural das vias do *Cardo* e *Decumano*<sup>89</sup> do urbanismo romano, apesar de não estar documentada materialmente a romanização do espaço. Na intersecção da Rua Direita e da Rua de São Vicente formava-se um largo, que se prolongava adjacente à *via directa* e servia a Igreja de S. Vicente e o mercado que aí se realizava. Sensivelmente a meio da muralha exposta a oriente abre-se uma segunda porta, a da Torre dos Ferreiros, que ligava o arrabalde exterior ao largo da sé catedral. A Rua Direita era o itinerário estruturante das vias de circulação mas, igualmente, «o próprio coração da vida urbana: as lojas, as festas públicas, a animação e o convívio têm aí a sua sede»<sup>90</sup>. Todavia, ainda «mais importante é o facto de ter sido durante séculos o instrumento preferencial para o desenvolvimento urbanístico»<sup>91</sup>.

Os largos eram os espaços onde conduziam as principais ruas da cidade, onde existia um edifício religioso ou civil importante, como os Largos de São Vicente ou do Paço do Biu. Na medida em que o mercado periódico aí podia decorrer, alguns largos passaram a ser designados por praça. Ainda hoje, na língua portuguesa, praça é sinónimo de mercado, comércio, leilão<sup>92</sup>, assim aconteceu com a praça/mercado de Santa Maria (do Mercado) e com a Praça da Sé que, no final do século XIX, foi designada de Praça Velha. Os largos eram espaços funcionais distintos das ruas, pois aí ocorriam festas, encontros agendados, fossem de negócios ou de carácter político. Com a expansão urbana proliferam os largos, tendem para a especialização e alguns

---

<sup>88</sup> Estas direcções correspondem às vias traçadas nos acampamentos militares romanos, que serviram de base ao urbanismo romano, «a cidade fundada pelos romanos era hierarquizada. Havia dois eixos principais mais largos que seguiam os pontos cardeais, um N-S e outro E-W, e se cruzavam na praça principal onde estava o fórum. O resto da malha resultava da abertura de vias mais estreitas e paralelas a estas», Teresa Barata Salgueiro, op. cit., p. 213.

<sup>89</sup> José Fernandes Pereira, op. cit., p. 30. Teresa Barata Salgueiro, op. cit., p. 164, não corrobora esta tese e, a propósito da planta intramuros da Guarda refere que, embora «mostre alguma regularidade [...], as fundações urbanas do princípio da nacionalidade não evidenciam um plano delineado com tanta precisão como algumas das vilas depois fundadas». Orlando Ribeiro, op. cit., p. 256, citado por esta autora, remete para uma planta quadriculada, usada noutras fundações intencionais, onde as ruas, vagamente alinhadas, se cruzam sem se desentramarem.

<sup>90</sup> Orlando Ribeiro - «Cidade» in Joel Serrão - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981. vol. II, p. 65.

<sup>91</sup> Walter Rossa - *A urbe e o traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português*. [Coimbra]: Livraria Almedina, 2002. p. 223.

<sup>92</sup> Walter Rossa, op. cit., p. 226.

transformam-se em praças, praças civis em torno de algum edifício administrativo e de um eventual pelourinho, praças religiosas tendo por referência um edifício religioso e, casualmente, um cruzeiro<sup>93</sup>.

A divisão do espaço e da comunidade em paróquias deu origem a três bairros cristãos, o de São Vicente, o de Santa Maria da Vitória, ou do Mercado, e o da Sé, e a uma comuna judaica, instalada em terrenos aforados ao rei, que possuía uma identidade cultural distinta, mas minoritária, e, por esse facto, era separada dos demais por portas que fechavam ao cair da noite<sup>94</sup>. Comunicava com a Rua de São Vicente e com o adro da igreja do mesmo nome. Até ao *Édito de Expulsão* de 1496, por D. Manuel, os judeus ocuparam uma vasta área sob protecção régia, os aforamentos devem ter passado para o lado oriental da Rua Direita, para as proximidades do Paço do Bio<sup>95</sup>.

Nesse lado da *via directa*, na Rua Rui de Pina, foi encontrado um armário em pedra, atribuído ao século XVII, que foi identificado como sendo o armário da Arca da Tora (Aron-ha-Kodesh). Sendo pouco provável que se tratasse de uma sinagoga, o local foi interpretado como espaço de culto de cripto-judeus<sup>96</sup>.

---

<sup>93</sup> Ibidem. Esta evolução encontra-se esclarecida no trabalho de Daniela Pereira- «O conceito de praça na cidade da Guarda entre a Idade Média e a Idade Moderna» in *PROMONTÓRIA*. Ano 6, nº 6. Faro: Departamento de História, Arqueologia e Património do Algarve, 2008. p. 329, «a praça de Santa Maria e a praça de São Vicente apresentam diferentes conceitos de Praça. A de Santa Maria surge, tal como em São Vicente, ligada a um edifício religioso, que é o caso da igreja, mas também por existir perto dela edifícios de carácter público. Contudo, a questão das ruas de acesso à praça já não parecem ser essenciais para tornar aquele lugar um lugar público. Os edifícios públicos vão trazer para aquela zona da cidade muitos caminhanes, logo muitos clientes».

<sup>94</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 55, refere que «Temos notícia da Judiaria da Guarda desde o século XIII e do seu centro, que era, naturalmente, constituído pela sinagoga instalada numa casa “com sua quintã” pertencente ao rei e pela qual pagava foro a comuna dos judeus». Como refere Walter Rossa, op. cit., p. 221, os judeus eram «indesejados pelos restantes cidadãos, mas imprescindíveis ao Poder, os judeus foram muitas vezes instalados dentro de muros, por vezes perto do Paço. As judiarias eram dotadas de alguma individualidade funcional».

<sup>95</sup> Paço do Bio (ou Biu, como foi grafado na *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Junho de 1950) é um topónimo que permanece misterioso. Rita Costa Gomes, op. cit., p. 53, esclarece que há referência, no início do século XIV, à existência do Paço do Bispo no espaço contíguo ao Largo (assinalado na figura 3). Desconhece-se a formação do vocábulo *Bio/Biu*. É uma designação para a qual não existem indícios linguísticos ou documentais que lhe atribuam significação. Procuraram-se outras explicações: para o primeiro termo, *Paço*, tem sido levantada a hipótese, e tem recolhido aceitação, de a sua grafia dever fazer-se com *ss* em vez de *ç*, denominaria então o *Passo*, estrutura arquitectónica (edícula) adossada a uma esquina do largo para ser ornamentada para a Procissão dos Passos, que a Irmandade da Misericórdia continua a organizar anualmente e que percorre diversas ruas da cidade. Outros *Passos* se encontram espalhados pela cidade, mas este é o único que subsiste no perímetro muralhado.

<sup>96</sup> Lídia Maria Marques Fernandes, op. cit., pp. 28-29. Posteriormente, os autores reforçaram a tese, mas um dos pressupostos utilizados foi contestado, nomeadamente a orientação do armário, que devia estar na direcção de Jerusalém, e não estava, Carmen Balesteros - «A judiaria da Guarda» in António Saraiva (coord.) - *Marcas Mágico-Religiosas no Centro Histórico*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda/CMG, 2007. pp. 25-26.

A cidade é o principal «objecto do exercício do poder»<sup>97</sup>, porquanto o poder só pode ser ostentado quando exercido. O poder político necessita, por esse facto, de cenários para o seu desempenho.

Numa primeira fase os edifícios de prestígio localizavam-se a Norte, junto do núcleo primitivo da cidade. A expansão da população no sentido oposto<sup>98</sup>, fez-se em paralelo com a construção de edifícios públicos. Novas estruturas surgiram para responder a exigências político-administrativas, económicas, sociais e simbólicas, iniciando-se uma *nova centralidade*<sup>99</sup>. No século XIV, por vontade do corregedor régio, é transferido o mercado que se realizava no Largo de São Vicente, e no Paço do Bio para o Largo da Igreja de Santa Maria da Vitória, que já era conhecida como Santa Maria do Mercado<sup>100</sup>. Certamente que esta oficialização se prendia com a concentração dos Paços do Concelho, do Hospital, e da «Casa dos Contos» construída pelo contador Rui Diaz<sup>101</sup>, nas proximidades desta igreja paroquial. Do mesmo modo, nos séculos XVI-XVII, ocorre uma nova transferência para o moderno cenário de poder, a praça constituída pelos novos Paços do Concelho, Cadeia e «Edifício dos Balcões», símbolos da «arquitectura racionalizada e com funções próprias» da reforma manuelina<sup>102</sup>. O edifício religioso foi dissociado do espaço cívico, pois a Sé Catedral, que hoje encima a praça<sup>103</sup>, estava separada através de alguns edifícios colocados de permeio.

A paisagem urbana é composta, para além das vias de circulação, das praças e dos edifícios de prestígio, também pelas habitações dos que nela habitam. Traduzem o estatuto social, revelam indícios sobre as actividades socioprofissionais, ocultam por vezes as reservas de água, de animais e os produtos hortícolas que os quintais produzem. As volumetrias não correspondem somente às fachadas<sup>104</sup>, os quintais

<sup>97</sup> Walter Rossa, op. cit., p. 35.

<sup>98</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 43, refere que não pôde comprovar, documentalmente, esta ideia generalizada. Esta área encontrava-se mais despovoada, embora estivesse mais próxima da Alcáçova. As actividades comercial e artesanal, as funções administrativas, concentravam-se significativamente no outro extremo da área amuralhada. Este espaço encontrava-se mais ruralizado.

<sup>99</sup> Daniela Pereira, op. cit., pp. 331 e 339. A reconstituição 3D destas praças encontra-se nas páginas 345-347.

<sup>100</sup> Topónimo relacionado com a actividade comercial que, já no século XIII, aí decorria.

<sup>101</sup> Daniela Pereira, op. cit., p. 325. A «Casa dos Contos» ficava na «Rua que vai de Santa Maria do Mercado para o Hospital», Rita Costa Gomes, op. cit., p. 57.

<sup>102</sup> Daniela Pereira, op. cit., p. 326 e 331.

<sup>103</sup> Fotografias 38 e 39 do Anexo G, espaços e vias públicas intramuros.

<sup>104</sup> Para Walter Rossa, op. cit., p. 227, «o lote era organizado por forma a que a sua área posterior fosse o quintal [...] lotes profundos, levam a que a imagem de densidade sentida na rua seja traída pela existência de grandes espaços não edificadas como miolo dos quarteirões».

requerem profundidade para ficarem inacessíveis a quem circula, transportam para a cidade parte do mundo rural e isso deverá tornar-se imperceptível.

As habitações da aristocracia local destacam-se pelos lugares que ocupam, prestigiados anteriormente ou em virtude da sua edificação, quase sempre em largos ou nas proximidades de um edifício de poder, religioso ou civil, pelas volumetrias de maiores dimensões e pelos materiais mais duradouros. A área intramuros apresentou-se como lugar privilegiado, aí se encontrando os solares das famílias Póvoas, Teles de Vasconcelos e Alarcão, entre outros, construídos a partir do século XVII.

Os edifícios civis comuns, ao contrário do que acontece noutras cidades, têm, maioritariamente, mais de um piso<sup>105</sup>. Já sobre a Idade Média, Rita Costa Gomes<sup>106</sup> concluiu que as casas térreas eram menos numerosas que as casas de dois pisos, «sobradadas», destinando o rés-do-chão à oficina ou à tenda (muitas vezes de judeu) e o primeiro piso à habitação. Nestes casos, a função primordial de habitação incluía o local de trabalho.

Na construção eram utilizados os recursos naturais do sítio, a pedra granítica e a madeira. O *centro histórico* actual ainda documenta esta realidade histórica de raízes temporais longínquas.

### 1.3.2. Os arrabaldes

A existência de muralha provocava uma evidente descontinuidade no tecido urbano e social. O pagamento de portagem às portas da cidade para que pessoas e bens pudessem entrar na urbe era, por si só, um sinal dessa descontinuidade. Fora da muralha estendia-se o arrabalde.

Atente-se na definição de arrabalde proposta por Walter Rossa<sup>107</sup>:

O arrabalde era um espaço simultaneamente urbano e periurbano, fundindo a cidade com o mundo rural não só na imagem, mas essencialmente em aspectos funcionais, como a implantação de oficinas, moinhos e de uma agricultura de produtos frescos de consumo

<sup>105</sup> Teresa Barata Salgueiro, op. cit., p. 227.

<sup>106</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., pp. 70-71.

<sup>107</sup> Walter Rossa, op. cit., p. 221.

diário. Eram áreas com forte identidade comunitária, organizadas em paróquias tidas como rurais.

Rita Costa Gomes<sup>108</sup> data de 1230 as primeiras referências à existência de igrejas no arrabalde, sinal de que os habitantes já se haviam instalado fora dos muros. A preferência recaiu sobre a vertente mais suave do morro, a sudeste da muralha, nas proximidades da Porta dos Ferreiros e, embora também haja indicadores da construção de algumas casas fora dos muros da cerca, junto à Porta de El-Rei, ocupam, comparativamente, uma área diminuta.

Junto à Porta dos Ferreiros, orientando-se paralelamente à muralha, constituiu-se uma rua, a Rua do Arrabalde<sup>109</sup> e novas casas se aglomeraram às já existentes, denotando vitalidade demográfica e económica.

A previsível guerra com Castela, no reinado de D. Fernando, levou o monarca a mandar reparar a muralha e a destruir o arrabalde, incluindo a Sé Catedral, situada sensivelmente no local onde agora se encontra a Igreja da Misericórdia. O acontecimento data de 1374<sup>110</sup>. Com a pedra das demolições foi reforçada a muralha junto à Porta da Covilhã, sendo esta substituída por uma Torre, que serviu de mirante às freiras de Santa Clara<sup>111</sup>, e aberta uma nova porta, ao lado da primeira, posteriormente designada por Porta Nova. No arrabalde da Porta dos Ferreiros localizavam-se, além da freguesia da Sé, as freguesias, e respectivas igrejas, de S. Nicolau e de S. Pedro, junto à Porta da Covilhã a paroquial de S. Julião<sup>112</sup> e a ermida de Nossa Senhora do Templo. Mais distante da muralha ficava o convento de São Francisco, que deu o seu nome ao campo onde se realizava a feira. No período medieval, nas portas da Erva e do Curro não há notícia de arrabalde constituído.

---

<sup>108</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 38.

<sup>109</sup> Teresa Barata Salgueiro, op. cit., pp. 150-160, refere que «se há duas portas não muito distantes, o novo núcleo [um «faubourg»] pode crescer entre elas ao longo de uma rua paralela ao pano da muralha, situação ilustrada pela rua do Arrabalde, na Guarda». Esta rua ainda era assim denominada em 1900, quando o nome foi alterado para Rua Dr. Lopo de Carvalho. Designava, então, o troço entre a Rua do Comércio, ao Largo da Misericórdia, e a Porta da Erva, onde findava a rua.

<sup>110</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 36.

<sup>111</sup> Desde 1383, data do início da construção do convento, segundo Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., p. 449, estavam instaladas intramuros, mas em proximidade com o exterior, como era objectivo da ordem que professavam.

<sup>112</sup> José Fernandes Pereira, op. cit., p. 31. O clero possuía bens no exterior da muralha, que apesar da contestação do poder concelhio, continua a adquirir no século XIV. Assim se ia constituindo, para Rita Costa Gomes, op. cit., p. 82, um «burgo episcopal», que se consolida no século XVII quando D. Nuno de Noronha manda edificar o Paço Episcopal e o Seminário, hoje correspondendo ao Paço da Cultura e Museu Municipal.

As ruas do arrabalde não são conhecidas documentalmente. Contudo, para Rita Costa Gomes, nesse espaço devia correr uma rua paralela à muralha que ligava as três portas e da qual irradiavam caminhos que conduziam aos principais edifícios religiosos, seria uma malha de tipo radial, a partir do centro constituído pela Porta da Torre dos Ferreiros<sup>113</sup>.

Nos finais do século XVI já existem referências a três «bairros» individualizados, dois correspondendo ao exterior contíguo às portas da Erva e dos Ferreiros, outro à paroquial de São Pedro e, na vertente noroeste, um arrabalde à Porta de El-Rei, que mantinha menores dimensões que os restantes.

Em meados do século XVIII a cidade possuía cinco freguesias, a da Catedral, a de São Vicente, a de Nossa Senhora da Vitória, a de São Tiago e a de São Pedro, todas com paroquial intramuros, excepto a de São Pedro<sup>114</sup>.

Estes núcleos populacionais representam a ligação mais estreita com o mundo rural, com a actividade agro-pastoril e com as «indústrias» artesanais. O tratamento do ferro e das peles estão documentados na toponímia da Torre dos Ferreiros, erguida sobre a Porta mais robusta da muralha<sup>115</sup>, e da Quinta dos Pelames, situada na encosta Sudeste. As actividades mais poluentes ou ruidosas eram afastadas para o espaço extramuros<sup>116</sup>, nomeadamente a produção do carvão, e o tratamento de peles. Contudo, tanto essas actividades como a extracção de pedra, o corte de madeiras e mato, eram imprescindíveis à vida urbana.

Até finais do século XIX a cidade mantém-se cingida pelas muralhas e, com pequenas excepções, é no interior desta área que se constroem novos edifícios ou se restauram os mais antigos. José Fernandes Pereira refere a tendência, que atribui a um «ensimesmamento estrutural», para conservar as formas velhas e excluir as novas. As formas renascentistas e barrocas introduziram-se no espaço mas não deixaram mais do que pequenas marcas, janelas e pátios. De monta, apenas as novas igrejas de São

<sup>113</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 87.

<sup>114</sup> Maria José Mexia Bigotte Chorão, op. cit., p. 17.

<sup>115</sup> Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., p. 78: «é um dos baluartes mais importantes da cidade. Dentro da torre há três portas, que, quando fechadas, a tornavam inexpugnável. Em frente do nicho do Senhor dos Aflitos existe a porta do meio, que é das únicas que fechavam por guilhotina em Portugal. Está bem visível o vão por onde descia a porta, que devia ser de ferro. Quase todas as cantarias desta torre são sigiladas».

<sup>116</sup> Para Amélia Aguiar Andrade - «Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas» in *A cidade. Actas das I jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993. p. 131, o espaço intramuros «era quase um espaço sagrado livre de impurezas» e tudo o que fosse tido como «sujo, feio, barulhento, ou que pudesse sugerir o mal» era expulso para o exterior.

Vicente, no local onde se situava a anterior igreja, e a da Misericórdia, extramuros e onde se localizou a Sé demolida no reinado de D. Fernando, em ambos os casos datando do século XVIII.

Com a centralização do poder régio, e a fixação de Lisboa como capital política, a Guarda ressentiu-se da falta da encomenda régia e passou a depender dos encomendadores locais, o clero e a aristocracia.

No século XVII realizou-se a construção do novo Paço Episcopal e Seminário e do solar da família Alarcão, o primeiro adjacente ao arrabalde de São Pedro e o segundo nas imediações da Sé Catedral, no lado Sul. A contenção decorativa é comum às duas estruturas<sup>117</sup>. O solar que se encontra a Sul da actual capela de São Pedro data do século XVIII.

Tal como aconteceu no resto do país, com a extinção das ordens religiosas decretada pelo governo liberal (Decreto de 30 de Maio, de 1834), a cidade da Guarda recebeu a titularidade de alguns imóveis, nomeadamente os conventos de São Francisco e de Santa Clara, nos quais, após obras de adaptação, se instalaram serviços públicos. O quartel do Regimento de Infantaria Nº 12 foi transferido para o Convento de São Francisco e, em Santa Clara, depois da demolição do edifício<sup>118</sup> e da construção de um novo, instalaram-se a Câmara, o Governo Civil, o Asilo de Mendicidade. Outros espaços religiosos esperarão pela revolução republicana para receberem a ordem de nacionalização, nomeadamente o Paço Episcopal e o Seminário.

#### 1.4. A configuração urbana no século XX

Demolidos alguns troços da muralha para facilitar a circulação, no alvor do século XX, a urbe expandia-se pelo espaço do arrabalde<sup>119</sup>. A urbanização tomava alguma visibilidade com a abertura de vias de circulação e com o estabelecimento de um incipiente saneamento básico e de outras infra-estruturas.

<sup>117</sup> José Fernandes Pereira, op. cit., p. 52.

<sup>118</sup> O jornal *Districto da Guarda*, nº 365, de 1/03/1885, justifica a demolição que vai ser realizada «aquilo é horroroso e, no consenso unânime só serve para [...] ser arrasado pelos fundamentos, utilizando-se-lhe apenas algum material aproveitável para outras construções».

<sup>119</sup> A muralha foi demolida transversalmente, atravessando a Praça Luís de Camões junto à arcada virada a sul, para facultar passagem directa entre a Rua D. Luís I e o Largo da Misericórdia, fronteiro à fachada principal da Igreja. O derrube da muralha no lado Sul permitiu o acesso à Rua do Asilo da Infância e, no seguimento, à Estrada Nacional nº 18, que liga a Guarda a Castelo Branco.

As estradas que atravessavam a cidade, no seu interior, começavam a ter nomes de rua. Das estradas mais importantes que cruzavam a cidade, para a ligar à região envolvente e às estradas do território nacional, destacamos a Estrada Municipal número 4 e a sua continuação, a Estrada Municipal número 14 que, atravessando a cidade pela Rua do Comércio, seguiam pela Rua Vasco da Gama, Largo de São João, Rua Dr. Francisco dos Prazeres, Campo dos Bois, até entroncar na estrada que passava pela ermida do Senhor do Bomfim. A ligação da Estrada Municipal número 14 com a Estrada Real número 55 fazia-se pela Rua a Oeste da Praça Fechada<sup>120</sup>, passava pelo Largo João de Almeida, até às proximidades do Chafariz de Santo André. Neste local entroncava, também, a Estrada Real número 11 que, do Campo da Dorna, seguia para Sul. Um troço da Rua do Asilo D. Maria Pia integrava-se nesta ligação<sup>121</sup>.



**Figuras 4 e 5** – (4) Troço da Rua do Asilo D. Maria Pia, 1913; (5) Troço da Rua Dr. Francisco dos Prazeres, ao Campo dos Bois; sem data.

Os trabalhos de terraplanagem, empedramento e regularização dos traçados foram feitos lentamente, de acordo com as disponibilidades financeiras da autarquia.

A instalação, pela autarquia, de canos e colectores de esgotos nas principais ruas desencadeou o pedido de inúmeras licenças para ligação de canos particulares. A abertura de poços de água continuava a ser realizada por particulares e pelo município, que investiu nos largos de maior dimensão, onde chegou a haver vários poços, como são visíveis na foto da Praça Luís de Camões<sup>122</sup>.

<sup>120</sup> Futura Rua Conselheiro Hintze Ribeiro.

<sup>121</sup> António Saraiva (coord.) – *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA, 2008. Postais nº 242 (1913) e nº 95, sem data.

<sup>122</sup> Na foto, com data anterior ao restauro de Rosendo Carvalheira, iniciado em 1902, são visíveis os dois poços abertos na Praça Luís de Camões. *BOLETIM Monumentos – Sé Catedral da Guarda*. [Lisboa]: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1957. (Nº 88, Junho). Estampa nº 12.



**Figura 6** – Sé Catedral e Praça Luís de Camões, no início do século XX.

A análise do pedido de abertura de novos poços também assume grande importância nas sessões municipais. A prioridade estava no abastecimento das fontes e chafarizes públicos<sup>123</sup>. Constata-se igual preocupação com a qualidade da água, tendo sido encerradas temporariamente fontes e realizadas obras para que fosse recebida em boas condições.

A cidade tinha luz eléctrica desde Janeiro de 1899<sup>124</sup>, fornecida pela Empresa de Luz Eléctrica da Guarda, uma sociedade formada pelos empresários Francisco António Patrício e Francisco Pinto Balsemão. A produção era feita na central hidroeléctrica do Pateiro, instalada nas margens do Rio Mondego. O fornecimento ia evidenciando falhas no fornecimento, mais significativas no período estival, sobre as quais a Câmara protestava, mas sem grande sucesso. A complementaridade deste serviço só foi assegurada na década de trinta, pela Empresa Hidro-Eléctrica da Serra da Estrela, até à aquisição da ELEG pela Companhia Eléctrica das Beiras, em 1948<sup>125</sup>.

No início do século XX, a abertura das ruas e a construção de passeios era outra realidade visível. Em alguns espaços, a cidade mais pareceria um estaleiro de obras, como se pode constatar nesta foto de 1908<sup>126</sup>:

<sup>123</sup> Por exemplo, o Chafariz da Dorna abastecia dois terços da cidade e isso justificava o indeferimento de pedidos de abertura de poços particulares a montante, no sítio da Fontinha, como se depreende da *Acta da Sessão de Câmara* de 21 de Julho de 1902. A abertura de poços na Rua 31 de Janeiro, por Francisco Pinto Balsemão, gerou acesa discussão entre os vereadores do município, e envolveu a imprensa, devido à proximidade do chafariz da Dorna.

<sup>124</sup> Em 1901, a colocação de lâmpadas de iluminação pública chegava à ermida do Senhor do Bomfim, *Acta da sessão de Câmara* de 28 de Agosto de 1901.

<sup>125</sup> Manuel Luís Fernandes dos Santos; Jaime Ferreira; João Figueira - «A Dinâmica da Electrificação – Empresa da Luz Eléctrica da Guarda, Lda. (ELEG) e a Companhia Eléctrica das Beiras (CEB)» in Jaime Ferreira (coord.), op. cit., pp. 199-200.

<sup>126</sup> António Saraiva (coord.), *A Guarda em postal....*, op. cit., postal nº 94 (de 1908).



**Figura 7** – Rua do Senhor do Bomfim; 1908.

Arrancava-se pedra para calcetamento e construção, pública e privada, nas Ruas Batalha Reis, no Campo dos Bois, próximo do novo Hospital da Misericórdia, na encosta sul do Castelo e no Barroco da Moura.

As expropriações de terrenos particulares e a demolição de edifícios foram norteadas por «projectos urbanísticos» tendo em vista a abertura de vias ou o alinhamento das casas e muros de vedação de quintais já edificadas. A ocupação temporária da via pública com materiais de construção, a abertura de valas para colocação de canos de saneamento, estavam sujeitas ao regulamento do município, que impunha a limpeza e reposição da ordem anteriormente estabelecida.

Estavam em construção o Sanatório e o Hospital da Misericórdia, e a Sé Catedral encontrava-se em obras de restauro para remover excrescências acumuladas durante séculos e, assim, recuperar a pureza das linhas fundadoras, na visão historicista de Rosendo Carvalheira.

Por deliberação camarária, os proprietários eram obrigados a limpar e a caiar periodicamente os muros das suas propriedades, sem exclusão do património do clero, ficando sujeitos a coimas os que o não fizessem dentro dos prazos estabelecidos nas posturas municipais.

Urbanizado o Campo dos Bois<sup>127</sup>, a cidade acentuava a sua expansão para Leste, na direcção do Bomfim. A feição rural continuava a marcar a fisionomia do espaço envolvente, onde as quintas bordejavam e muitos dos baldios eram, indirectamente, explorados pelo município. No lugar da Dorna, uma zona bastante arborizada,

<sup>127</sup> Em 1904 nada se refere sobre a venda de talhões para construção, mas a prática é intensa no ano de 1908, bem como o pedido de licenças para obras.

continuava a plantação de árvores<sup>128</sup> que, além de frutos como castanhas, forneciam lenha e madeiras para a construção. Também aí eram exploradas pastagens e feno, que a autarquia arrematava anualmente a particulares, procedimento que igualmente adoptava para os campos da vertente oposta da cidade, o Alto do Torreão, o Campo de São João, onde distinguiam ainda a Eira de São João e Trás de São João, o Campo dos Bois e, mais distante do centro, o Largo do Moinho de Vento, próximo da ermida do Senhor do Bomfim.

Os quintais, que prolongavam as casas pelas ruas, sobretudo no espaço intramuros, continuavam a assegurar alguma subsistência de legumes aos moradores citadinos, tal como as coelheiras e capoeiras abonavam a carne. Como a agricultura de subsistência era praticada correntemente, tornava-se imprescindível a abertura de poços para rega. A construção de pocilgas no arrabalde era licenciada pela Câmara Municipal<sup>129</sup>, tal como o fornecimento de carne de vaca era sua competência, que a vendia nos talhos municipais. O abate de reses era feito no Matadouro, situado no Torreão, mas havia periodicamente carência de carne de vaca porque os criadores faltavam às arrematações.

As doenças propagavam-se mais facilmente no espaço onde conviviam seres humanos e animais domésticos<sup>130</sup>, e onde a preocupação com a higiene dos lugares públicos não tinha alcançado visibilidade<sup>131</sup>. O tifo, a cólera, a varíola eram doenças endémicas, e pelas ruas circulavam muitos tuberculosos, alguns trazidos pela esperança da cura. Só a abertura do Sanatório, em 1907, atenua este drama do medo de contágio.

---

<sup>128</sup> Dos viveiros nacionais da Mata do Buçaco foram transplantados milhares de árvores, mas outras eram criadas em viveiros locais. Esta prática estava enraizada, os alunos das Escolas Primárias tinham uma rua destinada à plantação na “Festa da Árvore”, uma «festa simpática e civilizadora», como se refere na *Acta da Sessão de Câmara* de 11 de Março de 1909.

<sup>129</sup> No Campo de São João já existiam pocilgas e outras foram licenciadas, assim como no sítio do Mercado dos Porcos e no Campo dos Bois. Numa época em que os transportes de curta distância se faziam com animais, e em carros se transportava a pedra e a lenha, a existência de cocheiras espalhadas pela cidade também é de supor. A *Acta da Sessão de Câmara* de 5 de Outubro de 1903 refere a existência de uma cocheira na Rua Direita, numa altura em que os animais da autarquia ficavam em currais na zona do Torreão.

<sup>130</sup> Além dos animais de tracção que eram alojados em cocheiras, os moradores possuíam animais domésticos e animais de criação destinados ao consumo. A Câmara Municipal já em 1894 tinha publicado uma postura sobre galinhas e outras aves domésticas que era proibido deixar à solta nas ruas, praças, largos e becos da cidade, ficando os proprietários infractores sujeitos a uma coima de 200 réis, jornal *Distrito da Guarda*, nº 843, de 19/04/1894.

<sup>131</sup> A autarquia investiu na compra de «escarradores» para o Matadouro Municipal, provavelmente para controlar o contágio de tuberculose, e na colocação de urinóis nos lugares de maior movimento, mas eram má vizinhança em qualquer dos lugares onde pretendia instalá-los.

Mas a vida fervilhava, e a imprensa assumia grande relevância na informação da população<sup>132</sup>, na divulgação de publicidade mas, também, na formação da opinião pública sobre os assuntos da política nacional e sobre a governação da autarquia. As elites locais, residentes ou em visita, eram alvo de notícia e, quase sempre, de elogiosa referência. Os comerciantes e empresários divulgavam os seus produtos ou serviços.

A vida comercial concentrava-se, significativamente, em quatro ruas: a Rua do Comércio, a Rua Direita, a Rua Formosa (antiga Rua das Padeiras) e a Rua da Torre. Noutras ruas são referidas, pontualmente, lojas comerciais ou estabelecimentos de prestação de serviços, como alfaiatarias e modistas, venda de máquinas de costura, serviços de tipografia, fotografia, farmácia.

**Quadro 1** – Evolução do número de vias e de espaços públicos de 1900 a 1980.

<b>Número de vias e espaços públicos</b>					
	<b>1910</b>	<b>1926</b>	<b>1933</b>	<b>1974</b>	<b>1980</b>
<b>Avenida</b>	2	2	2	4	4
<b>Bairro</b>	-	1	1	4	5
<b>Beco</b>	-	-	-	1	1
<b>Campo</b>	1	-	-	-	-
<b>Esplanada</b>	-	3	3	2	2
<b>Jardim</b>	-	1	1	1	1
<b>Largo</b>	15	17	17	19	18
<b>Praça</b>	1	1	1	1	2
<b>Praceta</b>	-	-	-	1	1
<b>Quinta</b>	1	1	1	-	-
<b>Rua</b>	51	55	56	77	83
<b>Sanatório</b>	1	1	1	1	1
<b>Travessa</b>	8	9	9	10	9
<b>TOTAL</b>	<b>80</b>	<b>91</b>	<b>92</b>	<b>121</b>	<b>127</b>

Como se observa no Quadro 1, no alvor do século XX a cidade configurava-se espacialmente em duas avenidas, situadas fora da muralha, quinze largos, nove dos quais localizados extramuros, duas praças, a Praça Fechada<sup>133</sup> e a impropriamente designada Praça Velha ou Praça de Luís de Camões, cinquenta e uma ruas, sendo vinte e seis extramuros, e oito travessas, cinco localizadas fora dos muros do núcleo inicial.

<sup>132</sup> A população das freguesias urbanas foi calculada, para o ano de 1900, em 6197 habitantes e, para 1911, em 6665. Rui Jacinto, op. cit., p. 21.

<sup>133</sup> A praça (mercado) nova, fechada, foi construída no Campo da Boa Vista e teve inauguração em 1900. Foi designada, após a revolução republicana, de Praça da República, tendo sido demolida para a construção do novo edifício dos Paços do Concelho, inaugurado no ano de 1993.

Em 1910, quando o regime monárquico sucumbiu face à República<sup>134</sup>, a cidade era pequena mas expandia para novas artérias, expostas sobretudo para Leste e Sul, a área habitacional, o comércio e os organismos de prestação de serviços.

A implantação da República foi vivida com euforia por muitos dos guardenses, que a esperavam como um sonho, que por ela haviam lutado, deixando ecos na imprensa, sobretudo a local.

Com celeridade, os órgãos da administração local adoptaram as mudanças e, entusiasmados pelo projecto de construção de uma sociedade democrática, lamentavam os constrangimentos provocados pelas leis do anterior regime que tardavam a ser substituídas.

A exaltação do novo regime continuou na festa da Bandeira Nacional, comemorada no dia um de Dezembro<sup>135</sup>, com um cortejo cívico. As festividades continuaram no Dia do Trabalhador, consagrado como feriado municipal, no dia da abertura das Constituintes, e no primeiro aniversário da República. O bodo aos pobres manteve-se como prática recorrente nos dias comemorativos.

Cedo se constatou a falta de orçamento para os melhoramentos locais previstos e alguns dirigentes municipais demitiram-se face a estes condicionalismos<sup>136</sup>.

Em alternativa aos grandes projectos, como a dotação de uma rede de água canalizada e de esgotos, a construção de um bairro para habitação dos operários, a edificação de um hotel de turismo e de um campo para jogos desportivos, o calçetamento das novas ruas e largos, a abertura de mais estradas municipais, ou a sua conclusão, que ficaram adiados, optaram pela gestão dos bens nacionalizados à Igreja, poucos, mas que permitiram a redistribuição dos serviços públicos.

O anticlericalismo de uma facção de dirigentes locais apressou a demolição da capela consagrada ao Espírito Santo<sup>137</sup>, próxima da Porta de El-Rei, mas no exterior. A

---

<sup>134</sup> No dia 5 de Outubro, cerca das dez horas da manhã, a República foi proclamada nos Paços do Concelho de Lisboa. No dia 6 de Outubro «foi proclamada a República no Porto e noutras localidades da província, o mesmo acontecendo nos dias seguintes por todo o país», Francisco Manuel Vitorino - «O tempo dos impérios» in António Augusto Simões Rodrigues (dir.) – *História Comparada - Portugal, Europa e o Mundo, uma Visão Cronológica*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996. p. 252.

<sup>135</sup> Para comemorar «o dia em que o povo português recuperou a sua independência e liberdade [...], saudando ao mesmo tempo a Bandeira Nacional como símbolo que é da alma colectiva da Pátria», *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Novembro de 1910.

<sup>136</sup> «Sem orçamento não pode haver melhoramentos locais», como é referido na *Acta da Sessão de Câmara* de 18 de Janeiro de 1912.

mesma solução foi apontada para os nichos, designados Passos, integrados no percurso da Procissão dos Passos, que a Santa Casa da Misericórdia realizava anualmente, os quais sobreviveram graças à deferência pela acção social desta instituição<sup>138</sup>.

Feitos alguns levantamentos topográficos, sobretudo na zona do Bomfim e no Largo de São João, o espaço urbanizado expandiu-se<sup>139</sup> no sítio do Campo dos Bois, no Bairro do Bomfim e Moinho de Vento, na zona confinante com o Asilo da Infância Desvalida e antigo Mercado dos Porcos<sup>140</sup>. Formaram novas Esplanadas com o entulho proveniente das demolições e das terraplanagens, nomeadamente as Esplanadas do Mirafonso<sup>141</sup> e dos Mártires da Pátria. A ocupação do espaço acompanhou a abertura dos eixos viários, na direcção das saídas pelo Bomfim ou pela Rua Batalha Reis, deixando, contudo, isolado o recinto do Sanatório, para evitar a proximidade com a doença contagiosa.

Não foram interrompidas as obras de abertura da via que ligava o Largo Eduardo Proença à Rua do Asilo, da Rua que ligaria o Largo de São João à via de prolongamento da calçada do Carvalho<sup>142</sup>, o calcetamento da Rua Vasco da Gama<sup>143</sup>.

Estudado o problema do abastecimento de água à cidade, iniciaram a pesquisa de águas em Porcas<sup>144</sup>, e optaram pela Montanheira para estabelecimento de uma central elevatória<sup>145</sup>, a partir do Rio Mondego, e pelo sítio da Torre de Menagem para construção de depósitos de água.

Em 1923 tiveram início as inscrições para instalação de rede de telefones, melhoramento que beneficiava, sobretudo, a actividade comercial.

<sup>137</sup> Depois de a Junta de Freguesia de São Vicente ter concluído pela incapacidade de recuperação da Capela, foi decidido arrematar os materiais e remover o entulho para o Largo de São João, *Actas das Sessões de Câmara* de 30 de Maio de 1912 e 3 de Abril de 1913.

<sup>138</sup> O assunto foi discutido nas *Actas das Sessões de Câmara* de 20 de Junho de 1912 e 26 de Dezembro de 1912, entre outras. Estes Passos foram restaurados em 1967. Na *Acta da Sessão de Câmara* de 17 de Abril de 1967 foram denominados de «Capelas dos Passos».

<sup>139</sup> «Fez-se a planificação de loteamentos, numa malha reticulada ou ortogonal, segundo as vicissitudes da topografia. Não era ainda um plano global, mas algo planificado e executado num espaço restrito.» Cecília Falcão Dias - «O “Aformoseamento”- Gentes, Normas e Obras, de 1900 a 1939» in Jaime Ferreira (coord.), op. cit., p. 40.

<sup>140</sup> O mercado do gado suíno foi transferido para o Bomfim, para as proximidades do muro que delimita o quartel do Regimento de Infantaria N.º 12.

<sup>141</sup> Esta Esplanada surgiu adjacente à fonte de mergulho anteriormente designada de «Mouro Afonso». A fonte, que se tornou um foco de infecções, por falta de limpeza, foi fechada para obras. Parte desta Esplanada foi cedida para colocação do monumento ao Dr. Lopo de Carvalho.

<sup>142</sup> Futura Rua Dr. Manuel de Arriaga.

<sup>143</sup> Considerada uma das artérias mais movimentadas devido aos estabelecimentos de saúde e de recreio.

<sup>144</sup> Futuramente denominada «Vale de Estrela».

<sup>145</sup> Na *Acta da Sessão de Câmara* de 22 de Maio de 1924 é referido que D. Miguel Osório Cabral de Alarcão cedeu à Câmara 6400 m<sup>2</sup> de terreno na Montanheira, e o necessário para construção do ramal até à estrada.

O trânsito automóvel, depois de uma primeira fase de circulação em bicicleta, atingiu proporções que condicionou a autarquia a destinar-lhe espaços de estacionamento e um local de aprendizagem.

A instrução escolar da população animou a acção dos políticos locais, traduzindo-se na elevação do Liceu Afonso de Albuquerque a Liceu Central<sup>146</sup> e na construção de escolas primárias. Foi concebido um projecto para desenvolver na Tapada de São João, nos terrenos da Condessa de Foz d'Arouce<sup>147</sup>, mas acabou por ser abandonado.

Alguns melhoramentos foram realizados a expensas de instituições não locais. O problema habitacional foi atenuado com a construção de algumas casas no parque do Sanatório, para doentes em tratamento, foram lançadas as bases para a construção de um dispensário materno-infantil, e para o alojamento e exercitação dos Bombeiros Voluntários Egitanenses. Desejaram a construção de um edifício para Museu Regional, mas em alternativa atribuíram-lhe instalações deixadas vagas no antigo edifício do Seminário.

A I Guerra Mundial foi um acontecimento que marcou, pelo sofrimento, pela fome, pela miséria, a vivência da população<sup>148</sup>. A cidade viu partir militares para a defesa das colónias em África e para integrarem o Corpo Expedicionário Português que viajou para França. Faltaram os víveres, mesmo os essenciais como o açúcar e a batata, e os que existiam no mercado eram inacessíveis pela grande carestia. Faltou a moeda e recorreram à emissão de vales para substituição das notas de valores mais reduzidos.

Os governantes da cidade da Guarda estavam atentos ao que se passava lá fora: congratularam os líderes enviados às Conferências de Paz, homenagearam os mortos caídos em combate e em defesa da Pátria, deslocaram-se comitivas para participar em eventos de âmbito nacional. Mais ainda, tomaram posição sobre eleições e nomeações, acompanharam os acontecimentos da viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, manifestando-se no *Diário de Notícias* sobre o alcance do acto vitorioso, contribuíram para campanhas de solidariedade, angariaram subscritores para causas locais, sobretudo as que atingiam o prestígio histórico<sup>149</sup>, nomeadamente militar e administrativo. Mas os

---

<sup>146</sup> Elevado pelo Congresso Nacional, conforme consta da *Acta da Sessão de Câmara* de 3 de Setembro de 1915.

<sup>147</sup> Dona Maria Joana de Bourbon Melo Giraldes, *Acta da Sessão de Câmara* de 12 de Fevereiro de 1917.

<sup>148</sup> «A Guerra extraordinária em que se envolveram os povos mudou por completo a face do mundo e as condições da existência humana», lê-se na *Acta da Sessão de Câmara* de 6 de Janeiro de 1921.

<sup>149</sup> A Guarda é «capital de distrito e que não podemos considerar como um qualquer lugarejo marroquino», lê-se na *Acta da Sessão de Câmara* de 12 de Dezembro de 1912, a propósito da demolição de um templo em estado de ruína.

dirigentes autárquicos também eram sensíveis às acções praticadas pelos concidadãos, exarando votos de agradecimento pela generosidade a favor da causa pública, enviando enaltecimentos pelas acções praticadas, mas igualmente manifestando a solidariedade pela perda de alguma figura de relevo para a cidade.

Ao aproximar-se o fim da primeira República, com o golpe militar conduzido por Gomes da Costa em 28 de Maio de 1926, a cidade da Guarda continuava a apresentar características do tempo da monarquia, nomeadamente o carácter rural oculto pelos muros dos quintais, que para muitos continuavam a assegurar a subsistência básica num tempo de penúria alimentar e de carestia. As galinhas e outros animais domésticos, contrariamente ao estatuído nas Posturas Municipais, continuavam a vaguear pelas ruas<sup>150</sup>, mas o saneamento, o fornecimento de água canalizada, e uma distribuição de energia eléctrica com regularidade, continuavam por concretizar. A escassez dos orçamentos contribuía para os atrasos e anulação dos projectos de obra, todavia, as obras públicas continuavam, não obstante estes constrangimentos, a marcar as ruas, os largos e as esplanadas<sup>151</sup>.

Cotejando a tipologia das vias de 1910 com as de 1926 (Quadro 1), conclui-se que é igual o número de avenidas, formaram-se mais dois largos, um total de dezassete, mais quatro ruas, construídas fora do perímetro muralhado, perfazendo o número de cinquenta e cinco, mais uma travessa, sendo agora nove. O maior crescimento verificou-se na construção de esplanadas, concretamente três, e no desaparecimento da denominação de «Campo», agora apelidado de largo ou jardim. A arborização dos espaços públicos foi outra constante nas diligências do vereador responsável pelo pelouro.

Tentando contrariar as dificuldades, os republicanos evidenciavam preocupações com a estética e com o embelezamento dos espaços públicos. As expropriações de terrenos, as permutas, as cedências, as demolições, asseguravam o alinhamento dos muros dos quintais e a reparação dos erros ou da falta de planificação do espaço público. A importância do projecto urbanístico, mandado fazer para os espaços procurados para construção, a aprovação e fiscalização das obras particulares por um profissional competente, da engenharia civil, revelam a vontade de mudança. Duas

---

<sup>150</sup> Pede-se a intervenção do Comissário da Polícia para terminar com o «abuso», *Acta da Sessão de Câmara* de 3 de Março de 1921.

<sup>151</sup> O crescimento operou-se «dentro de um quadro de interesse comum, que o poder municipal nunca enjeitou», e não segundo os interesses dos particulares. Cecília Falcão Dias, *op. cit.*, p. 47.

plantas da cidade, uma apresentada ao município, por técnicos do exército, em 1924 e outra em 1925<sup>152</sup> denotam a procura de sentido para a ocupação do espaço e para a emergente expansão urbana.

O mandato da governação autárquica termina abruptamente, por imposição da Ditadura Militar<sup>153</sup>, ficando exarado o protesto em acta de 15 de Julho, de 1926: «eleitos pelo sufrágio do povo, só o povo, por força da própria lei constitucional, reconhece como nosso mandante supremo; ante a força da força que nos esbulha deste honroso mandato [...]».

A Comissão Administrativa Municipal, nomeada pelos detentores do poder político, evidencia uma composição de que ressalta o peso que a instituição do exército passará a ter na direcção municipal e distrital<sup>154</sup>. Os detentores dos cargos são militares, bem como os seus substitutos nas ausências motivadas pelas comissões de serviço. A gestão do município passou a ter balancetes semanais para um maior controlo dos orçamentos, e as obras em curso, como o abastecimento de água e a instalação de uma estrutura para o saneamento, adquiriram novos agentes nos Ministérios.

A avaliar pelo elevado número de instituições de beneficência, privadas e estatais<sup>155</sup>, podemos deduzir que a população pobre representava uma fatia populacional expressiva. Contudo, as obras privadas intensificaram-se no sentido da melhoria das condições de habitabilidade, pois a população urbana continuou na senda do progresso material, cada vez mais se coadunando com os progressos públicos ao nível das infra-estruturas. Foram pedidas licenças para alteração, reconstrução, edificação, alinhamento dos muros em função dos novos arruamentos.

Também o espaço urbano<sup>156</sup> continuou a ser objecto de benfeitorias. A Praça fechada/mercado foi calçetada e coberta com uma estrutura de ferro e zinco, a instalação

<sup>152</sup> Esta planta é tratada pormenorizadamente no Capítulo 3, concernente à evolução da toponímia urbana.

<sup>153</sup> O pronunciamento militar, iniciado a partir de Braga, sob liderança do general Gomes da Costa, resultou num golpe militar que «substituiu a I República demo-liberal, estruturou-se o Estado Novo (tendencialmente totalitário)», João Paulo Avelãs Nunes - «O mundo entre as guerras» in António Augusto Simões Rodrigues (dir.), op. cit., p. 306.

<sup>154</sup> Passou a desempenhar as funções de Presidente o Capitão do Regimento de Infantaria N° 12, Orlindo José de Carvalho, sendo vogais o Major Ernesto Franco, os Capitães José Joaquim Pinto Monteiro e Manuel Diogo da Silva Freire e o Tenente do 2° Grupo de Metralhadoras, e bacharel em direito, Agostinho Seguro Pereira. O Governo Civil do Distrito foi atribuído ao Major Francisco de Passos.

<sup>155</sup> Na comemoração do quarto aniversário da Revolução Militar do dia 28 de Maio, a Câmara atribuiu subsídio às seguintes instituições: Santa Casa da Misericórdia, Asilo da Infância Desvalida, Lactário Dr. Proença, Dispensário de Higiene Social, Sopa dos Pobres, Conferência de São Vicente de Paulo e Agasalho dos Pobres, segundo a *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Maio de 1930.

<sup>156</sup> Em 1928, como é mencionado na *Acta da Sessão de Câmara* de 11 de Julho, a área da cidade, considerada para aplicação de uma Postura Municipal sobre sanidade e higiene, era a seguinte: «Portão do

das redes telefónica e eléctrica prosseguiram<sup>157</sup>, bem como a instalação da tubagem do saneamento e da canalização de água. Os largos foram intervencionados em nome da sensibilidade estética<sup>158</sup>, pretenderam a erradicação das pocilgas e vacarias do centro urbano e o mercado do gado lanígero foi afastado para espaços mais distantes do perímetro habitado, o sítio do Moinho de Vento. Tudo foi elaborado em nome do progresso e da observância das posturas e planos de urbanização. O pedido para colocação de bombas auto-medidoras nos lugares mais centrais foi também objecto de ponderada decisão pelos governantes municipais.

Alguns equipamentos foram entregues para usufruto da população, o Liceu foi instalado no edifício dos Paços do Concelho, pois estes foram transferidos para a Praça Luís de Camões, depois de uma intervenção no edifício, concluída em 1929.

Em 1926, o Lactário Dr. Proença, construído em terrenos cedidos pelo município, foi concluído e vistoriado para abrir as portas a uma imprescindível obra humanitária.

Após a atribuição de alguns topónimos, a Comissão Administrativa Municipal decidiu adquirir letreiros para identificação das ruas, reflexo de uma crescente urbanidade e de preocupações com a atracção de turismo à cidade, que se depreende, também, do acordo para a construção de um grande hotel na Guarda<sup>159</sup>.

Analisado o período entre 1926 e 1933, relativamente à tipologia das vias conclui-se que as diferenças são muito reduzidas: apenas aumentou o número de ruas, de cinquenta e cinco para cinquenta e seis (Quadro 1).

---

Sanatório, Chafariz de Santo André (pelo caminho junto ao muro do sanatório), Estrada Municipal Nº 17 (pela Mata até ao entroncamento com a Estrada Nacional Nº 8), Estrada Nacional Nº 8 (até ao entroncamento com a Estrada Nacional Nº 15), antiga Estrada Nacional Nº 11 (até ao Largo 1º de Maio), Largo 1º de Maio, Rua Miguel Bombarda (até às quatro esquinas), Rua do Amparo, Rua Francisco de Passos, Torreão, Chafariz do Carvalho, Rua Manuel de Arriaga, Largo de São João, Rua Dr. Francisco dos Prazeres, seguimento da Rua Nuno Álvares (até ao Cruzeiro do Bomfim), Rua do Bomfim, Rua França Borges (até ao Lactário), Largo Eduardo Proença (pelo lado Sul junto ao Quartel do RI Nº 12), Rua Batalha Reis, Portão do Sanatório».

<sup>157</sup> Para tanto foi necessário abater algumas árvores em vários pontos da cidade, que dificultavam a passagem dos fios.

<sup>158</sup> Ao longo do período considerado, o Largo Serpa Pinto foi ajardinado; o coreto do Largo Luís de Camões foi transferido para a Mata da Dorna por «destoar» da beleza arquitectónica da Sé, «onde foi colocado, inadvertidamente por certo», como refere a *Acta da Sessão de Câmara* de 20 de Abril de 1927; na Esplanada Mirafonso continuou a construção do muro de suporte; na Rua João de Deus foram demolidas umas casas, em 1939, para converter o espaço fronteiro aos Correios e Telégrafos num Largo; o mesmo se passando com uns «barracões» adjacentes à Sé Catedral que foram desmantelados para criar uma via de circulação em torno do monumento. O Largo da Misericórdia foi dividido, em 1931, em duas plataformas, através da construção de um muro.

<sup>159</sup> A obra, que se prolongou por quase duas décadas de trabalhos, ficará sob responsabilidade da Comissão de Iniciativa da Guarda, da Junta Geral e da Câmara Municipal, *Acta da Sessão de Câmara* de 9 de Julho de 1930.

Todavia, esta urbanidade continua rodeada de sinais de ruralidade, marcada pela regular arrematação da pastagem e feno dos terrenos baldios da Eira e Chão de São João e Moinho de Vento. Outros baldios foram urbanizados e já não foram semeados, mas em 1930 ainda foi vendido um «lote de giestas» cortadas no Torreão.

No extenso período denominado de «Estado Novo»<sup>160</sup> a cidade desenvolveu-se em todas as direcções, tendo-se acentuado a preferência dos habitantes pela vertente oriental do morro onde permaneceu alcandorada durante séculos. A extracção de pedra, o cultivo dos campos e as terraplanagens para a abertura de vias de circulação contribuíram para que o relevo se fosse suavizando e modelando às necessidades da vivência urbana.

Com a melhoria do nível de vida, a população das freguesias urbanas aumentou de 8877 habitantes em 1930, para 9391 em 1940, de 11586 em 1950, para 12787 em 1960, e já contabilizava 17407 residentes em 1970<sup>161</sup>, e a habitação tornou-se o maior problema a enfrentar. A carência habitacional era transversal a todas as classes sociais.

O poder político procurou atenuar o problema da falta de habitação, mas fê-lo no respeito por considerações técnicas e urbanísticas. As novas construções em espaço já urbanizado foram submetidas a pareceres técnicos, foram elaborados projectos e, exceptuando as habitações de montante inferior a dez mil escudos e construídas em recintos vedados, a licença de construção estava sujeita à aprovação por um engenheiro ou por um arquitecto<sup>162</sup>. A técnica construtiva beneficiou com a utilização de novos materiais, nomeadamente o cimento e o ferro, vigas e placas, tijolo e blocos, em detrimento dos materiais e das técnicas mais tradicionais<sup>163</sup>.

Foi significativo o incremento da construção habitacional privada, tanto de moradias familiares como de prédios de rendimento, estes como forma de investimento no ramo imobiliário, mas fazendo face à carência de habitações. A área urbana já ocupava espaços afastados do núcleo primitivo, como o Mapa 2 documenta.

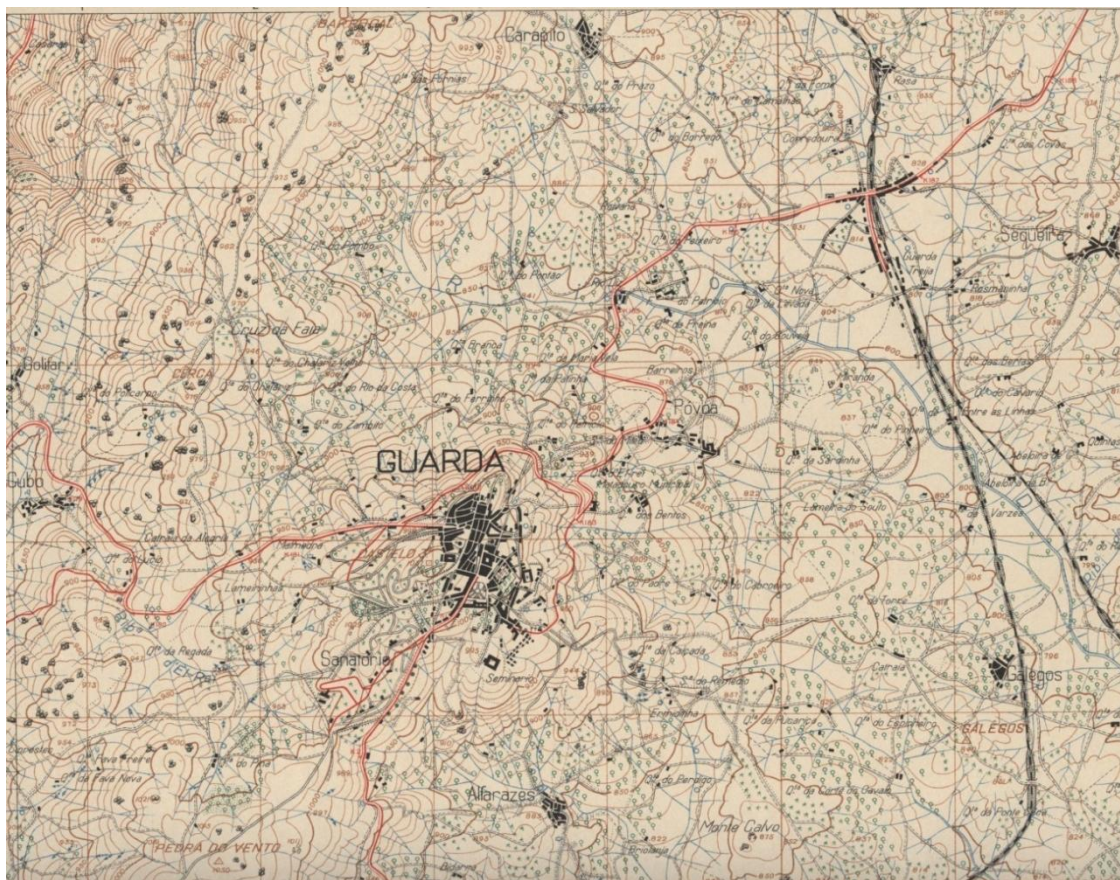
---

<sup>160</sup> Consideramos «Estado Novo» o período compreendido entre 19 de Março de 1933, com a aprovação, por plebiscito, do projecto de Constituição Política da República apresentada ao país pelo governo liderado por Oliveira Salazar - João Paulo Avelãs Nunes, op. cit., p. 332 -, e o Movimento das Forças Armadas que eclodiu no dia 25 de Abril de 1974, pondo termo à mais «velha e conservadora ditadura europeia», António Augusto Simões Rodrigues - «O pós-guerra (1974-1995)» in António Augusto Simões Rodrigues (dir.), op. cit., p. 496.

<sup>161</sup> Rui Jacinto, op. cit., p. 21. O Mapa 2 fornece elementos sobre a ocupação habitacional nos terrenos mais distantes do núcleo urbano.

<sup>162</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 22 de Abril de 1935.

<sup>163</sup> Jaime Ferreira - «Do perpianho ao betão – deambulações entre 1940 e 1959» in Jaime Ferreira (coord.), op. cit., p. 95.



**Mapa 2** – A Guarda segundo a Carta Militar de Portugal, fl. 203, Serviços Cartográficos do Exército, 1936 (reimpressão de 1942). Escala 1:25 000.

Os baldios públicos, em função da procura para construção habitacional, continuaram a ser loteados e vendidos em hasta pública, o mesmo se passando com as quintas privadas envolventes do espaço urbano, onde surgiram bairros periféricos<sup>164</sup>. Em alguns casos, só após a construção de moradias, ou de prédios habitacionais, o município estudou a urbanização do espaço, para o dotar de infra-estruturas.

Em terrenos municipais, cedidos gratuitamente pelo município, a Santa Casa da Misericórdia empreendeu a construção de casas destinadas a famílias pobres, a oeste da Estrada Municipal do Bomfim. O Ministério das Corporações e Federação das Habitações Económicas (Federação de Caixas de Previdência) construiu, por fases, casas e blocos habitacionais de renda económica<sup>165</sup>, a Comissão «Património dos

<sup>164</sup> Encontrámos referências a quintas que foram urbanizadas, como a Quinta do Isidro, junto ao Bairro do Bomfim (pedido de urbanização formulado em 1967), a Quinta do Pinto (urbanizada em 1968), a Quinta do Paraíso, nas proximidades da Rua do Carvalho, e às quintas, contíguas, das Lameirinhas e da Malmedra (início dos anos de 1970), onde surgiram significativos conjuntos habitacionais.

<sup>165</sup> As Ruas Francisco Patrício e Duque de Bragança foram ocupadas, maioritariamente, por habitações de renda económica. A José Soares da Fonseca, figura de relevo no Ministério das Corporações e

Pobres» erigiu casas para famílias pobres em terreno adjacente à Estrada de Alfazazes<sup>166</sup>. Em 1949, para alojar mais condignamente os magistrados judiciais, foram construídas três habitações nas proximidades do Seminário.



**Figuras 8 e 9** – (8) «Bairro da Caixa»; (9) Placa de inauguração (1966); 2010.

Esta expansão verificou-se também na ocupação de terrenos mais distantes, como a Tapada de São João<sup>167</sup>, a Quinta de Nossa Senhora dos Remédios e a Póvoa do Mileu<sup>168</sup>, que foi atravessada pela via de ligação da cidade à estação de caminho-de-ferro. A abertura de acessos e a instalação da rede de energia eléctrica foram outras preocupações de urbanização destes espaços.

No perímetro urbano mais antigo intensificaram-se as obras de saneamento, foi reforçado o caudal da água canalizada e estudou-se a recolha do lixo doméstico, cujo horário foi divulgado à população<sup>169</sup>.

---

Previdência Social, se deve o Palácio das Corporações e o bairro das casas de renda económica (Bairro da Caixa), continuado, em 1966, pela acção do Ministro José João Gonçalves de Proença, ministro da mesma pasta, Jaime Ferreira, op. cit., pp. 116-117 e 147.

<sup>166</sup> A Câmara cedeu o terreno e o financiamento destas habitações foi feito com doações de beneméritos, alguns dos quais têm o seu nome assinalado nas placas colocadas nas habitações. Os seminaristas contribuíram para a recolha de fundos (Figuras 22 a 27 do Anexo G, placas memorativas).

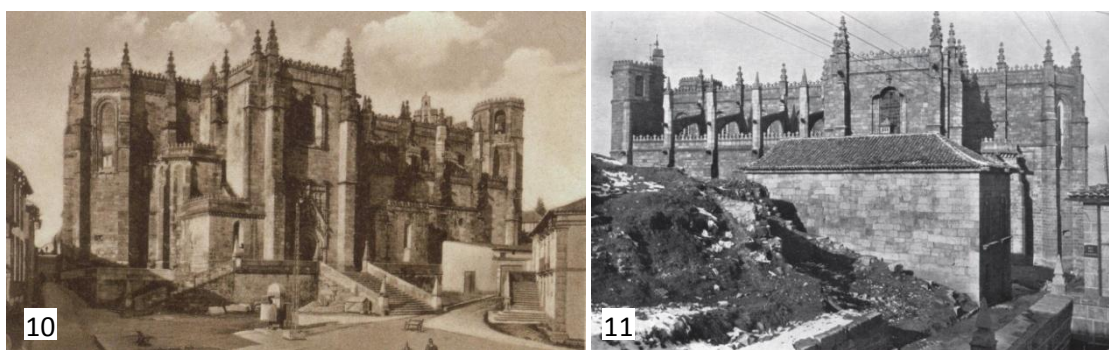
<sup>167</sup> Anterior propriedade dos marqueses da Graciosa, confronta a Norte com caminho público, a Nascente com as propriedades do Dr. Felizardo Saraiva e Major Luciano Cardoso, a Sul com o Hospital da Misericórdia e a Poente com o muro pertencente ao Dr. Felizardo Saraiva, referência que consta da *Acta da Sessão de Câmara* de 5 de Junho de 1943.

<sup>168</sup> A electrificação da Póvoa do Mileu foi feita em 1957, *Acta da Sessão de Câmara* de 3 de Dezembro de 1957.

<sup>169</sup> Não obstante a canalização de água, continuaram a verificar-se melhoramentos nos chafarizes e nas fontes existentes. Foi construído um chafariz próximo do da Dorna, o chafariz das Obras Públicas (também conhecido por Chafariz dos Amores), em 1943, e foram construídos lavadouros públicos no Chafariz da Dorna e na Fonte Mirafonso.

Apesar dos esforços, em 1967, mantinha-se o «afetivo problema residencial da cidade»<sup>170</sup>. Em 1970, a Fundação Salazar financiou a construção de oito habitações para as classes pobres, no bairro existente.

Por toda a cidade, tanto nos arruamentos intramuros como nos que ficam no exterior, o calcetamento das ruas com paralelos e a pavimentação dos passeios foi uma constante neste vasto espaço temporal. A abertura de ruas, a instalação de ramais para fornecimento de água, as canalizações dos esgotos<sup>171</sup>, a distribuição de electricidade e de telefones marcam a paisagem, um «estaleiro» a céu aberto. Simultaneamente, os largos e os jardins públicos foram objecto de ajardinamento<sup>172</sup>, e outros espaços públicos de convivência social foram modificados para melhorar a circulação, como aconteceu na Praça da República, nas envolventes do Liceu Afonso de Albuquerque e da Sé Catedral, onde algumas casas obstruíam a circulação de pessoas e de veículos automóveis<sup>173</sup>.



**Figuras 10 e 11** – Sé Catedral: (10) Fachada Norte; (11) lado Sul da Sé Catedral.

<sup>170</sup> Como se refere na *Acta da Sessão de Câmara* de 4 de Dezembro de 1967.

<sup>171</sup> Os esgotos eram aproveitados para fertilização dos terrenos agrícolas das quintas confinantes com o perímetro urbano. Os proprietários, como Francisco Simão, encarregavam-se de construir “colectores” para onde corriam os dejectos e pagavam uma taxa ao município, Jaime Ferreira, op. cit., p. 154.

<sup>172</sup> Destacam-se as intervenções: no Jardim José de Lemos, onde foi edificado um monumento de homenagem aos mortos da Grande Guerra; no Largo de São João por ter recebido um monumento à memória do poeta Augusto Gil; no Largo General João de Almeida, com a construção de muro a formar duas plataformas e arranjo da escadaria de acesso à Igreja da Misericórdia; no Largo Frei Pedro, o qual recebeu uma escadaria de acesso ao largo do tabuleiro superior, São Pedro, e um WC público; na Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra, onde foi colocado um busto, assente em pedestal, do Dr. Lopo de Carvalho, e foi ajardinado. O Chafariz de Santo André, após vários anos de intervenção, deu lugar a uma Alameda, para onde foi transferido um chafariz monumental da aldeia da Vela, pertencente à família Saraiva Refóios.

<sup>173</sup> A Figura 10, António Saraiva (coord.), *A Guarda em postal...*, op. cit., foto nº 138, mostra a edificação que obstruía a circulação para o lado ocidental, tendo fechado uma «rua medieval», Dulce Helena Dias Borges - «Rasgar ao meio o ofício de ver» in Jaime Ferreira (coord.), op. cit., pp. 433. Em 1943 foram demolidas algumas habitações para desobstrução do largo Sul da Sé, uma das quais é visível na Figura 11, *BOLETIM Monumentos*, op. cit., figura nº 27. Essa habitação foi reedificada na Rua do Asilo de Infância Desvalida. As obras foram da competência da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Os estudos topográficos e os projectos foram acompanhando as exigências da intervenção. Tendo por referência as actas das sessões da Câmara Municipal, foram feitos planos específicos para os Bairros do Bomfim<sup>174</sup>, de São João (década de 1930) e da Guarda-Gare (1940), assim como para os melhoramentos do Largo dos Correios, das envolventes do Liceu masculino e da Sé Catedral (aprovado em 1943) e da Capela do Mileu (1946). Igual tratamento mereceu o prolongamento das ruas Nuno Álvares (1948), da Guarda-Gare e Sequeira e da Guarda com a estação do caminho-de-ferro (década de 1950), e do Carvalho, estabelecendo a «concordância» com a Rua Manuel de Arriaga, numa nova via construída para dar acesso à Estrada Nacional 16, bem como as ligações entre a Rua Lopo de Carvalho e o Posto da Polícia de Viação e Trânsito, pelo lado do Torreão (década de 1960). O Antepiano de urbanização da cidade foi elaborado pelo arquitecto João António de Aguiar<sup>175</sup>.

Todos estes estudos beneficiaram dos levantamentos aerofotogramétricos<sup>176</sup>, tanto de carácter geral como de pormenor, alguns já realizados nos anos de 1940 e, outros, posteriormente, em 1960 e 1972.

A construção e a reconstrução de equipamentos públicos tiveram um grande impulso e contribuíram quer para a melhoria das condições de vida da população quer para a oferta de serviços públicos em edifícios mais condignos. O Hotel de Turismo foi a obra emblemática da Câmara. Depois de longo período de concepção e execução, foi entregue ao concessionário em 1947<sup>177</sup>, mas já em 1952 se estudava a sua ampliação. Em 1959 foi-lhe reconhecido o carácter de edifício de utilidade pública. O Campo de

---

<sup>174</sup> Dois anos depois de assumir o compromisso, o engenheiro Fróis continuava sem entregar a planta para os arruamentos do Bomfim, de onde advinham prejuízos para a autarquia e para os que queriam construir, *Acta da Sessão de Câmara* de 15 de Abril de 1935. Em 1943, a Federação dos Municípios da Beira Serra apresentou um projecto de urbanização que seria aprovado com a condição de o traçado dos eixos viários entroncarem na avenida que faria a ligação entre a cidade e a Guarda-Gare, *Acta da Sessão de Câmara* de 29 de Dezembro de 1943.

<sup>175</sup> Este documento, relativo à urbanização da cidade e da freguesia de São Miguel, na Guarda-Gare, foi apresentado em 1949 mas não foi concretizado em muitos aspectos devido aos custos, pois implicava demolições e expropriações para serem executadas algumas obras. A verba para pagar estes estudos também foi escassa. A área planificada neste antepiano era de 165 ha, o Plano Director Municipal de 1993 integrava uma área de 2800 ha, Maria Antonieta Garcia – «Introdução» in Filipe Jorge (coord.) - *A Guarda vista do céu*. Lisboa: Argumentum, Edições, 2009. p. 18.

<sup>176</sup> Em 1941 foram efectuados levantamentos que incluíram a Quinta da Malmedra, o Sanatório e o Bairro do Bomfim na área da cidade. Contudo, a planta mais divulgada continua a ser aquela que foi executada pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanismo em 1960, *Acta da Sessão de Câmara* de 4 de Julho de 1960. Na planta datada de 1972 incluem-se toda a área da Guarda-Gare até ao Outeiro de São Miguel, a Sequeira, o Rio Diz, a Póvoa do Mileu e a Quinta dos Bentos, áreas de crescimento do espaço habitado.

<sup>177</sup> *Acta da Sessão de Câmara*, de 5 de Fevereiro de 1947.

Jogos foi construído, a partir de 1936, em terrenos adquiridos ao proprietário da Quinta das Lameirinhas<sup>178</sup>, confinantes com a Mata da Dorna. Na sua proximidade vão ser construídos o Pavilhão Gimno-Desportivo<sup>179</sup>, o Liceu masculino e o Centro de Formação Profissional. Num outro extremo da cidade foi construído o Matadouro Municipal, depois de se ter constatado que o Matadouro situado no lugar do Torreão perturbava a vida da população vizinha e, nas proximidades daquele, foi construído um Celeiro para o trigo. Também a nitreira municipal foi deslocada do Torreão para terrenos mais afastados da área residencial.

Em lugares mais centrais foram construídos os edifícios da Direcção de Estradas do Distrito, no Largo 5 de Outubro e, no mesmo Largo, o Palácio da Justiça e Serviços de Registo e Notariado, em 1949 e, na década de 1950, o Palácio das Corporações<sup>180</sup>.

A construção de escolas primárias foi outra manifestação do poder público, escolas do Plano Centenário, edificadas nos novos bairros habitacionais, como a adjacente à Rua Pedro Álvares Cabral<sup>181</sup>, e a escola do Bairro do Bomfim<sup>182</sup>. Em terrenos próximos da Rua da Fontinha foi construída a Escola Industrial e Comercial, ainda por concluir em 1964 e, nos terrenos da Mata Municipal, no local onde se encontrava a casa do guarda da mesma, foi erigido o Liceu Masculino Afonso de Albuquerque, inaugurado em 1969. Nas proximidades da Rua Vasco Borges, numa travessa posterior, foi criado um externato infantil, denominado «Roseiral de Santo António»<sup>183</sup>.

A população passou a dispor de novos espaços de lazer, de um novo cine-teatro<sup>184</sup>, localizado no Largo de São João, em construção no ano de 1947, Estádio Municipal e de piscinas municipais, com o projecto do início da década de 1970, construídas junto do Parque de Campismo, existente desde 1960<sup>185</sup>.

---

<sup>178</sup> A construção foi concedida à Junta Geral do Distrito da Guarda, *Acta da Sessão de Câmara* de 15 de Abril de 1936.

<sup>179</sup> Os 4500m<sup>2</sup> de terreno, limítrofe da Quinta da Malmedra, foram alienados pela Câmara Municipal a favor da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *Acta da Sessão de Câmara* de 13 de Julho de 1964.

<sup>180</sup> Para José Fernandes Pereira, op. cit., p. 94, a concentração destes equipamentos num espaço tão próximo propunha «um deslocamento do centro da cidade da sua zona histórica para uma área nova de feição administrativa».

<sup>181</sup> A cidade encontrava-se em franca expansão neste local, próximo do Bairro de Casas de Renda Económica da Federação das Caixas de Previdência, *Acta da Sessão de Câmara* de 1 de Junho de 1959, e do Bairro dos Polícias, construído no «escorregadouro» do Largo de São João.

<sup>182</sup> Esta escola serve a população do bairro que cresceu junto do seminário, e os bairros de casas das classes pobres.

<sup>183</sup> Mencionado na *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Dezembro de 1964.

<sup>184</sup> A Empresa do Cine-Teatro da Guarda, Lda., foi autorizada a construir no gaveto da Rua Vasco da Gama e Dr. Francisco dos Prazeres, *Acta da Sessão de Câmara* de 24 de Novembro de 1948.

<sup>185</sup> Segundo Jaime Ferreira, op. cit., p. 183.

Em 1940, tendo em vista a atracção turística e a afirmação da identidade regional e local, foi fundado o Museu Regional da Guarda, com o empenho de Alfredo Filipe, Luciano Cardoso, Ernesto Pereira e Alberto Dinis da Fonseca<sup>186</sup>, entre outros, actualmente Museu da Guarda.

A construção do Hospital, projectado no Antepiano de 1949 para a Quinta dos Pelames, acabou por concretizar-se no interior do Sanatório Sousa Martins, tendo sido idealizado para o anterior espaço o mercado municipal, o que veio a acontecer algumas décadas mais tarde.

Num clima de boas relações entre o poder público e a Igreja Católica, algumas instituições religiosas da cidade ampliaram as suas instalações. Nos terrenos do antigo Campo dos Bois foi erguido o Internato Académico<sup>187</sup> para rapazes, e nos terrenos entre a Rua do Asilo da Infância Desvalida e a Rua do Cemitério foi construído o Colégio feminino pelo Instituto religioso do Sagrado Coração de Maria. A inauguração ocorreu em 1950, mas ao edifício acrescentaram uma capela e as instalações do Lar Académico, ao longo da Rua do Cemitério<sup>188</sup>.

Nos anos cinquenta, outro edifício, dotado igualmente de capela, foi construído nos terrenos de Trás de São João, pela Obra de Previdência e Formação de Criadas (OPFC), confrontando a Nascente com a maior escadaria construída no espaço urbano<sup>189</sup>, para vencer o desnível e estabelecer a ligação entre a Rua Pedro Álvares Cabral e a Rua Nova do Bairro de São João, futuramente denominada Rua General Pinto Monteiro.

---

<sup>186</sup> José Fernandes Pereira, op. cit., p. 88.

<sup>187</sup> Este edifício inicial foi ampliado, mas em virtude de um incêndio que o consumiu, em 31 de Março de 1961, foi demolido e, posteriormente, construído de raiz num terreno junto da Estrada Nacional 16, ao fundo da Rua Almirante Gago Coutinho.

<sup>188</sup> Outras informações mais específicas em Dias de Almeida – «O ensino – elementos breves e algumas considerações a propósito» in Jaime Ferreira (coord.), op. cit., p. 351.

<sup>189</sup> A decisão de executar esta escadaria consta da *Acta da Sessão de Câmara* de 16 de Fevereiro de 1959.



**Figura 12** – Escadaria que liga o Largo de São João à Rua Pedro Álvares Cabral; 2010.

Não existindo ainda um estudo para a instalação da indústria, o preço dos terrenos e a proximidade das vias de comunicação ditaram a preferência pela Dorna, onde se instalaram uma fábrica de moagem, uma fábrica de lanifícios, a Junta de Energia Nuclear e a Junta Autónoma das Estradas. Outras indústrias e oficinas foram-se disseminando pelas ruas da cidade, como as fábricas de refrigerantes, uma que se instalou nas proximidades da Rua Vasco Borges e outra perto da capela do Bomfim (a SEPOL, que depois se mudou para a zona da Dorna), uma marmoraria no Bairro do Bomfim, e uma pequena casa para torrefacção e moagem de café na Rua Mouzinho da Silveira<sup>190</sup>. Padarias, casas de encadernação, serração, serralharia, encontravam-se dispersas por várias ruas, por onde circulava a população mais assiduamente. No centro urbano, de acordo com os dados apresentados por Rui Jacinto<sup>191</sup>, as actividades da população distribuem-se maioritariamente pelos serviços, ocupando 55,2% da população activa em 1950 e 45,7% em 1960, pela indústria transformadora, ocupando 16,2% da população activa em 1950 e 19,5% em 1960, e pelo Comércio e Seguros, com 14,4% da população activa em 1950 e 14,7% em 1960. As restantes actividades têm um peso menos significativo, salientando-se, contudo, o crescimento da actividade da construção e obras públicas que, no período considerado, cresceu de 4,2% para 8,3%.

A propaganda adquiriu uma nova dimensão. A Câmara investiu na divulgação externa dos progressos alcançados, como forma de atrair turismo e benefícios do poder político central<sup>192</sup>. Iniciativa da Comissão de Turismo da Guarda, na revista «Terras de

<sup>190</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 9 de Junho de 1948.

<sup>191</sup> Rui Jacinto, *op. cit.*, p. 31.

<sup>192</sup> Durante este período temporal, várias individualidades da cidade e do concelho desempenharam lugares de destaque nos órgãos do poder central, o que favoreceu a atenção dedicada às pretensões locais

Portugal», publicada em Outubro de 1934, e na «Magazine des Nations», foi feita propaganda ao concelho e à região e outras notícias foram divulgadas nos jornais de âmbito nacional, mormente quando a Câmara participava do projecto de algumas individualidades locais com vista à criação da Província Beira-Serra, com capital na cidade da Guarda<sup>193</sup>. De facto, o código administrativo de 1936, ao estabelecer a cidade de Castelo Branco como capital da Província da Beira Baixa, a cidade de Viseu como capital da Província da Beira Alta e ao classificar o distrito da Guarda como 3ª ordem, quando os distritos vizinhos foram classificados como 2ª ordem, atingiu o brio de muitos guardenses defensores da sua cidade. A realização do VI Congresso Beirão na cidade, no ano de 1935<sup>194</sup>, e dos subsequentes, e o movimento público para a criação da Província da Beira Serra, com capital nesta cidade, visam compensar essa perda de influência regional.

Em 1959 já se encontrava instalado no rés-do-chão do edifício dos Paços do Concelho, no Largo Luís de Camões, um posto de atendimento turístico, visando a informação e a propaganda local.

Também a classe dos comerciantes passou a investir na publicitação das suas casas comerciais. A partir de 1947, os pedidos de atribuição de licenças para colocação de letreiros publicitários cresceu rapidamente, tornou-se uma moda que invadiu as ruas e os largos da cidade.

No final da década de sessenta, a área habitada tinha aumentado significativamente, ocupando os terrenos das quintas que circundavam a cidade, como se deduz da mancha assinalada no Mapa 3<sup>195</sup>.

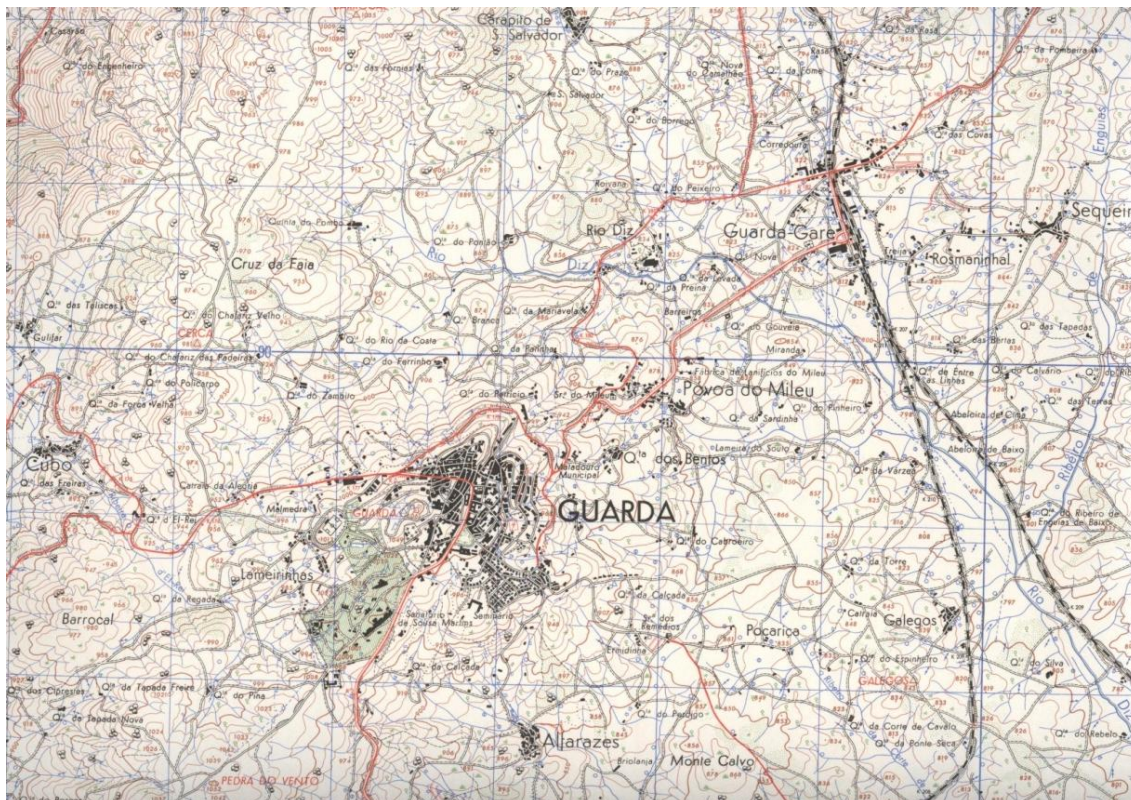
---

e a obtenção de verbas para concretização de projectos. Entre 1928 e 1952, o Fundo de Desemprego comparticipava a construção de estabelecimentos de ensino, casas de habitação social, igrejas, abastecimento de água, saneamento, arruamentos urbanos, electrificação, estudos de urbanização, obras de hidráulica, entre outras, o que beneficiou o desenvolvimento da cidade, César Oliveira, op. cit., p. 323.

<sup>193</sup> Foi deliberado adquirir 3500 brochuras do folheto «A Guarda Capital da Beira» do General João de Almeida, e 4500 folhas de papel para recolha de assinaturas com vista à criação da Província Beira-Serra, com capital nesta cidade, *Acta da Sessão de Câmara* de 7 de Abril de 1937.

<sup>194</sup> Esteve previsto para o ano de 1934, mas foi adiado para o ano seguinte, *Acta da Sessão de Câmara* de 26 de Abril de 1934.

<sup>195</sup> Cotejando o Mapa 3 com o Mapa 2 (p. 47), conclui-se que a mancha habitada da cidade aumentou, sobretudo, para sudeste. É visível também o crescimento da Póvoa do Mileu, da Guarda-Gare e da Sequeira. Outros bairros estavam a nascer na Quinta dos Bentos e nas Lameirinhas, «Os subúrbios agigantam-se, povoam-se desordenadamente», como refere Maria Antonieta Garcia - «Introdução», op. cit., p. 18.



**Mapa 3** – A Guarda segundo a Carta Militar de Portugal, fl. 203, Serviço Cartográfico do Exército, 1970. Escala 1:25 000. Edição 3.

Em 1974, quando a Revolução de 25 de Abril fez sucumbir o regime do Estado Novo, a cidade, relativamente à nomenclatura das vias (Quadro 1), apresentava mais duas avenidas que no período anterior, foram constituídos mais dois largos, passando a ser dezanove, o número de ruas fora do perímetro muralhado cresceu significativamente, perfazendo o total de setenta e sete, mais vinte e uma do que no período precedente, surgiu mais uma travessa, sendo agora dez. A população procurou novos espaços para habitar, surgindo três novos bairros que a Câmara Municipal foi dotando de infra-estruturas. Nem sempre a celeridade dos trabalhos correspondia aos ensejos da população, que passou a manifestá-los mais claramente, até com protestos<sup>196</sup>.

Depois da Revolução de Abril, até trinta de Julho de 1974, a Câmara Municipal foi presidida pelo vereador Renato Amílcar Dias de Almeida, mandato imposto pela lei e que o mesmo refere ter exercido «com muito sacrifício»<sup>197</sup>. O primeiro Presidente eleito na nova era democrática foi Manuel António Santarém Andrade.

<sup>196</sup> Na *Acta da Sessão de Câmara* de 18 de Julho 1978 é referido o protesto dos moradores da Quinta dos Bentos motivado pela urbanização em curso. Em 1980, na Quinta do Pinheiro foi constituída uma comissão de moradores para reivindicar a construção de infra-estruturas em falta, *Acta da Sessão de Câmara* de 4 de Junho de 1980.

<sup>197</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 30 de Julho de 1974.

A ideologia política mudou, mas as obras que a Câmara Municipal tinha em curso foram levadas a termo, na Avenida Nuno de Montemor, na Alameda de Santo André, na Rua General Pinto Monteiro, no Bairro das Lameirinhas, na Praceta anexa à Rua Duque de Bragança, na Rua Padre António Vieira, na Avenida Calouste Gulbenkian.

O afluxo de muitos «retornados» à cidade depois da descolonização, pelo Estado Português, de Angola e Moçambique, sobretudo, acarretou diligências à autarquia para solucionar o problema da habitação, que persistia mesmo para os moradores da cidade<sup>198</sup>. Algumas dificuldades foram ultrapassadas, em 1978, com a instalação de casas pré-fabricadas no terreno adjacente ao Parque de Campismo, no extremo Sul (da Quinta) das Lameirinhas. A ampliação destas habitações, por parte das famílias que aí residiam, foi um acto quase imediato.

As Lameirinhas estavam a tornar-se um bairro populoso, os prédios destinados à habitação em regime de propriedade horizontal aumentavam, adjacentes às vias principais, nem sempre respeitando as regras básicas do urbanismo. A existência de muitas crianças em idade escolar determinou a construção de uma escola de ensino primário, a qual foi inaugurada no ano de 1976.

Na Guarda-Gare foi implementado um Plano de Fomento à habitação e na Póvoa do Mileu foi efectuado um estudo com base num Plano de Pormenor, foram criadas infra-estruturas para a urbanização do Bairro das Lameirinhas, foi dado início à quarta fase de construção de casas de renda económica, da Caixa Nacional de Pensões. Também os particulares investiam na construção de imóveis, para habitação própria e para arrendamento. Começaram a ser edificados os primeiros prédios em propriedade horizontal, como o de catorze pisos construído no topo Sul da Rua Almirante Gago Coutinho. Muitos terrenos foram alienados, a baixo custo, pela autarquia para esse fim<sup>199</sup>, e a própria teve de adquirir terrenos à igreja, na Quinta dos Pelames, nas proximidades da Capela do Senhor do Bomfim, para construção de um novo mercado municipal e de uma central de camionagem.

---

<sup>198</sup> A população das freguesias urbanas, de acordo com o recenseamento apresentado por Rui Jacinto, op. cit., p. 21, parece não ter aumentado muito significativamente, pois o número de 17407 habitantes, em 1970, aumentou para 17948 em 1981 e para 18847 em 1991. No entanto, o surto emigratório que atingiu a região, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, foi compensado pela entrada de portugueses provenientes das ex-colónias africanas.

<sup>199</sup> O acesso mais fácil ao crédito na segunda metade da década de 1970 possibilitou a expansão da construção imobiliária, que terá o seu auge a partir da década de 1980, quando surgem modalidades de crédito com taxas bonificadas.

Os novos bairros requereram também a abertura de acessos, para a Quinta dos Bentos, Quinta do Pinheiro, Quinta da Malmedra e Bairro Nossa Senhora dos Remédios, outras vias já existentes foram arranjadas, como os acessos ao Liceu Afonso de Albuquerque pela Avenida das Tílias, ao Seminário e a ligação há muito anunciada para fazer entroncar a Rua Dr. Lopo de Carvalho, no sítio do Torreão, com a Estrada Nacional N° 16, num nó próximo da Rua 31 de Janeiro.

Enquanto a cidade se estendia para fora dos limites do seu perímetro, que foram oficialmente alterados<sup>200</sup>, o centro histórico ficava moribundo, reduzido a habitações de pessoas idosas e de pessoas com poucos recursos para construir outra habitação fora do espaço amuralhado. Os serviços públicos também foram progressivamente abandonando os exíguos, e obsoletos, espaços de que dispunham. Considerando as dificuldades de acesso automóvel, a falta de estacionamento, a deslocação da população para os novos bairros, verificou-se o abandono do centro histórico. Muitos estabelecimentos comerciais entraram em decadência, alguns fecharam as portas. A actividade comercial e financeira, os serviços, foram progressivamente deslocalizados para áreas mais amplas e com acesso mais fácil, confirmando a preferência pelo espaço da vertente oriental. A própria Câmara Municipal, que ocupava um edifício histórico na Praça Luís de Camões, mudou as instalações para uma edificação nova, inaugurada no início da década de noventa, instalada no terreno deixado livre depois da mudança da praça municipal para o edifício construído na antiga Quinta dos Pelames.

Votado ao abandono o centro histórico, surgem novas centralidades, umas mais relacionadas com a actividade comercial, outras com o exercício do poder político e administrativo<sup>201</sup>.

Tendo ainda por referência as actas da Câmara Municipal, em 1980, ano que consideramos limite para o nosso estudo, apesar de haver novas vias em construção nos bairros que foram substituindo as quintas acima mencionadas, poucas atribuições toponímicas ficaram registadas, ou porque ainda estavam por concluir ou pelo facto de a sua nomeação ainda não ser indispensável. Aos quatro bairros existentes foi

---

<sup>200</sup> A Câmara considera que os limites da cidade, dada a expansão que se verifica e tal como se encontram sinalizados, não correspondem à realidade, deliberou deslocar as placas correspondentes para locais como Guarda-Gare e Catraia, *Acta da Sessão de Câmara* de 17 de Abril de 1979.

<sup>201</sup> A área onde se encontravam o Hotel de Turismo, o Palácio da Justiça, o Registo Civil e Predial, o edifício do Centro Regional de Segurança Social, a agência do Banco de Portugal, vai ser consolidada como novo centro cívico, quando aí se estabelecerem as instalações da Caixa Geral de Depósitos e a nova sede da Câmara Municipal.

acrescentado um novo, as praças também aumentaram em uma unidade e o número de ruas cresceu com seis novas vias, ao invés, diminuiu numa unidade o número de Largos e de Travessas (Quadro 1).

No início do século XXI, a dispersão e a desintegração caracterizam a cidade, como se constata na imagem aérea que se segue:

**Mapa 4** – Ortofotomapa da cidade da Guarda, 2004. Escala 1:10 000. Propriedade da Empresa LógicaTI Portugal S.A.



**Legenda:**

1 – Bairro do Rio Diz	Luz	21 – Via de Cintura Externa
2 – Guarda-Gare	12 – Sé Catedral	22 – Parque da Saúde (Sousa Martins)
3 – (Bairro da) Póvoa do Mileu	13 – Torre de Menagem	23 – Estrada Nacional N° 18
4 – Bairro do Pinheiro	14 – Escola Básica de Santa Clara	24 – Seminário
5 – Capela N. Sra. do Mileu	15 – (Bairro da) Malmedra	25 – Bairro do Bomfim
6 – Bairro dos Castelos Velhos	16 – Escola Secundária de Afonso de Albuquerque	26 – Bairro N. Sra. dos Remédios
7 – Estrada Nacional N° 16	17 – Jardim José de Lemos	27 – Parque Industrial
8 – Instituto Politécnico	18 – (Bairro das) Lameirinhas	28 – Capela N. Sra. dos Remédios
9 – Torreão	19 – Capela do Bomfim	
10 – Ex-Matadouro Municipal	20 – Escola Secundária da Sé	
11 – Quinta dos Bentos / Bairro da		

## 2. A EVOLUÇÃO DA TOPONÍMIA, PERMANÊNCIAS E RUPTURAS

O homem sempre se valeu de pontos de referência para se orientar no espaço, por vezes recorrendo aos astros, outras vezes pela observação dos acidentes geográficos, ou das marcas visíveis na paisagem. Os elementos concretos e perduráveis foram nomeados e, pela vastidão de elementos que integram, constituem objecto de estudo, interessando transversalmente a todo o conhecimento humano, mas particularmente à Filologia, à Geografia Física e Humana, à História, à Arqueologia, às Ciências Naturais.

Igualmente as artérias do espaço citadino, ruas, travessas, largos, servindo como vias de circulação e de orientação de quem transita, adquiriram designações a partir dos elementos estáveis do horizonte visual, observáveis e concretos, mas também memorizados. O conhecimento da evolução da toponímia das cidades é um elemento de grande relevância para a história do seu urbanismo, pois fornece informações acerca da importância socioeconómica das vias e sobre as funções desempenhadas por cada artéria ao longo do tempo<sup>202</sup>.

Porque sabemos que a toponímia que chegou aos nossos dias evoluiu no sentido da aplicação convencional, o estudo toponímico deve ser contextualizado espacial e temporalmente, num esforço para apreender na diacronia as funções geográfica e memorial do topónimo.

Destas alterações é conveniente identificar as motivações da nomeação e das alterações feitas pelas elites locais, e apurar as pressões que eventualmente possam ser efectuadas pelos representantes do poder central e pelos concidadãos. Também requer explicação o facto de alguns topónimos se manterem pela via popular e perdurarem após a nomeação oficial levado a efeito pelas elites locais. A estas exigências da análise histórica acresce também a necessidade de conceder uma atenção redobrada para distinguir o antropónimo de origem local daquele que coexiste a nível nacional.

Seguidamente, far-se-á a análise da evolução da toponímia incidindo, particularmente, no período que decorre entre 1900 e 1980, durante o qual se assistiu à

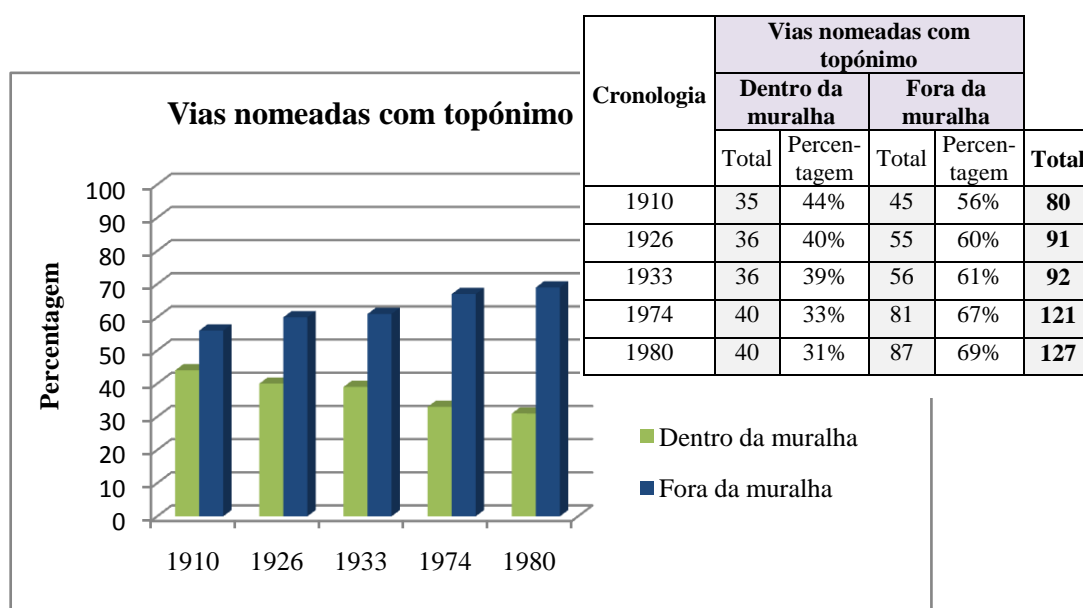
---

<sup>202</sup> Walter Rossa, op. cit., p. 225. Referindo-se à muralha de muitas cidades, o mesmo autor refere: «Entre os casos de explicação mais diversificada, como as alusões de carácter religioso, pontuam, com alguma frequência, referências ao mundo a que ligam no exterior, desde o bairro imediato, às ligações territoriais, sendo adoptados os nomes das cidades vizinhas ou topónimos sugerindo pontos cardeais (Porta do Sol, talvez o caso mais frequente), Walter Rossa, op. cit., p. 229.

queda da Monarquia Constitucional, em 1910, com a implantação da República, ao Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, que evoluiu para um regime ditatorial, o Estado Novo, até à sua queda com a Revolução de Abril, em 1974, quando se iniciou o regime democrático.

Numa análise prévia, procuraremos identificar topónimos que provêm de períodos históricos mais recuados, como a Idade Média e a Idade Moderna. Deste modo, procurar-se-á estabelecer uma linha de continuidade com alguns topónimos mais antigos e perceber, através das rupturas estabelecidas, sobretudo nos momentos de mudança de regime, as características da nova ideologia.

Relativamente ao espaço urbano da cidade da Guarda, o quadro seguinte apresenta a evolução do número de vias que foram nomeadas com topónimo no decorrer do período em estudo. Estes dados foram tratados no capítulo 1, quando analisámos a configuração espacial no século XX. É importante esclarecer que a cidade se desenvolveu ocupando espaços cada vez mais distantes do recinto amuralhado. Todavia, o quadro mostra que o número de topónimos atribuídos no espaço interior da muralha também aumentou. De facto, não se verificou o aumento do número de vias, mas a divisão de ruas em troços, como aconteceu com a Rua Direita, ou a nomeação de pequenas vias, becos e travessas, que anteriormente não eram denominados, como o Beco de Malta ou a Travessa da Rainha Santa.



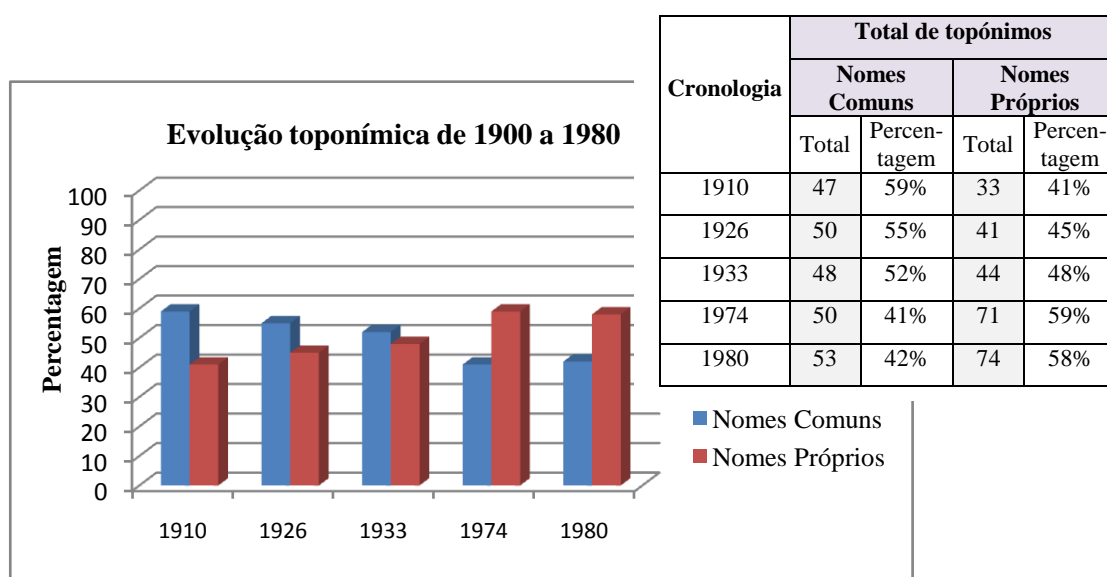
**Figura 1** - Evolução do número de vias nomeadas com topónimo, dentro e fora da muralha, de 1900 a 1980.

Podemos, ainda, registar que o acréscimo do número de vias fora do recinto foi de 93%, embora o aumento tenha sido mais acentuado no período posterior a 1980.

Com as duas figuras que se seguem pretendemos apresentar a evolução do número de topónimos, bem como as novas nomeações. Para cada um dos períodos em que subdividimos o século XX os topónimos foram classificados em dois conjuntos distintos, o dos *nomes comuns* e o dos *nomes próprios*.

Sob a designação de *nomes comuns*, nomes correntes ou generalistas, considerámos sete categorias: acontecimentos e símbolos; edifícios e construções; elementos da Natureza; ideologia e valores; locais geográficos e localizações; estratos, condições sociais e títulos; profissões e actividades socioeconómicas. O conjunto dos *nomes próprios*, ou antropónimos, foi subdividido em seis categorias com o objectivo de diferenciar ou associar os domínios em que cada individualidade se distinguiu. As categorias estabelecidas são as seguintes: figuras das artes, literatura e jornalismo; figuras das ciências e educação; governantes e figuras do poder político; figuras heróicas; figuras populares e beneméritos; figuras religiosas e dignidades eclesiásticas.

Apesar da diversidade de categorias, nem sempre foi fácil a classificação dos topónimos, por isso, procuraremos esclarecer pontualmente o ponto de vista que adoptámos nos casos que nos pareceram mais duvidosos e outras justificações serão remetidas para o Anexo D concernente a notas biográficas sobre os homenageados na toponímia.

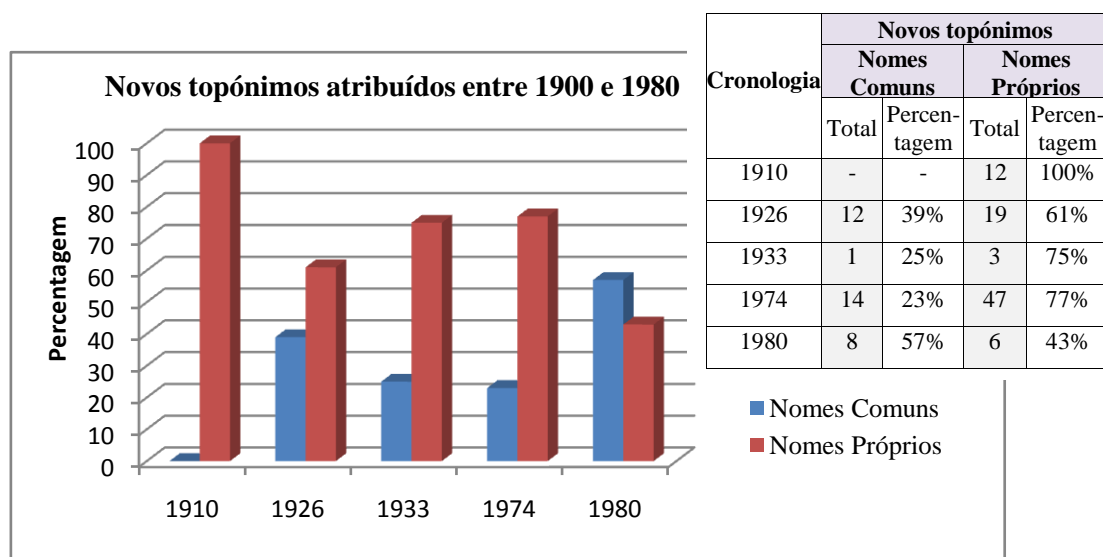


**Figura 2** - Evolução toponímica, considerando as categorias nomes comuns e nomes próprios, de 1900 a 1980.

Na figura anterior, podemos apurar a relação de proporção, em percentagem, entre os conjuntos denominados *nomes comuns* e *nomes próprios*, bem como a representação gráfica dessa evolução entre os anos de 1900 e 1980. O ano de 1980 assinala o termo do presente estudo, ou seja, seis anos após a implantação da democracia, e o termo da década de setenta.

Até 1933, quando se inicia o período denominado Estado Novo, o conjunto mais significativo de topónimos era constituído pelo conjunto que designámos *nomes comuns*, embora os 59% que registámos no primeiro período, que terminou em 1910, tenham decrescido para 52%. A partir dessa data, 1933, a situação inverteu-se, a percentagem de *nomes próprios* ultrapassou a de *nomes comuns* e atingiu o valor de 59% durante o regime de Estado Novo, sendo atenuada ligeiramente no período da Democracia, implantada com a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Na figura seguinte, apresentamos a leitura dos elementos respeitantes à atribuição de novos topónimos, considerando igualmente os conjuntos *nomes comuns* e *nomes próprios*, em cada um dos períodos temporais estabelecidos. As mudanças que não chegaram ao final do período não estão representadas no quadro<sup>203</sup>.



**Figura 3** - Novos topónimos, atribuídos de 1900 a 1980.

Da análise pode concluir-se que a percentagem da atribuição de novos antropónimos foi superior em todos os momentos, com excepção do período após o 25

<sup>203</sup> Poderão ser consultadas no Anexo A, «propostas de atribuição de topónimos, conforme actas da Câmara Municipal», e no Anexo B, «Evolução dos topónimos de 1900 a 1980».

de Abril. Foi de 100% no primeiro período, correspondente à última década de regime monárquico, de 61% no período republicano, de 75% durante a vigência da Ditadura Militar, de 77% durante o Estado Novo, de 43% no período democrático, até 1980.

## 2.1. A toponímia urbana anterior à República

Os primeiros sinais do aproveitamento da toponímia para fins memorativos remontam à época Pombalina<sup>204</sup>, mas foi na vigência da monarquia constitucional que a designação dos espaços urbanos públicos passou a ser correntemente feita de forma institucional, em detrimento da mais espontânea e significativa nomeação decorrente do hábito e do uso da população<sup>205</sup>.

Na cidade da Guarda o uso de antropónimos para nomear os lugares teve carácter de excepção até ao século XIX. As nomeações antroponímicas foram raras, embora as pequenas vias de serventia às casas, «caelhas» ou «azinhagas», tomassem o nome do proprietário a cuja casa davam passagem: «azinhaga de David Favilhão», «beco de Jacob de Alva»<sup>206</sup>. Nas últimas décadas do século XIX já se identificam alguns nomes referentes à monarquia e a figuras da aristocracia local, cujo percurso individual esteve ligado à Guarda. Recordam-se os reis D. Sancho I, D. Dinis, D. Luís I, o cronista Rui de Pina, o Conselheiro Teles de Vasconcelos, o General Póvoas, o Conde da Guarda, o poeta Luís de Camões e o Marquês de Pombal, estes dois últimos sem ligações directas à cidade, mas que foram homenageados no âmbito das comemorações centenárias, 1880 e 1882, respectivamente.

Do trabalho de Rita Costa Gomes depreende-se que os topónimos do período medieval indicavam um lugar de destino, um edifício religioso ou civil, como os Paços do Bispo e do Rei, o Açougue, tanto o velho como o dos judeus<sup>207</sup>. Topónimos

<sup>204</sup> Fernando Catroga - «Ritualizações da História» in Luís Reis Torgal, et. al. – *História da História de Portugal, sécs. XIX-XX*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996. p. 670.

<sup>205</sup> Walter Rossa, op. cit., p. 225.

<sup>206</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 47. Pensamos que se tratava de uma denominação de serventia e não de homenagem ao nomeado. Algumas designações poderão ter chegado ao século XX, como a Travessa do Pardal ou a Travessa do Rato.

<sup>207</sup> «A construção de uma igreja ou mosteiro, de uma residência régia ou aristocrática ou de qualquer edifício com fins administrativos ou judiciais repercutia-se imediatamente no nome da artéria ou praça onde se localizava», assinala Amélia Aguiar Andrade – «Conhecer e nomear: a toponímia das cidades

diferentes podiam designar a mesma rua, dependendo da direcção tomada pela pessoa que o usava<sup>208</sup>. Como na cidade medieval não existia a dicotomia centro/periferia, os lugares públicos mais frequentados pela população estavam associados a funções administrativas e comerciais, ou eram lugares de culto religioso. Temos os exemplos da Rua que vai para o Paço do Rei, a Rua do Paço do Bispo, o Largo e Adro de São Vicente, que era lugar de mercado e de culto, mas também de lugares menos atractivos como a Rua dos Açougues, a Travessa para os Açougues Velhos, ou a Rua que vai de São Vicente aos Açougues. Outros espaços adquiriram conotações diversas, como o lugar do Poço do Gado, nas proximidades do Açougue, a Rua da Putaria, próxima ou no seio da Judiaria, por isso mais resguardada «dos olhares da gente honesta»<sup>209</sup>.

A Rua de São Vicente, artéria importante que ligava a Porta de El-Rei à Rua Direita, à qual ficava adjacente o largo ou adro de São Vicente, era denominada nos séculos XVI e XVII de Rua da Fontainha ou Rua das Fontainhas<sup>210</sup>. Nesta rua, muitos traços arquitectónicos do casario têm sido interpretados como herança da comunidade judaica.

A Rua da Judiaria foi confinada espacialmente com maior ou menor rigor em função da tolerância de que dispunham os judeus na cidade. Foi nomeada Rua da Lagea, mas no século XVI foi rebaptizada de Rua Nova, à semelhança dos judeus que foram expulsos ou obrigados a converter-se e receberam o qualificativo de «cristão-novo», também os espaços urbanos onde anteriormente habitavam, ruas e largos da judiaria, adquiriram novas designações. Rua Nova foi uma designação adoptada em todo o país após o Édito de Expulsão de 1496, o mesmo se verificando na cidade da Guarda e nas cidades ou vilas de maior dimensão que lhe ficam próximas, como a Covilhã e o Fundão. Maria Antonieta Garcia<sup>211</sup> identificou nos processos da Inquisição denunciantes e denunciados residentes nesta rua e noutras próximas, no período que decorreu entre 1607 e 1625.

---

medievais portuguesas» in *A cidade. Actas das I jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993. p. 126.

<sup>208</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 49. Ressalta ainda à autora uma certa pobreza toponímica, certamente compatível com a vida modesta que caracterizava a cidade.

<sup>209</sup> Amélia Aguiar Andrade, op. cit., p. 132.

<sup>210</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 49 e Amélia Aguiar Andrade, op. cit., pp. 290 e 295. «Fontainha» é uma fonte pequena, José Pedro Machado, op. cit., vol. III, p. 122. O topónimo indicia, portanto, a existência de fonte, ou fontes, de pequena dimensão.

<sup>211</sup> Maria Antonieta Garcia - *Denúncias em nome da fé – perseguição aos judeus no distrito da Guarda de 1607 a 1625*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da Universidade Nova de Lisboa, 1996.

Uma rua considerada importante na Judiaria chegou ao século XX com a denominação de Rua da Trindade, e mantém-no actualmente, embora um núcleo significativo de casas ocupadas pelos judeus se situasse na Rua do Amparo<sup>212</sup>. Próxima da Rua da Lagea, designação que também foi atribuída à Rua do Amparo, ficava a Rua da Escadinha<sup>213</sup>, provavelmente a actual Rua da Glória, a avaliar pelo desnível em relação à Rua de D. Dinis, superado com alguns degraus.

Coloca-se a hipótese de as ruas denominadas das Manteigas<sup>214</sup> e de Cima terem pertencido ao Bairro de Santa Maria do Mercado (ou Santa Maria da Vitória), mas apenas existe a certeza quanto à rua que ia de Santa Maria do Mercado para o Hospital e à Rua do Hospital. A Rua do Concelho, segundo a reconstituição da Praça de Santa Maria da Vitória nos séculos XIV e XV<sup>215</sup> confinaria, a Sul, com a Rua de Santa Maria (da Vitória) e, a Norte, com a Rua de São Vicente.

Também as portas da cidade implantadas nas muralhas deram motivo a denominações directamente relacionadas com estes acessos, ou apenas de forma implícita e, no exterior, aos bairros do arrabalde: arrabalde da Porta dos Ferreiros, arrabalde da Porta da Erva e arrabalde da Porta de El-Rei<sup>216</sup>. O topónimo Rua Escura, que aparentemente denomina uma via estreita e com pouca luz natural, mas que se manteve até ao século XX, remontava ao século XVI<sup>217</sup>.

Progressivamente, a toponímia evoluiu no sentido de uma maior precisão e de uma progressiva fixação dos nomes das ruas, pelo que a sua utilidade foi afinal permitir confirmar as alterações e situação relativa a algumas vias, tendo os topónimos propriamente ditos por vezes pouco, ou nada, de medieval<sup>218</sup>.

---

<sup>212</sup> A venda de propriedades, publicitada no Jornal *Districto da Guarda*, nº 324, de 28/05/1884, refere uma propriedade de casas de altos e baixos com seu muro sobre a muralha da cidade, situada na antiga Rua Nova e outra, na mesma Rua, próxima ao Poço do Gado (Anexo G). Esta rua entroncava na Rua de São Vicente no local denominado «Quatro Esquinas», passagem estreita que servia de acesso à Judiaria. Para Amélia Aguiar Andrade, op. cit., p. 132, as Ruas Novas eram ruas enganadoras porque «mais não assinalavam do que a vinda de novos ocupantes para as casas vazias», [os cripto-judeus].

<sup>213</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 48.

<sup>214</sup> Onde, em 1609, se situava a casa que um cristão-novo mencionou na denúncia de uma cerimónia cripto-judaica que surpreendeu ao entrar e que estava a ser praticada na presença de mais de cinquenta pessoas. A casa ficava no canto de um terreiro, Maria Antonieta Garcia, *Denúncias...*, op. cit., pp. 198 e 202.

<sup>215</sup> Daniela Pereira, op. cit., p. 345.

<sup>216</sup> Esta designação, que pretende memorar a acção edificadora do rei D. Dinis, já consta da lista das denúncias de cristãos-novos em 1621. Maria Antonieta Garcia, *Denúncias...*, op. cit., p. 409.

<sup>217</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 48. A designação também existiu noutras localidades portuguesas, por exemplo, no Porto nomeia uma via próxima da Sé Catedral, que ainda mantém o nome. Na Guarda foi rebaptizada de Rua da Fraternidade, conforme *Acta da Sessão de Câmara* de 25 de Abril de 1912.

<sup>218</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 50.

A Rua Direita, qual «espinha dorsal» da cidade, por ser a via directa entre as Portas da Covilhã, a Sul do perímetro amuralhado, e a Porta do Curro, aberta nas proximidades do velho Torreão, localizado a Norte, acumula uma função memorial multissecular<sup>219</sup>. Ordenadora dos arruamentos que subdividiam o espaço interno e o orientavam no sentido das Portas que conduziam ao exterior, no ponto de intersecção com as restantes vias foram construídos edifícios de prestígio e aí se formaram adros, largos ou praças, centralidades situadas em lugares dos caminhantes. O corte perpendicular desta via, quando foi derrubada a muralha para prolongamento da Rua de D. Luís I e sua ligação ao Largo da Misericórdia, encurtando-a na sua vasta extensão, apagou parte da identidade histórica da rua ao passar a ser nomeada com dois topónimos, para Sul a rua do Mirante, em 1910 renomeada Rua Almirante Cândido dos Reis, só para Norte manteve a designação de Rua Direita.

No final do século XIX, no interior do espaço amuralhado ainda persistiam topónimos tradicionais, como as designações das portas da muralha, das ruas e das travessas adjacentes. A Porta de El-Rei, a Porta do Sol, da Erva ou da Estrela<sup>220</sup>, a Porta dos Ferreiros, a que se associava a Torre do mesmo nome<sup>221</sup>, a Travessa da Estrela e a Travessa de El-Rei, a Rua de São Vicente, a Rua Direita, a Rua do Poço do Gado, a Rua dos Cavaleiros, a Rua dos Clérigos, a Rua da Torre, o Largo das Freiras, a Rua Escura, a Rua do Sol, a Rua das Oliveiras e a Rua das Taipas, entre outras, atestavam a longevidade de alguns topónimos. À excepção da designação de Rua Escura, as restantes vias mantêm o nome actualmente.

<sup>219</sup> No «fim da Rua Direita» também morava um cristão-novo que foi denunciado ao Tribunal do Santo Ofício, Maria Antonieta Garcia, *Denúncias...*, op. cit., p. 198. Este extremo deverá corresponder ao local de confluência da Rua Nova, onde há casas sinalizadas, hoje, com marcas eventualmente representativas da religiosidade cripto-judaica.

<sup>220</sup> Desconhecemos o significado desta diversidade denominativa. Relativamente à designação *Estrela*, não podemos ignorar a proximidade da Guarda com a Serra da Estrela e a imponência que os seus montes conferem à paisagem, nomeadamente os cumes brancos que a marcam durante a maior parte do ano. Também a explicação que Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., p. 72, nos dá sobre o nome da Serra da Estrela nos parece um possível fundamento para esta designação: «o topónimo Estrela será posterior ao século XII, criado pelos pastores ao observarem que, de madrugada, no Verão, nasce no alto desta serra a Estrela de Alva. Daí se transformou a designação antiga de Montes Hermínios em Serra da Estrela». Quem entrar pela Porta da Estrela tem na sua frente a Serra da Estrela e, por isso, a mesma Estrela de Alva. Parece-nos possível que uma das duas estrelas tenha sido a inspiração para este nome. No extremo oposto da muralha, para ocidente, localiza-se a Rua do *Sol*, desconhecemos a relação que eventualmente possa ter existido para que o *Sol* seja comum a duas denominações em lugares opostos e distantes. Esta Porta dava acesso aos terrenos cultivados no exterior da muralha, sendo a pastagem arrematada pela Câmara Municipal em pleno século XX, o que poderá justificar a denominação de Porta da *Erva*. Esta tripla designação ainda é usada para nomear esta Porta da muralha.

<sup>221</sup> No interior da Torre (Figura 5) foi edificado um nicho para culto ao Senhor dos Aflitos. Em 1940 a Câmara adquiriu uma lanterna de azeite, Jaime Ferreira, op. cit., p. 172. Há já algum tempo, era vulgar ver as pessoas mais idosas benzer-se à passagem pelo local.



**Figuras 4, 5 e 6** – (4) Rua de São Vicente, a partir da Porta de El-Rei; (5) Porta da Torre dos Ferreiros, arco interior; (6) Porta da Estrela e Rua Rui de Pina; 2010.

No decorrer do século XX, com a expansão da cidade, este núcleo inicial vai perdendo importância pois se, em 1910, as trinta e cinco vias nomeadas do espaço intramuros representavam 44% do total das vias urbanas, em 1926 já só equivaliam a 40%, em 1974 significavam 33%, e 31% em 1980 (Figura 1).

Todavia, não foi só a expansão do espaço urbano que contribuiu para o seu declínio, a população que aí permaneceu era mais envelhecida e as habitações foram-se degradando, algumas até à ruína absoluta, e o comércio e alguns serviços também procuraram as novas centralidades constituídas fora do recinto amuralhado.

No final do século XIX, nas vias públicas exteriores da muralha subsistiam os nomes ligados à Natureza, aos edifícios religiosos que marcaram esses lugares, assim como os qualificativos relativos às actividades socioprofissionais ou culturais. Este foi o espaço urbano que maiores transformações sofreu na toponímia.

A moda comemorativa do último quartel do século XIX<sup>222</sup>, que percorreu o país numa atitude civilizadora e nacionalista, também se fez sentir na Guarda, «A Câmara da Guarda lembrou-se de acender grandes fochos nos castelos derrocados da fronteira, «como no tempo em que aquelas sentinelas da Independência soltavam o alardo da defesa e da vigilância da pátria portuguesa»<sup>223</sup>.

<sup>222</sup> A realização dos centenários tornou-se uma verdadeira moda e as últimas décadas do século XIX foram pródigas em eventos do género, Maria Isabel João – *Memória e império, comemorações em Portugal (1880-1960)*. [S.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 18.

<sup>223</sup> Maria Isabel João – *Memória e império...*, op. cit., p. 216, que cita Luciano Cordeiro.

A imprensa dava conta dos festejos e a autarquia não perdia a oportunidade de afirmar a sua parceria com os poderes políticos nacionais e a modernidade cultural que tais associações simbolizavam.

No início dos anos oitenta, no interior do espaço amuralhado, o nome do largo situado a Norte da Sé mudou de Praça da Sé para Largo de Luís de Camões, e uma nova artéria que estava a ser aberta no exterior recebeu, no ciclo comemorativo subsequente, o nome de Marquês de Pombal. Sucedeu-lhe a homenagem a um herói assassinado em território africano, que procurava ocupar no espírito imperialista dos finais do século XIX<sup>224</sup>. O nome de Tenente Valadim foi atribuído a uma via pública<sup>225</sup>, numa onda de consternação, que percorreu todo o país e também atingiu a Guarda, em data posterior a 1890, ano do seu homicídio, cometido pelo Régulo Mataka, no território de Moçambique. Tenente Valadim poderá ser mais um exemplo local de como a moda comemorativa é apropriada num contexto de celebração e emotividade a nível nacional. Os seus feitos e a sua morte extemporânea desencadearam uma onda de homenagens nacionais que poderão ter influenciado a autarquia da Guarda a atribuir o seu nome à Rua Municipal, uma via importante onde se localizavam os Paços do Concelho. Pela mesma altura, no outro extremo da cidade, a entrada pelo lado sul foi denominada de Rua de Batalha Reis. Não parecendo haver qualquer relação do homenageado com a cidade da Guarda ou outra homenagem de âmbito nacional, por ter sido nomeado muito tempo antes da sua morte, ocorrida em 1935, os motivos da nomeação toponímica merecem alguma reflexão, bem como as razões que subjazem à preservação da homenagem no decurso do século XX. Trata-se de uma figura pública nacional multifacetada, com prestígio tanto no campo da literatura como da ciência, foi membro da Comissão Executiva do jubileu de Luís de Camões<sup>226</sup>, comemorações que tiveram grande impacto na cidade, também chefiou a Secção de Agronomia e Silvicultura da expedição científica à Serra da Estrela<sup>227</sup>, realizada em 1881, outro acontecimento

<sup>224</sup> No meio político-militar estas acções militares ficaram conhecidas como «campanhas africanas de pacificação», Fernando Catroga, op. cit., p. 648.

<sup>225</sup> Embora não tenhamos encontrado os elementos relativos à atribuição do nome, colocamos a hipótese de este antropónimo ter sido utilizado para denominar a Rua Municipal, atendendo a que nessa rua se situava o edifício dos Paços do Concelho até se mudar para a nova construção edificada no local do Convento de Santa Clara. A analogia com o edifício do Governo Civil, que dava a designação ao largo fronteiro ao edifício, reforça esta suposição. De acordo com o anúncio no jornal *Distrito da Guarda*, nº 409, de 3/01/1886, nos nº 1 e 3 da Rua Municipal funcionava a Tipografia da Guarda.

<sup>226</sup> Facto mencionado por Fernando Catroga, op. cit., p. 551.

<sup>227</sup> Batalha Reis chefiou a Secção de Agronomia e Silvicultura da Expedição Científica à Serra da Estrela, em 1881, Aires Antunes Diniz, op. cit., p. 36.

indelével na história da cidade no final do século XIX, factos que parecem justificar essa nomeação. Todavia, a homenagem está associada à reacção nacionalista ao Ultimato Britânico que, na cidade, foi vivido com indignação, tendo-se realizado comícios em apoio da Sociedade de Geografia de Lisboa e de uma subscrição pública nacional lançada pela mesma para a defesa da integridade territorial ameaçada. Aos vultos da diplomacia e da colonização de África, Batalha Reis e Serpa Pinto, a Câmara Municipal decidiu homenagear atribuindo o nome a duas vias públicas<sup>228</sup>. No findar do século, consequência de outro ciclo comemorativo nacional, o da chegada dos portugueses à Índia, uma via paralela à Rua Marquês de Pombal foi baptizada de Rua de Vasco da Gama.

Paralelamente, começaram a destacar-se algumas figuras públicas locais que, por méritos excepcionais, toda a população reconhecia e estimava. A primeira figura a ser enaltecida foi a do médico do exército Dr. Francisco Sobral, o qual desolou toda a urbe com um suicídio, em 1888, provavelmente motivado por razões sentimentais. Uma dívida de gratidão comum à cidade da Guarda e à Vila de Manteigas justificou duas iniciativas, a da subscrição pública nacional para a construção de um mausoléu e a da perpetuação memorial através do nome atribuído ao largo sobranceiro à Capela de São Pedro<sup>229</sup>, à época tendo por orago Santo António<sup>230</sup>.

---

<sup>228</sup> José Luís Lima Garcia - «A Guarda e a reacção nacionalista ao Ultimato Britânico» in *Praça Velha: revista de cultura da cidade da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal, 2004. (Ano VII, nº 16, Novembro de 2004). pp. 5-11. Foi ainda lançado em acta um louvor a todos os cidadãos «que denodadamente têm posto ao serviço da pátria, o seu valor e a sua dedicação», p. 10.

<sup>229</sup> No jornal *Districto da Guarda*, nº 875, de 9/02/1894, é referido que o Mausoléu do Dr. Sobral foi entregue à Câmara Municipal, tendo sido lido o auto respectivo e a acta da reunião da Câmara dessa manhã, para dar ao Largo de Santo António o nome de Largo do Dr. Sobral.

<sup>230</sup> O jornal *Districto da Guarda*, nº 324, de 28/05/1884 anuncia para o dia 31 do mês em curso a «sagração da capella de Santo António, que há tempos se acha interdicta pelo motivo dos melhoramentos que ali se têm realisado», a qual será feita «com a mais subida pompa». Segundo a *Acta da Sessão de Câmara* de 17 de Janeiro de 1951, a Comissão Fabriqueira da Capela recebeu uma participação do Estado para a sua reparação, Portaria de 28/09/1950. Não havendo espaço para duas capelas no mesmo Largo, pensamos que, temporariamente, a Capela de São Pedro (mencionada nas Memórias Paroquiais de 1758) recebeu o culto a Santo António, mas actualmente é dedicada a São Pedro, apesar de aí não existir qualquer imagem do mesmo e de um dos altares ser alusivo ao santo português.



**Figura 7** – Mausoléu do Dr. Sobral, Cemitério da Guarda; 2010.

Os modos de vida da comunidade, as categorias sócio-profissionais mais especializadas ou proeminentes, gravaram referências na memória colectiva que a toponímia preservou, sendo elucidativas as vias de circulação denominadas como Rua dos Cavaleiros, Rua dos Clérigos, Rua das Padeiras e Rua do Comércio. A designação da Porta dos Ferreiros indicia a prática no local de outra actividade profissional, supostamente extensiva à Rua da Torre e ao arrabalde extramuros que lhe ficava contíguo, como actividade suja e ruidosa que era.

Como espaço urbano, que o poder local não pretendia ver confundido com o mundo rural, os elementos da Natureza marcaram presença discreta na toponímia. Intramuros só a Rua das Oliveiras evocava essa ligação, todos os outros topónimos se situavam no exterior da muralha, assumindo o distintivo de Campo, como o da Boa Vista, o dos Bois e o da Dorna, e apenas uma rua estabelecia essa ligação, a Rua do Campo, uma transversal que ligava a Rua Marquês de Pombal ao Campo de São Francisco, o qual, provavelmente, lhe deu o nome, pois aí se realizavam as feiras de São João e de São Francisco. A eira marginava o espaço urbanizado, a Eira de São João e a tapada com a mesma invocação indiciavam a complementaridade dos espaços e as culturas agrícolas praticadas, assim como o lugar do Moinho de Vento, nas proximidades da ermida do Senhor do Bomfim, apontava para a transformação do cereal em farinha. Da atafona dos

judeus existente nas imediações da Igreja de São Vicente<sup>231</sup>, não perdurou vestígio toponímico, o mesmo se podendo dizer acerca dos currais para o gado, sugeridos na designação de Porta do Curro, que já não era mencionada no final do século XIX, embora persistissem os estábulos e as cocheiras destinados ao gado que ia para abate no matadouro, no lugar do Torreão, e aos animais utilizados nos serviços do município<sup>232</sup>. A Porta da Erva facultava a passagem para as pastagens do exterior<sup>233</sup>.

Sendo a água uma das principais necessidades da comunidade urbana, a toponímia deveria reflectir as denominações de fontes, chafarizes e poços de uso comunitário. A Rua do Poço do Gado, no extremo Norte do recinto muralhado, atesta essa premência, assim como as denominações dos Largos do Chafariz do Carvalho e de Santo André, da Rua da Fontinha, da Fonte Mouro Afonso/Mirafonso e do Chafariz da Dorna e, mais distantes, os Chafarizes do Bomfim, D'El-Rei e da Senhora dos Remédios.

Uma geografia de cultos religiosos podia ser ainda identificada no espaço urbano, amuralhado e do arrabalde, no final do século XIX e inícios da centúria seguinte, quando algumas capelas começaram a ser demolidas para ser evitado o colapso dos respectivos edifícios. Registam-se os topónimos associados aos cultos a São João, Santo António, São Vicente, São Pedro, São Francisco, Santa Clara, da devoção à Virgem Maria nas capelas de Santa Maria do Templo e de Santa Maria da Vitória. Na Figura 3, do capítulo 1<sup>234</sup>, estão assinalados, além dos oragos mencionados, as capelas consagradas ao culto de São Nicolau, de São Pedro e de São Julião. A nomeação de uma Rua dos Clérigos poderá ser interpretada como a intenção de engrandecer a vocação dos que se consagraram ao serviço religioso, ou aludir à existência no local de propriedade residencial do clero<sup>235</sup>.

Já quanto à Rua dos Cavaleiros, o objectivo de enaltecer este grupo social, ao qual foram equiparados os homens da Guarda no foral concedido por D. Sancho I, parece-nos mais evidente por não termos conhecimento de outras referências a este grupo social, neste ou noutro local.

<sup>231</sup> Mencionada por Rita Costa Gomes, op. cit., p. 65.

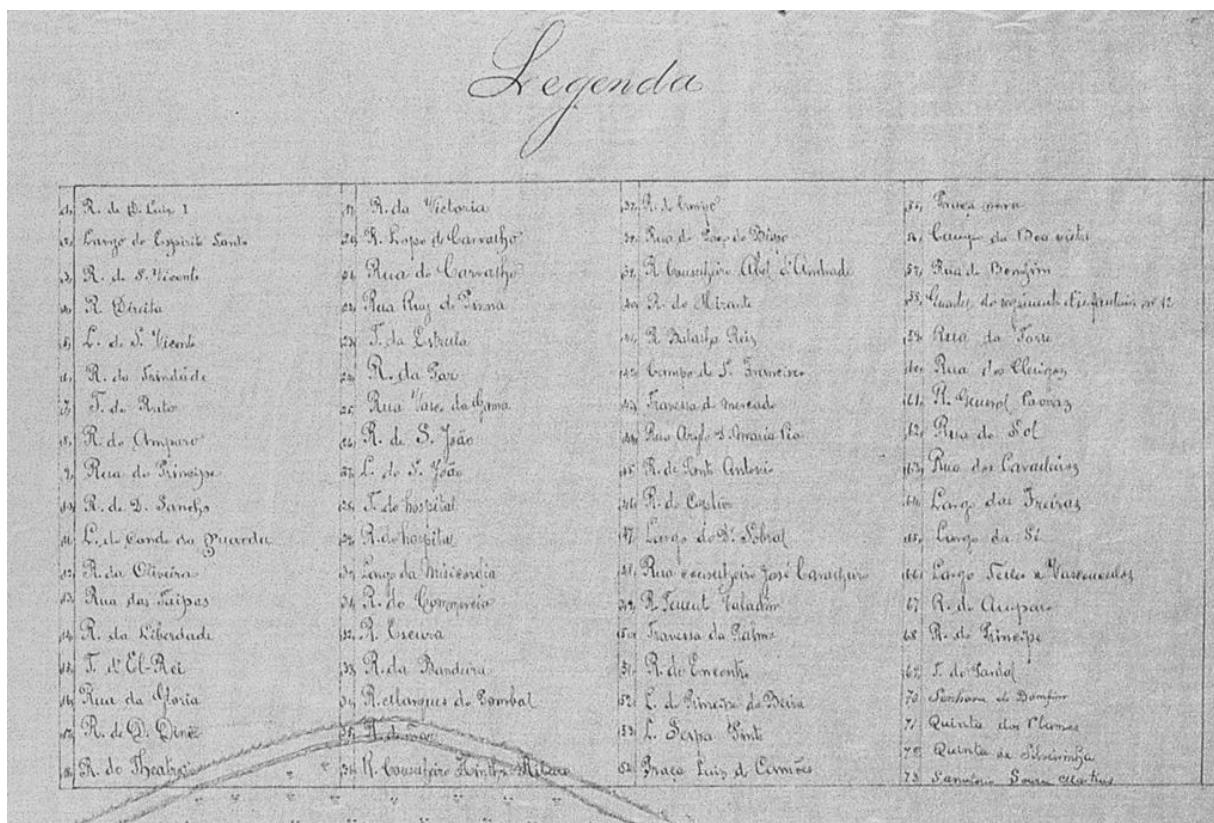
<sup>232</sup> Como o transporte de pedra para a construção e a recolha de dejectos pelas ruas da cidade.

<sup>233</sup> A Câmara Municipal continuou a arrematar anualmente estas pastagens até cerca de meados do século XX. Parece-nos que esta prática, além da fonte de receita, seria uma estratégia para a prevenção de incêndios na envolvente exterior da muralha.

<sup>234</sup> Capítulo 1, p. 24.

<sup>235</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 60, refere a existência de casas «da Sé» nas proximidades da Porta dos Ferreiros, mas também no arrabalde da cidade. O topónimo poderia reportar-se, eventualmente, a este casario e não ser propriamente uma homenagem ao clero.

A planta da cidade conservada no arquivo do Museu da Guarda, com data de 1907, apresenta o primeiro registo toponímico de que temos conhecimento. Reproduz-se, a seguir, uma fotografia da legenda toponímica, inscrita no canto superior direito:



**Figura 8** – Legenda do Mapa da cidade da Guarda em 1907. Museu Municipal da Guarda.

Esta planta inclui os topónimos dos lugares centrais, não menciona as denominações das vias mais afastadas do núcleo citadino, embora mencione as quintas da Silveirinha e dos «Plames», ou Pelames, o Campo de São Francisco, o Sanatório Sousa Martins, o Campo da «Boa Vista» e o Sr. do Bomfim, muito provavelmente porque cada um destes espaços desempenhava funções específicas no âmbito das interacções urbanas. Repete dois nomes de Rua, a Rua do Amparo e a do Príncipe (números 8 e 9; 67 e 68); apresenta um nome ilegível (nº 35) que pensamos tratar-se da Rua de Trás (de São João), denominação que sabemos ter existido à época e que não se encontra na lista.

Quando as diversas categorias foram aplicadas ao conjunto dos topónimos existentes em 1910, momento em termina o primeiro período de análise, o quadro com as percentagens obtidas apresenta-se a seguir. As percentagens apresentadas reportam-

se ao total de topónimos em cada período, englobados nas designações de Nomes Comuns e de Nomes Próprios.

**Quadro 1** – Percentagens relativas às categorias toponímicas, 1910.

Categorias	Nomes Comuns							Nomes Próprios						Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
Percentagem	1,2%	15%	12,5%	11,3%	5%	10%	3,6%	2,5%	6,3%	16,3%	8,8%	0%	7,5%	100
Sub-total	58,6%							41,4%						

**Legenda:**

**1-** Acontecimentos e símbolos; **2-** Edifícios e construções; **3-** Elementos da Natureza; **4-** Ideologia e valores; **5-** Locais geográficos e localizações; **6-** Estratos, condições sociais e títulos; **7-** Profissões e actividades socioeconómicas; **8-** Figuras das artes, literatura e jornalismo; **9-** Figuras das ciências e Educação; **10-** Governantes e figuras do poder político; **11-** Figuras heróicas; **12-** Figuras populares e beneméritos; **13-** Figuras religiosas e dignidades eclesiásticas.

Segue-se a listagem dos topónimos referentes a *nomes comuns*<sup>236</sup>, agrupados por categorias:

**Quadro 2** – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Comuns, 1910.

Acontecimentos e símbolos	Edifícios e construções	Elementos da Natureza	Ideologia e valores
- <b>Rua da Bandeira</b>	- Largo da Misericórdia - <b>Largo da Sé</b> - Largo do Chafariz do Carvalho - <b>Largo do Torreão</b> - <b>Rua da Torre</b> - <b>Rua das Taipas</b> - Rua do Asilo D. Maria Pia - Rua do Hospital - <b>Rua do Mirante</b> - <b>Rua do Teatro</b> - <b>Rua do Torreão</b> - Travessa do Hospital	- Rua da Fontinha - <b>Rua da(s) Oliveira(s)</b> - Rua do Campo - Rua do Carvalho - <b>Rua do Sol</b> - Travessa da Boa Vista - <b>Travessa da Estrela</b> - Travessa da Palma - Travessa do Pardal - <b>Travessa do Rato</b>	- Largo do Espírito Santo - <b>Rua da Glória</b> - Rua da Liberdade - <b>Rua da Paz</b> - <b>Rua da Trindade</b> - <b>Rua da Vitória</b> - <b>Rua do Amparo</b> - Rua do Bomfim - Senhor do Bomfim

<sup>236</sup> Em todos os quadros, encontram-se antecedidos do sinal ► os topónimos que foram alterados durante o respectivo período e estão assinalados a **negrito** os nomes das vias do perímetro amuralhado, para serem distinguidos das vias existentes fora da muralha. Salienta-se que a Rua de D. Luís I é a única rua que começou com um troço no interior e se expandiu para o exterior, porquanto a muralha foi derrubada e a rua que existia no interior foi prolongada até ao Campo da Dorna.

Locais geográficos e localizações	Estratos, condições sociais e títulos	Profissões e actividades socioeconómicas
- Rua de Trás (de São João)	- <b>Largo das Freiras</b>	- Quinta dos Pelames
- <b>Rua Direita</b>	- <b>Largo do Conde da Guarda</b>	- <b>Rua do Comércio</b>
- Rua do Encontro	- Largo do Príncipe da Beira	- Travessa do Mercado
- <b>Rua Escura</b>	- Rua do Cativo	
	- <b>Rua do Príncipe</b>	
	- <b>Rua dos Cavaleiros</b>	
	- <b>Rua dos Clérigos</b>	
	- <b>Travessa de El-Rei</b>	

Na última década de vigência da monarquia constitucional, a Rua da Bandeira foi o único topónimo inscrito na categoria de acontecimentos e símbolos, o qual se manteve inalterado na primeira metade do século XX. O culto à bandeira enquanto símbolo da pátria, e por isso também alterada com a mudança de regime político, foi fomentado como motivo de esperança, sobretudo quando associado ao dia 1º de Dezembro, o dia em que se celebrava a independência de Portugal relativamente a Espanha.

Outros símbolos da cidade, motivo de distinção e sinal de prosperidade dos seus elementos, sobressaem do património edificado, tanto religioso como civil. As funcionalidades que lhes estavam associadas eram, normalmente, do conhecimento de todos os habitantes, por isso algumas vias eram reconhecidas pelo nome dos edifícios mais importantes. A Sé Catedral, a Igreja da Misericórdia, enquanto locais de culto, as instituições assistenciais do Asilo e do Hospital, as estruturas defensivas, como o Torreão (mais antigo), a Torre ou as diversas Portas, os edifícios ligados ao lazer e à cultura, nomeadamente o teatro e o mirante das freiras, ficaram registados na toponímia anterior à implantação da República<sup>237</sup>. Igualmente as denominações de Largo do Chafariz do Carvalho, como local de abastecimento de água, de encontro e de convívio, e de Rua das Taipas<sup>238</sup>, ainda que sem definição concreta, deram nome a vias cuja nomeação remonta a tempos longínquos. Os elementos da estrutura defensiva são os que denominam um maior número de vias, um terço do total considerado, mas se as três

<sup>237</sup> As designações toponímicas «pareciam esquecer deliberadamente a construção corrente, ou seja, as casas de morada que formavam as ruas e praças preterindo-as a favor dos edifícios dos notáveis», refere Amélia Aguiar Andrade, op. cit., p. 124.

<sup>238</sup> Em Lisboa a rua vulgarmente designada de Rua das Taipas tinha na origem a denominação São Sebastião das Taipas, Ana Maria Homem de Melo; Maria Calado - «Toponímia da I República» in Maria Calado (coord.) – *Lisboa, roteiros republicanos*. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010. p. 90. Desconhecemos se na cidade da Guarda ocorreu a mesma «abreviação».

portas ainda com uso da muralha tivessem sido consideradas<sup>239</sup> tornavam ainda mais expressivo este número.

Alguns elementos da Natureza constantes da toponímia do final do século XIX mantiveram-se até aos anos oitenta da centúria seguinte, enquanto outros foram substituídos nesse percurso temporal. No interior da muralha são representativos os topónimos de Rua das Oliveiras, Rua do Sol e Travessa do Rato, pois a Travessa da Estrela, nas proximidades da porta da muralha epónima, mudou de nome nas vésperas da Revolução de Abril. No exterior da muralha chegaram ao termo do período as designações das Travessas do Pardal e da Palma, da Rua do Carvalho e da Rua do Campo, diferenciando-se a Travessa da Boa Vista, por ter perdido o nome no contexto de alterações urbanísticas, e a Rua da Fontinha por ter recebido uma nova denominação durante a I República, outro nome ligado à Natureza, o de Rua das Tílias.

Relativamente à denominação das Travessas do Pardal e do Rato, apesar de incluídas nesta categoria, pensamos que pode tratar-se de dois antropónimos, o primeiro talvez seja uma alcunha e o segundo um apelido familiar<sup>240</sup>, pois ainda hoje residem na cidade famílias com este sobrenome.

A denominação de Travessa da Palma, um pequeno troço em declive acentuado, com escadaria, entre o antigo Largo Dr. Sobral e a Rua Tenente Valadim, também nos suscita algumas reservas quanto à sua classificação<sup>241</sup>. Dada a sua localização no antigo arrabalde de São Pedro, colocamos a hipótese de se tratar de vegetação que crescia ou era simplesmente trabalhada no local. No Foral de D. Manuel I<sup>242</sup> é estabelecido o pagamento de portagem pela «palma, esparto e semelhantes» que sejam utilizados para «fazer empreita delle». Seria usado para fazer alcofas, esteiras, açafates, etc.

Alguns dos topónimos existentes no interior amuralhado sugerem-nos uma conotação ideológica, ligada a valores religiosos ou de aceção mais política. As ruas

---

<sup>239</sup> Não foram incluídas porque são apenas pontos de passagem, não denominam qualquer via de acesso ao interior ou ao exterior da muralha.

<sup>240</sup> Sobre as lutas entre liberais e absolutistas na cidade da Guarda, Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., p. 363, refere a existência na cidade de «caceteiros» que atacavam os liberais, dos quais deixaram renome, entre outros, Inácio, o «Barriga de Pardal». Se a sua fama deu nome à rua não sabemos ao certo, mas colocamos essa hipótese. Tendo em conta a situação actual, provavelmente, não passava de uma via estreita, sem saída, apenas para acesso a umas casas adossadas à muralha, no lado externo, nas proximidades da Porta de El-Rei. Relativamente ao segundo topónimo, *Manuel da Costa Ratto* era o presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho da Guarda em 1895, conforme o edital do jornal *Distrito da Guarda*, nº 897, de 12/05/1895. Trata-se de uma via bastante estreita, apenas para acesso a uma habitação, que hoje faz a ligação entre a Rua do Amparo e Rua da Trindade.

<sup>241</sup> Este topónimo também existe em várias localidades portuguesas, entre as quais a cidade de Lisboa, e na cidade de Madrid, em Espanha.

<sup>242</sup> Transcrito por Carlos de Oliveira, op. cit., pp. 73-88.

denominadas de Espírito Santo, da Glória, da Paz, da Trindade, da Vitória, do Amparo e do Bomfim poderão ter afinidades religiosas, todavia o vocábulo Vitória também pode ser utilizado em matérias políticas e militares. Porém, atendendo a que nomeava a rua onde esteve localizada a Igreja consagrada a Santa Maria da Vitória, também conhecida por Santa Maria do Mercado, a sua sobrevivência após a transformação da igreja em teatro e a forma lacónica da denominação podem causar alguma falta de clareza<sup>243</sup>.

Outros topónimos poderão indiciar uma origem antiga, talvez até ligados a congregações religiosas que foram sendo progressivamente extintas. O vocábulo Trindade pode remeter para a festa da Santíssima Trindade, ou para alguma congregação que tenha existido para resgate de cativos<sup>244</sup> durante o processo de reconquista do território, explicação que pode ser mais pertinente se tivermos em consideração a existência de uma rua, no arrabalde de São Pedro, denominada Rua do Cativo.

A Rua da Liberdade, localizada no arrabalde da Porta de El-Rei, sugere uma aceção política, herança da ideologia liberal que se expandiu nos anos de 1820, e transposta para uma rua da cidade por algum elemento mais progressista da autarquia.

Todos os topónimos do início do século XX considerados nesta categoria chegaram aos dias actuais, com excepção do que nomeava a rua onde se localizava a Igreja de Santa Maria da Vitória, mas alguns foram sujeitos a uma suspensão temporária, por motivo de atribuição de outros nomes mais consentâneos com a modernidade, reflectindo os novos modos de pensar e o protagonismo de algumas figuras públicas merecedoras de distinção.

Os topónimos classificados como locais geográficos e localizações foram em número pouco significativo ao longo do período considerado. No final da governação monárquica identificámos quatro denominações de ruas, a de Trás de São João, a Direita, a do Encontro e a Escura. Supomos que a primeira das que indicámos desapareceu com a urbanização do Largo de São João, a capela foi demolida, o largo recebeu o entulho de outras demolições, o que deu origem a uma nova configuração

---

<sup>243</sup> O topónimo tradicional de Rua da Vitória foi alterado em 1929, quando passou a designar-se Rua Augusto Gil. Porém, a Igreja de Santa Maria da Vitória foi reutilizada como teatro, a partir de 1886, cuja receita da exploração revertia a favor dos Bombeiros Voluntários Egitanenses. No tecto sobressaíam as figuras de Camões, Alexandre Herculano, Garrett e Gil Vicente. Encerrou como teatro em 1917, Manuel Luís Santos; Ramos de Oliveira - «Em busca de diversão» in Jaime Ferreira (coord.), op. cit., pp. 287 e 292.

<sup>244</sup> Marguerite-Marie Thiollier – *Dicionário das Religiões*. (Tradução de Dr. João A. Vaz). Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1990. p. 353.

espacial, com novas ruas e habitações. Dos três topónimos restantes, a Rua Direita manteve a designação até 1927, a Rua Escura, uma via estreita que corria junto às habitações adossadas à muralha entre a Rua do Comércio e a Porta da Torre, passou a ser denominada Rua da Fraternidade, apenas a Rua do Encontro preservou o nome até aos dias de hoje. Esta, localizada no arrabalde de São Pedro, é uma rua com acentuado declive que liga o extremo Sul da Rua Tenente Valadim à Rua de Santo António, hoje denominada Serpa Pinto. Era o local de encontro, durante a procissão da Via-Sacra, também denominada Procissão dos Passos, dos andores com as imagens de Jesus e de Maria, momento solene e de elevada intensidade dramática. O ritual religioso continua a ser organizado pela Igreja da Misericórdia que, no local, ornamenta o nicho ou Passo correspondente<sup>245</sup>, e a circunstância poderá ter motivado a denominação toponímica, em tempos mais recuados, época em que a população aderiria mais entusiasticamente a estes actos religiosos.



**Figuras 9 e 10** – (9) Torre dos Ferreiros e Passo, letreiro do Largo Dr. Sobral - década de 1930<sup>246</sup>; (10) Passo da Rua do Encontro; 2010.

Os grupos sociais evocados nos topónimos do período monárquico indiciam a diferenciação social tradicional. A travessa adjacente à Porta de El-Rei, com o mesmo nome, é dedicada ao rei D. Dinis, duas ruas evocam, respectivamente, os Cavaleiros e os Clérigos, um largo recorda as Freiras, dois largos foram dedicados à aristocracia, o Conde da Guarda e o Príncipe da Beira, o qual ainda era lembrado igualmente numa rua

<sup>245</sup> Estes Passos, como pode constatar-se na Figura 9, tinham portas de madeira e, pelo menos na segunda metade do século XX, estiveram pintadas de vermelho. As portas foram removidas durante o último restauro, como se constata na Figura 10.

<sup>246</sup> Dulce Helena Dias Borges, op. cit., p. 446.

do interior amuralhado. O povo estava menos representado, mesmo que o consideremos na Rua dos Cavaleiros, se, de facto, o topónimo evocar os homens-bons da Guarda que, no Foral concedido por D. Sancho I, foram equiparados a Cavaleiros.

A condição de cativo também se encontra evocada nas designações mais antigas da toponímia. Não encontramos referências históricas que aludissem ao contexto histórico ou à sua significação. Segundo José Pedro Machado<sup>247</sup>, cativo é o adjectivo que designa aquele que não goza de liberdade, que é prisioneiro, que se encontra enclausurado. No contexto da história portuguesa encontramos situações diversas que podem relacionar-se com esta condição social, nomeadamente a de prisioneiros de guerra compelidos à servidão ou à escravidão, durante a reconquista do território aos mouros, no período das conquistas em África e das descobertas portuguesas. Mas também a condição de preso, devido aos crimes cometidos.

Depois da fundação das Misericórdias em Portugal, em 1498, a assistência aos mais desfavorecidos pela sociedade, como os cativos, passou a ser uma incumbência dessas confrarias, pois o seu resgate observa uma das Sete Obras de Misericórdia Corporais. Também à Misericórdia da cidade da Guarda foi confiado o resgate dos cativos<sup>248</sup>. Esta via é uma transversal entre as ruas do Encontro e de Santo António, junto à Capela de São Pedro.

As actividades socioeconómicas não deixaram muitas marcas na toponímia, e as que chegaram até ao século XX foram sendo apagadas no decurso deste século. O primeiro caso de que temos menção é a Rua das Padeiras<sup>249</sup> que passou a ser denominada Rua Formosa e, em 1903, Rua Conselheiro José Cavalheiro. A Rua do Comércio foi uma excepção, embora tenha havido uma tentativa de suprimir o nome da via quando a autarquia quis homenagear o Dr. Vasco Borges, em 1923, e suscitou uma reacção de desagrado da classe dos comerciantes.

A Quinta dos Pelames e a Travessa do Mercado atestam as actividades relacionadas com o tratamento das peles e com o mercado, nomeadamente a venda de gado, que tinha sido afastado do centro da cidade, pois a venda de outros produtos continuava a

---

<sup>247</sup> José Pedro Machado, op. cit., vol. II, p. 38.

<sup>248</sup> Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., pp. 298-299. O mesmo autor, op. cit., p. 174, refere a existência de uma caixa de esmolas no interior da Sé Catedral que poderia ter servido para recolher fundos destinados às cruzadas, pregadas pelo Papa no reinado de D. Afonso V contra os turcos, mas que mais tarde serviram para libertar os cativos de Marrocos.

<sup>249</sup> A denominação, a deduzir pela publicidade feita na imprensa local, mudou no decorrer do ano de 1884. José dos Santos Amaral, proprietário da Chapelaria Nacional, anuncia o estabelecimento na Rua Formosa, antiga Rua das Padeiras, jornal *Districto da Guarda*, nº 358, de 04/01/1885.

fazer-se na praça da Boa Vista. Com a expansão urbana, o topónimo de Quinta dos Pelames vai desaparecer durante o período do Estado Novo. O prolongamento da Rua Nuno Álvares Pereira, até junto da capela do Sr. do Bomfim, integrou alguns terrenos da quinta, no lado Sul.

As personalidades que emprestaram o seu nome às vias da cidade distinguiram-se em vários domínios da vida pública. O universo de *nomes próprios* encontra-se classificado por categorias, como mostra o quadro seguinte:

**Quadro 3** – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Próprios, 1910.

<b>Figuras das artes, literatura e jornalismo</b>	<b>Figuras das ciências e educação</b>	<b>Governantes e figuras do poder político</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Praça Luís de Camões</b></li> <li>- <b>Rua Rui de Pina</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Largo Dr. Sobral</li> <li>- Rua Batalha Reis</li> <li>- Rua Francisco Ferrer</li> <li>➤ Rua Lopo de Carvalho</li> <li>- Sanatório Sousa Martins</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Avenida Carlos Borrego</li> <li>➤ Avenida Marques dos Santos</li> <li>➤ Largo d' El-Rei D. Manuel II</li> <li>- <b>Largo Teles de Vasconcelos</b></li> <li>➤ Rua Balha e Melo</li> <li>➤ Rua Conselheiro Abel Andrade</li> <li>➤ Rua Conselheiro Hintze Ribeiro</li> <li>➤ Rua Conselheiro José Cavalheiro</li> <li>- <b>Rua de D. Dinis</b></li> <li>- <b>Rua de D. Luís I</b></li> <li>- <b>Rua de D. Sancho I</b></li> <li>➤ Rua Dr. Francisco dos Prazeres</li> <li>- Rua Marquês de Pombal</li> </ul>
<b>Figuras heróicas</b>	<b>Figuras populares e beneméritos</b>	<b>Figuras religiosas e dignidades eclesiásticas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Largo Capitão João de Almeida</li> <li>- Largo Serpa Pinto</li> <li>➤ Rua Alves Roçadas</li> <li>- <b>Rua General Póvoas</b></li> <li>➤ Rua Mário de Sousa Dias</li> <li>- Rua Tenente Valadim</li> <li>- Rua Vasco da Gama</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Largo / Praça de São João</li> <li>- <b>Largo de São Vicente</b></li> <li>- Rua de Santo António</li> <li>- Rua de São João</li> <li>- <b>Rua de São Vicente</b></li> <li>- Rua do Campo de São Francisco</li> </ul>

Na primeira categoria, a das figuras das artes, literatura e jornalismo, inserem-se Luís de Camões e Rui de Pina, denominações de vias do recinto amuralhado que permaneceram inalteradas até ao momento presente. Luís de Camões recebeu

homenagem na principal Praça/Largo do centro histórico na sequência das homenagens nacionais realizadas no terceiro centenário da sua morte, em 1880<sup>250</sup>. Por motivo diferente, Rui de Pina foi homenageado na rua onde se conserva a casa na qual, segundo a tradição, terá nascido. A lápide adossada à parede do edifício, evocativa dessa ligação histórica, perpetua o acontecimento e religa o passado da cidade a uma figura notável, o cronista de D. João II e de D. Manuel I, e guarda-mor da Torre do Tombo.

Nenhuma das cinco individualidades abrangidas pela categoria de figuras das ciências e educação foi homenageada no centro histórico e nenhuma pertence, por nascimento, ao distrito da Guarda. Do conjunto, o mais distante da comunidade guardense, Francisco Ferrer, o pedagogo e activista político catalão, fundador da Escola Moderna, foi o único estrangeiro a constar da toponímia desta cidade<sup>251</sup> no decurso do período estudado. Os republicanos da Guarda, imbuídos do mesmo espírito que agitava o país, e fora dele, prestaram-lhe homenagem, como mártir do sistema político espanhol, retrógrado e muito influenciado por certos sectores da Igreja Católica, nomeadamente os jesuítas.

Os restantes homenageados foram médicos, dos quais se destaca o Dr. Lopo de Carvalho<sup>252</sup> que, casado e residindo na Guarda, deu o maior impulso à luta contra a tuberculose. Dirigiu o sanatório, cujo patrono era Sousa Martins, e o consultório que lhe foi oferecido por algumas individualidades da cidade, com as quais colaborou a autarquia. O Dr. Sobral, cirurgião do exército, como já referimos acima, era muito popular e estimado pela população, em geral.

Relativamente a 1910, a categoria que engloba governantes e figuras do poder político contava com treze individualidades homenageadas, o correspondente a 16,3%, das quais nove pertenciam ao poder central e quatro ao poder local. Três presidentes de Câmara e um vereador da autarquia foram homenageados pela acção desenvolvida nas vias onde foi memorado o nome. A «auto-homenagem» de tipo corporativo parece ter

---

<sup>250</sup> Luís de Camões foi mitificado pelos românticos e democratizado nos inícios dos anos de 1870, e tornou-se, no calendário positivista, estabelecido por Auguste Comte, um santo da nova Religião da Humanidade, Fernando Catroga, op. cit., p. 551. Os Republicanos, em Portugal, conseguiram obter dividendos políticos da mitificação a nível nacional alcançada com as comemorações do terceiro centenário da morte.

<sup>251</sup> Uma pesquisa usando como motor de busca o Google permitiu-nos concluir que Francisco Ferrer foi homenageado em várias localidades portuguesas, entre elas: Coimbra, Leiria, Porto, Évora, Portimão, etc.

<sup>252</sup> Nas actas da Câmara Municipal, devido à ausência dos livros correspondentes aos meses anteriores a Outubro de 1900, e de 1904 (após Outubro) a 1907 (até Novembro), não nos foi possível encontrar a fundamentação oficial da nomeação da rua Dr. Lopo de Carvalho, tivemos conhecimento através da imprensa local e de Cecília Falcão Dias, op. cit., p. 65, que situa a nomeação da rua em 6/07/1900.

estado presente nas primeiras atribuições do século XX. Os pares homenageiam-se reciprocamente, evocando os serviços públicos prestados à comunidade, talvez na esperança de que os outros lembrem os seus próprios feitos. António Marques dos Santos e o Padre Carlos da Paixão Borrego, ambos ex-presidentes da autarquia, foram os primeiros a ser homenageados pelo desempenho de funções de serviço público local, ficaram ligados ao Parque da Dorna, que ajudaram a construir, tal como o vereador Balha e Melo o foi na Praça da Boa Vista, a quem aí foi consagrada uma artéria. O Dr. Francisco dos Prazeres, tendo sido o principal dinamizador da construção do novo Hospital da Misericórdia, foi o epónimo da rua em construção que lhe passava à frente. Destas figuras locais, apenas as duas últimas que nomeámos mantiveram a homenagem até o momento presente. Estranhamente, Marques dos Santos voltou a ser homenageado noutra via da mesma Mata, em 1921, mas por falta de edificações naquele local periférico, e pela urbanização que sofreu, o nome acabou por desaparecer, sem ter qualquer referência nas nomeações que se seguiram.

A homenagem a figuras do poder central poderá ter começado com as homenagens aos monarcas D. Sancho I e D. Dinis, figuras relevantes, respectivamente, na fundação e no estímulo ao desenvolvimento da cidade, mas também D. Luís I, que inaugurou a linha de caminho-de-ferro da Beira Alta, à qual se associava a ideia de desenvolvimento e a esperança de progresso. D. Manuel II foi o único monarca a ser homenageado quando sucedeu ao trono. Não dispondo de justificação na documentação consultada para esta distinção, afigura-se-nos como provável que a homenagem tenha ocorrido em sinal de apoio ao jovem monarca, depois da tragédia que se abateu sobre o pai e o príncipe herdeiro, seu irmão. Dos quatro Conselheiros do Estado, Abel Andrade, Hintze Ribeiro, José Cavalheiro e Teles de Vasconcelos, apenas o último dos mencionados tinha residência na Guarda. O topónimo atribuído ao largo onde existia o solar da família poderia não ser uma homenagem pelas funções que exercia, mas evocar somente o edifício de prestígio que toda a população conhecia num largo a oeste da Sé Catedral. Já os restantes homenageados, conforme se refere nas actas da sessão de Câmara, foram distinguidos pelos serviços prestados à região, que motivaram o reconhecimento da autarquia.

Quanto à homenagem prestada ao Marquês de Pombal, não pudemos precisar quando aconteceu, mas é anterior a 1900. A via que recebeu este nome ainda o conserva na actualidade. O Marquês de Pombal foi homenageado por todo o país no centenário

da sua morte, em 8 de Maio de 1882<sup>253</sup>. A cidade da Guarda seguiu esses exemplos, pois não se identifica obra material desse tempo, ao contrário do que acontece na vizinha cidade da Covilhã.

Entre as figuras heróicas encontram-se os militares João de Almeida, Alves Roçadas<sup>254</sup>, Mário de Sousa Dias, General Póvoas, e Tenente Valadim, o explorador Serpa Pinto e o navegador Vasco da Gama. Têm em comum o contributo prestado ao engrandecimento de Portugal com as suas vitórias, inscritas numa conjuntura de exaltação patriótica e o facto de pertencerem aos momentos fastos da história de Portugal. Porém, como se disse, à cidade da Guarda nada liga Serpa Pinto, Alves Roçadas, Tenente Valadim e Vasco da Gama. Não obstante, não podemos esquecer a importância histórica do exército na cidade e o brio colectivo nos momentos das vitórias militares, pois a cidade chegava a organizar festas para receber apoteoticamente os vencedores<sup>255</sup>.

Refere a imprensa local que:

Resolveu a Câmara, a pedido da Comissão dos festejos, dar à Rua do Paço o nome do valente comandante da expedição aos Cuamatás, Alves Roçadas, e ao Largo contíguo ao quartel o nome do bravo comandante da expedição contra os Dembos o nosso compatriota, João de Almeida.<sup>256</sup>

A expansão marítima portuguesa, nomeadamente a epopeia da chegada à Índia, comemorada no quarto centenário e glorificada em *Os Lusíadas*, poderá ter suscitado a nomeação de Vasco da Gama para figurar na toponímia. A homenagem a Serpa Pinto, outro herói das expedições promovidas pela Sociedade de Geografia de Lisboa para a exploração de território no continente africano, deve ter ocorrido neste clima de

---

<sup>253</sup> Relativizando historicamente o seu absolutismo, foram relevados, pelo sector da esquerda liberal e pelos republicanos, o anticlericalismo e a sua modernidade, Fernando Catroga, op. cit., p. 623. Na Guarda, a atribuição do nome a uma importante via em construção deve ter ocorrido por essa altura.

<sup>254</sup> Nas actas da Câmara Municipal, devido à ausência dos livros de actas já referidos acima, não nos foi possível encontrar a fundamentação oficial das nomeações da Rua Alves Roçadas e Largo Capitão João de Almeida.

<sup>255</sup> As campanhas africanas do final do século [XIX] e a exaltação nacionalista desencadeada pelo ultimato britânico favoreceram um clima de recuperação dos valores guerreiros, os quais também foram enaltecidos nas comemorações da Guerra Peninsular, Maria Isabel João, *Memória e império...*, op. cit., p. 508.

<sup>256</sup> *Jornal Districto da Guarda*, nº 1546, de 1/12/1907. O Largo contíguo ao quartel do Regimento de Infantaria Nº 12 era denominado Largo/Campo de São Francisco.

celebração nacional, que recebeu forte apoio da opinião pública<sup>257</sup>, sobretudo de alguns sectores, no contexto do Ultimato Inglês a Portugal, em Janeiro de 1890.

João de Almeida, capitão do exército e natural do concelho, e Mário de Sousa Dias<sup>258</sup>, um oficial do exército, originário de Chaves, mas com residência na cidade, foram homenageados pelos representantes da autarquia, em ambos os casos pelo sucesso alcançado ao serviço da Pátria nas campanhas de ocupação africana. Alves Roçadas, no regresso da submissão do Cuamato, em 1907, acompanhou os soldados do Regimento de Infantaria Nº 12 até ao destino, onde foi homenageado com a atribuição do epónimo a uma rua central, que ainda hoje conserva.

O General Póvoas, figura controversa que participou nas Guerras Peninsulares, defendeu primeiramente o absolutismo miguelista e, depois, passou a apoiar o regime cartista, quando reconheceu a sua irreversibilidade. Tinha apoio na facção mais conservadora da população da Guarda. O seu nome, atribuído à rua para onde se encontra voltada a fachada principal do solar de família, não foi mantido em todo o período que estamos a analisar, foi suprimido em 1912, mas voltou ser repostado em 1939.

De acordo com os dados que apurámos, até 1910, não integravam a toponímia nem figuras populares nem beneméritas. Na ausência de dados concretos, conjecturamos que Mouro Afonso ou Mirafonso, como passou a ser grafado no decurso do século XX, seria um topónimo a evocar uma figura mítica ou real a cuja localização se associa uma fonte de mergulho e terrenos férteis, que ainda hoje deixam antever os trabalhos agrícolas de tempos mais recuados<sup>259</sup>. No decorrer do século XX registaram-se alterações, quer na fonte quer na esplanada que, no período republicano, foi nomeada oficialmente Esplanada Mirafonso.

---

<sup>257</sup> Fernando Catroga, op. cit., p. 557, sobre as expedições científicas promovidas pela Sociedade de Geografia de Lisboa refere que «são vividas pela opinião pública como autênticas epopeias», tiveram repercussões locais, como se referiu a propósito da homenagem toponímica a Batalha Reis e Serpa Pinto.

<sup>258</sup> Pensamos tratar-se de um irmão do General (Adalberto Gastão) Sousa Dias, biografado postumamente por Augusto José Monteiro Valente – *General Sousa Dias, militar republicano, patriota*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2006. (Gentes da Guarda; 6). Seria originário de Chaves e, devido ao serviço militar que o pai prestou na Guarda, e de quem seguiu as pisadas na escolha da carreira profissional, tinha residência próxima da Rua do Bomfim. Defensor do regime monárquico, quando a República foi implantada partiu para o exílio em Espanha, de onde se juntou a Paiva Couceiro nas várias tentativas de derrube do regime, como se refere no Anexo D.

<sup>259</sup> Segundo Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., p. 46, na região da Guarda há testemunhos diversos que atestam a presença muçulmana. Não muito distante deste lugar, Mouro Afonso, o nome que nas actas das sessões de Câmara era registado muito antes de ser escrito como Mirafonso, fica a povoação de Alfarazes (Al-Farás), «nome árabe atribuído a uma raça de cavalos de guerra», segundo o mesmo autor. Também num local entre a Rua da Fontinha e a Mata da Dorna existia um «barroco» designado *Barroco da Moura*, que foi destruído para fins de construção habitacional, no final do século XX.



**Figuras 11 e 12** – (11) Fonte Mouro Afonso/Mirafonso; (12) Esplanada de Santo André; 2010.

As figuras religiosas evocadas na toponímia guardense estão ligadas ao local do culto. Os largos da cidade adoptaram o topónimo do orago, como o Largo de São João e o Largo de São Vicente, dos quais decorrem nomeações de ruas, ou travessas, se para aí confluírem. Até 1910, são excepção a Rua de Santo António e a Rua do Campo de São Francisco, uma vez que ao largo adjacente da capela de Santo António foi atribuído o nome de Largo Dr. Sobral, e o Campo de São Francisco foi rebaptizado, em 1907, de Largo Capitão João de Almeida.

Em 5 de Outubro de 1910, quando chegou ao fim o ciclo monárquico e foi implantada a República, a maior parte dos topónimos oficiais da cidade tinha origem tradicional, mas já com marcas memorativas do período liberal. As doze novas atribuições ocorridas entre 1900 e 1910 inserem-se no conjunto da antroponímia. Foram substituídas designações tradicionais por homenagens a figuras contemporâneas, e ainda vivas, três a nomear ruas novas e apenas uma a alterar uma denominação antroponímica por outra, o Largo de São Francisco que passou a designar-se Largo Capitão João de Almeida.

## 2.2. A toponímia do período republicano

Implantado o regime republicano em Portugal e nomeada a primeira Comissão Administrativa Municipal do Concelho da Guarda, seguiram-se as alterações à toponímia urbana. A reunião desta Comissão, com data de 20 de Outubro, marca o início da viragem político-ideológica na toponímia com a substituição do nome de dois monarcas, D. Luís I e D. Manuel II, pela referência a dois acontecimentos da recente vitória republicana.

Em cerca de dezasseis anos de vigência da administração republicana do município ocorreram trinta e duas atribuições de topónimos, num total de noventa e uma vias existentes, ou seja, 35% do total de vias foi nomeado ou renomeado. A proporção entre Nomes Próprios e Nomes Comuns nessas novas atribuições estabeleceu-se entre 61% e 39%, mas, destes últimos, quase todos se incluíram nas categorias de acontecimentos e símbolos, e ideologia e valores. Apesar deste crescimento, a percentagem de topónimos considerados *nomes comuns* continua a ser superior à percentagem de *nomes próprios*, que totalizam, respectivamente, 55% e 45%, como se constata no quadro seguinte:

**Quadro 4** – Percentagens relativas às categorias toponímicas, 1926.

Categorias	Nomes Comuns							Nomes Próprios					Total	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		13
Percentagem	7,7%	11%	14,3%	10,9%	2,2%	5,5%	3,3%	5,5%	6,6%	13,2%	11%	3,3%	5,5%	100
Sub-total	54,9%							45,1%						

**Legenda:** **1-** Acontecimentos e símbolos; **2-** Edifícios e construções; **3-** Elementos da Natureza; **4-** Ideologia e valores; **5-** Locais geográficos e localizações; **6-** Estratos, condições sociais e títulos; **7-** Profissões e actividades socioeconómicas; **8-** Figuras das artes, literatura e jornalismo; **9-** Figuras das ciências e Educação; **10-** Governantes e figuras do poder político; **11-** Figuras heróicas; **12-** Figuras populares e beneméritos; **13-** Figuras religiosas e dignidades eclesiásticas.

No quadro a seguir encontram-se representadas as categorias relativas à toponímia vigente no final da I República no que concerne a *nomes comuns*:

**Quadro 5** – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Comuns, 1926.

Acontecimentos e símbolos	Edifícios e construções	Elementos da Natureza	Ideologia e valores
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Largo 1º de Dezembro</li> <li>➤ Largo 1º de Maio</li> <li>➤ <b>Largo 28 de Janeiro</b></li> <li>➤ Largo 5 de Outubro</li> <li>➤ <b>Rua 31 de Janeiro</b></li> <li>- <b>Rua da Bandeira</b></li> <li>➤ <b>Rua de 1820</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Largo da Misericórdia</li> <li>- Largo do Chafariz do Carvalho</li> <li>- <b>Largo do Torreão</b></li> <li>- Largo dos Correios</li> <li>- <b>Rua da Torre</b></li> <li>- <b>Rua das Taipas</b></li> <li>- Rua do Asilo D. Maria Pia</li> <li>- Rua do Hospital / Rua Mouzinho da Silveira</li> <li>- <b>Rua do Torreão</b></li> <li>- Travessa do Hospital</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rua da Boa Vista</li> <li>- <b>Rua das Oliveiras</b></li> <li>➤ Rua das Tílias</li> <li>- Rua do Campo</li> <li>- Rua do Carvalho</li> <li>- <b>Rua do Poço do Gado</b></li> <li>- <b>Rua do Sol</b></li> <li>- Travessa da Boa Vista</li> <li>- <b>Travessa da Estrela</b></li> <li>- Travessa da Palma</li> <li>- Travessa do Carvalho</li> <li>- Travessa do Pardal</li> <li>- <b>Travessa do Rato</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bairro Sr. do Bomfim</li> <li>➤ Esplanada / Largo Mártires da Pátria / Mártires da República</li> <li>➤ Praça da República</li> <li>➤ <b>Rua da Fraternidade</b></li> <li>- <b>Rua da Glória</b></li> <li>- Rua da Liberdade</li> <li>- <b>Rua da Paz</b></li> <li>- <b>Rua da Trindade</b></li> <li>- <b>Rua da Vitória</b></li> <li>- <b>Rua do Amparo</b></li> </ul>
Locais geográficos e localizações	Estratos, condições sociais e títulos	Profissões e actividades socioeconómicas	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Rua Direita</b></li> <li>- Rua do Encontro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rua do Cativo</li> <li>- <b>Rua do Príncipe</b></li> <li>- <b>Rua dos Cavaleiros</b></li> <li>- <b>Rua dos Clérigos</b></li> <li>➤ <b>Travessa do Povo</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quinta dos Pelames</li> <li>- <b>Rua do Comércio</b></li> <li>- Travessa do Mercado</li> </ul>	

Relativamente à categoria de acontecimentos e símbolos constatamos que foi abundante a comemoração de feitos ligados ao período de implantação do liberalismo político, o *vintismo*, com o qual existe uma identificação dos republicanos. As ruas de 1820, de 31 de Janeiro, e de 28 de Janeiro, aludem a esses momentos de resistência contra a monarquia, sendo os dois últimos reivindicados como tentativas de ruptura levadas a cabo pelos republicanos, a primeira em 1891 e a segunda em 1908. A Rua 5 de Outubro evoca a vitória republicana, à qual se ligam os nomes dos revolucionários que vão ser lembrados como mártires, Almirante Cândido dos Reis e Miguel Bombarda. Os topónimos evocativos de 1º de Dezembro e 1º de Maio, «datas históricas e designações expressivas de beleza moral»<sup>260</sup>, reavivam a memória, respectivamente, com o sentimento patriótico e anti-iberista difundido pela *Associação 1º de Dezembro*

<sup>260</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 25 de Abril de 1912.

de 1640, fundada em 1861, e sobre os mártires de Chicago de 1886-1887<sup>261</sup>. Ambas as datas eram comemoradas em Portugal, embora a do dia 1º de Maio estivesse associada a costumes de origem camponesa, ritos de Primavera e, concretamente na Beira, «às maias», flor da giesta que anuncia o tempo quente e convida às primeiras merendas no campo.

O único topónimo que incluímos nesta categoria no período anterior manteve-se, pois o culto da bandeira, agora com as cores republicanas, devia veicular um sentimento de esperança no futuro. A mesma esperança que levava as gerações mais novas a celebrar a festa da árvore, havendo mesmo na Guarda uma rua destinada à plantação das árvores<sup>262</sup>.

O número de vias que tem como denominador comum a existência de um edifício a dar-lhe o nome diminuiu durante a I República, pelo facto de o Largo da Sé e as ruas do Mirante e do Teatro terem sido renomeadas com antropónimos. Uma denominação não oficial acrescentou um nome ao conjunto, o de Largo dos Correios, e um antropónimo foi surgindo associado ao nome da Rua do Hospital, o de Mouzinho da Silveira, que só foi oficializado durante o período do Estado Novo. Os edifícios da Misericórdia, o Chafariz do Carvalho e o Torreão continuam a dar nome aos largos onde se encontram implantados, a Torre (dos Ferreiros), as Taipas, o Asilo, o Hospital e o Torreão, permanecem como referências nas ruas confinantes, assim como o Hospital ainda se repete no nome de uma travessa.

Apesar de ter diminuído o número de topónimos referentes a edifícios, comparativamente com o período anterior, a sua importância na toponímia continua a ser relevante, representando 11% de todas as nomeações, e 20% no conjunto que designámos de *nomes comuns*.

A nomeação de elementos da Natureza, quase todos topónimos longevos, também representa uma percentagem significativa no total dos nomes, 14%. Do reino animal mantêm-se as designações das travessas do Pardal e do Rato e surge uma designação,

---

<sup>261</sup> Fernando Catroga, op. cit., pp. 576 e 638, respectivamente.

<sup>262</sup> Esta festa é uma instituição republicana e para maçónica implantada pela primeira vez em 19/12/1907, durante a Monarquia Constitucional. No dia 9 de Março de 1913 foi comemorada a Festa Nacional da Árvore, Ana Maria Homem de Melo; Maria Calado, op. cit., p. 26. Das várias referências que encontramos nas actas consultadas nenhuma mencionava a rua onde as árvores eram plantadas. Colocamos a hipótese de as árvores terem sido plantadas no espaço em frente ao liceu, o Largo Serpa Pinto, o Largo do Campo de São Francisco, bastante próximo, e, eventualmente, no Largo Luís de Camões, porque, à excepção deste último, os outros largos ainda hoje mantêm uma fila de árvores de grande porte junto às ruas que os delimitam.

que já deveria existir anteriormente, mas que não foi mencionada nas actas consultadas, a de Rua do Poço do Gado, nome tradicional que foi sujeito a inconstâncias devidas a motivações diversas<sup>263</sup>. O reino vegetal manteve a representação em ruas e travessas com a denominação de Oliveiras, Carvalho, Palma e com um novo nome, Rua das Tílias, em substituição da Rua da Fontinha. A urbanização do Largo da Boa Vista deu origem a mais uma rua com esse nome, manteve-se a Rua do Campo, assim como se mantiveram os topónimos relativos aos astros.

Os topónimos que classificámos como ideologia e valores foram acrescentados em três novas denominações, seis designações do período anterior mantiveram-se, mas os topónimos relativos ao Bomfim foram aglutinados pelo espaço denominado Bairro. Pela primeira vez surge evocado na toponímia guardense um valor ético-político, o da Fraternidade, com raízes profundas no pensamento iluminista, veiculado pela Revolução Francesa e apropriado pelos liberais e pelos republicanos. Soma-se a este valor o da Solidariedade<sup>264</sup>, reivindicado pelo ideário republicano por representar a «mais bela ideia, de cuja realização depende um estado social de perfeição moral superior, a vida sublimada pelo sentimento afectivo para o trabalho e o gozo, a paz e a harmonia, a justiça e a bondade»<sup>265</sup>.

Outra nomeação carregada de simbolismo patriótico, a legitimar a revolução republicana e a impor um culto laico consagrado aos novos mártires - principalmente Miguel Bombarda e Cândido dos Reis -, foi a que atribuiu à nova esplanada, paralela ao Campo 5 de Outubro (anterior Campo da Boa Vista), o nome de Largo Mártires da Pátria ou de Mártires da República, designação mencionada quando o nome foi alterado para Largo do Hotel de Turismo<sup>266</sup>.

Os locais geográficos e localizações perderam ainda metade do pouco peso percentual que detinham no período anterior, tendo-se mantido apenas os topónimos de Rua Direita e Rua do Encontro, porquanto a Rua de Trás (de São João) deixou de ser nomeada, muito possivelmente devido às mudanças na ordenação do espaço realizadas

---

<sup>263</sup> A existência de um poço onde o gado bebia, próximo do Largo de São Vicente, deve ter dado origem ao topónimo para nomear uma artéria urbana.

<sup>264</sup> Este topónimo foi atribuído ao maior largo da cidade, o antigo Campo de São Francisco, à época chamado Capitão João de Almeida. O novo nome perdeu-se com a homenagem a José de Lemos, um republicano guardense.

<sup>265</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 14 de Novembro de 1912.

<sup>266</sup> Denominações que constam, respectivamente, da *Acta da Sessão de Câmara* de 31 de Dezembro de 1913 e da *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Junho de 1950.

no local, e a Rua Escura foi rebaptizada de Rua da Fraternidade, em Janeiro de 1912, nome que se mantém no presente.

Na categoria que denominámos estratos, condições sociais e títulos o número de topónimos diminuiu porquanto, dos oito existentes, três foram renomeados com acontecimentos e personalidades da história que os republicanos pretendiam legitimar e memorar: o Largo das Freiras foi nomeado Largo Almirante Cândido dos Reis<sup>267</sup>; o Largo do Conde da Guarda recebeu o nome de 28 de Janeiro<sup>268</sup>; a designação da Travessa de El-Rei, em 1912, passou a homenagear o Povo, pretensamente o soberano no regime democrático. Nesta categoria mantiveram-se os topónimos evocativos do Cativo, dos Cavaleiros, dos Clérigos e do Príncipe, podendo causar alguma estranheza a preservação dos dois últimos, especialmente o dos Clérigos, se tivermos em consideração o anticlericalismo republicano, acérrimo em alguns dos elementos que compunham a Comissão Administrativa Municipal, muito dirigido contra a imprensa da igreja e contra o bispo da diocese, D. Manuel Vieira de Matos que, depois de violentos ataques, teve de abandonar o bispado da Guarda.

Não se verificaram alterações na categoria de topónimos alusivos às profissões e actividades socioeconómicas, mantendo-se as três designações tradicionais: Quinta dos Pelames, Rua do Comércio e Travessa do Mercado.

No conjunto constituído pelas categorias que denominámos *nomes próprios* encontramos a situação que o quadro apresenta:

---

<sup>267</sup> O nome deste mártir da revolução republicana de 5 de Outubro havia sido atribuído primeiramente à Rua D. Luís I, mas os moradores pediram que à rua fosse dado o nome de 31 de Janeiro. O nome de Cândido dos Reis foi então atribuído à Rua do Mirante, mas quando esta rua passou a ser nomeada D. Miguel de Alarcão, benemérito residente na mesma, fez-se uma nova alteração, para passar a nomear o Largo das Freiras, um local próximo deste. A designação do Largo recuperou o nome antigo em 1950, enquanto o mártir republicano foi remetido ao esquecimento toponímico.

<sup>268</sup> Nesta data, 28/01/1908, ocorreu uma tentativa de golpe revolucionário para derrubar a monarquia. A acção repressiva da ditadura de João Franco provocara uma mudança de estratégia dos republicanos, que se aliaram com outras forças para fazerem uma revolução. Uma denúncia provocou a prisão dos mais destacados líderes, o movimento ainda saiu à rua mas foi sufocado pelas forças fiéis ao Governo, Francisco Manuel Vitorino, op. cit., pp. 242-243.

**Quadro 6** – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Próprios, 1926.

<b>Figuras das artes, literatura e jornalismo</b>	<b>Figuras das ciências e educação</b>	<b>Governantes e figuras do poder político</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Largo / Praça Luís de Camões</b></li> <li>➤ Rua Camilo Castelo Branco</li> <li>➤ Rua França Borges</li> <li>➤ Rua Heliodoro Salgado</li> <li>- <b>Rua Rui de Pina</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Largo Dr. Amândio Paúl</b></li> <li>- Largo Dr. Sobral</li> <li>- Rua Batalha Reis</li> <li>➤ Rua João de Deus</li> <li>- Rua Lopo de Carvalho</li> <li>- Sanatório Sousa Martins</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avenida Carlos Borrego</li> <li>➤ Avenida Marques dos Santos</li> <li>➤ Jardim José de Lemos</li> <li>➤ Largo Eduardo Proença</li> <li>- <b>Largo Teles de Vasconcelos</b></li> <li>- Rua Balha e Melo</li> <li>➤ <b>Rua de D. Dinis</b></li> <li>- <b>Rua de D. Sancho I</b></li> <li>- Rua Dr. Francisco dos Prazeres</li> <li>➤ Rua Dr. Manuel de Arriaga</li> <li>➤ Rua Dr. Vasco Borges</li> <li>- Rua Marquês de Pombal</li> </ul>
<b>Figuras heróicas</b>	<b>Figuras populares e beneméritos</b>	<b>Figuras religiosas e dignidades eclesiásticas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Largo Almirante Cândido dos Reis</b></li> <li>➤ <b>Largo Elias Garcia</b></li> <li>- Largo Serpa Pinto</li> <li>- Rua Alves Roçadas</li> <li>➤ Rua Dr. Miguel Bombarda</li> <li>➤ Rua Gomes Freire</li> <li>- Rua Mário de Sousa Dias</li> <li>➤ Rua Nuno Álvares (Pereira)</li> <li>- Rua Tenente Valadim</li> <li>- Rua Vasco da Gama</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Esplanada Mirafonso (Fonte Mouro Afonso)</li> <li>➤ <b>Rua D. Miguel de Alarcão</b></li> <li>➤ <b>Rua Dr. Bernardo Xavier Freire</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Esplanada de Santo André</li> <li>- Largo de São João</li> <li>- Rua de Santo António</li> <li>- Rua de São João</li> <li>- Rua do Campo de São Francisco</li> </ul>

Na primeira das categorias constatamos que aos nomes de Luís de Camões e de Rui de Pina foram acrescentados os do escritor Camilo Castelo Branco e o de dois jornalistas republicanos, Heliodoro Salgado e França Borges<sup>269</sup>. A estas figuras foi reconhecido o mérito de terem enobrecido o país e a humanidade, pelo talento, pelo carácter, pelos serviços, o que impõe o culto e a consagração pública<sup>270</sup>. A consagração

<sup>269</sup> Passava a denominar a Rua do Bomfim e, eventualmente, o troço designado Mário de Sousa Dias, que estabelecia a ligação ao Largo Eduardo Proença. Em 1950, quando a Rua foi designada Mestre de Avis, apenas é referido que substitui o nome de França Borges. Mestre de Avis é nome que a rua mantém.

<sup>270</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 25 de Abril de 1912.

oitocentista do «grande homem»<sup>271</sup> prolongou-se nestas consagrações, tanto mais que nenhum dos homenageados teve ligações à Guarda, embora a imprensa local ligada aos republicanos os mencionasse como vultos de relevo nacional.

Na categoria das figuras das ciências e educação constatamos que Francisco Ferrer, o pedagogo estrangeiro, foi votado ao esquecimento local com a nomeação de Nuno Álvares Pereira, abreviadamente designado por Nuno Álvares, para ocupar o seu lugar toponímico, mas também registamos a nomeação de outro pedagogo e poeta, João de Deus, e de um médico ligado ao Sanatório Sousa Martins, o Dr. Amândio Paúl, o que significava estar ligado à terapia das doenças pulmonares, nomeadamente a tuberculose.

João de Deus Ramos tinha seguidores locais do método de ensino que preconizou, mas talvez tenha motivado ainda mais os protagonistas das nomeações o facto de o seu filho, João de Deus Ramos, ser o Governador Civil do Distrito<sup>272</sup>. A memoração toponímica prevaleceu mesmo depois de algumas mudanças relacionadas com a organização do espaço, porém o nome foi transferido para o Largo dos Correios, durante o Estado Novo. O Dr. Amândio Paúl foi homenageado, em vida, depois da sua participação em congressos da especialidade no estrangeiro, por reconhecerem que «é um dos filhos desta terra que muito a honram, com o seu saber, o seu esforço, a sua dedicação, desde há vinte e dois anos em plena actividade como distinto médico»<sup>273</sup>, foi atribuído o seu nome ao largo do lado Sul da Sé Catedral, onde possuía residência, local que mantém a designação actualmente.

Como se verifica na categoria governantes e figuras do poder político, as autoridades do poder local aumentaram a representatividade, por analogia com os governantes do poder central, embora as novas nomeações tenham sido em igual número, duas em ambos os poderes. Foi alterada a nomeação das ruas que anteriormente evocavam os reis D. Manuel II e D. Luís I. Também os nomes dos Conselheiros homenageados no período anterior foram substituídos, apenas perdurando o nome do Conselheiro natural da Guarda, Teles de Vasconcelos, que tinha consagração toponímica no Largo onde estava construída a residência familiar.

---

<sup>271</sup> Na hierarquia dos grandes homens, o escritor e o cientista, Fernando Catroga, op. cit., p. 644.

<sup>272</sup> João de Deus Ramos foi governador civil de 20/04/1912 a 26/10/1912, *governadores civis da Guarda*, [Em linha]. [Consult. 6 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.gov-civ-guarda.pt/governo/governadores.asp>>, a proposta toponímica data de 25 de Abril de 1912.

<sup>273</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 5 de Fevereiro de 1925.

Os autarcas José de Lemos e Eduardo Proença passaram a partilhar o mesmo largo, embora o primeiro nomeasse o jardim desse largo, o qual tinha sido construído pela iniciativa de ambos. Manuel de Arriaga, primeiro presidente eleito da era republicana, foi homenageado postumamente, por reivindicação dos moradores da rua que passou a designar<sup>274</sup>. O Dr. Vasco Borges que, entre outras funções importantes, foi Ministro e Governador Civil, foi homenageado pelos «valiosos benefícios» que concedeu à cidade para a construção de equipamentos de protecção social. Todavia, a escolha da rua não agradou à classe dos comerciantes que, por protesto contra o demérito a que eram votados, viram a sua reclamação atendida e o nome do homenageado ser transferido da Rua do Comércio para uma nova via, entre o Largo Eduardo Proença e a Rua do Asilo, que veio a tornar-se numa rua relevante em matéria de circulação viária, e que ainda conserva a denominação de 1922.

As vias que foram nomeadas no Campo da Dorna com a designação de Avenida, Carlos Borrego e Marques dos Santos, ambos antigos Presidentes da Câmara, não sofreram qualquer modificação<sup>275</sup> no nome, mas não encontramos referências a obras ou a outros melhoramentos durante este período, o que não se verificou com os restantes topónimos já atribuídos em períodos anteriores.

Durante o período da governação da autarquia pelos republicanos, o número de topónimos que evocam as figuras heróicas aumentou, passou de sete para dez, mas cinco das designações foram atribuídas durante o período. Os nomes dos militares João de Almeida e Póvoas, o primeiro natural do concelho e o segundo com o solar da família no Largo Luís de Camões, reconhecidos como simpatizantes do regime monárquico, foram substituídos por outras designações condizentes com o espírito republicano. Os mártires da revolução republicana foram consagrados<sup>276</sup>, o Almirante Cândido dos Reis, a quem já nos referimos acima, e o Dr. Miguel Bombarda, que passou a nomear a antiga Rua de São Vicente, situação que se inverteu em 1950. Relativamente a Elias Garcia, que nomeava oficialmente o antigo Largo de São Vicente, não sabemos a partir de que data exactamente, mas sabemos que ocorreu durante este

<sup>274</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 6 de Novembro de 1919.

<sup>275</sup> Como já se referiu acima, Marques dos Santos voltou a ser nomeado, em 1921, quando o epónimo foi atribuído à «avenida a partir da Rua de 1820 até ao largo do coreto da Mata», em memória do ilustre cidadão, *Acta da Sessão de Câmara* de 17 de Fevereiro de 1921. Nada mais nos elucida sobre os fundamentos desta segunda homenagem.

<sup>276</sup> «foram os heróis republicanos que receberam a mais forte e imediata consagração toponímica, sinal evidente de que a sua mitificação foi imediatamente traçada à luz do heroísmo e sacrificial que se adequava a um acto fundador.» Fernando Catroga, op. cit., p. 632.

período e que se manteve até à grande revisão da toponímia urbana, feita em 1950. O seu nome consta do mapa da cidade datado de 1925.

Gomes Freire foi a figura escolhida para dar o nome a uma rua nova do, ainda no início, Bairro do Bomfim, atribuição efectuada em 1912. Sendo Gomes Freire de Andrade o conjurado liberal de 1817, que foi preso e executado por enforcamento em 18 de Outubro desse ano, em São Julião da Barra<sup>277</sup>, não nos surpreende a sua nomeação para figurar entre os homenageados, pois os republicanos presentificaram acontecimentos e figuras do liberalismo com o objectivo legitimarem os seus ideais.

A atribuição do nome de Nuno Álvares Pereira a uma rua da cidade, no ano de 1918, parece conter alguma contradição com o espírito dominante da época, primeiro por substituir uma figura cara aos republicanos, o mártir Francisco Ferrer, depois por ser uma figura imbuída de heroísmo militar, mas também com halo místico, sendo até candidato a canonização, o que veio a acontecer em Novembro desse ano. Seria uma tentativa de aproximação à Igreja por parte daqueles que tanto a hostilizaram nos anos iniciais da República e que, por esse facto, perderam o apoio dos guardenses mais conservadores? A fundamentação da nova atribuição do nome à rua refere-se ao «grande patrista», «que se impõe pelo seu heroísmo e virtudes»<sup>278</sup>. Poderá, por isso, traduzir o sentimento patriota veiculado, especialmente, pelos sectores mais conservadores da sociedade coeva<sup>279</sup>.

Mouro Afonso, que integra a toponímia como nome tradicional, já mencionado no período anterior, surge inscrito nos documentos oficiais como Mirafonso devido à esplanada que foi construída, alguns metros acima da fonte, em plena Rua Batalha Reis.

D. Miguel de Alarcão e o Dr. Bernardo Xavier Freire surgem como primeiros beneméritos a ser reconhecidos pelos dirigentes da autarquia, estando ambos vivos. Relativamente ao primeiro, em 1924, foi dado sinal, primeiro entre vários, da gratidão que a Câmara sentia pela oferta de terrenos que foram fundamentais para a captação e transporte de água desde Vale de Estrela até à cidade «oferta essa filha do altruísmo e da galharda fidalguia que mais e melhor enobreceu o sangue da ilustre família Alarcão»<sup>280</sup>. A homenagem ao Dr. Bernardo Xavier Freire mereceu o mais extenso texto de

<sup>277</sup> «Andrade, Gomes Freire de», in *Lello Universal, dicionário enciclopédico*. Porto: Lello Editores, 1997. vol. I, p. 149.

<sup>278</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 17 de Janeiro de 1918.

<sup>279</sup> Em 1931, à luz da ideologia do regime, Nun'Álvares era o símbolo do início do século XV, o «herói perfeito, milagre de patriotismo e de pureza», Maria Isabel João, *Memória e império...*, op. cit., p. 98.

<sup>280</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 22 de Maio de 1924.

fundamentação que lemos ao longo de todo o período, no qual se depreendem o apreço, estima e gratidão dos representantes dos cidadãos da Guarda. Salientam-se os contributos para as diversas obras levadas a cabo, mas também o «fervoroso espírito bairrista [...] nobreza de carácter e um fervoroso e incedível amor à sua terra»<sup>281</sup>, apesar de estar a viver, havia algum tempo, na cidade de Coimbra. Em ambos os casos, o nome dos homenageados foi atribuído à rua onde possuíam a sua residência, a placa toponímica recorda-os actualmente.

Considerando as figuras religiosas que compõem a categoria afim, constatamos que alguns topónimos tradicionais foram suprimidos, como os que nomeavam o Largo e a Rua de São Vicente. A Esplanada de Santo André é o único topónimo novo, mas evocando um Santo com devoção antiga na cidade, recuperado quando a moda da construção de esplanadas<sup>282</sup>, que parece ter marcado este período, careceu de nomeação. Ali existia uma fonte, próxima da entrada do Sanatório Sousa Martins, que servia de local de refresco de pessoas e animais que chegavam à cidade. Nos primeiros anos do século o jornal *o Combate* denunciava a falta de limpeza do espaço, mas que era igualmente sentida nos arredores da cidade<sup>283</sup>.

Nenhuma dignidade eclesiástica foi nomeada até ao final do período republicano, embora a figura do bispo D. Tomás Gomes de Almeida<sup>284</sup> fosse lembrado na imprensa local, tal como no jornal *O Combate*, meio de comunicação do Partido Republicano.

Apresentamos a seguir o mapa da cidade datado de 1925 (Anexo F), propriedade da Câmara Municipal, com a provável localização da toponímia vigente. Foi dividido em sectores, que constam das páginas seguintes, a fim de facilitar as anotações.

Algumas das vias no interior do centro histórico, que delimitámos de forma aproximada, não deviam possuir designação em 1925, o que poderá justificar o aumento do número de topónimos nos períodos subsequentes, nomeadamente durante o Estado Novo, como se constata na Figura 1 deste capítulo.

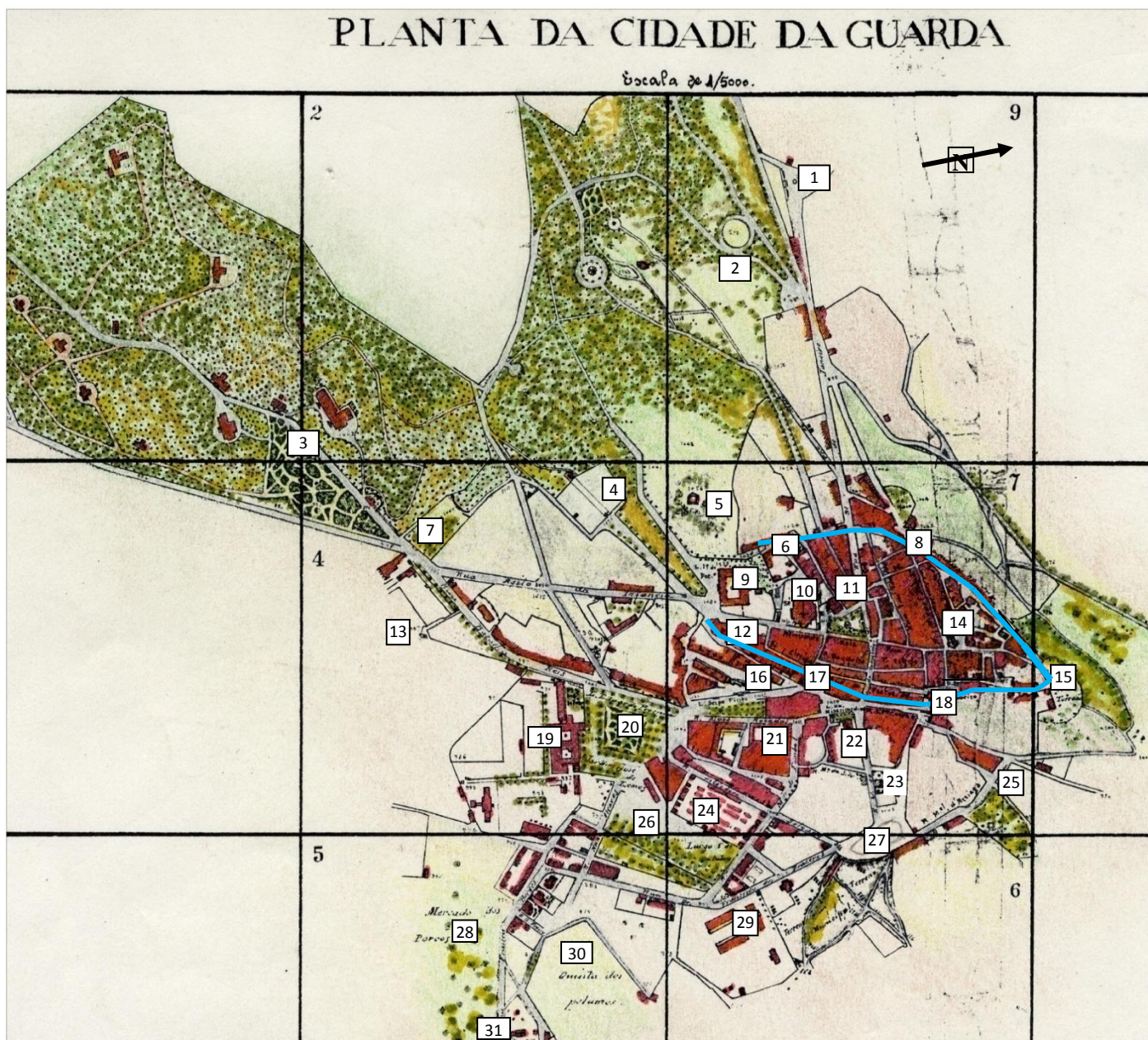
<sup>281</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 31 de Dezembro de 1925.

<sup>282</sup> Próxima desta esplanada foi construída a de Mirafonso (Figuras 11 e 12 deste capítulo, p. 84), mas enquanto a de Santo André irá ser embelezada, no final da vigência do Estado Novo, com um monumental chafariz barroco trasladado da aldeia da Vela, pertencente à família Saraiva Refóios (Barão de Ruivós), a esplanada de Mirafonso vai receber um monumento de homenagem ao Dr. Lopo de Carvalho. Encontrámos, por vezes, na bibliografia consultada a referência à família Refóios Saraiva, depois de alguma pesquisa na internet parece-nos que a designação correcta é Saraiva Refóios.

<sup>283</sup> *Jornal O Combate*, nº 112, de 22/06/1907.

<sup>284</sup> Foi Bispo da Guarda, considerado um bispo liberal, faleceu em 1903 e foi sepultado na Sé Catedral, tendo sido o último prelado a usufruir desse privilégio. Quatro anos após a morte, o jornal *O Combate*, nº 89, de 05/01/1907, recorda-o como sendo o nome que nesta cidade, e por toda a diocese, «quantos o conheceram pronunciam com respeito e com saudade», como benemérito e benfeitor.

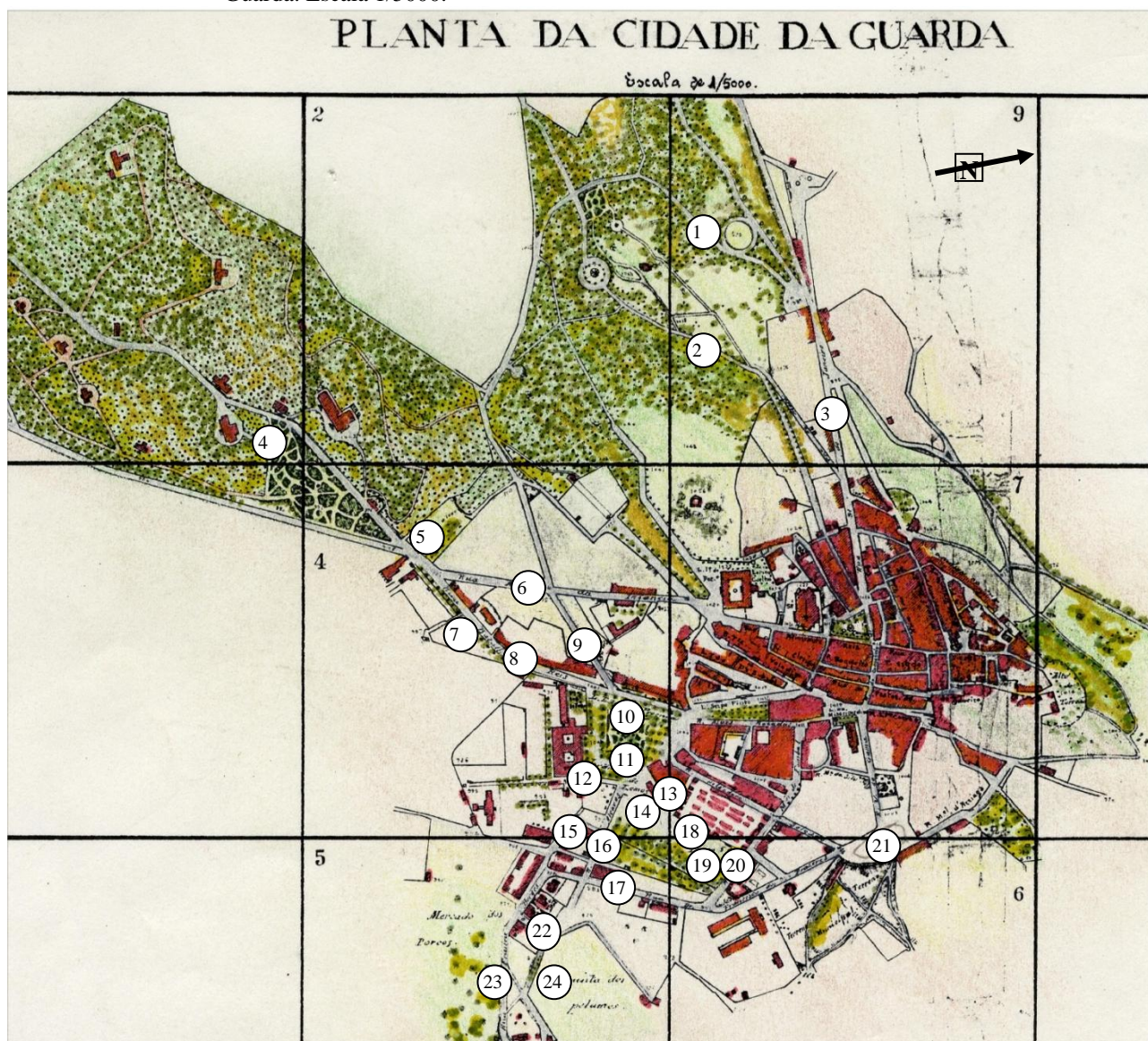
Mapa 1 – Localização de edificações e lugares públicos; 1925. Câmara Municipal da Guarda. Escala 1/5000.

**Legenda:**

— Limites, aproximados, do Centro Histórico (Muralha)

- |  |  |
|--|--|
| 1 – Chafariz da Dorna                    | 17 – Porta da Torre dos Ferreiros                          |
| 2 – Campo da Dorna                       | 18 – Porta da Estrela/Sol/Erva                             |
| 3 – Sanatório Sousa Martins              | 19 – Quartel do Regimento de Infantaria Nº 12              |
| 4 – Cemitério (Nossa Senhora do Templo)  | 20 – Jardim José de Lemos                                  |
| 5 – Torre de Menagem                     | 21 – Antigo Paço Episcopal e Seminário                     |
| 6 – Solar Teles de Vasconcelos           | 22 – Igreja da Misericórdia                                |
| 7 – Chafariz de Santo André              | 23 – Consultório Dr. Lopo de Carvalho                      |
| 8 – Porta d’El-Rei                       | 24 – Praça da República                                    |
| 9 – Paços do Concelho                    | 25 – Chafariz do Carvalho                                  |
| 10 – Sé Catedral                         | 26 – Campo da Boa Vista                                    |
| 11 – Solar dos Póvoas                    | 27 – Campo de São João                                     |
| 12 – Solar dos Alarcão                   | 28 – Mercado dos Porcos                                    |
| 13 – Fonte Mouro Afonso / Mirafonso      | 29 – Hospital da Misericórdia (Dr. Francisco dos Prazeres) |
| 14 – Igreja de São Vicente               | 30 – Quinta dos Pelames                                    |
| 15 – Alto do Torreão                     | 31 – Ermida do Senhor do Bomfim                            |
| 16 – Capela de São Pedro / Santo António |  |

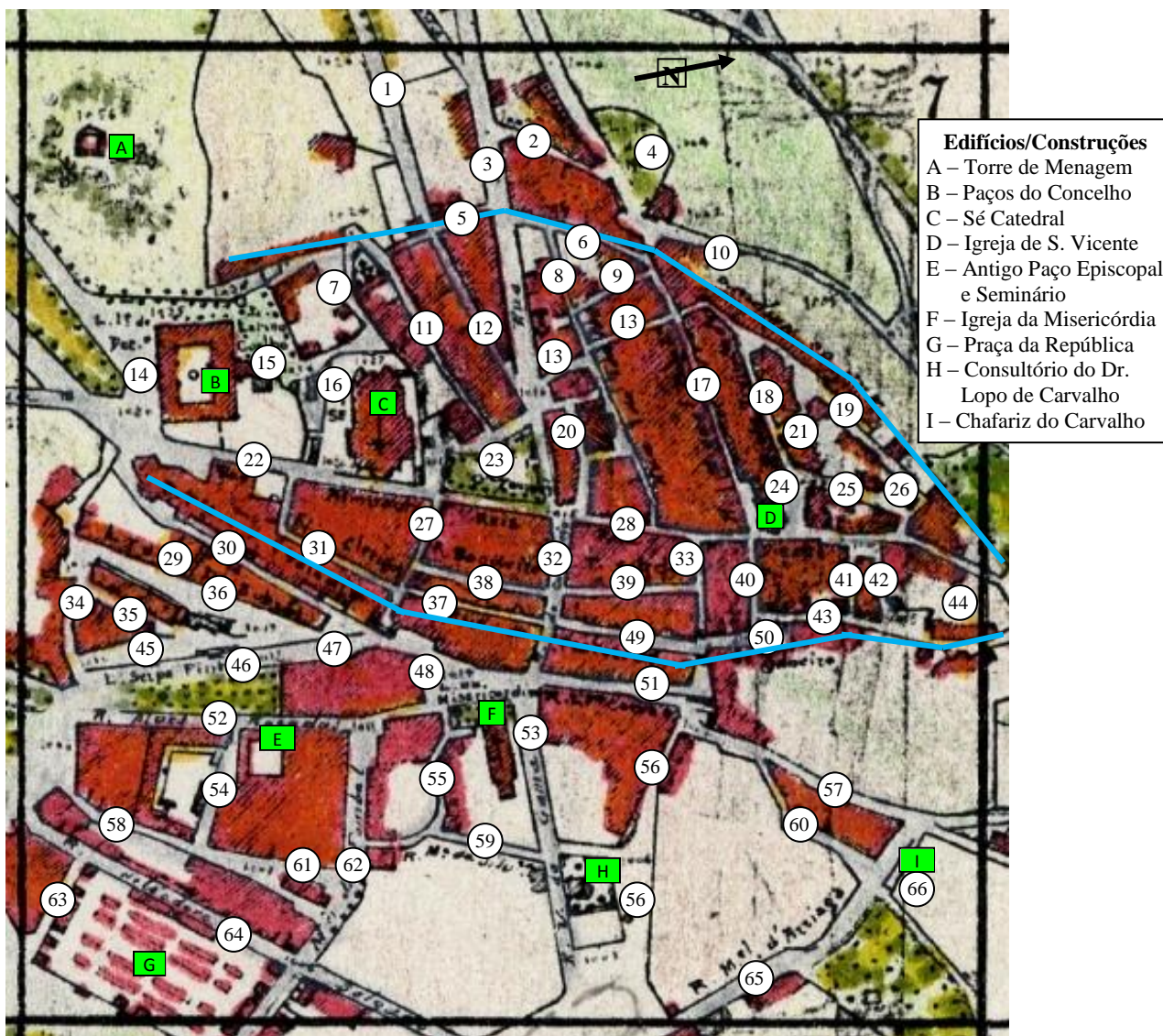
**Mapa 2** – Toponímia oficial em 1925. Pormenor da planta da Guarda; 1925. Câmara Municipal da Guarda. Escala 1/5000.



**Legenda:**

- |  |                                      |
|--|--------------------------------------|
| 1 – Avenida Marques dos Santos (?)       | 14 – Largo dos Mártires da República |
| 2 – Avenida Carlos Borrego               | 15 – Rua Mário de Sousa Dias         |
| 3 – Rua 31 de Janeiro                    | 16 – Rua Nuno Álvares                |
| 4 – Sanatório Sousa Martins              | 17 – Rua Dr. Francisco dos Prazeres  |
| 5 – Esplanada de Santo André             | 18 – Rua da Boa Vista                |
| 6 – Rua Asilo de Infância (D. Maria Pia) | 19 – Largo 5 de Outubro              |
| 7 – Esplanada Mirafonso                  | 20 – Rua Vasco da Gama               |
| 8 – Rua Batalha Reis                     | 21 – Largo de São João               |
| 9 – Rua Vasco Borges                     | 22 – Rua Gomes Freire                |
| 10 – Largo Eduardo Proença               | 23 – Rua França Borges               |
| 11 – Jardim José de Lemos                | 24 – Quinta dos Pelames              |
| 12 – Rua do Campo de São Francisco       |                                      |
| 13 – Travessa da Boa Vista               |                                      |

**Mapa 3** – Toponímia oficial em 1925. Pormenor da secção 7 da planta da Guarda, 1925. Câmara Municipal da Guarda. Escala 1/5000.



#### Edifícios/Construções

- A – Torre de Menagem
- B – Paços do Concelho
- C – Sé Catedral
- D – Igreja de S. Vicente
- E – Antigo Paço Episcopal e Seminário
- F – Igreja da Misericórdia
- G – Praça da República
- H – Consultório do Dr. Lopo de Carvalho
- I – Chafariz do Carvalho

#### Legenda:

— Limites, aproximados, do Centro Histórico (Muralha)

- |  |  |  |
|--|--|--|
| 1 – Rua das Tílias                                   | 22 – Rua Almirante Cândido dos Reis/D. Miguel de Alarcão | 44 – Largo do Torreão                      |
| 2 – Rua da Liberdade                                 | 23 – Largo/Praça Luís de Camões                          | 45 – Rua Rodrigues de Freitas              |
| 3 – Rua 31 de Janeiro                                | 24 – Largo Elias Garcia                                  | 46 – Largo Serpa Pinto                     |
| 4 – Largo 1º de Maio                                 | 25 – Rua do Poço do Gado                                 | 47 – Rua Camilo Castelo Branco             |
| 5 – Rua do Sol                                       | 26 – Rua do Príncipe                                     | 48 – Largo da Misericórdia                 |
| 6 – Travessa do Povo                                 | 27 – Rua da Torre  | 49 – Rua da Paz                            |
| 7 – Largo Teles de Vasconcelos                       | 28 – Rua Direita   | 50 – Largo 28 de Janeiro                   |
| 8 – Rua de D. Dinis                                  | 29 – Travessa da Palma                                   | 51 – Rua Lopo de Carvalho                  |
| 9 – Rua da Glória                                    | 30 – Rua Tenente Valadim                                 | 52 – Rua Alves Roçadas                     |
| 10 – Travessa do Pardal                              | 31 – Rua dos Clérigos                                    | 53 – Rua Vasco da Gama                     |
| 11 – Rua dos Cavaleiros                              | 32 – Rua do Comércio                                     | 54 – Rua João de Deus                      |
| 12 – Rua de 1820                                     | 33 – Rua Rui de Pina                                     | 55 – Travessa do Hospital                  |
| 13 – Rua Dr. Bernardo Xavier Freire                  | 34 – Rua do Encontro                                     | 56 – Rua de São João (?)                   |
| 14 – Largo 1º de Dezembro                            | 35 – Rua do Cativo                                       | 57 – Rua do Carvalho                       |
| 15 – Largo Latino Coelho/ Almirante Cândido dos Reis | 36 – Largo Dr. Sobral                                    | 58 – Rua do Campo                          |
| 16 – Largo Amândio Paúl                              | 37 – Rua da Fraternidade                                 | 59 – Rua Mouzinho da Silveira /do Hospital |
| 17 – Rua Dr. Miguel Bombarda                         | 38 – Rua da Bandeira                                     | 60 – Travessa do Carvalho (?)              |
| 18 – Rua da Trindade                                 | 39 – Travessa da Estrela                                 | 61 – Largo dos Correios                    |
| 19 – Rua do Amparo                                   | 40 – Rua de D. Sancho I                                  | 62 – Rua Marquês de Pombal                 |
| 20 – Rua da Vitória                                  | 41 – Rua das Oliveiras                                   | 63 – Rua Balha e Melo                      |
| 21 – Travessa do Rato                                | 42 – Rua das Taipas                                      | 64 – Rua Heliodoro Salgado                 |
|  | 43 – Rua do Torreão                                      | 65 – Rua Manuel de Arriaga                 |
|  |  | 66 – Largo do Chafariz do Carvalho         |

### 2.3. A toponímia na Ditadura Militar e no Estado Novo

As mudanças operadas na toponímia durante a vigência da Ditadura Militar foram muito reduzidas, dado o curto período que a mesma durou, por isso não nos ocuparemos delas num título independente.

A primeira mudança ocorreu em 1927 quando à Rua Direita foi atribuído o nome de Francisco de Passos, Major do exército que desempenhava as funções de Governador Civil. A Câmara pretendeu manifestar-lhe gratidão por ter disponibilizado fundos para a resolução do problema do abastecimento de água à cidade. A segunda nomeação ocorreu após a morte do poeta Augusto Gil, em 1929, um tributo à sua memória. Seguiu-se a homenagem a João de Almeida, na altura coronel, cujo nome substituiu o de Largo da Misericórdia, militar que já havia sido nomeado no Largo do Campo de São Francisco, mas que foi suprimido pelos Republicanos. Por fim, após alguma indefinição, foi deliberado atribuir o nome de Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra à avenida onde se encontra o monumento consagrado aos que tombaram em combate, o que nos parece um pouco confuso porquanto a esplanada que passou a evocar estes heróis anónimos foi a Esplanada Mirafonso, onde foi edificado o monumento ao Dr. Lopo de Carvalho. Por sua vez, o monumento ao soldado que pereceu em combate foi edificado no Jardim José de Lemos, no largo em frente do Quartel<sup>285</sup>.

Em comum, salientamos o facto de todos os nomeados terem uma ligação à Guarda e de lhes ser reconhecido o direito a figurar na memória urbana. Do mesmo modo, vemos a homenagem aos combatentes da I Guerra Mundial, onde participaram soldados aquartelados na cidade, pois as suas vitórias reflectiam-se na auto-estima, ou orgulho, dos habitantes da cidade, historicamente habituados a desempenhar funções de defesa, ou a realizar o fornecimento de bens para satisfação das necessidades do quartel.

---

<sup>285</sup> Optamos por transcrever o texto das actas, por nos parecer que lhes falta clareza: foi «deliberado que a avenida junto da qual se vai construir o monumento aos mortos da Grande Guerra passe a denominar-se Avenida dos Combatentes da Grande Guerra», *Acta da Sessão de Câmara* de 3 de Abril de 1929; foi «deliberado alterar a resolução tomada na sessão de três do corrente, dando o nome de Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra à avenida onde se encontra o local do monumento aos mortos da Grande Guerra», *Acta da Sessão de Câmara* de 10 de Abril de 1929.

Nos seis anos seguintes à implantação do regime político conhecido como Estado Novo não registámos quaisquer mudanças oficiais nos nomes das vias públicas.

As percentagens que registámos nas categorias relativas a este período encontram-se no quadro a seguir:

**Quadro 7** – Percentagens relativas às categorias toponímicas, 1974.

Categorias	Nomes Comuns							Nomes Próprios						Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
Percentagem	1,6%	9,1%	8,3%	8,3%	4,1%	7,4%	2,5%	6,6%	6,6%	19%	12,4%	2,5%	11,6%	100
Sub-total	41,3%							58,7%						

**Legenda:**

**1-** Acontecimentos e símbolos; **2-** Edifícios e construções; **3-** Elementos da Natureza; **4-** Ideologia e valores; **5-** Locais geográficos e localizações; **6-** Estratos, condições sociais e títulos; **7-** Profissões e actividades socioeconómicas; **8-** Figuras das artes, literatura e jornalismo; **9-** Figuras das ciências e Educação; **10-** Governantes e figuras do poder político; **11-** Figuras heróicas; **12-** Figuras populares e beneméritos; **13-** Figuras religiosas e dignidades eclesiásticas.

O quadro número oito, relativo a *nomes comuns*, traduz as modificações introduzidas nas designações das vias urbanas, bem como as novas nomeações surgidas com a expansão da cidade, tal como chegaram a 1974, quando o regime político foi derrubado pelo Movimento das Forças Armadas.

**Quadro 8** – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Comuns, 1974.

Acontecimentos e símbolos	Edifícios e construções	Elementos da Natureza	Ideologia e valores
- Largo 1º de Dezembro - Largo 5 de Outubro	- Avenida do Torreão - Bairro de Casas de Renda Económica / Bairro da Caixa - Largo do Chafariz do Carvalho ➤ Largo do Hotel de Turismo ➤ <b>Largo do Paço do Biu</b> - <b>Largo do Torreão</b> - <b>Rua da Torre</b> - <b>Rua das Taipas</b> - <b>Rua do Torreão</b> ➤ Travessa da Escola ➤ Travessa da Misericórdia	- <b>Rua das Oliveiras</b> - Rua das Tílias - Rua do Campo - Rua do Carvalho - <b>Rua do Sol</b> - <b>Travessa da Estrela</b> - Travessa da Palma - Travessa do Carvalho - Travessa do Pardal - <b>Travessa do Rato</b>	- Bairro do (Sr.) Bomfim - Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra ➤ Largo do Espírito Santo - Praça da República - <b>Rua da Fraternidade</b> - <b>Rua da Glória</b> - Rua da Liberdade - <b>Rua da Paz</b> - <b>Rua da Trindade</b> - <b>Rua do Amparo</b>

Locais geográficos e localizações	Estratos, condições sociais e títulos	Profissões e actividades socioeconómicas
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Beco de Malta</b></li> <li>➤ Rua de Olivença</li> <li>➤ <b>Rua Direita</b></li> <li>- Rua do Encontro</li> <li>➤ Rua Heróis de Dadrá</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Largo das Freiras</b></li> <li>➤ Praceta Duque de Bragança</li> <li>➤ Rua do Cativo</li> <li>➤ <b>Rua do Príncipe da Beira</b></li> <li>- <b>Rua dos Cavaleiros</b></li> <li>- <b>Rua dos Clérigos</b></li> <li>➤ Rua Duque de Bragança</li> <li>➤ Travessa do Duque de Bragança</li> <li>- <b>Travessa do Povo</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bairro dos Polícias</li> <li>➤ Rua do Batalhão de Caçadores 7</li> <li>- <b>Rua do Comércio</b></li> </ul>

A primeira mudança ocorreu dez anos depois de a Câmara vigente na Ditadura Militar<sup>286</sup> ter dado nome à esplanada consagrada aos Combatentes da Grande Guerra (1929), e serviu para mudar o nome da Rua de 1820 para o de General Póvoas, designação que já tinha tido antes. Durante os dez anos seguintes, até 1949, apenas foram feitas três alterações à toponímia em vigor e não houve novas atribuições. A partir desse ano, depois de constituída a primeira Comissão de Toponímia<sup>287</sup>, as alterações sucederam quase ininterruptamente. No final do regime de Estado Novo havíamos registado sessenta e uma nomeações e o total de cento e vinte e um topónimos vigentes a nomear as vias de circulação. Entre 1933 e 1974, os topónimos classificados como *nomes comuns* atingiram os 41%, contra os 59% dos classificados como *nomes próprios* (Quadro 7). Para esta desproporção contribuiu a acção dos governantes locais porque fizeram, considerando apenas os topónimos que chegaram ao limite do período, 23% de atribuições designadas como *nomes comuns* e 77% de nomeações antroponímicas.

Os acontecimentos comemorados pelos republicanos e durante a Ditadura Militar foram substituídos por outros topónimos, com excepção dos que evocavam os dias 1º de Dezembro e 5 de Outubro. A intenção da preservação do acontecimento de 5 de

<sup>286</sup> A Comissão Administrativa Municipal do Concelho, em 1929, era presidida pelo Major Orlindo José de Carvalho e, em 1939, pelo mesmo presidente, mas já como Coronel, que se manteve em funções até 4 de Setembro de 1946. Nas suas muitas ausências, por motivos militares, era substituído por um dos vereadores em funções. Findo o mandato de cerca de vinte anos, como vereador ou como presidente, recebeu a medalha de ouro da cidade, e o poder central galardoou-o com o Oficialato da Ordem de Cristo.

<sup>287</sup> Assunto que retomaremos no capítulo seguinte.

Outubro na toponímia foi corroborada com a comemoração da revolução através do budo distribuído aos pobres.

A denominação de Rua da Bandeira, que interpretámos como um símbolo da esperança no futuro, foi suprimida da toponímia, deixando em seu lugar o nome do primeiro Alcaide, Soeiro Viegas, que teria assinado o foral concedido por D. Sancho I. Ao invés desta nomeação, as restantes recuperaram nomes mais antigos, como Espírito Santo, Paço do Biu e D. Luís I, que passaram a nomear os largos 1º de Maio e 28 de Janeiro, e a Rua 31 de Janeiro, respectivamente.

O número de topónimos que incluímos na categoria de edifícios e construções voltou a aumentar, de oito para onze topónimos, representando 9,1% do total de topónimos.



**Figuras 13 e 14** – (13) Hotel de Turismo; (14) (da esquerda para a direita) Largo do Hotel de Turismo e edifícios de: Câmara Municipal, Segurança Social, Caixa Geral de Depósitos e Palácio da Justiça; 2011.

Foi criado um bairro com as casas de renda económica, vulgarmente designado de «Bairro da Caixa», uma nova avenida no espaço envolvente do Torreão, que lhe deu o nome provisoriamente, o hotel de turismo, construído no largo consagrado aos mártires da Pátria/República, passou a dar nome ao largo fronteiro, foi recuperado um nome antigo, Paço do Biu, para nomear o Largo 28 de Janeiro, uma escola, localizada junto do Largo dos Correios, passou a dar nome à travessa anteriormente baptizada de João de Deus, nome que passou para o Largo dos Correios<sup>288</sup>. Foi também recuperado o nome Misericórdia para nomear a Travessa do Hospital. Mantiveram o nome os largos do Chafariz do Carvalho e do Torreão, as ruas da Torre, das Taipas e do Torreão. As ruas

<sup>288</sup> Apesar da nomeação oficial, o largo continuou a ser conhecido como Largo dos Correios, Rua do Campo e Largo da Cadeia, Jaime Ferreira, op. cit., p. 128.

anteriormente denominadas de Sacadura Cabral, antiga Rua do Asilo D. Maria Pia, e do Hospital foram nomeadas com antropónimo, Engenheiro Saraiva e Sousa<sup>289</sup>, e Mouzinho da Silveira, respectivamente. Se, relativamente ao segundo dos homenageados, a acta é omissa sobre os motivos da consagração, sobre o primeiro, a acta de 26 Abril de 1965 esclarece que a deliberação teve em conta o facto de, na qualidade de subsecretário de Estado das Obras Públicas, ter contribuído, em grande parte, para

algumas das mais importantes realizações levadas a efeito nesta cidade nos últimos anos, como seja a construção da Rua do Asilo e arranjo urbanístico em volta do Liceu e Sé da Guarda; abertura e pavimentação de arruamentos; revisão do Antepiano de Urbanização; construção de bancadas do Campo de Jogos e do Lavadouro da Dorna; localização do Liceu e da Escola Técnica e respectiva aquisição de terrenos; remodelação de águas e esgotos, etc..

Os elementos da Natureza evocados na nomeação das vias mantiveram alguma constância, mesmo neste período em que foram realizadas as maiores alterações toponímicas. Todavia, há a salientar três alterações: o nome de Boa Vista desapareceu do quadro das denominações, certamente devido às modificações no arranjo urbanístico daquele espaço, justificação que também pensamos adequar-se ao antigo Largo do Chafariz do Carvalho, de onde desapareceu a travessa com o mesmo nome, e a alteração do nome tradicional de Rua do Poço do Gado que, por solicitação dos moradores «que se sentem diminuídos por virtude da nomenclatura da rua dado que a generalidade das pessoas a associam a factos vergonhosos da vida social», a da prática de prostituição, passou a ser denominada Travessa de São Vicente. Ainda antes desta denominação, em 28 de Junho de 1950, a rua tinha sido nomeada de São Vicente de Paulo, mas antes do final desse ano a Câmara quis atender algumas reclamações dos moradores e a designação de Rua do Poço do Gado foi mantida. Na possível existência de outras opiniões assentará a apresentação do requerimento para que o nome fosse alterado.

Na categoria que designámos de ideologia e valores há a salientar que um topónimo foi alterado neste período temporal, pois o Largo/Esplanada Mártires da Pátria/República, como já referimos, passou a denominar-se Largo do Hotel de

---

<sup>289</sup> Antes desta nomeação a Rua Engenheiro Saraiva e Sousa havia sido rebaptizada com o nome de Sacadura Cabral, mantido durante quinze anos.

Turismo, em 1929, havia sido atribuído o nome de Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra ao terraço Mirafonso, e foi recuperada a denominação do Largo do Espírito Santo, anteriormente designado Largo 1º de Maio. Os restantes oito topónimos mantiveram-se vigentes oficialmente.

As designações de vias que classificámos na categoria de locais geográficos e localizações tiveram um crescimento muito significativo, dado que só havia uma via nomeada, no período anterior, e passaram a ser cinco.

Na revisão toponímica de 1950 foi dado o nome de Beco de Malta à ligação entre a Praça Luís de Camões e a Rua Augusto Gil, ficando assim delimitado a ocidente o «Edifício dos Balcões»<sup>290</sup>, construção suportada por colunas na fachada Sul. Este edifício, cuja cronologia permanece por desvendar, pode ser a chave para desvendar o significado desta atribuição:

Em quatro fachadas, pelo menos, as que estão mais a oeste, aparecem gravadas as cruzes da Ordem de Malta. Estes Edifícios ficam perto da Igreja de Santa Maria da Vitória ou do Mercado, que pertencia à Ordem de Malta, o que pode indicar uma pertença à mesma [...] Por outro lado também podemos deduzir que os terrenos onde estão implantados os «Edifícios dos Balcões» podiam ter pertencido à mesma ordem, que cunharam na fachada dos edifícios a sua cruz, com o intuito de fazer lembrar os seus bens<sup>291</sup>.

A mesma comissão de toponímia decidiu recuperar a designação de Rua Direita, remetida ao esquecimento quando a rua foi renomeada de Francisco de Passos, antigo Governador Civil do distrito. Alguns meses depois, as duas designações ficaram contempladas na extensa via, o troço entre a Rua do Comércio e o Largo de São Vicente recebeu o nome de Francisco de Passos e a rua entre o referido largo e o Largo do Torreão foi denominada Rua Direita.

Em 1954, depois do atentado contra os interesses portugueses na Índia, simbolizado no massacre dos defensores de Dadrá<sup>292</sup>, a Câmara decidiu homenagear os que «pelo seu acendrado patriotismo» tombaram em nome da Pátria portuguesa. Uma via do

<sup>290</sup> Figura 38, Anexo G, espaços e vias públicas.

<sup>291</sup> Daniela Pereira, op. cit., pp. 337-338.

<sup>292</sup> O próprio Estado Novo teve interesse em criar imagens dos novos heróis da Pátria, os que defendiam os territórios ultramarinos. Ao serviço de Portugal, Aniceto do Rosário, natural de Diu, enfrentou o grupo armado que era apoiado pelas forças militares da União Indiana, mas os seus combatentes tombaram em cumprimento do dever. Por isso engalanaram o novo Panteão «dos Heróis do Ultramar», Fernando Catroga, op. cit., p. 447.

Bairro do Bomfim foi denominada Rua Heróis de Dadrá<sup>293</sup>. Depois de iniciada a guerra colonial não houve mais homenagens a heróis sacrificiais da Pátria, nem mesmo ao Alferes Dr. José Carlos Godinho Ferreira de Almeida, natural da Guarda, como explicaremos no próximo capítulo.

A nomeação de Rua de Olivença surge como resposta ao pedido do «Grupo dos Amigos de Olivença», dando sinal de apoio à reivindicação da reintegração destes territórios no espaço português. Como contrapartida desapareceu o nome usado tradicionalmente para denominar a Rua do Moinho de Vento, uma referência a este equipamento tradicional que não possuía denominação oficial e que se encontrava nos limites do espaço urbanizado.

Os topónimos referentes a figuras com títulos nobiliárquicos aumentaram durante o Estado Novo, pois ao único existente a nomear uma via, o de Príncipe, reforçando que era da Beira<sup>294</sup>, foi acrescentado o de Duque de Bragança para nomear três vias, uma praça, uma rua e uma travessa. Alguns indícios existentes fazem-nos supor que se alude ao primeiro Duque de Bragança, apesar de a figura de D. João IV ter merecido uma atenção especial durante a vigência do Estado Novo, mormente nas comemorações do duplo centenário, em 1940<sup>295</sup>. Recuperando a tradição, muito provavelmente reinventada<sup>296</sup>, mas intencionalmente aproveitada para engrandecer a história da urbe, a explicação da nomeação de uma via com o nome de Mestre de Avis foi a de que, antes do seu casamento com D. Filipa de Lencastre, «viveu nesta cidade, aqui teve dois filhos e um deles veio mais tarde a ser o primeiro Duque de Bragança, tronco de todas as famílias reais da Europa»<sup>297</sup>. Assim, estes topónimos evocam os mesmos acontecimentos ligados à fundação da Casa de Bragança e justificam o direito a figurar na memória urbana.

Resgatando ao esquecimento a denominação do largo conhecido tradicionalmente como Largo das Freiras, confinante com o Liceu de Afonso de Albuquerque, ao mesmo

---

<sup>293</sup> *Actas da Sessão de Câmara* de 4 de Agosto de 1954 e de 12 de Julho de 1955.

<sup>294</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Junho de 1950.

<sup>295</sup> A figura de D. João IV mereceu uma atenção especial durante o duplo centenário, tornando-se um modelo a ser imitado por todos aqueles que queriam dedicar a sua vida ao serviço público, Maria Isabel João – *Memória e império...*, op. cit., p. 544-547.

<sup>296</sup> Conta-se que o pai de Inês Pires, judeu, desgostoso com a ligação amorosa da filha, deixou crescer a barba para nunca mais a cortar, ficando conhecido como o *Barbadão*. Na cidade da Guarda, a tradição atribui-lhe residência numa casa da Rua dos Clérigos. De acordo com uma pesquisa realizada na internet, usando o motor de busca do Google, a vila alentejana de Veiros possui uma narrativa idêntica para reclamar ser o «berço» da Casa de Bragança.

<sup>297</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Junho de 1950.

esquecimento foi remetido o nome do Almirante Cândido dos Reis. Os estratos e condições sociais recordados no Centro Histórico foram preservados, não obstante as alterações de nome atribuídas à Rua do Cativo, para onde chegou a ser mudado o nome de Dr. Sobral, quando o largo com o epónimo foi denominado Frei Pedro da Guarda.

Na categoria que denominámos profissões e actividades socioeconómicas incluem-se três topónimos, o que era alusivo ao comércio, e dois relativos a ocupações profissionais, a militar, evocada no Batalhão de Caçadores 7, e a de polícia. O Batalhão de Caçadores 7 foi criado na Guarda em 1939, quando o Regimento de Infantaria Nº 12 foi transferido para Coimbra, onde permaneceu até 1966<sup>298</sup>. O Bairro dos Polícias nasceu num declive entre a Rua General Pinto Monteiro e a Rua Pedro Álvares Cabral, não porque lhes fosse atribuído o terreno para construção, mas porque devia tratar-se de um local barato<sup>299</sup>. Por sua vez, os militares graduados do exército tinham preferido o Bairro do Bomfim para construir as suas habitações.

Como já se disse acima, sob a designação de nomes próprios encontram-se 59% de todos os nomes, crescimento significativo se atendermos aos 48% do período anterior. Das sessenta e uma alterações realizadas neste período, 77% dizem respeito à antroponímia. O quadro seguinte apresenta a situação:

**Quadro 9** – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Próprios, 1974.

<b>Figuras das artes, literatura e jornalismo</b>	<b>Figuras das ciências e educação</b>	<b>Governantes e figuras do poder político</b>
<p>- <b>Largo / Praça Luís de Camões</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Rua Alexandre Herculano</li> <li>➤ Rua Almeida Garrett</li> </ul> <p>- <b>Rua Augusto Gil</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Rua Camilo Castelo Branco</li> <li>➤ Rua Nuno de Montemor</li> <li>➤ Rua Padre António Vieira</li> </ul> <p>- <b>Rua Rui de Pina</b></p>	<p>- <b>Largo Dr. Amândio Paúl</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Largo João de Deus</li> </ul> <p>- Rua Batalha Reis</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Rua Dr. Santos Lucas</li> <li>➤ Rua Dr. Sobral</li> </ul> <p>- Rua Lopo de Carvalho</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Rua Ribeiro Sanches</li> </ul> <p>- Sanatório Sousa Martins</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Avenida Coronel Orlindo de Carvalho</li> <li>➤ Avenida da Rainha D. Amélia</li> <li>➤ Avenida Professor Doutor Gonçalves Proença</li> </ul> <p>- Bairro Salazar / Bairro para as classes pobres</p> <p>- Jardim José de Lemos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Largo de Marechal Carmona</li> </ul> <p>- <b>Largo Teles de Vasconcelos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Rua Alcaide Soeiro Viegas</b></li> </ul> <p>- Rua Balha e Melo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Rua de D. Afonso V</li> </ul>

<sup>298</sup> Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., p. 426.

<sup>299</sup> As construções foram sendo autorizadas pela autarquia, mas que não implementou outros trabalhos de dotação de infra-estruturas, até ser considerado um foco de epidemias pela falta de saneamento.

## A evolução da toponímia, permanências e rupturas

		<b>Governantes e figuras do poder político</b>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Rua de D. Dinis</b></li> <li>➤ <b>Rua de D. Luís I</b></li> <li>- <b>Rua de D. Sancho I</b></li> <li>➤ Rua do Alcaide Gil Cabral / Rua Álvaro Gil Cabral</li> <li>- Rua Dr. Francisco dos Prazeres</li> <li>- Rua Dr. Manuel de Arriaga</li> <li>- Rua Dr. Vasco Borges</li> <li>➤ Rua Engenheiro Saraiva e Sousa</li> <li>- <b>Rua Francisco de Passos</b></li> <li>➤ Rua General Pinto Monteiro</li> <li>- Rua Marquês de Pombal</li> <li>➤ Rua Mestre de Avis</li> <li>➤ Rua Mouzinho da Silveira</li> </ul>

<b>Figuras heróicas</b>	<b>Figuras populares e beneméritos</b>	<b>Figuras religiosas e dignidades eclesiásticas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Largo João de Almeida</li> <li>➤ Rua Afonso de Albuquerque</li> <li>➤ Rua Almirante Gago Coutinho</li> <li>- Rua Alves Roçadas</li> <li>➤ <b>Rua General Póvoas</b></li> <li>➤ Rua Infante D. Henrique</li> <li>➤ Rua João Pinto Ribeiro</li> <li>➤ Rua José Clemente Pereira</li> <li>➤ Rua Mouzinho de Albuquerque</li> <li>- Rua Nuno Álvares (Pereira)</li> <li>➤ Rua Paiva Couceiro</li> <li>➤ Rua Pedro Álvares Cabral</li> <li>➤ Rua Serpa Pinto</li> <li>- Rua Tenente Valadim</li> <li>- Rua Vasco da Gama</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Rua D. Miguel de Alarcão</b></li> <li>- <b>Rua Dr. Bernardo Xavier Freire</b></li> <li>➤ Rua Fundação [Calouste] Gulbenkian</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Esplanada de Santo André</li> <li>➤ Largo de São Francisco</li> <li>➤ Largo de São João</li> <li>➤ Largo de São Pedro</li> <li>➤ <b>Largo de São Vicente</b></li> <li>➤ Largo Frei Pedro da Guarda</li> <li>➤ Rua D. José Alves Matoso</li> <li>➤ Rua D. Manuel Vieira de Matos</li> <li>➤ Rua de S. João de Deus</li> <li>➤ Rua de São Francisco [de Assis]</li> <li>- <b>Rua de São Vicente</b></li> <li>➤ <b>Rua de São Vicente de Paulo</b></li> <li>➤ <b>Travessa da Rainha Santa (Isabel)</b></li> <li>- <b>Travessa de São Vicente</b></li> </ul>

Na categoria intitulada figuras das artes, literatura e jornalismo verifica-se que o nome dos jornalistas republicanos, nomeados após a implantação da República, deram lugar a outras memórias mais recuadas no tempo, a Rua França Borges passou a denominar-se Mestre de Avis, colocado junto da via designada Nuno Álvares, «seu

companheiro e amigo»<sup>300</sup> e a Rua Heliodoro Salgado mudou o nome para Infante D. Henrique. Evocam duas figuras históricas que marcaram a viragem do Portugal medieval para um Portugal moderno e precursor de mudanças também verificadas na mentalidade europeia.

Importava recuperar essa imagem histórica, numa altura em que estava a ficar sem apoio internacional, por não lhe ser reconhecido o direito de posse dos territórios ultramarinos, onde chegou como pioneiro e que ocupou como colonizador, mas com princípios e práticas que eram refutadas na época contemporânea, sobretudo pela Organização das Nações Unidas. A esses povos era reconhecido o direito à autodeterminação, que Portugal lhes negava.

À lista de escritores reconhecidos no país e no estrangeiro acrescentaram, em 1960, os nomes de Alexandre Herculano, de Almeida Garrett, escritores oitocentistas, e do Padre António Vieira. Em comum tinham também a consagração nacional no centenário da morte. Todavia, Almeida Garrett beneficiou da comemoração de dois centenários, o do nascimento, em 1899, e o da morte, em 1954. À cidade da Guarda não era já alheio o nome de Alexandre Herculano, patrono da Biblioteca Municipal desde o início do século. Nuno de Montemor foi a outra figura da literatura a ser homenageada, por se tratar «de um ilustre egitaniense e escritor de invulgares méritos»<sup>301</sup>, foi, portanto, a segunda consagração de um escritor conterrâneo e coevo, depois de Augusto Gil, no momento da sua morte. As restantes figuras, Rui de Pina, Luís de Camões e Camilo Castelo Branco, não obstante as mudanças, vão manter-se no período estudado.

No âmbito da categoria relativa a figuras das ciências e educação verifica-se a distinção de personalidades que contribuíram para elevar o prestígio da Guarda, como o Dr. Santos Lucas, Professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que se distinguiu como «um dos maiores paladinos da criação da Província da Beira-Serra», a qual teria como capital a cidade da Guarda, movimento este que integrou outras individualidades de relevo local e nacional. A homenagem foi póstuma e a rua que passou a nomear, pertencente ao Bairro do Bomfim, onde possuía casa, perdeu a denominação de Gomes Freire. Ribeiro Sanches foi distinguido, em 1950, por ser um «médico famoso que esteve na Corte da Imperatriz da Rússia, que estudou na Guarda e aqui dirigiu durante algum tempo o Hospital», por isso a rua escolhida ficava entre o

<sup>300</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Junho de 1950.

<sup>301</sup> Apreciação exarada no seu falecimento, *Acta da Sessão de Câmara* de 6 de Janeiro de 1964. Nuno de Montemor, não sendo natural do concelho, era padre e capitão do Regimento de Infantaria N.º 12.

Hospital da Misericórdia e o Internato Académico. As outras seis personalidades que integram o conjunto já foram homenageadas em períodos anteriores, mantendo a medicina uma posição de destaque em relação às demais ciências.

A categoria que nomeámos de governantes e figuras do poder político é aquela que maior percentagem apresenta no cômputo geral, 19%, e teve um crescimento, por analogia com o período republicano, de cerca de 92%, que é ainda superior se considerarmos que extinguímos o nome de duas vias, Avenidas Carlos Borrego e Marques dos Santos, por não haver referências a elas, e que uma das alterações se enquadra na mesma categoria.

Aos dois monarcas já nomeados, D. Sancho I, o fundador, e D. Dinis<sup>302</sup>, futor de desenvolvimento, foram acrescentados outros dois, D. João I, o Mestre de Avis<sup>303</sup>, e D. Afonso V, o primeiro porque teve dois filhos, segundo a tradição local, de uma mulher judia da Guarda, e o segundo porque realizou cortes na cidade, em 1465. A lista aumentou com a nomeação de dois alcaides da Guarda, Soeiro Viegas e Álvaro Gil Cabral, o primeiro por estar ligado à assinatura do foral concedido por D. Sancho I, o segundo porque recusou entregar as chaves da cidade ao rei castelhano, durante o interregno de 1383-1385, quando o Bispo da Guarda já lhe havia declarado o seu apoio. Nenhuma outra figura da governação do reino até ao século XVIII foi destacada, e aquela que constava da lista, o Marquês de Pombal, já havia sido homenageada no século XIX.

A Comissão de Toponímia responsável pelo estudo ainda destacou Mouzinho da Silveira como figura proeminente da consolidação do Liberalismo em Portugal, pois as restantes figuras já tinham designação anterior, Teles de Vasconcelos e D. Luís I, um monarca resgatado ao esquecimento, para onde havia sido enviado pelos republicanos. O antropónimo Mouzinho da Silveira deixou de nomear a antiga Rua do Hospital, que recebeu o nome de um herói militar, Mouzinho de Albuquerque, mas passou a denominar a rua com os limites na Rua do Carvalho e no Largo de São João, a antiga Rua de São João. Contemporâneos, receberam homenagem oito personalidades ligadas

---

<sup>302</sup> D. Dinis e D. Isabel celebraram o casamento em Trancoso, no dia 24/07/1282, onde esteve presente o Bispo da Guarda, D. Frei João Martins. Nesta cidade terão passado alguns dias da «lua-de-mel», Virgílio Afonso, op. cit., pp. 106-107.

<sup>303</sup> Para Virgílio Afonso, op. cit., p. 66, ficou ligado à Guarda pela lenda ou pela história de uns amores com a filha de Barbadão, quando ainda não era rei. Mas ficou também por razões de interesse nacional e ainda por conceder à cidade, a pedido do Bispo D. Frei Vasco de Lamego, a construção da Sé Catedral, intramuros, pois a Sé que se situava no arrabalde havia sido mandada derrubar por D. Fernando, para defesa da cidade e do próprio reino.

ao poder central, cinco das quais foram nomeadas pela primeira vez durante o Estado Novo, o Professor Dr. Gonçalves Proença, Salazar, Marechal Carmona e Engenheiro Saraiva e Sousa, respectivamente, ministro das Corporações e Previdência Social, Presidente do Conselho (de ministros), Presidente da República, e Subsecretário das Obras Públicas. A todos foi prestado o reconhecimento e a gratidão pelos benefícios que atribuíram no âmbito das funções que desempenharam<sup>304</sup>, excepto o Presidente da República que foi homenageado por ter visitado a cidade da Guarda em 1948. Todos foram preiteados em vida. A rainha D. Amélia junta-se à lista dos «laureados», mas já *post mortem*, uma homenagem pelo seu contributo para a construção do Sanatório Sousa Martins e pela fundação da Assistência Nacional aos Tuberculosos<sup>305</sup>, o que justificou a escolha da avenida para receber a placa toponímica, justamente aquela que estava em construção, confinante em toda a sua extensão com os terrenos do Hospital.

Os representantes do poder local incluídos na categoria de governantes e figuras do poder político significam 21% do total, mas apenas dois foram distinguidos pela primeira vez, o Coronel Orlindo de Carvalho e o General Pinto Monteiro, pois os restantes haviam sido nomeados no período da República, e alguns ainda durante a monarquia constitucional. Ao primeiro foram atribuídos alguns benefícios concedidos à cidade, como a obra de abastecimento de água, a construção do mercado e do matadouro municipal, e o desempenho do poder com «maior aprumo e dignidade»<sup>306</sup>, do segundo foram destacados «os relevantes serviços prestados a esta cidade como oficial ilustre e prestimoso vereador»<sup>307</sup>.

A categoria que apresenta o segundo maior número de topónimos foi denominada figuras heróicas, e representa 12,4% do valor total. Seis figuras mantiveram a posição alcançada anteriormente, e nas novas nomeações constata-se uma grande diversidade de motivações para a nomeação, a navegação marítima e a navegação aérea, os sucessos militares do século XIX, mas particularmente a valorização das figuras heróicas que

---

<sup>304</sup> José João Gonçalves Proença, enquanto ministro das Corporações e Previdência Social, inaugurou, em 1966, os primeiros blocos de habitação social na Rua Francisco António Patrício, moradias com traços da arquitectura da casa portuguesa e com pequeno jardim/quintal. Salazar tornou-se o patrono do bairro para as classes pobres, com semelhante arquitectura, nas proximidades da capela do Bomfim, e o Engenheiro Saraiva e Sousa, além das funções que desempenhou, teve a seu favor o facto de ser natural do concelho, da aldeia de Seixo Amarelo.

<sup>305</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 5 de Dezembro de 1951.

<sup>306</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 19 de Abril de 1966, elogio fúnebre exarado em acta, pois no momento da atribuição do nome ao Largo do Hotel de Turismo (*Acta da Sessão de Câmara* de 11 de Julho de 1960) nenhuma justificação é dada sobre a homenagem.

<sup>307</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 4 de Janeiro de 1965.

tiveram relação com este território: Afonso de Albuquerque<sup>308</sup>, conquistador da Índia e «construtor do império», Gago Coutinho, o primeiro a fazer a travessia aérea do Atlântico, acompanhado do antigo aluno do Liceu da Guarda, Sacadura Cabral, equiparados a Pedro Álvares Cabral por causa da proeza da travessia aérea do Atlântico Sul, José Clemente Pereira, natural do distrito, que, ao distinguir-se no Brasil, elevou o prestígio dos portugueses, mormente o dos guardenses, o Infante D. Henrique como «o herói dos Descobrimentos, figura grandiosa da nossa História», João Pinto Ribeiro, que fora juiz de fora de Pinhel, concelho do distrito da Guarda, «e um dos fautores da Revolução de 1640»<sup>309</sup>. Três militares completam as nomeações toponímicas, o General Póvoas, que voltou a denominar a rua para onde se voltava uma das fachadas do solar da família, Paiva Couceiro e Mouzinho de Albuquerque, todos como protagonistas de sucessos militares durante a vigência da monarquia, como heróis do colonialismo português, ou que pretenderam restaurar o regime monárquico nos momentos de fragilidade do regime republicano. As restantes figuras que completam esta categoria mantiveram as nomeações, e continuaram incólumes às sessenta e uma mudanças que se verificaram durante o Estado Novo.

O número dos beneméritos na toponímia aumentou com a nomeação de uma rua em homenagem da Fundação Calouste Gulbenkian, fatora da residência académica para estudantes desfavorecidos. Em contrapartida, o único nome que considerámos evocativo de uma figura popular, Mouro Afonso, espaço público então denominado Mirafonso, ainda que, eventualmente, não represente mais do que uma reminiscência do passado, desapareceu quando a esplanada recebeu o nome de Combatentes da Grande Guerra.

O crescimento do número de topónimos que classificámos na categoria de figuras religiosas aumentou de cinco para catorze, crescimento que corresponde a 180%. Não foram alterados os nomes dos largos denominados Santo André, São João e São Francisco, mas a Rua de São João foi denominada, em 1960, Rua Mouzinho da Silveira. Foi recuperado o nome de São Vicente, anteriormente atribuído a um largo, a uma rua e a uma travessa, e o de São Pedro<sup>310</sup>, embora a denominação fosse bastante anterior à designação do Largo com o nome Dr. Sobral.

---

<sup>308</sup> O quinto centenário da morte foi comemorado em 1915. É o herói conquistador de maior projecção, Maria Isabel João – *Memória e império...*, op. cit., p. 608. Era patrono do Liceu Central da Guarda que, por Decreto de 17 de Janeiro de 1919 (Decreto nº 5096), passou a chamar-se «Liceu Central de Afonso de Albuquerque», sem que se saibam as razões de tal denominação, Dias de Almeida, op. cit. p. 346.

<sup>309</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Junho de 1950.

<sup>310</sup> *Ibidem*.

São Francisco de Assis, São Vicente de Paulo, Frei Pedro da Guarda e São João de Deus foram evocados, em 1950, para nomearem algumas vias. O primeiro porque «é da tradição que esteve na Guarda, é a figura mais universalmente reconhecida e respeitada»<sup>311</sup>; o segundo, São Vicente de Paulo, provavelmente porque a Comissão atendeu a sugestão apresentada pelos confrades da Conferência Vicentina<sup>312</sup>; o terceiro, Frei Pedro da Guarda por ser «o herói nascido na Guarda e que fundou o primeiro hospital<sup>313</sup> nesta cidade»<sup>314</sup>; finalmente, São João de Deus como «eminente vulto da Nação Portuguesa», cujo quarto centenário do aniversário da morte estava a ser comemorado a nível nacional<sup>315</sup>.

A rainha Santa, D. Isabel, foi a primeira mulher a ser homenageada na toponímia da Guarda. É padroeira da cidade de Coimbra, de Saragoça e de Portugal<sup>316</sup>.

Também pela primeira vez, foram homenageadas duas dignidades religiosas da diocese local, D. José Alves Matoso e D. Manuel Vieira de Matos, em 1952 e 1953, respectivamente. A primeira das nomeações ocorreu pouco tempo após o falecimento do homenageado, que foi reconhecido como «honra e lustre do episcopado português e da Sé Egitanense, e grande amigo da Guarda»<sup>317</sup>. A segunda nomeação homenageou o «grande prelado egitanense que fez a capela do seminário, o edifício onde estão os correios e o reformatório e melhorou muito o seminário, que é uma das fontes de vida da cidade»<sup>318</sup>. Mas enquanto o primeiro dos preiteados beneficiou de uma conjuntura de pacificação política e a missão religiosa encontrou um clima relativamente tranquilo, o mesmo não pode ser referido sobre D. Manuel Vieira de Matos que, bispo da diocese entre 1903 e 1914, foi o alvo das críticas e perseguições dos dirigentes republicanos locais, até ser «exilado», primeiro no Fundão e, depois, em Poiares (Peso da Régua).

<sup>311</sup> Ibidem.

<sup>312</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 16 de Novembro de 1949. A Conferência de São Vicente de Paulo, constituída essencialmente por leigos, desempenhava funções caritativas, seguindo o espírito de São Vicente de Paulo, cujo exemplo foi retomado por Frederic Ozanan antes de meados do século XIX. As conferências disseminaram-se pelo mundo e, na Guarda, chegou a haver uma conferência masculina, uma feminina, e uma de jovens. O bispo D. Thomaz Gomes de Almeida, falecido em 1903, terá sido o impulsionador local desta instituição.

<sup>313</sup> Lemos como *hospital* o vocábulo que se apresentava com caligrafia pouco legível.

<sup>314</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Junho de 1950.

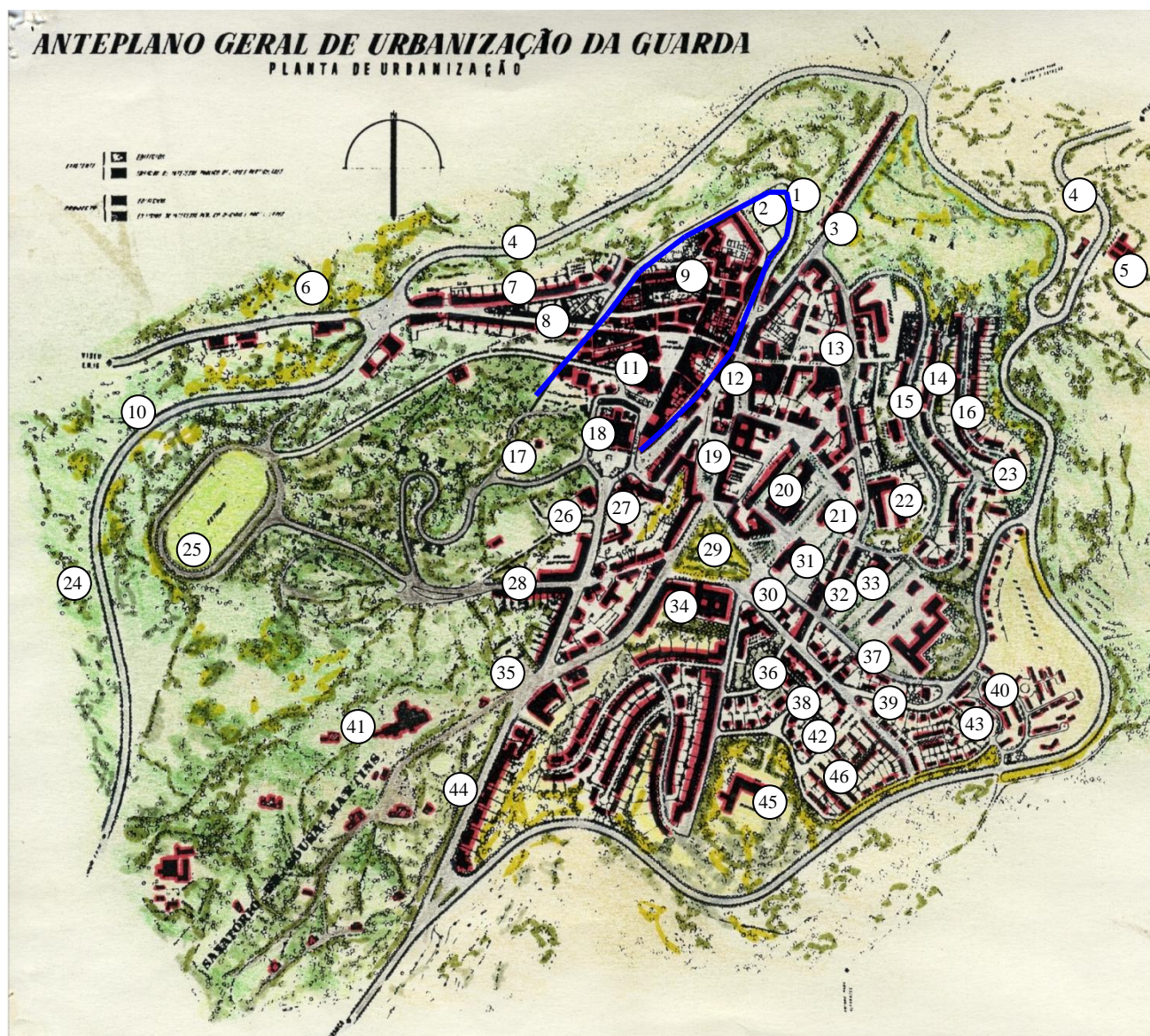
<sup>315</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 20 de Setembro de 1950, que dava conta da circular do Governo Civil e da informação emanada da Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior.

<sup>316</sup> Falecida em 1336, foram-lhe atribuídos alguns milagres, como o da transformação do pão em rosas. Foi canonizada, em 1625, pelo Papa Urbano VIII, e passou a ser festejada no dia quatro de Julho, Jorge Campos Tavares – *Dicionário de Santos*. 3ª Edição. Porto: Lello Editores, 2004. p. 79.

<sup>317</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 6 de Fevereiro de 1952.

<sup>318</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 13 de Maio de 1953.

A planta da cidade que a seguir se apresenta, datada de 1949, da autoria do arquitecto João António de Aguiar, é um produto do Antepiano Geral de Urbanização da Guarda. Previa-se a demolição de alguns edifícios para que outros pudessem ser construídos. Não foi executado na totalidade, como foi referido no capítulo 1, mas permite a identificação de alguns espaços públicos e vias, algumas das quais foram construídas ou concluídas num futuro próximo, como se assinala na legenda.

**Mapa 4** – Antepiano geral de urbanização da Guarda, 1949. Câmara Municipal da Guarda. [Sem indicação de escala].**Legenda:**

— Limites, aproximados, do Centro Histórico (Muralha)

- |   |   |
|---|---|
| 1 – (Futura) Avenida do Torreão                           | 24 – Lameirinhas  |
| 2 – Alto do Torreão                                       | 25 – Estádio Municipal                                    |
| 3 – (Futura) Rua Almirante Gago Coutinho                  | 26 – Rua do Cemitério                                     |
| 4 – Estrada Nacional Nº 16                                | 27 – Asilo de Infância Desvalida                          |
| 5 – Matadouro Municipal                                   | 28 – (Futura) Rua Alexandre Herculano                     |
| 6 – Dorna   | 29 – Jardim José de Lemos / Largo de Marechal Carmona     |
| 7 – Rua 1º de Maio  | 30 – Lactário Dr. Proença                                 |
| 8 – Rua 31 de Janeiro                                     | 31 – Hotel de Turismo                                     |
| 9 – Igreja de São Vicente                                 | 32 – Rua Dr. Francisco dos Prazeres                       |
| 10 – Malmedra   | 33 – Colégio de São José / Internato Académico            |
| 11 – Sé Catedral  | 34 – Regimento de Infantaria Nº 12                        |
| 12 – Largo João de Almeida                                | 35 – Esplanada de Santo André                             |
| 13 – Largo de São João                                    | 36 – Rua de São João de Deus                              |
| 14 – (Futura) Rua de Francisco António Patrício           | 37 – Rua Nuno Álvares (Pereira)                           |
| 15 – (Futura) Rua Pedro Álvares Cabral                    | 38 – Rua Dr. Santos Lucas                                 |
| 16 – Bairro de Casas de Renda Económica / Bairro da Caixa | 39 – (Futura) Rua Afonso de Albuquerque                   |
| 17 – Torre de Menagem                                     | 40 – (Futura) Rua Almeida Garrett                         |
| 18 – Liceu Nacional Afonso de Albuquerque                 | 41 – Sanatório Sousa Martins                              |
| 19 – Largo Serpa Pinto                                    | 42 – Casas dos Magistrados                                |
| 20 – Praça da República                                   | 43 – Bairro para Classes Pobres / Bairro Salazar          |
| 21 – Tribunal   | 44 – Estrada Nacional Nº 18 (futura Av. Rainha D. Amélia) |
| 22 – Hospital Francisco dos Prazeres                      | 45 – Seminário  |
| 23 – Praceta Duque de Bragança                            | 46 – Bairro para Classes Pobres / Bairro da Misericórdia  |

## 2.4. A toponímia do regime democrático

Os seis anos posteriores à implantação do regime democrático foram parcos em mudanças na toponímia em vigor, a que foi construída e reconstruída durante o Estado Novo, embora as alterações tenham começado a surgir em Outubro de 1974 e foi registada a intenção «de estudar a nova toponímia das Ruas e Largos da cidade»<sup>319</sup>. Registámos catorze nomeações, que significam 11% do total de topónimos existentes. No entanto, pela primeira vez as novas nomeações foram em número inferior no conjunto da antroponímia, 43%, contra as 57% englobadas na designação genérica de *nomes comuns*.

**Quadro 10** – Percentagens relativas às categorias toponímicas, 1980.

Categorias	Nomes Comuns							Nomes Próprios						Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
Percentagem	3,9%	7,2%	7,9%	9,4%	3,9%	6,3%	3,2%	6,3%	7,9%	16,5%	12,6%	3,9%	11%	100
Sub-total	41,8%							58,2%						

**Legenda:**

**1-** Acontecimentos e símbolos; **2-** Edifícios e construções; **3-** Elementos da Natureza; **4-** Ideologia e valores; **5-** Locais geográficos e localizações; **6-** Estratos, condições sociais e títulos; **7-** Profissões e actividades socioeconómicas; **8-** Figuras das artes, literatura e jornalismo; **9-** Figuras das ciências e Educação; **10-** Governantes e figuras do poder político; **11-** Figuras heróicas; **12-** Figuras populares e beneméritos; **13-** Figuras religiosas e dignidades eclesiásticas.

A lista dos topónimos referentes a Nomes Comuns, organizados por categorias, encontra-se no quadro 11, a seguir:

<sup>319</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 8 de Outubro de 1974.

**Quadro 11** – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Comuns, 1980.

Acontecimentos e símbolos	Edifícios e construções	Elementos da Natureza	Ideologia e valores
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Bairro 25 de Abril</li> <li>- Largo 1º de Dezembro</li> <li>- Largo 5 de Outubro</li> <li>➤ Rua 31 de Janeiro</li> <li>➤ Rua 5 de Outubro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bairro de Casas de Renda Económica / Bairro da Caixa</li> <li>- Largo do Hotel de Turismo</li> <li>- <b>Largo do Paço do Biu</b></li> <li>- <b>Largo do Torreão</b></li> <li>- <b>Rua da Torre</b></li> <li>- <b>Rua das Taipas</b></li> <li>- <b>Rua do Torreão</b></li> <li>- Travessa da Escola</li> <li>- Travessa da Misericórdia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Praceta Mira-Serra</li> <li>➤ Rua das Flores</li> <li>- <b>Rua das Oliveiras</b></li> <li>- Rua das Tílias</li> <li>- Rua do Campo</li> <li>- Rua do Carvalho</li> <li>- <b>Rua do Sol</b></li> <li>- Travessa da Palma</li> <li>- Travessa do Pardal</li> <li>- <b>Travessa do Rato</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Bairro da Fraternidade</li> <li>- Bairro do (Sr.) Bomfim</li> <li>- Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra</li> <li>- Largo do Espírito Santo</li> <li>- Praça da República</li> <li>➤ Rua da Boa Esperança</li> <li>- <b>Rua da Fraternidade</b></li> <li>- <b>Rua da Glória</b></li> <li>- Rua da Liberdade</li> <li>- <b>Rua da Paz</b></li> <li>- <b>Rua da Trindade</b></li> <li>- <b>Rua do Amparo</b></li> </ul>

Locais geográficos e localizações	Estratos, condições sociais e títulos	Profissões e actividades socioeconómicas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Beco de Malta</b></li> <li>- Rua de Olivença</li> <li>- <b>Rua Direita</b></li> <li>- Rua do Encontro</li> <li>- Rua Heróis de Dadrá</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Largo das Freiras</b></li> <li>- <b>Rua do Príncipe da Beira</b></li> <li>- <b>Rua dos Cavaleiros</b></li> <li>- <b>Rua dos Clérigos</b></li> <li>- Rua Duque de Bragança</li> <li>- Travessa do Duque de Bragança</li> <li>- <b>Travessa do Povo</b></li> <li>- Rua do Cativo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Avenida dos Bombeiros Voluntários Egitanenses</li> <li>- Bairro dos Polícias</li> <li>- Rua do Batalhão de Caçadores 7</li> <li>- <b>Rua do Comércio</b></li> </ul>

Na categoria de acontecimentos e símbolos registamos a substituição da designação do bairro evocativo da figura mais proeminente do regime deposto, Salazar, pelo acontecimento recente de 25 de Abril. Já anteriormente havia sido alterada a designação da Rua D. Luís, a qual recuperou a designação anterior, 31 de Janeiro. A última atribuição que verificámos em acta foi a de Rua 5 de Outubro, uma via junto à estrada do Bomfim, do lado direito, no sentido descendente, da futuramente denominada Rua António Sérgio.

No que concerne a edifícios e construções constatamos que o número de vias nomeadas diminuiu de onze para nove. Uma alteração deveu-se à urbanização do largo onde se localizava o Chafariz do Carvalho, e o desaparecimento provocou a extinção do topónimo, depois foi a substituição do nome da Avenida do Torreão pelo de Avenida dos Bombeiros Voluntários Egitanenses, para onde, mais tarde, foi transferido o respectivo quartel.

Na categoria relativa a elementos da Natureza verificaram-se duas alterações, desapareceu a Travessa do Carvalho, e a Travessa da Estrela recebeu o nome do Dr. António Júlio. No Bairro das Lameirinhas, uma antiga quinta onde se foram instalando moradores após a construção do campo de futebol, foram denominadas duas vias, a de Praceta Mira-Serra e a de Rua das Flores.

Os nomes que agrupámos sob a designação de ideologia e valores mantiveram-se relativamente, estáveis, apenas se verificando a introdução de dois topónimos novos. No Bairro das Lameirinhas, a rua principal, que a atravessa longitudinalmente, foi baptizada de Rua da Boa Esperança<sup>320</sup>. A acta nada refere sobre os motivos da escolha e, nesta omissão, também não sabemos se evoca a rota da Índia, inaugurada por Vasco da Gama, se o sentimento que pode associar-se à ocupação humana daquele lugar (Lameirinhas), cujo nome parece evocar o vocábulo agrícola de lameiro. Dado que não foram atribuídos outros topónimos no Bairro relacionados com a expansão marítima, somos mais propensas a aceitar a suposição de que se refere à esperança de um futuro melhor.

No extremo sudeste da Rua da Boa Esperança foi implantado um novo bairro, feito com casas pré-fabricadas, para acolher os portugueses que regressaram depois da descolonização portuguesa em África. As denominações correntes eram de «Bairro dos Desalojados» e de «Bairro dos Retornados». Em 1977, o aglomerado habitacional foi designado oficialmente de «Bairro da Fraternidade»<sup>321</sup>, nome que ainda hoje tem, embora algumas das casas já tenham sido demolidas e exista um projecto para extinguir progressivamente o bairro.

Nenhuma alteração se verificou nos nomes que classificámos na categoria de locais geográficos e localizações, quase todos atribuídos pelo regime político anterior. Situação idêntica se regista na categoria de estratos, condições sociais e títulos, onde houve apenas uma modificação e os nove topónimos ficaram reduzidos a oito, em

---

<sup>320</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 20 de Maio de 1975.

<sup>321</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 3 de Novembro de 1977.

virtude da renomeação da Praceta Duque de Bragança que recebeu a designação do antigo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Alberto Dinis da Fonseca<sup>322</sup>.

Na categoria que denominámos profissões e actividades socioeconómicas foi acrescentado um topónimo à lista existente, a nomeação de Avenida dos Bombeiros Voluntários Egitanenses, sendo anteriormente conhecida como Avenida do Torreão.

A situação que se apresenta no conjunto dos nomes próprios é semelhante àquela que descrevemos anteriormente. As actas continuaram a ser omissas acerca dos motivos que levaram às alterações, uma única explicação de carácter generalista foi apresentada:

considerando que é seu imperioso dever homenagear aquelas personalidades que, de algum modo, prestaram relevantes serviços à cidade e seu concelho; considerando que é de inteira justiça reconhecer publicamente, os serviços prestados; considerando e ciente de que interpreta o sentir das populações que jamais deixarão de recordar aqueles que durante toda a vida, a devotaram ao Bem e à Justiça, deliberou [...] <sup>323</sup>.

Nas categorias referentes a *nomes próprios*, apenas seis topónimos foram alterados neste limite temporal, como pode verificar-se no quadro a seguir:

**Quadro 12** – Listagem de topónimos organizados por categorias referentes a Nomes Próprios, 1980.

<b>Figuras das artes, literatura e jornalismo</b>	<b>Figuras das ciências e educação</b>	<b>Governantes e figuras do poder político</b>
- <b>Largo / Praça Luís de Camões</b>	- <b>Largo Dr. Amândio Paúl</b>	- Avenida Coronel Orlindo de Carvalho
- Rua Alexandre Herculano	- Largo João de Deus	- Avenida da Rainha D. Amélia
- Rua Almeida Garrett	- Rua Batalha Reis	➤ Avenida Dr. Afonso Costa
- <b>Rua Augusto Gil</b>	➤ <b>Rua Dr. António Júlio</b>	- Jardim José de Lemos
- Rua Camilo Castelo Branco	➤ Rua Dr. Joaquim	- <b>Largo Teles de Vasconcelos</b>
- Rua Nuno de Montemor	Bernardo	➤ Praça Dr. Alberto Dinis da Fonseca
- Rua Padre António Vieira	- Rua Dr. Santos Lucas	- <b>Rua Alcaide Soeiro Viegas</b>
- <b>Rua Rui de Pina</b>	- Rua Dr. Sobral	- Rua Álvaro Gil Cabral
	- Rua Lopo de Carvalho	- Rua Balha e Melo
	- Rua Ribeiro Sanches	- Rua de D. Afonso V
	- Sanatório Sousa Martins	- <b>Rua de D. Dinis</b>
		- <b>Rua de D. Sancho I</b>
		- Rua Dr. Francisco dos Prazeres
		- Rua Dr. Manuel de Arriaga

<sup>322</sup> Ibidem.

<sup>323</sup> Acta da Sessão de Câmara de 3 de Novembro de 1977.

		<b>Governantes e figuras do poder político</b>
		- Rua Dr. Vasco Borges - Rua Engenheiro Saraiva e Sousa - <b>Rua Francisco de Passos</b> - Rua General Pinto Monteiro - Rua Marquês de Pombal - Rua Mestre de Avis - Rua Mouzinho da Silveira
<b>Figuras heróicas</b>	<b>Figuras populares e beneméritos</b>	<b>Figuras religiosas e dignidades eclesiásticas</b>
> Largo General Humberto Delgado - Largo João de Almeida - Rua Afonso de Albuquerque - Rua Almirante Gago Coutinho - Rua Alves Roçadas - <b>Rua General Póvoas</b> - Rua Infante D. Henrique - Rua João Pinto Ribeiro - Rua José Clemente Pereira - Rua Mouzinho de Albuquerque - Rua Nuno Álvares (Pereira) - Rua Paiva Couceiro - Rua Pedro Álvares Cabral - Rua Serpa Pinto - Rua Tenente Valadim - Rua Vasco da Gama	> Rua Comandante Salvador do Nascimento - <b>Rua D. Miguel de Alarcão</b> - Rua de Francisco António Patrício - <b>Rua Dr. Bernardo Xavier Freire</b> - Rua Fundação (Calouste) Gulbenkian	- Esplanada de Santo André - Largo de São Francisco - Largo de São João - Largo de São Pedro - <b>Largo de São Vicente</b> - Largo Frei Pedro da Guarda - Rua D. José Alves Matoso - Rua D. Manuel Vieira de Matos - Rua de S. João de Deus - Rua de São Francisco [de Assis] - <b>Rua de São Vicente</b> - <b>Rua de São Vicente de Paulo</b> - <b>Travessa da Rainha Santa (Isabel)</b> - <b>Travessa de São Vicente</b>

Não se registaram alterações nas categorias relativas a figuras das artes, literatura e jornalismo, e figuras religiosas e dignidades eclesiásticas.

Em 1977, foram nomeadas duas figuras que incluímos na categoria de figuras das ciências e educação, o Dr. António Júlio e o Dr. Joaquim Bernardo, respectivamente ligados à medicina e ao ensino, mas este último como uma referência na história do Centro Cultural da Guarda e do Museu Municipal.

Foi na categoria atinente a governantes e figuras do poder político que se verificaram as maiores modificações: o Bairro Salazar passou a chamar-se Bairro 25 de Abril; a Rua D. Luís I recuperou a antiga nomeação de Rua 31 de Janeiro; a Avenida

Dr. Gonçalves Proença, evocativa do ilustre guardense que exerceu o cargo de Ministro das Corporações e Previdência Social, passou a denominar-se Avenida Dr. Afonso Costa, também antigo aluno do liceu da Guarda; assim como a Praceta Duque de Bragança passou a ser a Praça Dr. Alberto Dinis da Fonseca, um dos Presidentes da Câmara que mais obra construiu, além da sua acção como um dos mentores da obra social denominada Instituto de São Miguel, e director do jornal *O Amigo da Verdade*. Não encontramos nenhuma referência sobre a Rua Engenheiro Saraiva e Sousa, antiga Rua do Asilo D. Maria Pia, mas supomos que passou a designar-se Rua Soeiro Viegas ainda durante este período.

Nas figuras heróicas também se verificou apenas uma alteração, o General Humberto Delgado, conhecido como «General sem Medo» desde a sua corajosa candidatura à Presidência da República, em 1958, foi homenageado na toponímia com a atribuição do nome ao Largo anteriormente denominado Marechal Carmona, Presidente da República no momento da nomeação.

A categoria das figuras populares e beneméritos cresceu em número de antropónimos, com a nomeação de Salvador do Nascimento, que exerceu as funções de Comandante dos Bombeiros Voluntários durante cerca de cinquenta anos<sup>324</sup>, e de Francisco António Patrício, que já havia sido proposto para figurar na toponímia em 1950 como «uma grande figura da nossa terra, homem de grande iniciativa e, digno por isso, da homenagem que se propõe». Porém, em Dezembro do mesmo ano foi recuperado o topónimo de Rua D. Luís I e o nome do empresário e benemérito da Guarda teve de aguardar por outra oportunidade, surgida vinte e sete anos depois, estando já implantado um regime democrático no país<sup>325</sup>.

---

<sup>324</sup> Na acta onde foi exarado o voto de pesar pelo seu falecimento foi mencionada a função de Chefe da Secretaria da Câmara, mas também os 50 anos em que foi «prestigioso Comandante dos Bombeiros Voluntários da Guarda, prestando neste cargo relevantes serviços à cidade e ao concelho», *Acta da Sessão de Câmara* de 12 de Novembro de 1952.

<sup>325</sup> A Câmara exarou um voto de louvor a Francisco António Patrício porque ofereceu gratuitamente o terreno da sua propriedade por onde passa a avenida em construção ao fundo da Rua do Carvalho (que será nomeada com o seu nome), «mais um acto de gentileza e de benefício público por sua Ex.<sup>a</sup> prestado além de tanto que já enalteceu a sua nobre figura moral, orgulho desta terra», *Acta da Sessão de Câmara* de 19 de Junho de 1924.

## **2.5. A apropriação popular e o uso quotidiano da toponímia**

A relação individual com a toponímia urbana oficial é uma inevitabilidade, a identificação da morada de residência, do local de trabalho, as moradas de familiares e de amigos, motivam a memorização de alguns nomes de vias.

As alterações toponímicas geram, certamente, alguma confusão e transtornos até que o novo nome seja integrado em todos os sistemas que interagem com a toponímia, mormente aqueles que se relacionam com os serviços de distribuição de correio. Este facto poderá justificar a existência de resistências ao novo nome, até ele entrar no uso corrente.

Para além dos topónimos, a identificação de vias urbanas é feita, muitas vezes, por referência aos edifícios de prestígio ou a estabelecimentos públicos ou comerciais mais conhecidos. A publicidade feita na imprensa escrita indicia, também, a existência de mais do que uma designação para nomear as vias, esclarecendo, algumas vezes, a localização com expressões como «antiga rua de», «junto a».

Se o momento da nomeação se revestiu de simbolismo memorial, importa saber que uso quotidiano da toponímia faz a população em geral e que conhecimento possui sobre os topónimos, vigentes ou já atribuídos em períodos anteriores.

### **2.5.1. Questionário à população**

O propósito de realizar um inquérito para averiguar acerca do conhecimento que a população domina sobre os topónimos atribuídos aos lugares públicos da cidade da Guarda surgiu no momento da elaboração do projecto de dissertação. Contudo, a sua pertinência foi-se afirmando no decorrer da leitura das actas das sessões da Câmara Municipal, quando se evidenciou ser imprescindível contrapor as vias oficial e popular na atribuição e no uso quotidiano das denominações dos espaços públicos.

Salvo algumas excepções, poucas vezes a população em geral se pronunciou sobre as alterações introduzidas na toponímia, ou apresentou propostas a considerar em

futuras atribuições<sup>326</sup>. Por outro lado, nas mesmas actas foram registados os requerimentos para a realização de obras particulares, onde a identificação do requerente incluía a sua residência. Em alguns casos em que nos detivemos a denominação do lugar estava em dissonância com a designação oficial do mesmo, em outras situações verificámos que o mesmo lugar era designado com mais do que um nome.

Destes indícios inferiu-se que convinha esclarecer qual o conhecimento toponímico actual, sobretudo porque muitos dos topónimos atribuídos a lugares mais centrais, na zona histórica, não foram alterados posteriormente.

Importa, pois, clarificar que designação toponímica prepondera nos usos correntes da população, a popular ou a oficial? Que arquivo toponímico e que conhecimento perduram acerca das funções atribuídas à cidade ao longo dos seus anais? Que memória pública subsiste sobre as personalidades que se distinguiram na sua história? Que conhecimento se tem sobre as designações toponímicas anteriores, são conhecidas as alterações e constituem espaços de memória, ou foram remetidas ao esquecimento?

Decidida a aplicação do questionário, elaboraram-se as questões e seleccionou-se uma amostragem da população local.

O questionário é composto por três grupos de questões, o primeiro concernente à identificação do inquirido, o segundo relativo aos topónimos e à sua significação, e o terceiro atinente às placas toponímicas que identificam actualmente os lugares e o seu préstimo. Foi ainda incluída uma questão opcional sobre as personalidades que deveriam ser homenageadas no futuro.

No Grupo I formulámos 5 questões com o objectivo de caracterização do inquirido: a idade, o sexo, a escolaridade, a naturalidade e os anos de residência na cidade da Guarda. No Grupo II enunciámos 7 questões sob a forma interrogativa, cujo objectivo consistia em saber se as pessoas auscultadas eram capazes de reconhecer: as designações de vias públicas, as figuras históricas homenageadas e a denominação anterior de algumas vias. No Grupo III incluímos 3 questões sobre as placas toponímicas e sobre o âmbito espaço-temporal a que devem pertencer as figuras homenageadas pela toponímia.

---

<sup>326</sup> Este assunto encontra-se tratado no ponto 3.1. do capítulo 3, mas pode referir-se que a população em geral pareceu alheada das nomeações toponímicas, pois quem apresentou sugestões à autarquia fazia parte da elite social.

O questionário foi aplicado ao universo seleccionado em Abril de 2010, quase em simultâneo. A maior parte dos inquiridos respondeu presencialmente, mas alguns questionários foram recolhidos posteriormente, tendo havido um intervalo de alguns dias, como foi no caso dos residentes fora do concelho. Aos que não responderam presencialmente foi reiterado o pedido de que não investigassem sobre as respostas, para que as mesmas revelassem apenas o conhecimento pessoal.

Como já se referiu, todas as questões foram enunciadas sob a forma interrogativa e em todas foram apresentadas as opções de resposta, excepto nas questões 1 e 3, as quais também incluíam uma opção de resposta aberta, mas em ambos os casos essa resposta seria considerada errada.

Pretendeu-se restringir o número de escolhas em cada questão e, ao mesmo tempo, optou-se pela resposta de reconhecimento, apesar de se saber que esta formulação aumenta a probabilidade de o inquirido acertar aleatoriamente.

Passamos, seguidamente, à contextualização das questões formuladas no Grupo II do questionário. A fim de tornarmos mais perceptível esse enquadramento, as questões apresentam-se numeradas, tal como se encontram no documento utilizado<sup>327</sup>.

#### **Questão nº 1. Qual a designação do Largo onde se situa a Sé Catedral?**

A Sé Catedral é o monumento de maior nobreza no recinto muralhado. O recinto contíguo ao portal virado a Norte, depois de ter sofrido obras de «desafogo», tornou-se um largo de dimensões consideráveis. A designação oficial dessa área, atribuída na ambiência das comemorações centenárias do final do século XIX, é Praça Luís de Camões. Contudo, subsiste a designação popular de Praça Velha, por ter tido as funções de praça de comércio até à construção de novas instalações destinadas a essa actividade num largo conhecido por Boa Vista. A Praça perdeu as funções comerciais, mas passou a distinguir-se com o atributo cronológico de «Velha». Largo da Sé foi a designação atribuída ao largo do lado Sul da Sé Catedral, para o qual não se abre portal, e que se manteve até 1925, quando foi rebaptizado de Largo Dr. Amândio Paúl.

#### **Questão nº 2. Qual a figura histórica homenageada na denominação do Largo em frente da Igreja da Misericórdia?**

Todas as figuras históricas sugeridas como opção de resposta são, simultaneamente, de militares e de denominações de ruas ou largos da cidade. O General João de Almeida, figura que

---

<sup>327</sup> O Anexo E apresenta todos os elementos concernentes ao questionário, desde a elaboração até ao tratamento dos resultados.

se destacou nas campanhas militares africanas e como escritor sobre a Guarda e a sua região, foi nome de outro largo, à época ainda com a patente de Capitão. A homenagem toponímica foi transferida para o actual local, que é mais conhecido popularmente como Largo da Misericórdia ou Praça dos Táxis, o primeiro por ser fronteiro à igreja e farmácia da Misericórdia, o segundo por ter associada a praça de táxis do centro da cidade.

### **Questão nº 3. A que poeta da Guarda é dedicado o monumento situado no Largo de São João?**

O monumento escultórico edificado no Largo de São João consta de uma escultura, musa da poesia, assente sobre um pedestal, onde se inscrevem alguns versos de Augusto Gil e a sua efígie em bronze. É a homenagem ao poeta não natural da cidade, mas que a adoptou como sua, lhe destacou traços ímpares e que ficou conhecido com a «Balada da Neve», poema que a maioria dos guardenses conhece, pelo menos, pelos primeiros versos, embora alguns possam desconhecer o nome do autor. Todas as alternativas a esta opção de resposta correspondem a nomes de poetas ou de escritores da cidade e são evocados em placas de homenagem, seja nas casas onde residiram seja em lugar público.

### **Questão nº 4. A toponímia homenageia alguns médicos ligados ao tratamento da tuberculose. Quais os nomes das ruas que correspondem aos desses médicos?**

Depois da expedição científica à Serra da Estrela, realizada em 1881<sup>328</sup>, cuja secção de medicina foi liderada pelo fisiologista José Tomás de Sousa Martins, já em investigação sobre os efeitos do clima no tratamento da tuberculose e de outras doenças pulmonares, os ares da Serra (da Estrela), pela sua altitude, e na ausência de fármacos mais eficazes, foram considerados terapêuticos. Depois do evento, a cidade da Guarda começou a receber doentes de todo o país que se alojavam em habitações particulares e, pelo risco de contágio, punham a população em perigo<sup>329</sup>.

Da iniciativa do Dr. Lopo de Carvalho e da Câmara Municipal, com o patrocínio do Dr. Sousa Martins e da rainha D. Amélia, em Maio de 1907 foi inaugurado o Sanatório<sup>330</sup>,

<sup>328</sup> A edição de 01/11/2007 do jornal *A Guarda*, na rubrica «memórias quase esquecidas», assinada por António Ramos de Oliveira refere sobre a expedição: «O programma de medicina foi elaborado pelo sr. Sousa Martins, e trata das observações respectivas á pathologia das altitudes, á climatologia medica e a flora pharmaceutica.», jornal *A Guarda*, [Em linha]. [Consult. 17 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.jornalaguarda.com/index.asp?idEdicao=222&id=10022&idSeccao=2592&Action=noticia>>.

<sup>329</sup> «[a tuberculose] conhece muito de perto o pobre, sem desconhecer o rico; zomba das jerarchias sociaes; é pegadiça, pelos processos mais variados», relatório de Sousa Martins (1880) citado por Hélder Sequeira, op. cit., p. 26. O mesmo autor refere que, em 1897, um edital do Governo Civil, assinado por José Osório da Gama e Castro, tornava públicas as «providências prophiláticas» contra o contágio. A reincidência de transgressão podia levar à expulsão do distrito, Hélder Sequeira, op. cit., p. 49.

<sup>330</sup> Como se refere na p. 22, nota 65.

denominado de «Sousa Martins». O seu primeiro director foi o Dr. Lopo de Carvalho, ao qual se seguiu o Dr. Amândio Paúl. O Dr. Pissarra de Matos continuou a tratar, décadas mais tarde, as doenças pulmonares, enquanto o Dr. Martins das Neves, figura sobejamente conhecida pela população, não se destacou nesta área mas na de pediatria, sendo, por isso, o único médico que não devia ser seleccionado.

#### **Questão nº 5. Quais os topónimos seguintes são de elementos do clero local?**

A função religiosa de diocese foi atribuída à cidade nos primeiros anos após a sua fundação, com a transferência da diocese de Egítânia para a Guarda, facto que motivou, talvez erroneamente, a designação dos moradores da cidade de «egitanienses», a qual coexiste com a denominação de «guardenses». A função religiosa, ao invés da militar que se perdeu irremediavelmente após a Revolução de Abril, foi preservada até à actualidade. Ao longo dos séculos o clero contribuiu com figuras de relevo para a história da cidade.

Todas as personalidades que constituem opção de resposta pertencem ao século XX, e apenas duas não receberam o sacramento da ordem, o Dr. Alberto Dinis da Fonseca, advogado, antigo Presidente da Câmara Municipal e figura de vultoso relevo da obra social da Igreja na Guarda, e D. Miguel de Alarcão, benemérito pertencente à extinta nobreza e com solar nas imediações da Sé Catedral. O Dr. Francisco dos Prazeres, sacerdote, antigo Presidente da Câmara Municipal e professor no Liceu da Guarda, foi o principal impulsionador da criação do novo Hospital da Misericórdia, D. José Alves Matoso e D. Manuel Vieira de Matos detiveram a dignidade de bispo da diocese e ambos foram condicionados pelo seu tempo, o primeiro pelo Estado Novo e o segundo pelo furor da I República, que combateu até ser compelido ao afastamento da diocese.

#### **Questão nº 6. Quais os topónimos seguintes recordam figuras da História Local?**

Das opções apresentadas apenas duas figuras não constam da «galeria» dos conterrâneos, o Dr. Vasco Borges e o Dr. Manuel de Arriaga, respectivamente, Governador Civil do distrito e primeiro Presidente da República.

Algumas das personalidades mencionadas, vinculadas à cidade da Guarda, alcançaram relevo nacional, como o General Póvoas, o cronista Rui de Pina, a família Teles de Vasconcelos e Frei Pedro da Guarda, venerado, igualmente, na Ilha da Madeira. Outras, adquiriram proeminência local, pela sua actividade benemérita, como Dona Palmira Dinis da Fonseca e Bernardo Xavier Freire, e pela sua actividade política, como o Coronel Orlindo de Carvalho e Balha e Melo.

### Questão nº 7. Qual foi a denominação toponímica anterior?

Com esta questão, pretende-se saber se as designações anteriores das vias em apreço são conhecidas actualmente ou se foram apagadas da memória quando rebaptizaram os lugares e removeram as placas toponímicas, porquanto nas lápides presentes apenas consta a denominação actual.

Todas as designações toponímicas se inscrevem no núcleo mais antigo da cidade, tanto as que se situam no exterior da muralha, o Largo de São Pedro e a Rua Soeiro Viegas, como as que ficam no seu interior. Não foram incluídas designações da área de expansão mais recente da cidade porque os rebaptismos foram mais abundantes no espaço intra-muros e nos arrabaldes mais antigos.

Nos casos apresentados na coluna B, relativa à designação anterior, as denominações remontam ao período monárquico, como no caso da Rua D. Luís I e da Travessa de El-Rei, mas foram alteradas tanto no período republicano como, no período de vigência do Estado Novo, sendo exemplificativas as ruas Dr. Miguel Bombarda, Almirante Cândido dos Reis, do Asilo D. Maria Pia, e de 1820. Outras denominações são mais antigas, como a de Rua Direita e a de Travessa da Estrela, sendo esta uma via estreita que liga a Rua do Comércio à Rua Rui de Pina e serve de acesso a uma das portas da muralha, conhecida pelos nomes de Porta da Estrela, Porta Erva e Porta do Sol.

Na análise seguinte apenas serão examinadas as respostas aos Grupos I e II, as respostas ao Grupo III serão consideradas no capítulo seguinte.

Responderam ao questionário cinquenta indivíduos: vinte e sete do sexo feminino e vinte e três do sexo masculino, dos quais quarenta e cinco residem na cidade e cinco moram no concelho da Guarda<sup>331</sup>.

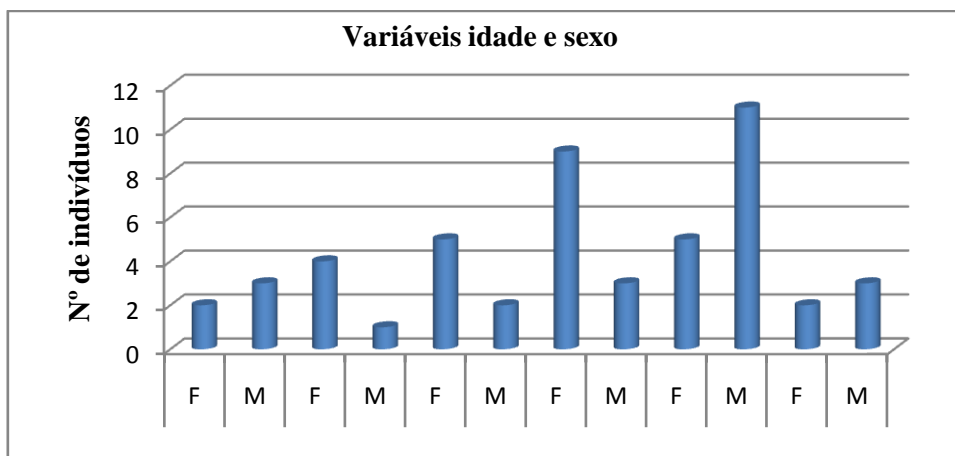
Segue-se a análise das respostas obtidas em função do cruzamento das variáveis que compõem o Grupo I: a idade, o sexo, a escolaridade, a naturalidade e o número de anos de residência na cidade da Guarda. Na análise dos resultados foram cruzadas as variáveis idade/sexo, idade/escolaridade e naturalidade/anos de residência na cidade da Guarda. A apresentação estatística dos dados recolhidos consta do Anexo E.

Os resultados do cruzamento das variáveis idade e sexo são os que o gráfico seguinte apresenta:

---

<sup>331</sup> Optou-se por incluir na amostragem indivíduos não residentes na cidade uma vez que esta possui funções especializadas que obrigam os habitantes do concelho a deslocar-se, por exemplo, aos bancos, ao hospital e serviços médicos, às escolas secundárias e a um comércio mais diversificado.

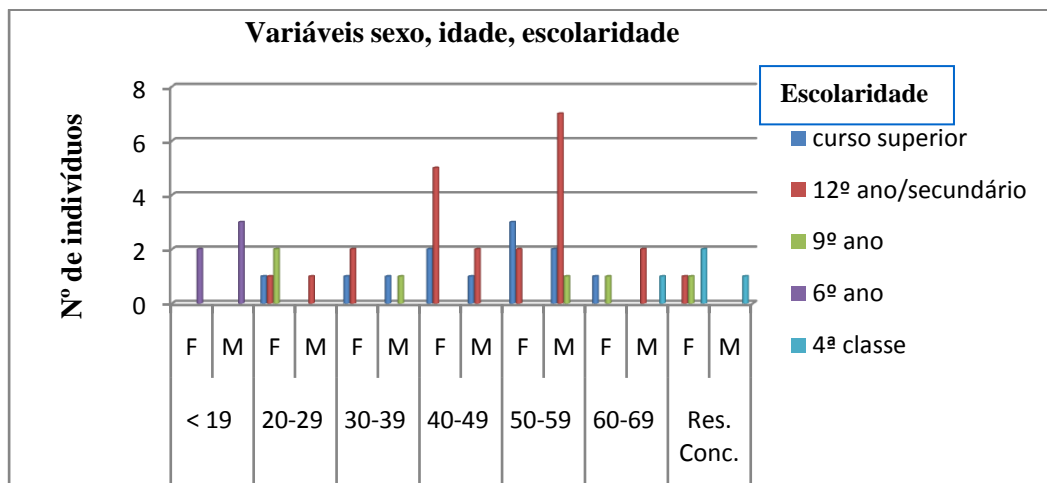
**Gráfico 1:** Resultados considerando as variáveis idade e sexo.



Por classe etária, composta cada uma por uma década, os questionados encontram-se distribuídos deste modo: dos residentes na cidade, duas raparigas e três rapazes possuem treze anos; quatro mulheres e um homem têm idades compreendidas entre os vinte e os vinte e nove anos; três mulheres e dois homens pertencem à classe etária dos trinta aos trinta e nove; sete mulheres e três homens contam entre quarenta e quarenta e nove anos; cinco mulheres e dez homens incluem-se na classe etária dos cinquenta aos cinquenta e nove; duas mulheres e três homens possuem idades entre os sessenta e os sessenta e nove anos; dos residentes no concelho da Guarda, duas mulheres encontram-se na classe etária dos trinta, duas na classe etária dos quarenta e um homem inclui-se na classe etária dos cinquenta anos.

A representação gráfica dos resultados do cruzamento das variáveis sexo, idade e escolaridade é a seguinte:

**Gráfico 2:** Resultados considerando as variáveis sexo, idade, escolaridade.



Relativamente à escolaridade, os residentes na cidade da Guarda apresentam a seguinte formação académica<sup>332</sup>: os cinco jovens de treze anos concluíram o sexto ano; da classe etária dos vinte aos vinte e nove anos, duas mulheres possuem o nono ano, uma concluiu o décimo segundo ano/secundário e outra finalizou um curso superior, o elemento do sexo masculino apresenta como habilitações o décimo segundo ano/secundário; no grupo dos trinta aos trinta e nove anos, dois elementos do sexo feminino completaram o décimo segundo ano/secundário e um concluiu um curso superior, entre os elementos do sexo masculino um concluiu o nono ano e, outro, o décimo segundo ano/secundário; da classe etária dos quarenta aos quarenta e nove, cinco mulheres completaram o décimo segundo ano/secundário e duas concluíram um curso superior, dois homens possuem o décimo segundo ano/secundário e um completou um curso do ensino superior; na classe etária dos cinquenta aos cinquenta e nove, duas mulheres referem como habilitação o décimo segundo ano/secundário e três mencionam o ensino superior; no grupo dos que possuem entre sessenta e sessenta e nove anos, um elemento do sexo feminino concluiu o nono ano e outro o ensino superior, entre os elementos do sexo masculino, um possui a quarta classe e dois o décimo segundo ano/secundário.

De entre os doze inquiridos que possuem a habilitação de curso superior, três adquiriram o grau de mestre.

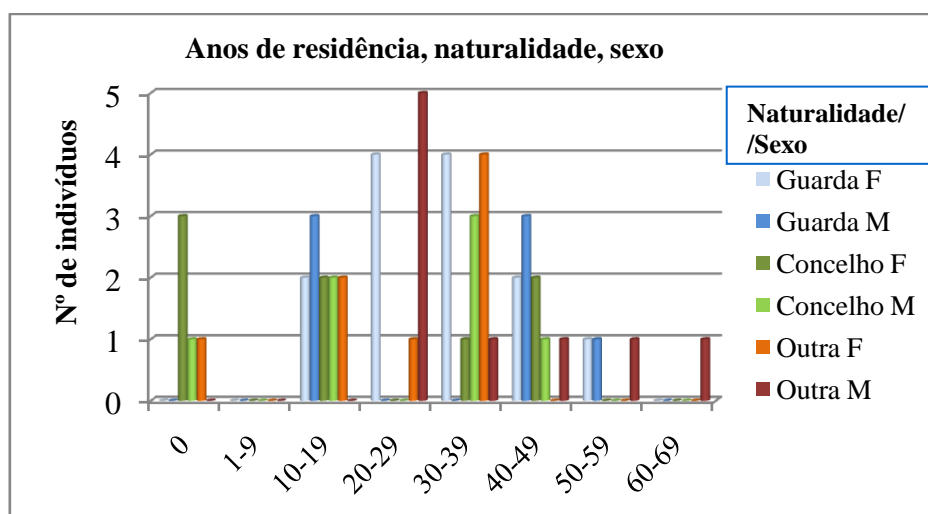
No total dos residentes no concelho a situação é a seguinte: dois elementos do sexo feminino possuem a quarta classe, um concluiu o nono ano e outro finalizou o décimo segundo ano/secundário, o elemento do sexo masculino completou a quarta classe.

O gráfico seguinte apresenta os resultados do cruzamento das variáveis anos de residência, naturalidade e sexo:

---

<sup>332</sup> O resultado da implementação do programa de formação escolar de adultos, conhecido como *Novas Oportunidades*, tem-se traduzido na obtenção de equivalência ao ensino básico e ao ensino secundário, sobretudo dos que residem nos centros urbanos. Por esse facto se considerou como habilitação o 12º ano/secundário, considerando-se que a equivalência ao secundário se pode obter por vias diversas.

**Gráfico 3:** Resultados considerando as variáveis anos de residência, naturalidade, sexo.



Considerando a naturalidade dos questionados e os anos de residência na cidade da Guarda apresenta-se a distribuição que se segue: com naturalidade na cidade da Guarda responderam dezoito indivíduos, sendo onze do sexo feminino e sete do sexo masculino. Destes, os mais jovens, duas raparigas e três rapazes, têm treze anos de residência; quatro mulheres possuem entre vinte e vinte e nove; duas hão entre trinta e trinta e nove; outras duas têm entre quarenta e quarenta e nove; uma encontra-se entre os cinquenta e os cinquenta e nove de domicílio na cidade; três homens têm entre quarenta e quarenta e nove anos de residência; um possui entre os cinquenta e os cinquenta e nove. Do todo nascido no concelho da Guarda, ou seja, oito mulheres e sete homens, três elementos do sexo feminino e um do sexo masculino nunca moraram na cidade; dois elementos do sexo feminino referem residir na cidade entre dez e dezanove anos; outro, do mesmo sexo, tem de residência entre trinta e trinta e nove anos; outros dois têm entre os quarenta e os quarenta e nove anos; dois elementos do sexo masculino contam entre dez e dezanove anos de residência, três entre trinta e trinta e nove de residência; um entre quarenta e quarenta e nove. Dos nascidos noutra concelho, oito elementos do sexo feminino e nove do sexo masculino, respondeu ao questionário uma mulher residente no concelho da Guarda e com zero anos de domicílio na cidade; duas mulheres que possuem residência na cidade entre dez e dezanove anos; uma entre vinte e vinte e nove anos; quatro entre trinta e trinta e nove anos de residência. Do universo masculino, cinco indivíduos têm domicílio na cidade entre vinte e vinte e nove anos, assim como um indivíduo em cada um dos conjuntos: trinta e trinta e nove; quarenta e quarenta e nove; cinquenta e cinquenta e nove; sessenta e sessenta e nove.

Ponderando a naturalidade isoladamente, o total de indivíduos em cada grupo é semelhante: dezoito são naturais da Guarda, dezasseis são naturais do concelho, e igual número nasceu noutra concelho. Destes, o maior número, onze no total, tem domicílio na cidade há mais de vinte anos.

### 2.5.2. Análise dos resultados do questionário

**Questão n° 1.** A resposta certa à questão, correspondente à opção 3, Praça Luís de Camões, foi a indicada por 50% dos inquiridos, seguida de percentagem muito próxima relativamente à opção 2, Praça Velha, que obteve 44% das respostas. A opção 3 corresponde à denominação oficial e a opção 2 equivale à denominação mais popular. Foram os jovens, quatro no total de cinco, e o grupo etário dos trinta aos trinta e nove, que mais contribuíram para este resultado.

A maior dispersão da resposta verificou-se na classe etária dos vinte aos vinte e nove. Tal facto não parece dever-se à escolaridade, uma vez que o nono ano é o limite inferior da mesma, nem aos anos de residência na cidade, pois apenas um elemento não é natural da cidade. De salientar que, do total dos questionados, apenas duas respostas lhe atribuem a denominação de Largo da Sé e uma o nome de Praça da Sé.

O número de respostas acertadas pelos indivíduos com naturalidade no concelho e pelos que têm outra naturalidade, foi superior ao número de respostas dos naturais da Guarda, que obtiveram as percentagens de 14%, de 24%, e de 12%, respectivamente.

**Questão n° 2.** A dispersão na escolha das opções é a característica mais evidente na análise das respostas. A solução correcta era a opção 2, General João de Almeida, e obteve 60% das respostas, mas nenhuma outra figura se destacou. É, ainda, de salientar que 14% das respostas referem que nenhuma figura histórica é homenageada nesse largo.

Assim como não parece haver qualquer relação entre o sexo e a preferência por uma das opções, também não parece haver relação com a naturalidade e com a escolaridade dos inquiridos.

**Questão n° 3.** A concentração de respostas na mesma opção é a característica mais evidente na leitura dos dados. De facto, 90% dos inquiridos responderam acertadamente, seleccionando a opção 3, Augusto Gil, 4% optaram pela resposta 1,

Nuno de Montemor, e 6% escolheram a opção 2, José Augusto de Castro. A variação não é significativa quanto às variáveis sexo, escolaridade e naturalidade, sendo de registar que apenas um dos cinco indivíduos residentes no concelho fez a escolha errada.

**Questão nº 4.** Exceptuando a opção 2, Rua Dr. Martins das Neves, todas as demais opções respondem correctamente à questão. Do todo da amostragem, 58% assinalaram a opção 1, Rua Dr. Lopo de Carvalho, 10% indicaram a opção 3, Largo Dr. Amândio Paúl, 38% marcaram a opção 4, Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, e 76% escolheram a opção 5, Rua Dr. Sousa Martins.

A opção errada, que obteve 16% de respostas, indicava um médico pediatra que durante muito tempo foi o único na especialidade a trabalhar na cidade. De forma errada respondeu o mesmo número de mulheres e de homens, e somente não foi escolha na classe etária dos sessenta aos sessenta e nove. Assinalaram a opção errada, Dr. Martins das Neves, indivíduos com habilitações literárias diversas, e tanto os que nasceram na cidade da Guarda como os que nasceram no concelho, sendo de assinalar que o número de indivíduos que menos escolheu esta opção não nasceu no concelho da Guarda.

**Questão nº 5.** As respostas correctas à interrogação estavam contidas nas opções 1, 4 e 5, isto é, Rua Dr. Francisco dos Prazeres, Rua D. José Alves Matoso, Rua D. Manuel Vieira de Matos, e obtiveram, respectivamente, as percentagens de 34%, de 42% e de 54%.

Apesar de erradas, as opções 2, Rua Dr. Alberto Diniz da Fonseca, e 3, Largo D. Miguel de Alarcão, receberam 20% e 28% das respostas, pela mesma ordem em que foram indicadas. A este facto poderá não ser alheia a circunstância de o Dr. Alberto Diniz da Fonseca ter estado ligado, assim como a sua família, a instituições religiosas, por ter sido um dos promotores do Instituto de São Miguel, e o principal colaborador do jornal desta obra, *O Amigo da Verdade*. Também o D. (Dom) que antecede o nome de Miguel de Alarcão, privilégio de tratamento dos elementos da nobreza, pode ter sido confundido com o D. atribuído a uma dignidade religiosa. As respostas erradas foram em menor número no conjunto formado pelos indivíduos cuja naturalidade é do concelho da Guarda.

**Questão nº 6.** Com excepção das opções 4, Rua Dr. Vasco Borges, e 8, Rua Manuel de Arriaga, as demais opções respondiam correctamente à questão colocada. Indicaram, de forma errada, as opções 4 e 8, respectivamente, 22% e 24% do total dos

questionados. Deste universo, o maior número de respostas erradas provém do sexo feminino, com sete respostas à opção 4 e nove respostas à opção 8, contra quatro respostas erradas no primeiro item, Rua General Póvoas, e três erradas no segundo, Rua Rui de Pina, entre os elementos do sexo masculino.

Comparativamente, não há disparidades a destacar quanto às variáveis escolaridade e naturalidade, contudo, em ambas as opções, o número de respostas erradas é superior no universo que indicou ter nascido fora do concelho da Guarda.

Correctamente, assinalaram a opção 1, Rua General Póvoas, 36% dos inquiridos, a opção 2, Rua Rui de Pina, 58%, a opção 3, Rua Dona Palmira Dinis da Fonseca, 50%, a opção 5, Rua Coronel Orlindo de Carvalho, 46%, a opção 6, Largo Teles de Vasconcelos, 36%, a opção 7, Rua Bernardo Xavier Freire, 16%, a opção 9, Rua Balha e Melo, 12% e a opção 10, Largo Frei Pedro, 40% dos inquiridos.

De salientar que as opções que obtiveram menor número de escolhas foram a 9 e a 7, e que as percentagens iguais ou superiores a 50% assinalam as opções 2 e 3. É igualmente de destacar que o maior número de respostas correctas foi obtido no universo etário dos quarenta aos quarenta e nove e dos cinquenta aos cinquenta e nove, e, nos dois casos, em indivíduos que apresentam as habilitações académicas do décimo segundo ano/secundário e curso superior.

**Questão nº 7.** Com esta questão pretendia-se estabelecer uma relação de antiguidade, mas apresentou-se como sendo a interrogação de resposta mais difícil. Do universo que constitui a amostragem, em nove questionários não foi assinalada qualquer opção de resposta, correspondendo a uma percentagem de 18% dos inquiridos. O número de itens em branco foi elevado, sendo de assinalar, com itens não preenchidos: três questionários com nove itens; quatro com oito itens; dois com sete itens; quatro com seis itens; um com cinco itens; três com quatro itens; um com três itens; um com dois itens. A falta de resposta foi superior, proporcionalmente, na classe etária dos cinquenta aos cinquenta e nove anos.

Em termos percentuais, 46% por cento dos inquiridos responderam acertadamente na correspondência Largo de São Pedro – Largo Dr. Sobral, 30% respondeu de forma correcta assinalando a relação Rua 31 de Janeiro – Rua D. Luís I. As restantes respostas certas apresentam percentagens baixas: 28% acertaram na correspondência Rua Dr. Francisco de Passos – Rua Direita; 24% na relação de antiguidade Rua Dr. António Júlio – Travessa da Estrela; 18% na relação Travessa do Povo – Travessa de El-Rei e

Rua Soeiro Viegas – Rua do Asilo D. Maria Pia; 14% na correspondência Largo Paço do Biu – Largo 28 de Janeiro; 12% na correlação Rua de D. Dinis – Rua do Teatro; 8% na relação Rua General Póvoas – Rua de 1820; e 4% na correspondência Rua de São Vicente – Rua Dr. Miguel Bombarda.

Tendo em consideração as percentagens das respostas certas que referimos para estas opções e o número de quadrículas deixadas em branco, também se conclui que muitas respostas assinaladas estavam incorrectas. Os grupos etários que menos acertaram foram o de idade inferior a dezanove anos, o qual, no total, obteve quatro respostas certas, e o grupo etário dos vinte aos vinte e nove, que assinalou nove respostas correctamente.

A primeira ilação a retirar da análise dos resultados sobre o conhecimento das designações oficiais das vias urbanas é a de que a maioria dos inquiridos conhece essas denominações.

De facto, as percentagens obtidas às três primeiras questões indicam que o principal largo da envolvente da Sé Catedral é conhecido como Largo Luís de Camões e que as individualidades homenageadas no largo fronteiro à Igreja da Misericórdia e no Largo de São João, um militar natural do concelho da Guarda e um poeta que a adoptou, praticamente durante toda a vida, como local de residência, são conhecidas pela população. Com efeito, foi muito expressiva a percentagem de 90% relativa aos que identificam o monumento evocativo do poeta.

Das funções associadas à cidade ao longo da história, nomeadamente a de «cidade-saúde», predominante a partir do último quartel do século XIX, e a de diocese, que remonta às suas origens, continua a haver algum conhecimento sobre as individualidades que se evidenciaram. Embora todas as figuras evocadas nas questões 4 e 5 pertençam ao século XIX ou ao século seguinte, são os médicos aqueles que apresentam as percentagens superiores. Do clero, apenas o Bispo D. Manuel Vieira de Matos ultrapassa a percentagem de 50%. Sendo este bispo anterior a D. José Alves Matoso, que motivo justificará o esquecimento que recaiu sobre esta personalidade, uma vez que os meados do século XX já haviam passado quando faleceu?

É de salientar o desconhecimento acerca das figuras da História Local constantes da questão nº 6. As percentagens das respostas correctas situam-se, em todos os casos, abaixo de 50%, o que significa que no momento presente não são reconhecidas pela sua

obra. Por outro lado, as duas figuras ligadas à história regional ou nacional, o Dr. Vasco Borges e o Dr. Manuel de Arriaga, são lembradas como elementos da comunidade local.

Maior desconhecimento é revelado acerca das alterações de topónimo. Com efeito, nenhuma relação de antiguidade foi estabelecida correctamente por mais de 50% dos inquiridos. As percentagens oscilam entre o máximo de 46% e o mínimo de 4%.

A este facto poderá não ser alheia a circunstância de a placa toponímica que contém a inscrição do topónimo não fazer qualquer referência à designação anterior.

Todavia, como no dia-a-dia se ouve, mais frequentemente, a nomeação das vias com designações não oficiais, aponta-se como explicação para um tão elevado número de respostas correctas a memorização dos nomes das vias principais. Por outro lado, constata-se o desconhecimento sobre quem foram essas individualidades, que parece evidente nas respostas sobre as figuras que evocam a função religiosa atribuída à cidade. Pode até presumir-se que o D. que antecede os nomes era indicativo dessa função, pois a primeira figura da lista, Francisco dos Prazeres, antecedido de Dr., só foi identificado como sacerdote por 34% dos inquiridos. Situação idêntica foi verificada na questão nº 6, onde apenas duas figuras obtiveram percentagem igual ou superior a 50%, Rui de Pina e Dona Palmira Dinis da Fonseca, revelando que se ignoram figuras locais consideradas, por alguns, muito relevantes.

### 3. PROTAGONISTAS E RITOS COMEMORATIVOS

Ao invés dos seres humanos que normalmente conservam os nomes próprios até à morte, as denominações dos lugares podem sofrer alterações, actualizações para se ajustarem ao presente, nomeadamente aos contextos político, social e cultural.

Até ao século XIX, salvo raras excepções, a nomeação dos lugares não revestia um carácter oficial, era assunto resolvido no seio da comunidade que, de forma pragmática, designava os lugares, por isso nem sempre univocamente.

Esta prática ainda se manifestava na Guarda no final do século XIX, quando a imprensa publicitava produtos e serviços, quase sempre, associando-lhe a morada da designação oficial e outra denominação secundária, mais consonante com a tradição popular de nomeação dos lugares.

Nas primeiras décadas do século XX, a nomeação das vias públicas foi uma prerrogativa exercida directamente pela Câmara Municipal, dado que somente durante o Estado Novo, por imposição do Código Administrativo de 1940, foi constituída a primeira Comissão de Toponímia.

Na vigência do regime democrático, coincidente com a complexificação da vida urbana, evidenciada na expansão territorial e na disputa de interesses mais diversificados, a Comissão de Toponímia teve de alargar a composição a sectores da sociedade com intervenção na gestão do espaço urbano, como a PSP, os CTT, ou a comunidade civil.

Nem sempre a placa toponímica marcou o início e o fim das artérias. Moradores e forasteiros, imbuídos de sentido pragmático, eram encaminhados inequivocamente pela observação dos elementos concretos da paisagem, pelas cores ou pelos cheiros<sup>333</sup>.

No tempo presente, os nomes dos lugares inscritos nas placas colocadas nos limites das vias de circulação são como bilhetes de identidade que orientam o transeunte no espaço citadino, facilitam a actividade dos CTT, não obstante os nomes estarem quase sempre vazios de significado para as gerações contemporâneas.

---

<sup>333</sup> Amélia Aguiar Andrade, op. cit., p. 123.

Importa, por isso, analisar o alcance desta prática de identificação dos lugares, distinguir os objectivos imanentes dos aparentes, apreender o valor simbólico, memorial e afectivo contidos nas placas toponímicas.

A memória pública, construída por aqueles que detêm a autoridade para nomear as vias públicas, também se foi construindo através de outros rituais praticados pelo poder político e pelos grupos de pressão, visíveis na edificação de obras e de monumentos, ou na atribuição de insígnias da sua competência, quase sempre em reforço do acto de nomeação das artérias da cidade.

### 3.1. As comissões de toponímia

Até ao século dezanove, o poder monárquico não deliberou sobre o órgão administrativo a quem competia a atribuição de topónimos<sup>334</sup>, eram as comunidades que nomeavam os lugares, e a tradição oral passou a registo escrito pela mão dos funcionários régios, como os tabeliães e os escrivães, e dos elementos do clero.

Depois da Revolução Liberal, havendo já alguns casos de nomeação de vias nas cidades, o Código Administrativo de 1878<sup>335</sup> determinou que a denominação das ruas e lugares públicos fosse competência da Câmara Municipal. Essa prerrogativa manteve-se até ao momento presente, mas hoje é cada vez mais delegada em Comissões de Toponímia<sup>336</sup>.

Pelas actas das sessões de Câmara depreende-se, muitas vezes, a autoria das moções, embora se desconheçam os circuitos externos e de pressão que motivaram essas propostas<sup>337</sup>.

---

<sup>334</sup> Em 1760, por decreto régio foram atribuídos os arruamentos e distribuídas as classes profissionais no espaço entre a Praça do Comércio e o Rossio de Lisboa, em resultado da reconstrução da Baixa devido ao terramoto de 1755. *Ius lusitaniae, Fontes Históricas de Direito Português*, [Em linha]. [Consult. 18 Abr. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:[http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=105&id\\_obra=73&pagina=506](http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=506)>.

<sup>335</sup> Código Administrativo de 1878, Artigo 103º, ponto 28. Além desta competência é ainda atribuída à Câmara Municipal a numeração dos prédios.

<sup>336</sup> Algumas dessas Comissões, a sua composição e os objectivos orientadores, constituíram matéria de publicação em Diário da República.

<sup>337</sup> Para Amélia Aguiar Andrade, op. cit., p. 123, é apenas nas áreas de urbanização incipiente ou marginal que os moradores conseguem influenciar as designações toponímicas.

Na cidade da Guarda, no início do século XX, esta competência era igualmente assumida pela vereação e pelo presidente da edilidade. As propostas eram aprovadas após votação e, em alguns casos, a concordância devia ser total, a deduzir da expressão «aprovada com aclamação» que surgia associada.

Quando a decisão interferia com um dos membros do órgão municipal, o mesmo ausentava-se durante a discussão da proposta e da tomada de decisão<sup>338</sup>.

Na vigência do regime republicano, a Comissão Administrativa Municipal patenteou a ruptura com o regime anterior, com os seus valores, os símbolos e os heróis. O culto, classificado de jesuítico e opressivo, e que grassava em todos os domínios, foi substituído por uma religião laica, feita de mártires e de heróis que se distinguiram a lutar pela Pátria. Por esse facto, foi estabelecido um novo calendário litúrgico e surgiram novos símbolos para o ritual celebrativo. A nomeação toponímica integrou-se nesses cerimoniais cívicos.

O conservadorismo dominou durante a Ditadura Militar, o corpo administrativo, designado por nomeação, era composto quase exclusivamente por militares: como Presidente, o Major Orlindo José de Carvalho; como Vogais, Major Ernesto Franco, Capitão José Joaquim Pinto Monteiro, Capitão Manuel Diogo da Silva Freire e Dr. Manuel Bento de Figueiredo<sup>339</sup>. Era Governador Civil o Major Francisco de Passos. As alterações toponímicas foram muito reduzidas, porém, apenas uma não teve conotação militar.

Findo este regime, iniciado em 1926, em 1939 foi apresentada à autarquia a proposta de atribuição de um topónimo evocativo da Sociedade de São Vicente de Paulo a uma via pública, teve como deliberação submetê-la à apreciação da futura Comissão de Toponímia<sup>340</sup>.

A primeira Comissão de Toponímia foi criada por deliberação de vinte e dois de Março de 1950. Os seus membros, Dr. Luís Mendes de Matos, Director do Jornal A Guarda, Padre Joaquim Augusto Álvares de Almeida, que usava o pseudónimo literário

---

<sup>338</sup> A *Acta da Sessão de Câmara* de 29 de Julho de 1909, onde foi exarada a aprovação do topónimo Dr. Francisco dos Prazeres, à altura Presidente do Município, refere que a proposta foi do vice-presidente [Dr. António Luís Rebelo], que assumiu a presidência. Presidente e Vice-Presidente pertenciam a facções partidárias diferentes, o primeiro ao Partido Progressista e o segundo ao Partido Regenerador, então minoritário. Esta proposta foi aprovada com aclamação.

<sup>339</sup> O auto de posse ocorreu no dia 21 de Julho de 1926.

<sup>340</sup> A proposta foi feita pelo cônego Messias Gonçalves Marques, e por António Ascensão e Manuel Inácio dos Santos, confrades das Conferências de S. Vicente de Paulo, *Acta da Sessão de Câmara* de 16 de Novembro de 1949. A atribuição concretizou-se pela acção da primeira Comissão de Toponímia, em 28 de Junho de 1950.

de Nuno de Montemor, e era Capelão do Regimento de Infantaria nº 12, e Almiro Gomes Lopes, Engenheiro da Câmara Municipal, foram nomeados pela autarquia. O Dr. Carlos Marques, Professor do Liceu Afonso de Albuquerque, substituiu Nuno de Montemor, por indisponibilidade deste. Assim composta, reuniram primeiro para discutir os princípios orientadores da toponímia da cidade da Guarda e, depois, para estudar as propostas de alteração e de nomeação das novas vias. Estabeleceram três princípios basilares:

1º: manter tanto quanto possível as designações tradicionais; 2º: afastar tanto quanto possível os nomes dos vivos e em geral dos contemporâneos, que pela sua ideologia não possam merecer a unanimidade dos sufrágios; 3º: honrar os seguintes vultos históricos: que se impõem a todos os portugueses e particularmente aqueles que, ou aqui nasceram ou aqui tiveram por qualquer motivo residência ou predomínio<sup>341</sup>.

A transformação operada na toponímia vigente foi profunda, alteraram os nomes recentemente atribuídos pelos republicanos a fim de restaurar designações mais antigas, e denominaram outros espaços de acordo com os valores dominantes, sobretudo os que sobrelevavam a acção de conterrâneos, cujos feitos realçaram em acta. No total, procederam a trinta e três nomeações, correspondentes a trinta e seis por cento, se atendermos às noventa e duas vias contabilizadas em 1933. Dessas, oito foram novas denominações e vinte e cinco foram substituições dos topónimos vigentes, o que representa no final desse período, em 1974, altura em que foram apuradas cento e vinte e uma vias, as percentagens de 7% e de 21%, respectivamente.

O jornal *A Guarda* noticiou a aprovação<sup>342</sup>, pela Câmara Municipal, das modificações apresentadas pela Comissão que havia sido nomeada para esse fim. Contudo, a edilidade municipal foi forçada a atender algumas das reclamações da população, que visavam a manutenção da anterior denominação<sup>343</sup>.

A participação da Comissão de Toponímia foi pontual, pois as nomeações de vias que sucederam provieram tanto da presidência como da vereação da autarquia.

<sup>341</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Junho de 1950.

<sup>342</sup> *Jornal A Guarda*, nº 2219, de 7/07/1950, visado pela Comissão de Censura da Guarda. O Lema do Jornal era «Por Deus, Pela Pátria e Pela Família, Liberdade, Justiça, Amor e Paz», do qual era Director **Luís Mendes de Matos**. O *Jornal Correio da Beira*, propriedade da Comissão Distrital da União Nacional, nada referiu sobre o assunto.

<sup>343</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 27 de Dezembro de 1950. Por esse motivo a inclusão do nome de um benemérito proposto foi suprimido e ficou a aguardar pela abertura de uma nova via.

Na acta de 21 de Março de 1960<sup>344</sup> foi mencionado um ofício do Instituto Nacional de Estatística no qual se solicitava a atenção da Câmara para o disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto n.º 42631, de 4/11/1959, que estabelecia a obrigatoriedade deste corpo administrativo proceder, até ao final do mês de Abril, à revisão e rectificação dos nomes dos arruamentos e dos números de polícia das portas. A Câmara determinou a formação de uma nova Comissão de Toponímia urbana, presidida pelo vereador do pelouro da instrução, Dr. António Pacheco de Carvalho e Pina. À sua escolha seriam indicados os restantes elementos, dos quais deveria fazer parte o Engenheiro Municipal. Na acta de 2 de Maio de 1960<sup>345</sup> a Câmara deliberou sobre a composição da Comissão, a fim de proceder à revisão da nomenclatura das ruas. Seria composta pelo vereador Dr. António Pacheco de Carvalho e Pina, Presidente da Comissão, pelo Engenheiro Municipal Almiro Gomes Lopes<sup>346</sup>, por José Lopes de Aguiar, representante do Grémio do Comércio, e pelo Padre João da Costa Popo. Embora metade dos membros pertencesse à autarquia, a sociedade civil e a entidade religiosa também estavam presentes.

Em 11 de Julho de 1960 foi presente um novo relatório concernente à toponímia urbana, elaborado nos termos do n.º 4 do artigo 50.º do Código Administrativo. Houve ainda o pretexto para corrigir denominações introduzidas em 1950 e para o baptismo de algumas vias da cidade, evocando nomes reconhecidos no âmbito nacional, e outros de contornos mais locais. Esta intervenção terá ficado aquém das necessidades, pois o vereador Tenente José Luís Simão Saraiva sugeriu a designação de uma Comissão que revisse a totalidade da toponímia citadina, no sentido de serem recuperados topónimos já havidos.

Todavia, nessa mesma sessão foram efectuadas catorze atribuições toponímicas, sete foram alterações aos topónimos existentes e outros sete foram novas denominações. Em termos percentuais, considerando o termo do período, em 1974, representam, cada uma, 12% do total de vias nomeadas.

Do período subsequente, até Abril de 1974, nenhuma outra menção foi feita à intervenção da Comissão de Toponímia, as propostas foram apresentadas pelo Presidente da autarquia e pelos Vereadores.

---

<sup>344</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 21 de Março de 1960.

<sup>345</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 2 de Maio de 1960.

<sup>346</sup> O único elemento que já havia feito parte da primeira Comissão de Toponímia.

No período posterior à *Revolução dos Cravos*, não obstante terem mudado todos os elementos que compunham a autarquia, as práticas no domínio da atribuição de toponímia mantiveram-se. O único estudo mencionado em acta foi realizado para o Bairro das Lameirinhas<sup>347</sup>, o qual necessitava de nomeação dos arruamentos e de numeração dos prédios, números de polícia.

Em todos os períodos que temos vindo a distinguir, os moradores, individualmente ou em grupo, apresentaram sugestões para as atribuições, e reclamações sobre as alterações introduzidas. Nem sempre estas propostas foram acolhidas pela edilidade, umas vezes porque não receberam o número de votos necessários, outras por serem remetidas para uma comissão de toponímia que ia ser constituída, outras ficaram a aguardar a evolução das vias para que fossem novamente apreciadas, outras foram simplesmente registadas sem qualquer decisão subsequente, outras, ainda, foram substituídas por outra forma de homenagem.

Poucas semanas após a implantação da República foi apresentada uma proposta que visava atribuir a uma das ruas da cidade o nome do jornal *O Combate*, como «preito dos relevantíssimos serviços prestados a favor da República e da Pátria por aquele jornal desde a sua formação até esta data»<sup>348</sup>. O jornal *O Combate* era propriedade de José Augusto de Castro, vice-presidente da Câmara na mudança de regime que, após breve prestação, foi nomeado secretário da autarquia, cargo que desempenhou até à aposentação. A proposta foi rejeitada com dois votos a favor e três votos contra.

Em resposta ao ofício do Presidente da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar a solicitar que fosse dado o nome de avenida, largo ou rua do Colégio Militar a um local sujeito à jurisdição da Câmara Municipal, a Câmara deliberou aguardar o estudo da toponímia. O Colégio agradeceu, mas a atribuição não se verificou<sup>349</sup>. Idêntica resposta foi decidida sobre o pedido de homenagem ao Padre Cruz, no 25º aniversário da sua morte, com a nomeação de uma rua ou praça. A Câmara deliberou aguardar pelo estudo da toponímia, mas nada mais foi referido sobre o assunto<sup>350</sup>.

Concernente a uma exposição do «Grupo dos Amigos de Olivença», solicitando que a Câmara desse a uma rua ou praça de povoação do concelho o nome de «Olivença», foi deliberado informar que o município tomava em consideração o exposto

<sup>347</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 20 de Maio de 1975. No mês anterior já havia sido atribuído nome à rua central do Bairro, Rua da Boa Esperança, e estabelecida a numeração dos prédios existentes.

<sup>348</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 3 de Novembro 1910.

<sup>349</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 11 de Julho de 1972.

<sup>350</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 26 de Março de 1974.

e tudo faria para que na primeira oportunidade fosse dada a uma das novas ruas da cidade a denominação de «Rua de Olivença»<sup>351</sup>, o que veio a concretizar-se em 11 de Julho de 1960.

Analisada a proposta do Tenente José Luís Simão Saraiva de atribuir à Avenida do Torreão, que iria ser iniciada no ano de 1964, a designação de Avenida da República, a Câmara, embora manifestasse não ter qualquer objecção, deliberou que não considerava ainda oportuno tomar posição sobre o assunto, uma vez que as obras ainda não tinham sido encetadas e o processo de comparticipação estava a correr com a designação provisória de Avenida do Torreão<sup>352</sup>. Esta designação não foi atribuída posteriormente, pois em 1976 foi nomeada Avenida dos Bombeiros Voluntários Egitanenses<sup>353</sup>.

A Câmara também tomou conhecimento de uma carta em que Ezequiel Batoréu, residente em Coimbra, solicitava a atenção da edilidade para a figura que foi seu avô e a acção por ele desempenhada em prol do povo da cidade<sup>354</sup>. A homenagem não foi prestada.

Um ofício proveniente do Liceu Nacional da Guarda chamava a atenção dos representantes do poder local para a construção de um lar para estudantes do liceu, promovida pela Fundação Calouste Gulbenkian. Foi sugerida a homenagem ao benemérito Calouste Gulbenkian, atribuindo o seu nome a uma das vias da cidade<sup>355</sup>. A Câmara adiou a decisão e, em 1973, atribuiu a medalha de ouro da cidade ao Presidente da Fundação, Dr. Azeredo Perdigão. Em resposta, a Instituição referiu que preferia a homenagem toponímica, o que veio a acontecer nessa mesma sessão da Câmara<sup>356</sup>.

Se outras Comissões de Toponímia participaram na atribuição de nome às vias, não nos foi perceptível a sua acção nas actas consultadas.

---

<sup>351</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 2 de Março de 1959.

<sup>352</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 13 de Julho de 1976.

<sup>353</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 2 de Março de 1959.

<sup>354</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 21 de Fevereiro de 1978. A família Batoréu constava dos registos relativos ao final do século XIX, princípios do século XX: Gerardo José Batoréu tinha desempenhado as funções de Comissário da Polícia no final do século XIX e nos inícios do século XX; Ezequiel Batoréu havia cedido gratuitamente à Câmara a sua tulha para depósito de centeio exarado na *Acta da Sessão de Câmara* de 13 de Junho de 1913.

<sup>355</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 2 de Agosto de 1965.

<sup>356</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 13 de Novembro de 1973.

## 3.2. Ritos comemorativos

A memória envolve processos complexos que permitem nuns casos recuperar a informação, noutros remetê-la ao domínio do esquecimento.

Se «longe da vista, longe do coração», o poder político local aperfeiçoou mecanismos de reavivação constante da memória e de criação de laços identitários que reforçassem os elos entre os elementos da sociedade, pela emulação inter-pares, e pelo estabelecimento de arquétipos de comportamento cívico e de benemerência.

Se alguns dos actos foram irreversíveis e únicos, outros foram sendo actualizados fruto de novos contextos. Pelo mesmo acto de exercício de uma prerrogativa de poder, alguns nomes foram içados à memória e outros arremessados ao esquecimento.

A alteração da toponímia foi particularmente intensa no momento de viragem política da Monarquia para a República, mas surgiu pontualmente nas restantes circunstâncias de mudança política, pois só passados alguns anos foi relevante a actualização/renomeação dos topónimos, como se concluiu no capítulo anterior.

A passagem da Monarquia à República, a evolução da Ditadura Militar para o Estado Novo, e a instauração da Democracia, foram momentos de legitimação das ideologias, da ascensão de novos heróis ao lugar das devoções antigas. Influenciados pelos novos contextos históricos, os partidos políticos, a Igreja, alguns sectores da sociedade civil, participando como agentes do progresso material e espiritual, afirmaram-se como centros criadores de novas memórias, em nome de novos ideais, e de novos estandartes mais progressistas.

### 3.2.1. Actos memorativos

A autarquia dinamizou festejos e esteve presente em cerimónias promovidas por outras instituições locais.

No início do século, as recepções aos militares aquartelados na cidade que regressavam vitoriosos das campanhas em África e os festejos da inauguração do Sanatório Sousa Martins constituíram os marcos mais significativos desse espírito festivo.

Na década seguinte, a autarquia congratula-se com os progressos resultantes da implantação da República, participa em subscrições lançadas por outras autarquias a propósito das homenagens aos heróis do novo regime, mas a penúria de meios fá-la recusar alguns pedidos, pois a prioridade ia para o investimento na cidade, a consecução de alguns projectos ligados à instrução pública, e à melhoria das condições de assistência médica nos diferentes partidos do concelho. A qualidade do trabalho destes profissionais esteve sempre na vigilância da edilidade e, fazendo jus ao epíteto de «cidade saúde», enalteceu os profissionais mais dedicados. Primeiro foi o trabalho do Dr. Lopo de Carvalho<sup>357</sup>, depois o do Dr. Amândio Gonçalves Paúl<sup>358</sup>, cujo reconhecimento passou pela inscrição do nome numa placa toponímica.



**Figura 1** – Placa toponímica do Largo Dr. Amândio Paúl, 2010.

No período do Estado Novo as relações com a Igreja Católica estavam pacificadas, por isso, a Câmara esteve presente na comemoração do 50º aniversário da ordenação sacerdotal do Bispo D. José Alves Matoso, em 1934, e, por ocasião do jubileu episcopal de D. João de Oliveira Matos, em Junho de 1948, felicitava-o pela «honrosa distinção de que foi alvo por parte do venerando Chefe de Estado, que lhe conferiu o grau de Oficialato da Ordem de Benemerência».

<sup>357</sup> Placa toponímica identificada na Figura 3 deste capítulo. A placa toponímica deve ter sido substituída em meados do século, a julgar pelo modelo.

<sup>358</sup> Sobre o então nomeado director do Sanatório, em 1925, na recepção quando regressava do estrangeiro, onde esteve em serviço, e relativamente à publicação dos seus trabalhos, é referido em *Acta da Sessão de Câmara* de 5 de Fevereiro de 1925: "Feliz seria a República e engrandecida seria a nossa pátria se os homens escolhidos para os seus serviços oficiais possuíssem as nobres qualidades...».

A Congratulação e o louvor lançados em acta, e comunicado ao próprio ou à sua família, o voto de sentido pesar no momento da partida dos mais ilustres cidadãos da Guarda, ou dos seus familiares, foram constante menção nos registos de actas das sessões de Câmara. Distinta homenagem foi prestada no momento do falecimento do «benemérito da cidade» Francisco António Patrício, ocorrido em Maio de 1934, quando a Câmara ofereceu o seu espaço para nele ser colocada a urna até ao funeral, gesto que a família aceitou.

A concessão da medalha de ouro da cidade, instituída em 3 de Junho de 1926, e redefinida em 1940<sup>359</sup>, foi outro acto do exercício do poder político, usada em cerimónias especiais, como foi a da partida do Major José Joaquim Pinto Monteiro para Coimbra, em 1939, da condecoração de Salvador do Nascimento, em 1944, pelos quase 50 anos ao serviço dos Bombeiros Voluntários Egitanenses, dos quais foi o comandante que mais tempo esteve em funções, e da visita do Dr. José de Azeredo Perdigão, em representação da Fundação Calouste Gulbenkian, que havia patrocinado uma obra benemérita na cidade, no domínio da protecção a estudantes carenciados.

Além destes actos, a autarquia deu apoio à realização de festividades laicas e religiosas da tradição da cidade. As festas populares, associadas às feiras de São João e de São Francisco, as festas do Senhor do Bomfim, as procissões do calendário litúrgico – Passos e Corpo de Deus, entre outras -, as comemorações de dias evocativos no calendário civil, como o da implantação da República, do dia da bandeira e da independência, no dia um de Dezembro, o dia um de Maio e, durante o Estado Novo, o dia 28 de Maio, eram lembrados e, na ausência de festejos, era distribuído um bodo aos pobres da cidade, umas vezes consistindo em comida equivalente à ração do exército, outras vezes, talvez em maior número, distribuindo uma quantia em dinheiro, desta forma dando continuidade a um rito ancestral de redistribuição de riqueza.

A comemoração do feriado municipal, instituído pelo regime republicano no dia um de Maio, constituía outra referência memorativa «dia já consagrado quase universalmente à festa do trabalho e da fraternidade humana»<sup>360</sup>. Em 1951 foi transferido para o dia vinte e seis de Novembro, por se comemorar o aniversário do

<sup>359</sup> «A medalha de ouro da cidade terá 20 gramas de ouro de lei e o diâmetro da actual moeda de 10\$00. No verso – armas da cidade sobre o respectivo escudo tendo ao alto as palavras “Câmara Municipal da Guarda” e no fundo “1926”; reverso – um dos 3 motivos mais notáveis da cidade – o Castelo, a Sé ou o Sanatório e por baixo, em semi-círculo, a legenda – “ao Trabalho, Abnegação e Honra”», *Acta da Sessão de Câmara* de 6 de Janeiro de 1940.

<sup>360</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 27 de Abril de 1911.

primeiro foral dado à cidade por D. Sancho I<sup>361</sup>. Um erro na leitura do documento atribuía-lhe a data de vinte e seis de Novembro de 1199, de acordo com a rectificação feita mais tarde, a efeméride foi fixada em vinte e sete de Novembro, data que vem sendo comemorada até ao momento, como se referiu no capítulo 1.

### 3.2.2. Placas toponímicas e comemorativas

A função memorial das placas dispersas por vários pontos da cidade é evidente, pois nesta grandeza se reflecte o pulsar de uma época, a sua ideologia, as suas esperanças.

A inscrição dos topónimos sobre a superfície de um edifício, colocado na extremidade da via, deve ter sido a primeira forma de fixação dos nomes nos respectivos lugares, obedecendo à necessidade de orientar a circulação no espaço urbano, numa cidade que se expandia e que recebia cada vez mais visitantes.

Só mais tarde se generalizou a prática de colocar placas honoríficas nas fachadas das habitações, em sinal de respeito e de veneração dos que se distinguiram e são merecedores da contemplação das gerações seguintes, para que o amor destas à cidade se iguale aos feitos praticados pelos antecessores.

Tanto a nomeação tradicional como a nomeação antroponímica acabaram por entrar na memória usada quotidianamente pela população, transportadas pela placa colocada estrategicamente nos limites das vias do espaço urbano.

Ao longo do período que temos vindo a observar, as placas toponímicas apresentaram-se diversificadas nas formas, nos materiais, nas inscrições apostas.

As alterações poderão ter na base condicionalismos diversos, como os recursos materiais disponíveis, a capacidade técnica para executar o trabalho, como, ainda, o gosto e a sensibilidade estética de quem encomenda e de quem executa a obra. Assumindo funções distintas, memorial e pragmática, não deixam, contudo, de revestir um papel ornamental dos muros onde são fixadas.

Muitos destes dísticos não chegaram aos dias de hoje porque foram retirados das paredes enquanto decorreram obras de reparação ou de reconstrução, e, tendo sido

---

<sup>361</sup> Jornal *A Guarda*, nº 2254, de 16/03/1951.

recolhidos, não voltaram ao seu lugar. Por isso, procurar atribuir o período de nomeação da rua a um modelo de placa actualmente colocada poderá traduzir-se em grandes erros. Desconhecemos exactamente qual o tempo que mediava entre a atribuição de nome à rua e a colocação das placas respectivas, mas haveria um hiato e algumas poderão não ter sido colocadas, tal como acontece ainda nos dias de hoje<sup>362</sup>.

Como se verifica pelas Figuras 2 e 4, as inscrições mais antigas foram pintadas com letras brancas sobre fundo preto. No entanto, a Figura 3, que mostra uma placa com topónimo atribuído em 1900, revela um modelo materialmente distinto. A mesma placa deve ter sido removida no decorrer do século XX e o modelo que chegou ao momento presente é idêntico ao que consta da Figura 6.



**Legenda:**

**Figura 2** – Inscrições toponímicas da Praça de Luís de Camões e da Rua da Torre, início do século XX<sup>363</sup>.

**Figura 3** – Placa toponímica da Rua Lopo de Carvalho.

**Figura 4** – Inscrição toponímica da Rua do Comércio<sup>364</sup>.

**Figura 5** – Placa toponímica da Rua Marquês de Pombal; 2010.

**Figura 6** – Placa toponímica da Rua de São Vicente; 2010.

<sup>362</sup> Demo-nos conta que faltam placas de nomenclatura em algumas ruas da cidade, algumas terão sido retiradas por motivo de obras nos edifícios onde se encontravam colocadas e não voltaram ao lugar. A Rua do Cemitério, denominada em 1960 Rua Dr. Sobral, não tem qualquer placa toponímica; a placa metálica repintada de branco sobre azul, que fotografámos na extremidade oeste da Rua Marquês de Pombal (Figura 5) caiu algumas semanas depois e há já alguns meses que o seu lugar ficou vazio.

<sup>363</sup> Jaime Ferreira (coord.), op. cit., postal n° 50, sem data, p. 440.

<sup>364</sup> Figuras 3 e 4 em António Saraiva (coord.), op. cit., postais n° 47 e n° 48 (pormenor), sem data.



**Legenda:**

**Figura 7** – Placa toponímica da Rua de São Vicente de Paulo; 2010.

**Figura 8** – Placa toponímica do Largo do Espírito Santo; 2010.

**Figura 9** – Placa toponímica da Rua Dr. Bernardo Xavier Freire; 2010.

**Figura 10** – Placa toponímica da Rua Francisco de Passos; 2010.

**Figura 11** – Placa toponímica da Rua de D. Sancho I; 2010.

**Figura 12** – Placa toponímica da Rua D. Miguel de Alarcão; 2010.

**Figura 13** – Placa toponímica da Rua Francisco [António] Patrício; 2010.

**Figura 14** – Placa toponímica da Rua Dr. Francisco dos Prazeres; 2010.



**Legenda:**

**Figura 15** – Placa toponímica da Rua Dr. Santos Lucas; 2010.

**Figura 16** – Placa toponímica da Rua D. José Alves Matoso; 2010.

**Figura 17** – Placa toponímica da Rua Augusto Gil; 2010.

**Figura 18** – Placa toponímica do Largo do Passo [Paço] do Biu [Bio]; 2010.

Circunstâncias diversificadas, como as obras nos edifícios, a deterioração dos materiais, a renomeação das vias, provocaram alterações nas placas toponímicas de tal ordem que é possível encontrar placas toponímicas quase novas com denominações antigas (Figuras 6 e 11), outras, com nomes muito antigos, que adoptaram uma ortografia mais consonante com a perspectiva actual (Figura 18), que se podem tornar confusos pela aparência a quem lê no local os nomes inscritos. Curiosamente, também encontramos placas enganadoras acerca da origem social do homenageado (Figura 12) e com títulos acrescentados ou apagados (Figura 13).

A placa quadrangular marmórea, material nobre e de origem não local, foi aquela que mais rivalizou com a chapa rectangular esmaltada, de fundo azul, que continua, maioritariamente, a identificar os lugares no centro histórico. As Figuras 6 e 12 apresentam o modelo mais frequente no centro histórico e em algumas vias exteriores de maior importância, como as que se situam junto à capela de São Pedro. Ao longo do século XX foram colocadas placas muito diversas nas formas, no estilo da inscrição, mas idênticas no material, o mármore.

Mais recentemente, a avaliar pela nova sensibilidade acerca da grafia de Passo, em vez do tradicional Paço, foi utilizada a placa de granito polido (Figura 18), coexistindo já alguma diversidade cromática. A diversidade das formas é mais visível nas placas de mármore, algumas das quais se assemelham a objectos escultóricos (Figuras 1, 9 e 10).

Procurando estabelecer alguma inteligibilidade na tipologia identificada e registada fotograficamente<sup>365</sup>, a título conjectural propomos a seguinte cronologia:

No início do século coexistiam as inscrições pintadas com as placas de mármore sobrepostas nas paredes, parecendo-nos que as primeiras são precedentes. Não tendo registos fotográficos que mostrem placas toponímicas do período republicano, ou menções em acta que aludissem ao assunto, desconhecemos o modelo usado. Contudo, das últimas nomeações, Dr. Amândio Paúl e Dr. Bernardo Xavier Freire (Figuras 1 e 9) as placas toponímicas assemelham-se a um modelo usado durante a Ditadura Militar (Figura 10). Este modelo foi usado para a nomeação de 1927, mas já não foi usado na Rua Augusto Gil e no Largo João de Almeida, onde foram aplicadas placas quadrangulares em mármore (Figura 17), de modelo mais simples e escritas segundo o mesmo modelo caligráfico. Em 1929, foi registada em acta a autorização para a aquisição de placas de mármore<sup>366</sup>. Pensamos que o modelo da placa que chegou aos nossos dias na Rua Marquês de Pombal teria sido adoptado em 1931, ferro esmaltado pintado de azul, com a inscrição do nome a branco<sup>367</sup>. Em 1935, foram substituídos os letreiros por placas de azulejo, conforme o modelo aprovado<sup>368</sup>. Não sabemos se este modelo foi o mesmo onde foram inscritos os topónimos de Rua de São Vicente de Paulo e de Largo do Espírito Santo (Figuras 7 e 8), que só foram renomeadas em 1950.

Em 1938 foi resolvido mandar reparar e pintar os letreiros das ruas excêntricas que se encontrassem em mau estado de conservação, e substituir as placas das artérias centrais por letreiros modernos, que fossem melhores e mais apresentáveis<sup>369</sup>. A

<sup>365</sup> As fotografias das Figuras 1 e 5-18 são nossa propriedade, ano de 2010.

<sup>366</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 8 de Maio de 1929.

<sup>367</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 18 de Novembro de 1931. Foram mandados fazer dois letreiros para cada uma das ruas e largos: Praça Luís de Camões, Largo Serpa Pinto, Ruas 31 de Janeiro, do Comércio, Vasco da Gama, Alves Roçadas, Marquês de Pombal, Heliodoro Salgado, Batalha Reis e Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra.

<sup>368</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 26 de Agosto de 1935. Das placas de azulejo subsistem nas paredes três exemplares, dois relativos à Rua de São Vicente de Paulo e um ao Largo Espírito Santo (Figuras 7 e 8). No entanto, a nomeação e a renomeação das duas vias só ocorreu em 28 de Junho de 1950. Não temos a descrição do modelo aprovado para podermos aduzir se se trata do mesmo.

<sup>369</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 12 de Janeiro de 1938.

reparação de trinta e oito placas, destas vias ou de outras, foi repetida no ano seguinte, tendo sido adjudicada a António Nunes Rato, ao preço de cinco escudos cada uma<sup>370</sup>.

Em 1950 e em 1960<sup>371</sup> ocorreram as maiores mudanças toponímicas da história da cidade. Se os letreiros em azulejo que referimos foram colocados neste período, então coloca-se a questão de saber quando foram colocadas as placas esmaltadas de fundo azul com o brasão da cidade. A abundância destas placas no centro histórico e nas ruas mais próximas da muralha, e mais antigas, faz-nos acreditar que foram utilizados dois modelos e dois materiais, sendo o outro em mármore, ou, então, por razões que desconhecemos, as placas metálicas foram substituídas posteriormente.

Um número significativo dessas chapas subsistiu nos seus lugares até ao presente.

As actas que temos vindo a utilizar como fonte contêm registos acerca das diligências efectuadas pela autarquia para manter em bom estado de conservação os letreiros toponímicos. A pintura das placas era regular uma vez que estavam expostas a um clima muito rigoroso, tanto no período invernososo como no período estival. As placas de mármore foram absorvendo as marcas do tempo, acumuladas sob a forma de líquenes, mas os dísticos metálicos também acusavam a ferrugem nos materiais (respectivamente, as figuras 10 e 5).

A pintura dos letreiros e dos números dos prédios realizou-se em 1939, mas nos anos seguintes a mudança dos nomes das vias, acompanhada de eventual substituição de placa de nomenclatura, dispensou outros cuidados.

A partir de então, a diversidade disparou, havendo modelos mais quadrados, outros mais rectangulares, mármore com tonalidades muito diferentes, estilos de grafia distintas na forma, na profundidade da inscrição, e na pintura, ou não, do sulco produzido.

Como já referi, o granito polido foi adoptado quando procuraram aplicar os materiais locais, mas a diversidade coexiste mesmo nas nomeações mais recentes. Não nos parece que as Juntas de Freguesia sigam directivas no sentido da uniformização.

Outra questão que se coloca ao observarmos as placas toponímicas é a do vazio que existe, quase sempre, para além do nome inscrito. São excepções as placas, como as que

---

<sup>370</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 26 de Agosto de 1939.

<sup>371</sup> A *Acta da Sessão de Câmara* de 23 de Maio de 1960 dá conta de uma proposta apresentada por José de Sena Lisboa, desta cidade, para fornecimento de 20 lápides indicativas dos nomes de ruas desta cidade, incluindo o seu assentamento, mas sem o fornecimento de parafusos, pela quantia de 1200\$00, que a Câmara aceitou. Registe-se que esta acta é anterior à data das maiores mudanças desse ano.

a seguir apresentamos, que registam alguma nota biográfica sobre o homenageado, ou mesmo o nome anterior da via.



**Legenda:**

**Figura 19** – Placa toponímica da Rua António Sérgio; 2010.

**Figura 20** – Placa toponímica da Rua José Afonso; 2010.

**Figura 21** – Placa toponímica da Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos; 2010.

**Figura 22** - Placa toponímica da Rua Miguel Unamuno; 2010.

As Figuras 19 a 22 mostram quão importante pode ser o registo complementar, e quanta informação se colhe para formação e rememoração da memória individual e social, inversamente ao que acontece com a informação contida nas placas anteriormente apresentadas. O próprio título académico, nobiliárquico ou eclesial, respectivamente as Figuras 9, 12 e 16, já fornecem informação adicional, que ignoramos nas restantes placas onde militares, poetas, representantes do poder central e local, e outros, continuam incógnitos. O nome de José Afonso, conhecido pelo nome artístico de Zeca Afonso, também merece um reparo pois, se não fosse o epíteto de «Cantor da Liberdade» (oposição ao regime do Estado Novo), poderia, analogamente, manter-se irreconhecível.

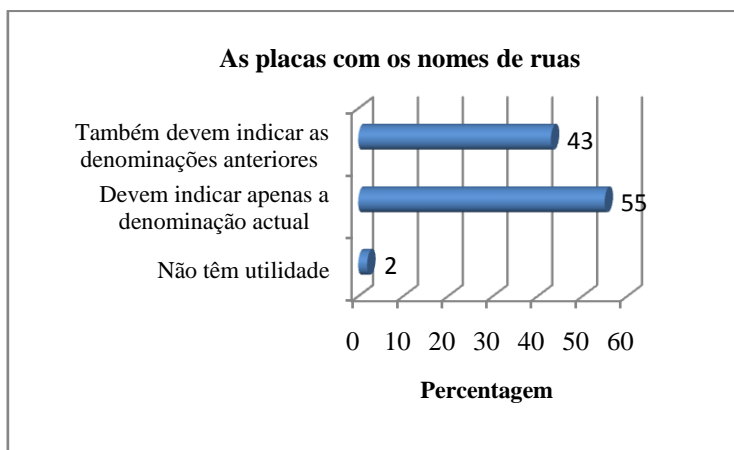
Similarmente, não registámos qualquer anotação adicional em placas com inscrições não antroponímicas, que na tipologia designámos por *nomes comuns*, e poderia, eventualmente, ser útil fazê-lo em relação a alguns nomes, nomeadamente os

que se referem aos acontecimentos comemorativos ou a particularismos naturais. Também não identificámos nenhuma placa toponímica que incluísse o nome anterior da artéria, tal como sabemos que acontece noutras localidades do país.

Quando realizámos o questionário, para aplicar a uma amostragem da população<sup>372</sup>, incluímos três questões relativas às placas toponímicas, procurando saber que conhecimento se adquire sobre as designações actuais e anteriores e se, nas tomadas de decisão de homenagem, o âmbito espaço-temporal deve ter importância.

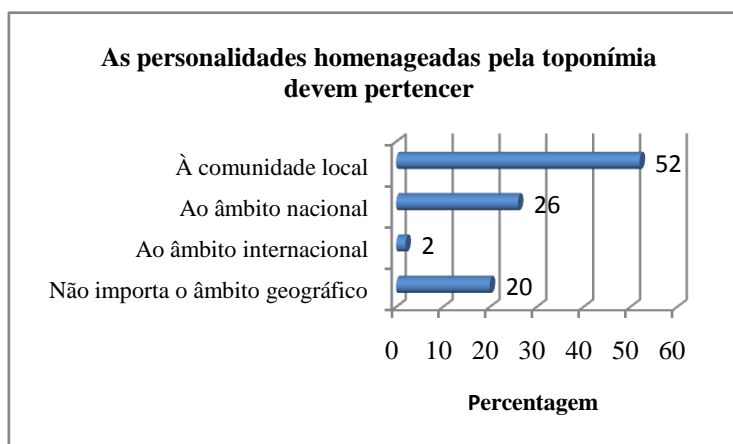
De acordo com os resultados obtidos, as placas das ruas têm utilidade e devem indicar apenas a denominação actual, embora um número significativo de respostas, 43%, tenha respondido que também devem indicar os nomes anteriores. As respostas encontram-se tratadas no gráfico que se segue:

**Gráfico 1:** Utilidade das placas com os nomes de ruas.

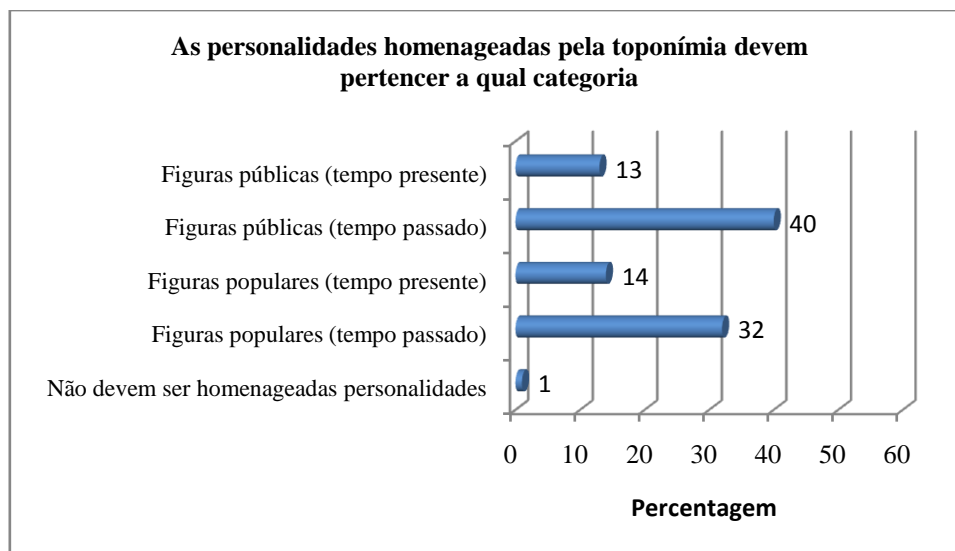


À pergunta «as personalidades homenageadas pela toponímia devem pertencer a que âmbito geográfico?», a resposta mais unânime foi a de que devem pertencer à comunidade local. Também é significativo o facto de apenas dois por cento das respostas terem optado pelo âmbito internacional, respostas que constam do gráfico seguinte:

<sup>372</sup> A fundamentação deste questionário encontra-se no subcapítulo 2.5.1. deste trabalho.

**Gráfico 2:** Âmbito geográfico a que devem pertencer as personalidades homenageadas.

Concernente à questão «As personalidades homenageadas pela toponímia devem pertencer a qual categoria?», 40% das respostas assinalaram a opção figuras públicas do tempo passado, seguindo-se, com 32%, a opção figuras populares do tempo passado. O que ficou evidente foi a rejeição das opções que indicavam o tempo presente e a de que não devem ser homenageadas personalidades na toponímia, como se verifica no gráfico que se segue:

**Gráfico 3:** Categorias a que devem pertencer as personalidades homenageadas.

Dos resultados obtidos nesta pequena amostragem ressalta que o conhecimento das personalidades homenageadas pela toponímia deve fazer-se por outras vias que não sejam os dísticos com a nomenclatura, reforçada ainda pela opção da categoria que

sugere a homenagem a figuras públicas do passado, que não têm de ser necessariamente populares.

As vias públicas, locais privilegiados de memória, servem ainda para expor e testemunhar as consagrações de figuras públicas importantes, normalmente feitas pelo poder político local. Assim acontece com Rui de Pina, José Augusto de Castro, Salvador do Nascimento e Augusto Gil, homenagens que consistiram na colocação de lápides comemorativas de efemérides<sup>373</sup> nos edifícios onde viveram. A homenagem a Rui de Pina, em 1940, consistiu na colocação de uma inscrição identificativa da casa onde consta que nasceu, em 1440; a de José Augusto de Castro resumiu-se à colocação de uma lápide na casa onde viveu, na Rua da Torre; a de Salvador do Nascimento, que foi promovida pela Casa da Beira Alta em 2 de Agosto de 1964, constou de uma homenagem idêntica à anterior, e na mesma rua; e do mesmo modo foi homenageado Augusto Gil, cujo pedido foi apresentado pelo seu sobrinho, que em troca ofereceu à Câmara Municipal o espólio literário do poeta. Também o Largo Serpa Pinto, então denominado Frei Pedro da Guarda, recebeu um painel de azulejos evocativos da vida e da obra do santo franciscano, que viveu a maior parte da sua vida na ilha da Madeira. Em 1951, foi homenageado o Presidente da República, Marechal Carmona, pela visita com que honrou a cidade em 1948. A lápide, em mármore, foi colocada no largo que lhe havia sido consagrado, envolvendo o Jardim José de Lemos.

Mais distantes do centro da cidade, num dos limites do Bairro do Bomfim, as habitações construídas para património dos pobres, no final dos anos 40 e na década de 1950, foram financiadas por pessoas ou famílias abastadas<sup>374</sup>, seminaristas, clero e Montepio Egitanense. Os respectivos nomes e, em alguns casos, os montantes oferecidos, constam das placas de mármore afixadas às paredes<sup>375</sup>.

No período de vigência da democracia outras placas comemorativas foram colocadas para evocação pública de quem se distinguiu ao serviço dos outros: a casa onde viveu o poeta e romancista Nuno de Montemor, no centenário do seu nascimento, em 1981; o Lactário oferecido ao Dr. Proença, na inauguração da sua creche, em 1990, recebeu uma lápide evocativa do patrono, o Dr. Proença, e outra de Nuno de Montemor,

<sup>373</sup> Estas fotografias constam do Anexo G – placas memorativas.

<sup>374</sup> Para memória dos beneméritos são mencionados os nomes de Dr. António Tomé e Sara Branca M. Coelho, Padre Porfírio Patrício, Dr. Lopo de Carvalho (filho), família Balsemão, família do Dr. Ricardo Garcia, família Lobo de Vasconcelos, família Patrício e Henrique Balsemão.

<sup>375</sup> Fotografias que constam do Anexo G – placas memorativas.

seu principal mentor, como já foi referido; o Jardim José de Lemos passou a ostentar uma placa relembrando a carga policial sobre os apoiantes do General Humberto Delgado, ocorrida em 31 de Maio de 1958; o Largo Frei Pedro da Guarda passou a publicitar uns versos dedicados à cidade, da autoria de Júlio Ribeiro. Várias placas de homenagem foram colocadas no edifício do ex-consultório do Dr. Lopo de Carvalho, o Dispensário, aos médicos que aí trabalharam com distinção, nomeadamente ao Dr. Francisco Pissarra de Matos. O promotor da Obra de Santa Zita, Monsenhor Joaquim Alves Brás, foi homenageado no cinquentenário da fundação, o ano de 1982, com placas alusivas à sua acção na capela do edifício, Rua Pedro Álvares Cabral.

### 3.2.3. Edifícios e estatuária

As ruas da cidade guardam memórias dos que partiram inclusive na estatuária colocada nos largos e jardins e em alguns edifícios consagrados aos elementos mais carenciados da comunidade.

O mais antigo testemunho da intenção de perpetuar, pela estatuária, um nome na memória colectiva data do final do século XIX. A morte trágica do médico Dr. Sobral, considerado benemérito pela população, tanto a local como a do concelho de Manteigas, gerou um sentimento colectivo que impulsionou uma subscrição pública nacional para a construção do seu túmulo. Este, edificado em terreno não sagrado do cemitério, ainda hoje se sobreleva dos demais mausoléus, pela forma piramidal e pela escultura mitológica que ostenta<sup>376</sup>.

No início do século, um conjunto de individualidades promoveu a construção de um edifício destinado a consultório do Dr. Lopo de Carvalho, para benefício social, em terreno oferecido pela autarquia, junto ao Largo de São João<sup>377</sup>.

---

<sup>376</sup> Figura 7, capítulo 2.

<sup>377</sup> A Figura 23, em António Saraiva (coord.), op. cit., foto nº 226.



**Figuras 23 e 24** – (23) Consultório do Dr. Lopo de Carvalho, no início do século XX; (24) Lactário Dr. Proença e busto do Pe. Joaquim A. Álvares de Almeida (Nuno de Montemor); 2010.

Outras manifestações públicas foram surgindo no decorrer do século XX, das quais as actas das sessões de Câmara foram assinalando as tomadas de posição da sociedade, ou de parte dela, e a evolução dos trabalhos. A autarquia colaborou nas iniciativas de modos diversos, mas quase sempre, como grande proprietária do espaço urbano, cedendo terreno para as edificações e marcando presença oficial na inauguração.

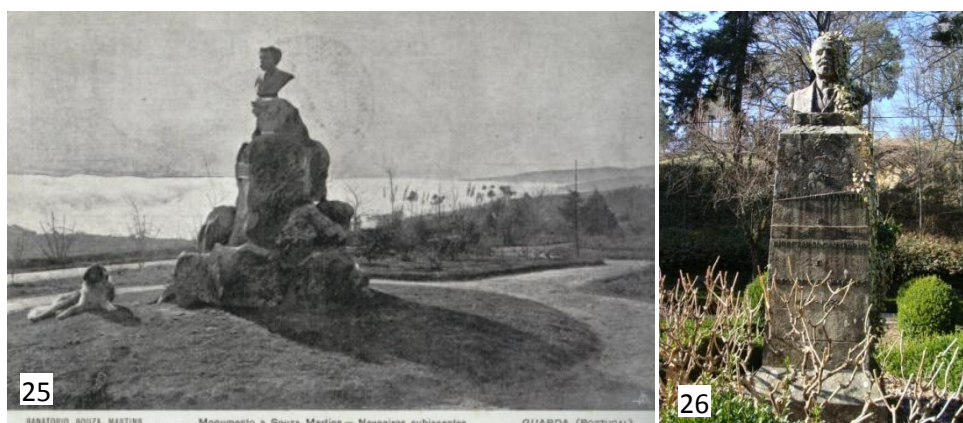
A década de 1920, a viver o pós I Guerra Mundial, foi marcada pela carência geral e afectou profundamente uma faixa da população que teve de recorrer à assistência do município. Para fazer face ao drama da maternidade sem recursos e da pobreza infantil, o capelão do exército idealizou uma obra social que colheu apoio material e moral de várias individualidades da sociedade guardense<sup>378</sup>. A obra do Lactário, que cresceu num terreno doado pela autarquia, no limite Sudeste do Jardim José de Lemos, foi oferecida ao clínico Dr. António Augusto Proença, reverência «merecida pela qualidade que possui como cidadão e como clínico, pelos serviços na cidade e concelho», e onde trabalhou incansavelmente o Padre Joaquim Augusto Álvares de Almeida, a quem hoje se reconhece o merecimento da mesma homenagem e, cotejando-o com a sua obra literária, constitui «o seu melhor livro». A autarquia reconheceu o melhoramento que a obra ia aportar como «valiosa melhoria de assistência à população pobre, a começar pelas criancinhas»<sup>379</sup>, apenas colocou como condição a aprovação da respectiva planta,

<sup>378</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 9 de Janeiro de 1926. Os benfeitores designados como «ilustres» são: D. José Alves Matoso (Bispo da Guarda), Baronesa de São João de Areias, Dr. Felizardo Saraiva, Dr. José Freire de Carvalho Falcão, Francisco Antunes Boavista, Dr. Bernardo Xavier Freire e Dr. João Luís Ricardo. A fotografia da placa colocada junto à porta consta do Anexo G – Placas memorativas, Figura 21.

<sup>379</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 13 de Março de 1926.

o que se verificou alguns meses depois. Na construção trabalharam também militares e operários anónimos, em regime de voluntariado.

Dentro do Parque do Sanatório Sousa Martins foram erigidas duas estátuas em homenagem aos mentores da iniciativa, o Dr. Sousa Martins e o Dr. Lopo de Carvalho, das quais sabemos, através de postais ilustrados, que a primeira já existia em 1916<sup>380</sup> e que a segunda, a avaliar pela vegetação da área envolvente, à época, também devia pertencer ao mesmo período.



**Figuras 25 e 26** – (25) Monumento ao Dr. Sousa Martins; (26) Monumento ao Dr. Lopo de Carvalho, 2010.

Após a morte do Dr. Lopo de Carvalho, ocorrida em Julho de 1922, foi constituída uma comissão promotora da construção de um monumento que perpetuasse a memória de uma vida dedicada aos outros. A Esplanada Mirafonso foi cedida para a edificação do pedestal com busto e, na mesma altura, outra comissão promotora da homenagem ao Dr. Francisco dos Prazeres ajustava com a Comissão Administrativa Municipal o local onde o monumento deveria ser colocado<sup>381</sup>. A decisão gerou alguma controvérsia porque a obra não possuiria monumentalidade suficiente para ser colocada no largo em frente da Sé Catedral e porque se fosse colocado no largo fronteiro à Misericórdia o mesmo devia receber o seu nome. Ultrapassados os obstáculos<sup>382</sup>, a escolha recaiu sobre

<sup>380</sup> António Saraiva (coord.), op. cit., foto nº 295.

<sup>381</sup> Desde 1918 que esta comissão angariava apoio para promover a iniciativa de colocar o busto do político benfeitor num dos espaços públicos, *Acta da Sessão de Câmara* de 30 de Maio de 1918.

<sup>382</sup> A *Acta da Sessão de Câmara* de 15 de Junho de 1923 refere que foram entregues à Câmara Municipal 350 assinaturas de habitantes, em representação da cidade, solicitando a resolução imediata sobre a cedência de um local. A opção do Vice-Presidente da autarquia, César Gonçalves Paúl, foi a do Largo Serpa Pinto, em frente do Liceu Central Afonso de Albuquerque, onde o homenageado foi professor e reitor. No mês seguinte a esta diligência foi mencionado o convite para a inauguração do monumento e a sua entrega à autarquia.

o Largo Serpa Pinto, em frente ao Liceu onde foi professor, e onde permanece actualmente, não obstante a mudança de instalações da escola para o edifício construído no local do convento de Santa Clara, deixado vago com a mudança da sede da Câmara Municipal para o edifício manuelino do Largo Luís de Camões.

A homenagem aos militares aquartelados no antigo convento de São Francisco bem poderia ter sido o móbil da construção de um monumento aos mortos na Guerra<sup>383</sup>. Na figura seguinte podem observar-se soldados do Regimento de Infantaria Nº 12 que participarão na vitoriosa expedição aos Cuamatas<sup>384</sup>.



**Figura 27** – Regimento de Infantaria Nº 12; 1905.

Mas não se tratou de um preito particular, era um tributo a todos os mortos, «ao sacrifício e glória dos mortos da Grande Guerra, 1914-1918»<sup>385</sup>, guerra em África e guerra das trincheiras, no Norte da Europa. Visando apaziguar o sofrimento causado pelas perdas humanas, e outros traumas de guerra, mas também fomentar a unidade

<sup>383</sup> Após a nacionalização dos bens das ordens religiosas, o quartel esteve instalado no antigo convento de São Francisco entre 1846 e 1982, altura em que a cidade deixou de ter quartel. No século XX aí estiveram instalados militares do Regimento de Infantaria Nº 12 (1846-1931 e 1966-1975), o Batalhão de Caçadores 7 (1939-1961), o Batalhão de Infantaria da Guarda, a partir de 1977, entre outros que também aqui estiveram aquartelados, Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., p. 422.

<sup>384</sup> António Saraiva (coord.), op. cit., foto nº 437.

<sup>385</sup> A dramática participação do CEP na I Guerra Mundial desencadeou um «vasto e organizado movimento culturalista», de homenagem anónima, Fernando Catroga, op. cit., p. 646. Na *Acta da Sessão de Câmara* de 6 de Abril de 1940, quando se decide sobre o local a ocupar pelo monumento, já se menciona que é dedicado aos mortos da Grande Guerra. Por isso, considerando o contexto militar português, o monumento, consagrado ao sacrifício e glória dos mortos da Grande Guerra, evoca os mortos caídos nos campos de África e de França, como refere o memorial: «África – França / Neuve Chapelle – Ferme du Bois / Pauquissart – La Lys – Mongoa».

nacional através do culto sacrificial em nome da pátria, o monumento, à semelhança de muitos outros dispersos pelo país, não menciona o nome dos soldados, recorda os campos de batalha de África e da França<sup>386</sup>, conforme consta da inscrição memorial.

a perpetuação monumental do heroísmo militar recebeu, de facto, uma concretização menos individualizada, enfatizando cada vez mais a gesta colectiva imposta pela massificação dos combates e pela dimensão colectiva das próprias operações bélicas. Daí que a sua simbólica tenda a representar valores cívicos [...]<sup>387</sup>.

O local escolhido foi o largo em frente ao Quartel do Regimento de Infantaria N.º 12, de onde foi removido o coreto.



**Figuras 28 e 29** – (28) Monumento aos Mortos da Grande Guerra, 2010; (29) Obras de implantação da estátua de D. Sancho I, 1956.

Na década de 1930 foram realizadas homenagens a João de Almeida, natural do concelho, a Augusto Gil e a Francisco dos Prazeres, filhos adoptivos da Guarda, que nela viveram e se distinguiram, enobrecendo-a. O poder local, a fim de efectivar esse tributo decidiu, respectivamente, mandar fundir um busto em bronze do militar, para ser colocado na sala das sessões de Câmara, edificar um monumento ao poeta<sup>388</sup>, e colocar uma lápide com nome e datas (1849-1918), ainda sem local escolhido, do antigo presidente da Câmara e promotor do Hospital da Misericórdia, do qual era patrono<sup>389</sup>.

<sup>386</sup> A obra começou a ser idealizada em 1924, ainda sem local, como se depreende da *Acta da Sessão de Câmara* de 1 de Agosto de 1924.

<sup>387</sup> Fernando Catroga, op. cit., p. 646.

<sup>388</sup> Anexo G – escultura urbana, Figura 6.

<sup>389</sup> Se a homenagem foi concretizada, desconhecemos o local onde foi colocada a lápide, embora nos pareça como provável que tenha sido na frontaria do Hospital, denominado Dr. Francisco dos Prazeres.

A iniciar a década de 1940, com as comemorações centenárias da fundação de Portugal e da independência nacional (1140 e 1640), foi colocado um padrão dos descobrimentos num pequeno largo adjacente à Rua Marquês de Pombal, em frente da escola edificada segundo o modelo Adães Bermudes<sup>390</sup>. E em meados da década seguinte foi a vez de o fundador da cidade ser evocado com a edificação de um monumento no Largo Luís de Camões<sup>391</sup>.

Na década de sessenta, marcada pela guerra colonial, a morte do jovem Alferes Dr. José Carlos Godinho Ferreira de Almeida suscitou uma exposição de «qualificados munícipes da cidade»<sup>392</sup> para que a sua memória fosse perpetuada com a construção de um monumento. Mas a ideia não gerou consenso<sup>393</sup>, o contexto da guerra já não era o que se vivia no final do século XIX e inícios do século XX, e os resultados dos combates também não eram vitoriosos, agora estava-se na presença de uma guerra «cujos heróis seriam sempre derrotados»<sup>394</sup>, tornava-se desejável esquecer estas mortes.

Não tendo sido concretizada esta homenagem, hoje, a sua memória é preservada através da Fundação José Carlos Godinho Ferreira de Almeida, a «Casa da Criança», que acolhe crianças abandonadas socialmente.

No centenário do nascimento do General João de Almeida, ano de 1974, a autarquia deliberou associar-se às comemorações erguendo o busto do homenageado no largo que lhe fora dedicado, no local onde estava o cruzeiro, que devia ser transferido para o seu local original, as proximidades da Capela do Senhor Bomfim<sup>395</sup>, o que não chegou a concretizar-se.

Posteriormente, outros monumentos foram dispersos pelos largos da cidade, em memória dos que se distinguiram a trabalhar pelo bem comum, como o Monsenhor Joaquim Alves Brás, no centenário do seu nascimento, 1999, e o Cónego Álvaro Quintalo, agraciado pelos antigos estudantes do Colégio de São José, em 2003.

---

<sup>390</sup> Anexo G – escultura urbana, Figura 9.

<sup>391</sup> Figura 29, Dulce Helena Dias Borges, op. cit., p. 441, foto nº 54. A colocação do monumento terá causado algum desagrado, expresso nesta quadra cuja autoria não conseguimos apurar: «Vai-te embora daqui / Nós não sabemos quem sois / Esta praça não é tua / É de Luís de Camões». O largo teve de ser intervencionado, mais um acto a contribuir para a constante modificação deste espaço memorial da evolução histórica da urbe.

<sup>392</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 25 de Janeiro de 1965.

<sup>393</sup> A base para colocação da escultura foi preparada no Largo Amândio Paúl, atrás da Sé Catedral, mas acabou por receber uma estátua dedicada à criança guardense, em 1981.

<sup>394</sup> Fernando Catroga, op. cit., p. 651.

<sup>395</sup> Proposta exarada em *Acta da Sessão de Câmara* de 16 de Abril de 1974.

## CONCLUSÃO

Com o objectivo de apreendermos na toponímia da cidade da Guarda a construção da memória pública, no período temporal de 1900 a 1980, com marcos estabelecidos nos momentos de mudança de regime político, em 1910, em 1926, em 1933 e em 1974, começámos por conhecer o espaço urbano para, seguidamente, fazermos a localização das vias nomeadas com topónimo oficial.

Com esse propósito, diligenciámos por localizar a cartografia que pudesse servir de base ao estudo relativamente à expansão urbana no período considerado. Não tendo sido possível usar essa fonte, e dado que também não existe localmente nenhum arquivo fotográfico que subsidiasse o estudo, recorremos aos estudos já publicados, particularmente importantes para a compreensão da morfologia espacial da urbe anteriormente ao século XX. Do cruzamento dessa informação com os dados coligidos na imprensa local e nas actas das sessões da Câmara Municipal, abrangendo todo o período em estudo, foi-se construindo uma imagem dos ritmos do crescimento urbano e da sua orientação espacial. Na estrutura delineada para a investigação, as actas das sessões da Câmara, em virtude da diversidade de informação, revelaram uma extrema importância para a inteligibilidade dessa evolução, mas foram também fundamentais as obras *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*, e *A Guarda formosa na primeira metade do século XX*, obra colectiva que versa sobre temas diversos da vida social, económica, cultural, política, religiosa, etc. Os registos fotográficos permitiram clarificar alguns aspectos sobre a morfologia e o espaço edificado, nomeadamente sobre a implantação dos edifícios e as alterações que a mesma foi sofrendo ao longo dos anos, para libertação dos largos e vias de circulação. Foi ainda possível conhecer alguns dos protagonistas e os gostos dos proprietários, bem como a formulação de modelos, alguns dos quais acabaram por se impor. Também a imprensa local foi imprescindível para o conhecimento da toponímia anterior ao século XX, especialmente porque para esse período não dispunha de outra fonte. A publicidade e os editais da Câmara Municipal, em particular, revelaram um manancial de informação que, indirectamente,

caracterizava a vida urbana e, por esse facto, ajudaram a esclarecer os primeiros dados contidos nas actas.

Assim, no âmbito do capítulo 1, concluímos que o espaço da urbe, cingido pelos muros da muralha ou pela protecção que ofereciam as suas portas, onde se tinham constituído os arrabaldes, começa a crescer paulatinamente, primeiro em ritmo lento e, depois, de forma mais rápida. As oitenta vias nomeadas com topónimo em 1910 aumentaram para noventa e duas em 1933, para cento e vinte e uma em 1974, e para cento e vinte e sete em 1980 (Quadro 1). Estes números devem ser lidos com algumas reservas, pois enquanto no centro histórico foram nomeados pequenos espaços que anteriormente não tinham designação oficial, no Bairro do Bomfim, por exemplo, foram incluídos sob a mesma designação de rua troços anteriormente nomeados individualmente, como se verificou com a Rua Mestre de Avis<sup>396</sup>.

A expansão urbana, como apurámos, processou-se de forma relativamente planificada, tanto no loteamento de terrenos públicos arrematados pela autarquia (no Campo dos Bois, na Rua Vasco Borges, no Bairro do Bomfim), como na disciplina imposta relativamente à instalação de infra-estruturas nas habitações. De forma mais espontânea, por serem excêntricos, foram crescendo o Bairro dos Polícias e as Lameirinhas. Progressivamente, a Câmara Municipal foi dotando a cidade de infra-estruturas, como electricidade, água canalizada, rede de esgotos, rede de telecomunicações e edifícios públicos. O «aformoseamento» mereceu, igualmente, a atenção da vereação desde cedo e foi levada a cabo de diversos modos. Percepcionámos, com esse propósito, o afastamento do mercado do gado para lugares mais distantes, a proibição da criação de animais domésticos nos quintais, a publicação de posturas sobre higiene pública, a rectificação de muros para alinhamento das vias, a obrigatoriedade de limpeza e caição das paredes das casas, a construção de passeios e o calcetamento de vias. A exigência de um parecer qualificado, de engenheiro ou de arquitecto, para a realização de determinadas obras contribuiu para uma certa uniformização de modelos e de utilização de materiais.

A construção de habitação com rendas mais económicas, ou a edificação de bairros em regime de habitação social, foram factores que concorreram para a fixação de população na cidade e para a sua expansão.

---

<sup>396</sup> A Rua Mário Sousa Dias, na fase inicial de constituição do Bairro do Bomfim, poderá ter sido integrada, como troço, na Rua França Borges e, durante o Estado Novo, na Rua Mestre de Avis.

Todavia, como assinalámos, as marcas próprias da ruralidade estiveram presentes e não desapareceram de todos os lugares, pois a população mantinha, nos quintais resguardados com muros, uma pequena horta, capoeira e coelheira. Também a Câmara Municipal mantinha estábulos para os animais destinados aos serviços públicos, arrematava as pastagens semeadas no espaço envolvente e os esgotos para fertilização de terrenos cultivados nas quintas confinantes.

Depois de realizado este enquadramento passámos à análise dos topónimos atribuídos, sem perder de referência os marcos temporais impostos pela evolução dos regimes políticos. As balizas cronológicas estabelecidas assinalam os momentos de ruptura, distinguindo-se pelas características homogéneas quatro grandes regimes, a Monarquia Constitucional, a I República, o Estado Novo, que inclui o período da Ditadura Militar, e o Regime Democrático.

Com o objectivo de recolher informações sobre os topónimos usados anteriormente ao século XX recorreremos aos estudos publicados sobre a cidade, nomeadamente à obra *A Guarda Medieval, 1200-1500*, e a outros estudos mais generalistas. Para a compreensão do final do século XIX, a imprensa local, como já se disse, revelou-se muito importante. Com base nos elementos daí retirados e nas Actas das Sessões da Câmara, construímos a primeira lista toponímica, que foi depois cotejada e esclarecida com a legenda do mapa da cidade datado de 1907, arquivado no Museu Municipal. A partir dessa relação toponímica, sempre com base nas Actas, fez-se a actualização, atendendo aos marcos cronológicos (Anexo B). A evolução do número de topónimos foi quantificada e encontra-se tratada em tabelas e gráficos (também no Anexo C) e, subdividida em categorias toponímicas, foi apresentada sob a forma de listagens no capítulo 2.

Desta forma, perscrutámos de que modo a Câmara Municipal, investida do direito de nomear as vias públicas, usou a toponímia para construir a memória pública. Fruto de conjunturas políticas que perpassaram o século XX, a Câmara entre 1926 e 1974 deixou de ser democraticamente eleita. Após o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, até à revolução de 25 de Abril de 1974, a Câmara foi constituída por nomeação, primeiro quase exclusivamente por militares<sup>397</sup>, depois por licenciados, advogados e engenheiros.

---

<sup>397</sup> Em 1926 assumiu as funções Orlindo José de Carvalho, então Major, que as manteve, com algumas ausências devidas a comissões militares, até 1946, sendo já então Coronel.

Fosse como representante eleita pelos cidadãos ou considerando-se como representante legalmente instituída, através da toponímia foi construída uma memória pública, colectiva, que se encontra inscrita nas placas colocadas nos limites extremos das vias públicas. Justificadas em acta, na maior parte dos casos, as nomeações toponímicas e todo o acervo prevalecente, constituem um «incontornável, insidioso e expressivo local de memória passada e presente da comunidade»<sup>398</sup>. As designações comemoram, e socializam, valores dominantes, acontecimentos e prestam homenagem a figuras relevantes para a comunidade.

Sobre a evolução da toponímia entre 1900 e 1980 retirámos algumas ilações acerca das permanências e das rupturas causadas pelas nomeações oficiais, sobretudo nos momentos das mudanças de regime político.

Assim, de modo geral, parece-nos razoável afirmar que enquanto os topónimos mais antigos, anteriores à moda das homenagens antroponímicas, reflectem um acto mais espontâneo, conhecedor, concreto e lógico, designando da paisagem urbana aquilo que é igualmente observável por todos, a renomeação e a nomeação de novas vias, da competência do poder local nos períodos mais próximos da actualidade, tem implícita a intencionalidade dos seus autores. Estes, visando atingir determinados objectivos, procuram retirar ao esquecimento personalidades e factos e promover a ideologia dos governantes e das classes influentes, ou apagar outras memórias. De facto,

«[...], a memória colectiva foi posta em jogo de forma importante na luta pelo poder conduzida pelas forças sociais. Apoderar-se da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva»<sup>399</sup>.

Após a implantação da República foi particularmente intensa a substituição do nome das vias, o que não aconteceu com a Câmara nomeada na ascensão do Estado Novo, que só décadas depois fez uma revisão profunda das denominações oficiais. Após o 25 de Abril de 1974 também se verificaram alterações dos nomes que tinham saído da cena política nacional, mas as alterações até 1980 foram pontuais.

---

<sup>398</sup> João Medina, op. cit., p. 43.

<sup>399</sup> Jacques Le Goff, op. cit., vol. II, p. 12.

As elites do poder local, em função da sua cultura e do contexto nacional e local, transpuseram para as vias urbanas os novos matizes da realidade histórica, social, política e cultural, no ensejo de que os seus contemporâneos se convertessem ao novo culto, ao novo calendário e aos novos heróis, tributo que inevitavelmente implicava a substituição da devoção antiga, ou o esquecimento imposto pela via oficial. Muitas das designações mais antigas, preservadas pela tradição, foram substituídas por antropónimos, deste modo reformando e reconstruindo as memórias da população porque as anteriores referências já nada representavam na ordem estabelecida e configuravam anacronismos para os habitantes locais, que desta forma alargavam os seus horizontes culturais.

Os grupos sociais mais baixos foram os que menor representatividade tiveram nas nomeações, um estatuto de menoridade que partilharam com os elementos do sexo feminino. Mudaram os regimes políticos e nem durante a I República nem na vigência do regime democrático a situação foi invertida. Em 1910, a lei impediu a maioria da população, que era analfabeta, de exercer o direito ao voto, e as mulheres viram os seus direitos políticos ainda mais limitados depois que Carolina Beatriz Ângelo, natural da Guarda e a primeira mulher a votar em Portugal, exerceu esse direito, reivindicado ao abrigo de uma lei que era omissa acerca do género dos denominados «chefes de família».

A excepção à homenagem de mulheres na toponímia urbana é constituída por três referências: as rainhas consortes D. Isabel (Santa), D. Maria Pia, por referência ao Asilo de Infância Desvalida, e D. Amélia. Mas é também de registar que nenhuma proposta de nomeação de artérias foi apresentada por elementos da comunidade para homenagem a uma individualidade feminina, o que poderá ser sintomático da falta de reconhecimento social do papel das mulheres, que se reflectia nos dirigentes locais do mesmo modo que a sociedade dominante o percepcionava.

Os homenageados pela toponímia que eram naturais da Guarda, ou que viveram integrados na comunidade local (Anexo D), eram, quase todos, médicos, militares, beneméritos e dignitários religiosos. Os que foram agraciados pelos seus préstimos, sem terem outros laços com a cidade da Guarda, destacaram-se no exercício de funções governamentais. As figuras proeminentes do poder central detiveram a primazia das homenagens, facto mais notório a partir do Estado Novo. O preito era motivado, aparentemente, pelo facto de os dirigentes locais quererem estabelecer boas relações

com esta classe, da qual recebiam os pareceres afirmativos aos projectos e as verbas para fazerem obra. A concessão de benefícios em prol do município foi recompensada com a atribuição de nome toponímico a quem ainda se podia sentir honrado com o reconhecimento publicamente afirmado e inscrito numa placa toponímica. Por esse facto, a nomeação de pessoas ainda vivas marcou transversalmente o período em análise.

Além das individualidades da área política, viram também o nome consagrado na toponímia personalidades do jornalismo e da literatura, da pedagogia e do ensino, beneméritos, heróis que se distinguiram ao serviço de Portugal e que glorificaram a Pátria, e os detentores de títulos aristocráticos, mesmo durante a República, como se constata pela homenagem a D. Miguel de Alarcão, em 1924. A realeza, durante séculos a maior responsável pelo desenvolvimento local e pelo prestígio que a Guarda alcançou no âmbito regional e local, encontra-se representada por D. Sancho I e por D. Dinis, foi homenageada ainda pelos contributos do Mestre de Avis, de D. Afonso V e de D. Luís I, para o desenvolvimento local. A rainha D. Amélia, verdadeira excepção na homenagem a figuras femininas, foi consagrada na toponímia pelo impulso que deu à criação do Sanatório para tratamento das doenças pulmonares. D. Manuel II foi o único monarca a ser homenageado quando ascendeu ao trono. Não nos indiciando motivos objectivos para esta distinção, afigura-se-nos como provável que a homenagem tenha ocorrido em sinal de apoio ao jovem monarca, sobre o qual passaram a recair as esperanças de regeneração do sistema monárquico, depois da tragédia que se abateu sobre o pai e o príncipe herdeiro, seu irmão, um regime já desacreditado, sobretudo pela incapacidade governativa.

Outra constatação passível de registo é o vazio no que concerne às figuras das artes visuais e performativas (teatro, música, etc.), bem como das actividades artesanais, que não tiveram qualquer representante nomeado até ao final do período.

Algumas figuras históricas, valorizadas como heróis no contexto ideológico dos diversos regimes, uns pertencentes à Idade Média, outros à Idade Moderna, numa visão historicista, continuaram a servir de paradigma para as gerações contemporâneas. Figuras como Nuno Álvares Pereira, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Pedro Álvares Cabral ou João Pinto Ribeiro, entre outros. Em termos absolutos, no termo da Monarquia Constitucional duas figuras nomeadas pertenciam à Idade Média, mas esse número cresceu para três figuras no período da I República e para seis durante o Estado

Novo. São em maior número as figuras históricas pertencentes à Idade Moderna: quatro no primeiro e segundo períodos, aumentando para onze na vigência do Estado Novo. É de salientar, igualmente, que a maioria das figuras homenageadas nasceu e viveu grande parte das suas vidas no século XIX, ou no século XX, havendo, por isso, uma valorização do passado muito recente.

Mas a visão de que o hodierno constituiria um novo começo e, por isso, havia que remeter ao esquecimento alguns topónimos do passado também deixou marcas na toponímia oficial. As figuras de heróis contemporâneos nomeados no final do regime monárquico, Tenente Valadim, Alves Roçadas, João de Almeida, como se de uma moda nacional se tratasse homenagear as figuras que representavam o sentimento nacionalista então reacendido, ainda resistiram às alterações toponímicas, mas algumas figuras homenageadas pelos republicanos, intérpretes da nova ideologia e exemplo para os mais jovens, como Rodrigues de Freitas, Miguel Bombarda, Cândido dos Reis, França Borges, Heliodoro Salgado, Elias Garcia, acabaram por ser excluídos da toponímia nas nomeações seguintes. É o passado a ser continuamente refeito em função dos interesses do presente.

A Câmara Municipal, considerando-se intérprete do sentir da população, prestou homenagem aos militares aquartelados na cidade que vitoriosamente recolocaram o orgulho nacional e local nos mais elevados índices. Os oficiais Mário de Sousa Dias, João de Almeida (o «herói dos Dembos»), Orlindo de Carvalho, Pinto Monteiro foram preiteados, os dois primeiros durante a Monarquia Constitucional e os outros dois durante o Estado Novo. Durante o regime republicano não foi homenageada nenhuma figura militar, e o largo que evocava os feitos do Capitão João de Almeida foi renomeado.

A toponímia também prestou reverência a muitos Santos ou figuras religiosas, mas poucos se distinguiram para além dos locais onde tiveram edifício de culto (São João, São Pedro, Santo António, Santa Maria da Vitória, Nossa Senhora dos Remédios, Senhor do Bomfim, São Vicente, Espírito Santo, etc.), e alguns foram esquecidos depois que esse edifício foi demolido (mais antigos, as referências indicam São Julião, São Nicolau, Nossa Senhora do Templo e, mais recentes, Santa Maria da Vitória, São João, Santo António, Espírito Santo). Santo André e Frei Pedro da Guarda são excepções, pois nenhum edifício lhes marcou o local de veneração, mas ao segundo a fama

milagreira não bastou, foi a naturalidade, segundo a acta onde consta a atribuição, o factor que mais pesou na sua nomeação.

A toponímia de dois períodos históricos merece ainda algumas observações: a da I República e a do Estado Novo.

Em 1912, quando se efectuaram mais algumas alterações nos nomes das vias públicas, foi marcada a ruptura ideológica com a toponímia vigente. A fundamentação apresentada, até ao momento a primeira, justifica a supressão de designações que:

«[...] actualmente não tenham motivos justificativos assentes num princípio de justiça, quer em relação a factos, quer em relação a individualidades, aqueles porque nada signifiquem na ordem moral, social e histórica, estas porque não tenham serviços nem qualidades bastantes a dar-lhes direito à gratidão e consagração seja do Município, seja do País. E porque temos datas históricas e designações expressivas de beleza moral e comemorar tantos homens que enobreceram o país e a humanidade, pelo seu talento, pelo seu carácter, pelos seus serviços e porque se impõe o culto e a consagração desses homens[...]»<sup>400</sup>.

Era fundamental regenerar a Pátria, como era imprescindível legitimar a revolução republicana, pois «como o regime republicano em Portugal nunca foi objecto de um referendo, os chefes da República precisaram de criar o mito de que o novo regime havia sido instituído pelo “povo”»<sup>401</sup>. Para tanto, recorreram ao campo da ideologia, exaltando valores éticos, datas comemorativas, figuras que se destacaram, cujo contributo e exemplo pudesse servir de paradigma às gerações mais jovens, e transmitissem a esperança no progresso<sup>402</sup>. Foram ainda comemorados feitos ligados ao período de implantação do liberalismo político, cuja memória os republicanos visaram apropriar, enquanto germens da mudança política que eles pretendem operar<sup>403</sup>. Por isso, o *Povo* foi evocado para substituir a designação da Travessa de El-Rei. Os nomes associados ao período monárquico foram banidos da nova toponímia, alegadamente por existirem novos valores mais humanos, mais fraternos e por haver datas carregadas de

<sup>400</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 25 de Abril de 1912.

<sup>401</sup> Rui Ramos - «A estranha morte da monarquia constitucional», op. cit., p. 335.

<sup>402</sup> Para Rui Ramos - «A cultura republicana», op. cit., p. 401, «o governo republicano era um governo ideológico, ambicionando realizar na Terra uma sociedade ideal».

<sup>403</sup> Com a «republicanização da memória liberal» a República podia apresentar-se como uma promessa de regeneração historicamente legitimada, Fernando Catroga, op. cit., p. 632.

simbolismo republicano, bem como os mártires da implantação do regime e os seus heróis. Também os novos símbolos se tornaram elementos indispensáveis à construção de uma religião cívica: a bandeira republicana, os heróis Heliodoro Salgado e França Borges, e os mártires Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, prestaram-se ao culto nacional e local.

O único nome estrangeiro homenageado durante todo o período em apreço foi o de Francisco Ferrer e, presumimos, foi obra dos Republicanos, em momento posterior ao fuzilamento que ocorreu em 13 de Outubro de 1909. O nome também foi consagrado a nível nacional, mas ainda no decurso da I República foi substituído pelo do herói português Nuno Álvares Pereira, exemplo de patriotismo e de virtude.

A ascensão do Estado Novo, provavelmente porque não houve uma ruptura ao nível do poder político depois da instauração da Ditadura Militar<sup>404</sup>, interrompeu esta vaga de substituição dos nomes mais antigos e não estabeleceu uma ruptura imediata com a toponímia republicana vigente. Houve nomeações pontuais até 1950, mas a partir desse momento, decorrente de um estudo elaborado por duas comissões de toponímia (a primeira em 1950, e a segunda em 1960), nomeadas pela Câmara Municipal, a revisão foi profunda e houve a intencionalidade de atribuir um moderno significado às designações que efectuaram: apagaram-se os topónimos relacionados com o ideário e com os heróis republicanos, que tinham sido anteriormente valorizados; foram restaurados nomes antigos e comemoradas figuras monárquicas e conservadoras, algumas das quais haviam sido excluídas pelos republicanos; foram valorizadas figuras relevantes do passado histórico da cidade, assim como as personalidades contemporâneas que a beneficiaram.

O recuo até à Idade Média, nomeadamente com o nome do, presumível, primeiro alcaide nomeado por D. Sancho I (Soeiro Viegas), visava exaltar a antiguidade da cidade, as suas origens longevas, e engrandecê-la com o nome dos seus naturais, figuras de renome nacional, como Ribeiro Sanches ou o Santo Frei Pedro da Guarda, também de méritos reconhecidos na Madeira, e internacional, no caso de José Clemente Pereira, uma valorização da identidade regionalista que foi cultivada em meados do século, e que pretendia a coesão e unidade de todos os guardenses. A pretensão de criar a Província da Beira-Serra, para se manter em igualdade de prestígio com as cidades de

---

<sup>404</sup> A Câmara da Guarda foi presidida, quase ininterruptamente, entre 1926 e 1946, pelo Major, e depois Coronel, Orlindo José de Carvalho, não obstante as suas substituições por motivo de desempenho de comissões militares.

Viseu e Castelo Branco, que se haviam tornado capitais de Província, da Beira Alta e da Beira Baixa, respectivamente, pretende reforçar a ideia de uma identidade local que remonta ao início da nacionalidade portuguesa.

A criação de memória colectiva a partir de factos que somente a tradição preservava foi uma marca evidente deste período. Não foram feitos estudos que fundamentassem tais ligações, algumas das quais se sabe hoje não tinham sustentação, como a da origem da Casa de Bragança, pretensamente fundada para um filho natural do Mestre de Avis, nascido de mãe guardense.

Conforme pudemos constatar no capítulo 3, dedicado aos protagonistas e ritos comemorativos, a intenção da construção da memória pública manifestou-se em actos e traduziu-se em símbolos que estão para além da nomeação dos lugares e da inscrição dos nomes nas placas que identificam as vias públicas. Identificámos alguns protagonistas investidos de poder, normalmente presidentes de câmara e vereadores, mas, ainda com base nas actas das sessões da Câmara, revelámos algumas das declarações exaradas, a atribuição de distinções e condecorações da competência do município a personalidades do âmbito local e nacional (como a concessão da medalha de ouro da cidade), e a criação de eventos para assinalar datas consideradas memoráveis, cuja celebração passou a ser regular no calendário das festividades, como a distribuição de bodo aos pobres.

Onde mais se efectivou essa intenção da comemoração foi na edificação de estatuária e nas placas memorativas que se distribuíram pelas vias públicas, mas também ficou patente na realização de exposições, conferências/congressos e discursos, e noutras manifestações apoiadas pelo município, que perspectivaram o mesmo fim. Como criação deliberada, «o monumento tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo»<sup>405</sup>, porque interpela a memória e excita, pela emoção, uma memória viva e actuante. A estatuária, em particular, pretende fomentar a emulação e incentivar os vivos à abnegação a favor dos ideais proclamados, acenando com a recompensa da glorificação terrena, uma imortalidade assegurada pela memória dos vindouros. A esta individualização dos homenageados, na pedra ou no bronze, contrapõe-se a homenagem lavrada aos mortos da Grande Guerra, os soldados anónimos sacrificados na I Guerra Mundial, tributo que também teve a sua representação local.

---

<sup>405</sup> Françoise Choay, – *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2008. p. 25.

Na cidade da Guarda, o processo de edificação de estátuas nem sempre foi célere e simples, esteve dependente dos promotores e dos meios reunidos e alguns monumentos, como os erigidos em homenagem a Francisco dos Prazeres e a Augusto Gil, geraram polémica e demoraram a ser inaugurados. Com excepção da estátua de D. Sancho I e do busto de Sousa Martins, todos os homenageados na estatuária pertencem à comunidade local e o monumento pretende evocar o seu contributo a favor do bem colectivo. Todavia, este campo da memória, talvez por exigir recursos financeiros mais elevados, possui um número reduzido de exemplares nos lugares públicos.

É nas lápides memorativas que a memória pública se reaviva quotidianamente e permanece acessível ao olhar dos caminantes. Dispersas pelas moradias onde residiram os homenageados, ou nas instituições a cuja obra benemérita, sobretudo, ficaram associados, encontram-se, especialmente, no espaço amuralhado e no bairro construído para património dos pobres, mas também no Lactário do Dr. Proença, no antigo consultório do Dr. Lopo de Carvalho e nas instituições surgidas nas novas áreas urbanizadas.

As comemorações nacionais também foram apropriadas pelas autoridades locais, que acrescentaram à toponímia da Guarda referências a figuras heróicas celebradas nos vários ciclos comemoracionistas, como o Infante D. Henrique e Mouzinho de Albuquerque, dois grandes mitos da história da expansão e do império<sup>406</sup>, como já havia acontecido no ciclo comemorativo da chegada à Índia, que deixou o nome de Vasco da Gama na toponímia guardense. Nuno Álvares Pereira, outra figura relevante do ideário nacionalista, neste caso constituído sob a forma de cruzada, recebeu igualmente homenagem da toponímia urbana. Durante o Estado Novo, a comemoração do duplo centenário, em 1940, para além de ciclo de conferências, contribuiu para a edificação de um padrão num dos novos largos, símbolo evocativo do pioneirismo português no século XV.

Se há, de facto, uma vontade de recordar, também ficou patente a vontade de fazer esquecer, memória esquecida porque no momento presente parece destituída de sentido e não serve os interesses das forças sociais no poder.

Para além dos antropónimos que a seu tempo mencionámos, de figuras remetidas ao esquecimento por já nada representarem na ordem estabelecida, segundo a ideologia vigente, também acontecimentos e outras evocações foram substituídas.

---

<sup>406</sup> Maria Isabel João, *Memória e império...*, op. cit., p. 28.

Não sendo nosso objectivo listar o nome de personalidades ausentes da toponímia, pois também corremos o risco do esquecimento e, inevitavelmente, o da subjectividade, é relativamente às figuras da hierarquia religiosa da diocese, talvez a maior encomendadora dos edifícios de prestígio da cidade, que nos parecem faltar algumas referências, assim como notamos a ausência dos administradores do município e da região, anteriores ao início do século XX. De facto, nem uma menção aos bispos que durante cerca de 150 anos levaram a termo a construção da Sé Catedral, o monumento de maior prestígio no centro histórico e que reestrutura o espaço na sua envolvente, nomeadamente D. Frei Vasco Lamego, seu primeiro promotor junto de D. João I; relativamente ao seminário e paço episcopal setecentistas esqueceu-se o papel edificador de D. Nuno de Noronha; da Igreja de São Vicente falta a referência a D. Jerónimo Rogado Carvalho e Silva; do órgão barroco implantado na Sé (já desaparecido) falta a homenagem a D. Bernardo Osório; como falta uma menção ao último bispo a ser sepultado na Sé no início do século XX, o estimado pela população D. Tomás Gomes de Almeida, evocado na pedra tumular, ou mesmo a D. João de Portugal, pretensamente o único bispo a declarar o apoio a D. António, Prior do Crato, em 1580.

À excepção de Frei Pedro da Guarda, nenhum dos naturais mencionados nas *Memórias Paroquiais*<sup>407</sup> como insignes por virtudes, letras ou armas: Gaspar do Rego da Fonseca, Paulo Afonso e Paulo Afonso (moderno), Dr. Manuel Borges Cerqueira e Martinho de Pina e Proença<sup>408</sup>, foram distinguidos.

Falta fazer, ainda, uma referência ao questionário dirigido a uma amostra da população, que, apesar de realizado numa fase inicial do estudo, permitiu clarificar algumas dúvidas sobre o conhecimento actual concernente aos topónimos vigentes e aos topónimos mais antigos. Permite-nos afirmar, com alguma segurança, que a população questionada, em geral, reconhece as designações oficiais, embora prevaleçam fortes reservas quanto ao conhecimento efectivo do seu significado histórico. Ficou bem evidente o geral desconhecimento das designações anteriores da maior parte dos nomes que oficialmente nomeiam as vias nos dias de hoje.

---

<sup>407</sup> Maria José Bigotte Chorão, op. cit., pp. 28-29.

<sup>408</sup> Respectivamente: desembargador do paço, bispo do Porto, presidente da mesa do paço; ministro de D. Sebastião, de D. Henrique, de Filipe I de Portugal e presidente do paço; do conselho geral da Inquisição; lente de Prima de Cânones na Universidade de Coimbra; do Conselho Ultramarino. Maria José Bigotte Chorão, op. cit., pp. 28-29.

Se é certo que a toponímia, pretendendo unir e socializar toda a comunidade, constitui um arquivo vivo com conteúdos diversificados, construído pelo poder político local, não deixa de ser igualmente verdade que muitos topónimos, com o passar do tempo, perderam significado e são repetidos esvaziados de conteúdo memorativo. O combate a esse esquecimento, que marca particularmente a geração que não é contemporânea do conteúdo evocado, poderia fazer-se através da inscrição da primeira denominação nas placas toponímicas das vias que já tiveram outra designação anterior ou, no caso dos nomes de figuras já desaparecidas, alguns elementos biográficos que pudessem servir de suporte à memória.

Como corolário deste trabalho, apraz-nos dizer que a frequência deste mestrado em Estudos do Património nos sensibilizou para as questões da Memória, em especial da Memória Pública inscrita na toponímia urbana, e do Património e, especialmente, a sua relação com a história local, com a qual existe maior proximidade e afectividade. Cremos que é essa ligação afectiva ao património que reforça a memória e o sentido de pertença. Enquanto registo de memórias da comunidade inscritas sobre uma placa toponímica, a toponímia merece uma atenção particular, para que as inscrições nas placas cumpram, efectivamente, a sua função memorial.

Se às instituições públicas locais cabe a primeira responsabilidade de promover iniciativas de divulgação do Património tangível e intangível, e de promover a sua preservação por todos os elementos da comunidade, a começar na infância, entendemos que o cidadão comum deve ter um papel interventivo, constante, na preservação e na educação informal das gerações mais jovens.

Porque sabemos que a aprendizagem da história local não faz parte dos programas de ensino nas escolas, aos professores, sobretudo da disciplina de História, cabe um papel importante na organização de actividades extra-curriculares que levem os alunos ao encontro da comunidade mais próxima, nomeadamente através de clubes escolares. Pequenos percursos pedestres, exposições sobre a arte pública, construção de pequenas narrativas sobre os lugares e as figuras históricas da comunidade que, partindo da realidade próxima e conhecida, seja capaz de integrar e possua referências básicas para que os futuros cidadãos se possam identificar, e porque estimulam a memória, representam formas de identificação e partilha com a comunidade a que pertencem, reforçam a auto-estima dos mais jovens e atenuam o efeito desenraizador da globalização.

## FONTES MANUSCRITAS

### Arquivo da Câmara Municipal da Guarda

- *Livros de actas da Câmara Municipal*. Câmara Municipal da Guarda.  
Anos de 1900 [24/10/1900] a 1904 [28/10/1904].  
Anos de 1908 [23/04/1908] a 1980 [30/12/1980].

## FONTES IMPRESSAS

### Fundo Documental da Biblioteca Eduardo Lourenço - Guarda

- *Jornal A Guarda*, Anos de: 1948; 1950.
- *Jornal Correio da Beira*, Anos de: 1950.
- *Jornal O Combate*, Anos de: 1906; 1907; 1908; 1910; 1914.
- *Jornal O Comércio da Guarda*, Anos de: 1888; 1889.
- *Jornal Districto da Guarda*, Anos de: 1884; 1885; 1891; 1894; 1895; 1896; 1906; 1907.
- *Revista Terras de Portugal*. Edição Especial para a Comissão de Turismo da Guarda: Álvaro Antunes de Andrade, 1934. (Nº 50).

### Arquivo Distrital da Guarda

- *Revista Altitude*. Boletim mensal da Federação de Municípios da Beira-Serra. [Guarda]: Federação de Municípios da Beira-Serra. Ano I (1941); Ano II (1942); Ano III (1943).

## FONTES ICONOGRÁFICAS

### Arquivo do Museu Municipal da Guarda

- Legenda do Mapa da Guarda, 1907.

## CARTOGRAFIA

### **Arquivo da Câmara Municipal da Guarda**

- Planta da cidade da Guarda, 1925.
- Antepiano Geral de Urbanização da Guarda – planta de urbanização, 1949.

### **Instituto Geográfico do Exército**

- Carta Militar de Portugal, fl. 203, 1970, Serviço Cartográfico do Exército.
- Carta Militar de Portugal, fl. 203, 1936 (reimpressão de 1942), Serviço Cartográfico do Exército.
- Carta Militar de Portugal, fl. 203, 1998, Instituto Geográfico do Exército.

### **Empresa LógicaTI Portugal S.A.**

- Ortofotomapa da cidade da Guarda, 2004.

## BIBLIOGRAFIA

Não foram incluídos dicionários e obras gerais, excepto se foram citados.

Em relação à cidade da Guarda indicamos não apenas a bibliografia citada em cada capítulo, mas também a bibliografia que foi consultada, e que de alguma forma contribuiu para a elaboração deste trabalho.

## METODOLOGIA

ECO, Umberto – *Como se faz uma tese em ciências humanas*. 4ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

PEREIRA, Alexandre; POUPA, Carlos – *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*. 3ª edição. Lisboa: Edições Sílabo, 2006.

## DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

*DICIONÁRIO Enciclopédico da história de Portugal*. [S.l.]: Publicações Alfa, 1990. vol. I e II.

*ENCICLOPÉDIA Luso-Brasileira de cultura*. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Verbo [1977]. vol. 13 e 17.

*GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., [s. d.]. vol. 2, 6, 20, 27, 29, 35.

HOUAISS, António; VILLAR; Mauro Salles – *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Círculo de Leitores, 2002. vol I a VI.

*LELLO UNIVERSAL, dicionário enciclopédico*. Porto: Lello Editores, 1997. vol. I e II.

MACHADO, José Pedro – *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Publicações Alfa, 1991. vol. I a VI.

SERRÃO, Joel - *Dicionário de história de Portugal*. (Reedição). Porto: Livraria Figueirinhas, 1984. vol. I a VI.

## OBRAS GERAIS

CATROGA, Fernando - «Ritualizações da História» in TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando – *História da história de Portugal, sécs. XIX-XX*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996.

DIONÍSIO, Sant'Anna, et al. – *Guia de Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984-1985. vol. 3, tomo 2.

MATOS, Sérgio Campos (coord.) – *O tempo de Manuel de Arriaga*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa e Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004.

MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996.

MELO, Ana Maria Homem de; CALADO, Maria - «Toponímia da I república» in Maria Calado (coord.) – *Lisboa, roteiros republicanos*. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010.

- NUNES, João Paulo Avelãs - «O mundo entre as guerras» in RODRIGUES, António Augusto Simões (dir.) – *História comparada - Portugal, Europa e o mundo, uma visão cronológica*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996. pp. 281-353.
- OLIVEIRA, César (dir.) – *História dos municípios e do poder local, dos finais da Idade Média à União Europeia*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996.
- RAMOS, Rui – «A segunda fundação (1890-1926)» in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996. vol. VI.
- RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos geográficos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. vol. V, (Temas Urbanos).
- RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos geográficos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. vol. VI, (Estudos Regionais).
- RODRIGUES, António Augusto Simões - «O pós-guerra (1974-1995)» in RODRIGUES, António Augusto Simões (dir.) – *História comparada - Portugal, Europa e o mundo, uma visão cronológica*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996. pp. 395-649.
- RODRIGUES, António Augusto Simões (dir.) – *História comparada - Portugal, Europa e o mundo, uma visão cronológica*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996.
- SOUSA, Manuel de - *Reis e rainhas de Portugal*. 5ª Edição. Mem-Martins: SPORPRESS, 2002.
- TAVARES, Jorge Campos – *Dicionário de santos*. 3ª Edição. Porto: Lello Editores, 2004.
- THIOLLIER, Marguerite-Marie – *Dicionário das religiões*. (Tradução de Dr. João A. Vaz). Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1990.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando – *História da história de Portugal, sécs. XIX-XX*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996.
- VITORINO, Francisco Manuel - «O tempo dos impérios» in RODRIGUES, António Augusto Simões (dir.) – *História comparada - Portugal, Europa e o mundo, uma Visão Cronológica*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996. pp. 151-279.

## OBRAS ESPECÍFICAS

### HISTÓRIA URBANA

- FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.) – *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, SA, 2009.
- FRÉMONT, Armand – *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.
- GOITIA, Fernando Chueca – *Breve história do urbanismo*. (Tradução de Emílio Campos Lima). Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- RIBEIRO, Orlando - «Cidade» in SERRÃO, Joel - *Dicionário de história de Portugal*. (Reedição). Porto: Livraria Figueirinhas, 1984. vol. II. p. 65.
- ROSSA, Walter – *A urbe e o traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português*. [Coimbra]: Livraria Almedina, 2002.
- SALGUEIRO, Teresa Barata – *A cidade em Portugal, uma geografia urbana*. 3ª edição. Porto: Edições Afrontamento, 1999. (Cidade em Questão; 8).

### CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA

- ABREU, José Guilherme - «Arte pública e lugares de memória» in *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*. Porto: [s.n.], 2005. I Série. vol. IV, p. 215-234.
- BUESCU, Ana Isabel – *Memória e poder – ensaios de história cultural (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- CANDAU, Joël – *Anthropologie de la Mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. pp. 88-126.
- CASTELLS, Manuel – *O poder da identidade*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- CATROGA, Fernando – *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001. (Opúsculos; 1).
- CHOAY, Françoise – *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- CONNERTON, Paul - *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.

- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris – *Memória social, novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editorial Teorema, 1994. (Série especial; 10).
- FLORÈS, César – *A memória*. Lisboa: Publicações Europa-América, [s.d.]. (Saber; 135).
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (ed.) – *La invención de la tradición*. (Tradução de Omar Rodríguez). Barcelona: Editorial Crítica, 2002.
- JOÃO, Maria Isabel – «Mouzinho de Albuquerque, mito e memória» in TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.) – *A guerra do Ultramar: realidade e ficção*. Lisboa: Editorial Notícias, [s. d.]. pp. 251-260.
- JOÃO, Maria Isabel, «Estado, Nação e Região» in *Arquipélago*. História. 2ª série, V. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2001.
- JOÃO, Maria Isabel, «Memória e construção dos mitos: reflexão em torno dos heróis» in *Discursos. Língua, cultura e sociedade*. Memória e Sociedade. III Série. [S.l.]: Universidade Aberta, 2001.
- JOÃO, Maria Isabel – *Memória e império, comemorações em Portugal (1880-1960)*. [S.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- JOÃO, Maria Isabel – *Memória, história e educação*. Braga: Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, 2005.
- LE GOFF, Jacques – «Memória» in *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 11-50.
- LE GOFF, Jacques – *História e memória*. Lisboa: Edições 70, 2000. Vol. I – História.
- LE GOFF, Jacques – *História e memória*. Lisboa: Edições 70, 2000. Vol. II – Memória.
- MATOS, Álvaro; RASGA, Raul (coord.) - *Primeiras Jornadas de História Local e Regional (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)*. 2ª Edição. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- MELO, Ana Maria Homem de; CALADO, Maria - «Toponímia da I república» in CALADO, Maria (coord.) – *Lisboa, roteiros republicanos*. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010. pp. 82-92.
- NORA, Pierre – «Memória Colectiva» in *A Nova História*. Coimbra: Livraria Almedina, 1990. p. 451-454.
- SMITH, Anthony D. – *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997. (Trajectos; 37).

## TOPONÍMIA

- AFONSO, Virgílio – *Toponímia histórica da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 1984.
- ANDRADE, Amélia Aguiar – «Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas» in *A cidade. Actas das I jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.
- MEDINA, João – «A toponímia – local de memória» in MATOS, Álvaro; RASGA, Raul (coord.) - *Primeiras jornadas de história local e regional* (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). 2ª Edição. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

## CIDADE DA GUARDA E POPULAÇÃO LOCAL

- AGUIAR, Carlos Alexandre de – «Origens da cidade da Guarda» in *Altitude*. Guarda: Federação de Municípios da Beira Serra, 1941-1942.
- AGUIAR, Carlos Alexandre de – *Causas que presidiram à urbanização da cidade da Guarda*. Coimbra: Coimbra Editora, 1940.
- ALMEIDA, Dias de - «O ensino – elementos breves e algumas considerações a propósito» in FERREIRA, Jaime (coord.) - *A Guarda formosa na primeira metade do século XX*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2000. pp. 341-363.
- AMBRÓSIO, José António Alves – *A Diocese da Guarda através dos seus Boletins Diocesanos, desde Junho de 1915 até Junho de 1928: breves notas*. Guarda: Câmara Municipal, 2002.
- ANDRADE, Manuel Santarém – *Augusto Gil: aquilo que a gente sente: antologia*. Guarda: Câmara Municipal, 2004. (Gentes da Guarda; 2).
- BALESTEROS, Carmen - «A judiaria da Guarda» in SARAIVA, António (coord.) - *Marcas mágico-religiosas no centro histórico*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda/CMG, 2007.

- BOLETIM MONUMENTOS – *Sé catedral da Guarda*. [Lisboa]: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1957. (Nº 88, Junho).
- BORGES Dulce Helena Dias - «Rasgar ao meio o ofício de ver» in FERREIRA, Jaime (coord.) - *A Guarda formosa na primeira metade do século XX*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2000. pp. 425-474.
- BORGES, Dulce Helena – *Guarda, roteiros republicanos*. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010.
- BORGES, Augusto Moutinho – «Culto a São João de Deus nas Beiras: ciência, devoção e arte» in *Praça Velha: revista cultural da cidade da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal, 2007. (Ano X, nº 22, Dezembro 2007). pp. 233-252.
- CASTRO, José Osório da Gama e - *Diocese e districto da Guarda: serie d'apontamentos históricos e tradicionaes sobre as suas antiguidades; algumas observações respeitantes à actualidade; e notas referentes à cathedral egitaniense e respectivos prelados*. Porto: José Osório da Gama e Castro, 1902.
- CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - *Memórias paroquiais: retrato do concelho da Guarda em 1758*. - Guarda: Câmara Municipal, 2002.
- DIAS, Cecília Falcão - «O “Aformoseamento”- Gentes, Normas e Obras, de 1900 a 1939» in FERREIRA, Jaime (coord.) - *A Guarda formosa na primeira metade do século XX*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2000. pp. 39-93.
- DINIZ, Aires Antunes – *1881: a Guarda numa encruzilhada da ciência*. Guarda: [S.l.: s.n.], 1999. (Tipografia Marques & Pereira).
- DINIZ, Aires Antunes – *Álvaro de Castro: pela República, Liberdade e Democracia*. Guarda: Câmara Municipal, 2005. (Gentes da Guarda; 5).
- FERNANDES, Lúcia Maria Marques – *Novos elementos sobre a cidade da Guarda: séculos XIII a XVII*. Guarda: Câmara Municipal, 1999.
- FERREIRA, Jaime - «Do perpianho ao betão – deambulações entre 1940 e 1959» in FERREIRA, Jaime (coord.) - *A Guarda formosa na primeira metade do século XX*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2000. pp. 95-186.
- FERREIRA, Jaime (coord.) - *A Guarda formosa na primeira metade do século XX*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2000.
- GARCIA, José Luís Lima - «A Guarda e a reacção nacionalista ao Ultimato Britânico» in *Praça Velha: revista de cultura da cidade da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal, 2004. (Ano VII, nº 16, Novembro de 2004). pp. 5-11.

- GARCIA, Maria Antonieta – *Denúncias em nome da fé – perseguição aos judeus no distrito da Guarda de 1607 a 1625*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- GARCIA, Maria Antonieta – *Carolina Beatriz Ângelo: Guarda(dora) da liberdade (1878-1911)*. Guarda: Câmara Municipal – Núcleo de Animação Cultural, 2009. (Gentes da Guarda; 3).
- GARCIA, Maria Antonieta – «Introdução» in JORGE, Filipe (coord.) - *A Guarda vista do céu*. Lisboa: Argumentum, Edições, 2009.
- GOMES, Jesué Pinharanda – *Dicionário de escritores do distrito da Guarda: contribuição para o inventário dos homens de letras do distrito: incluindo o inventário da imprensa regional*. Guarda: Pinharanda Gomes, 1969.
- GOMES, Jesué Pinharanda – *Subsídios para a bibliografia do distrito da Guarda*. Guarda, Junta Distrital. Braga: Pinharanda Gomes, 1970.
- GOMES, Jesué Pinharanda – *D. Tomaz Gomes de Almeida: bispo de Angola e da Guarda: (obra pastoral)*. Braga: Editora Pax, 1979.
- GOMES, Jesué Pinharanda - *História da diocese da Guarda*. Braga: Editora Pax, D.L. 1981.
- GOMES, Jesué Pinharanda – *A Guarda ilustrada: breve panorama dos escritores do distrito da Guarda*. Braga: Editora Pax, 1988.
- GOMES, Jesué Pinharanda – *Memórias da Guarda: escritos acerca da cidade e da região*. Guarda: Câmara Municipal, 2001.
- GOMES, Jesué Pinharanda - *A Guarda culta: imagens de literatura, música, poesia e religião*. Guarda: Instituto Politécnico, 2002.
- GOMES, Rita Costa – *A Guarda medieval, 1200-1500*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987. (Cadernos, Revista de História Económica e Social; 9-10).
- GUARDA: ALBUM ILUSTRADO*. Guarda: Comissão de Iniciativa e Turismo, 1926.
- HERCULANO, Alexandre – *Scenas de um ano da minha vida e apontamentos de viagem*. Lisboa: Ed. de Vitorino Nemésio, 1934. p. 205.
- JACINTO, Rui - «Apontamentos para a edificação de uma cidade: território, demografia e sociedade» in FERREIRA, Jaime (coord.) - *A Guarda formosa na primeira metade do século XX*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2000. pp. 17-37.
- JORGE, Filipe (coord.) - *A Guarda vista do céu*. Lisboa: Argumentum, Edições, 2009.

- MARUJO, Gabriela – *Ciganos da Guarda: comunidade pouco errante*. Guarda: Câmara Municipal, 2004. (O Fio da Memória; 27).
- OLIVEIRA, Carlos de - *Apontamentos para a monografia da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal, 1940.
- PEREIRA, Daniela - «O conceito de praça na cidade da Guarda entre a idade média e a idade moderna» in *PROMONTÓRIA*. Ano 6, nº 6. Faro: Departamento de História, Arqueologia e Património do Algarve, 2008. pp. 325-350.
- PEREIRA, José Fernandes - *Guarda*. Lisboa: Editorial Presença, 1995. (Cidades e Vilas de Portugal; 19).
- PRAÇA VELHA – *Praça Velha: revista de cultura da cidade da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal, 1997. (Ano I, nº 1, Junho 1997 a 2011).
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *Guarda – pré-história, história e arte*. [Guarda]: Edição da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, 2000.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *Salvador do Nascimento: uma vida, um ideal*. Guarda: Câmara Municipal, 2005. (Gentes da Guarda; 3).
- RODRIGUES, Américo – *José Augusto de Castro: o idealista rebelde*. Guarda: Aquilo Teatro, 2003.
- ROMANA, José Manuel Trigo Mota da – *Antologia de escritores da Guarda (séculos XII a XX)*. Guarda: Câmara Municipal, 2003.
- SANTOS, Manuel Luís Fernandes dos - «D. Sancho I deu carta de foro à Guarda em 27 de Novembro de 1199» in *Praça Velha: revista de cultura da cidade da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal, 1998. (Ano II, nº 4, Novembro de 1998). pp. 5-8.
- SANTOS, Manuel Luís Fernandes dos; FERREIRA, Jaime; FIGUEIRA, João - «A dinâmica da electrificação – Empresa da Luz Eléctrica da Guarda, Lda. (ELEG) e a Companhia Eléctrica das Beiras (CEB)» in FERREIRA, Jaime (coord.) - *A Guarda formosa na primeira metade do século XX*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2000. pp. 197-200.
- SANTOS, Manuel Luís; OLIVEIRA; Ramos de - «Em busca de diversão» in FERREIRA, Jaime (coord.) - *A Guarda formosa na primeira metade do século XX*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2000. pp. 287-306.
- SARAIVA, António – *Guarda: apontamentos gráficos e urbanos*. Guarda: António M. M. Saraiva, 2004.

- SARAIVA, António (coord.) - *Marcas Mágico-Religiosas no Centro Histórico*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda/CMG, 2007.
- SARAIVA, António (coord.) - *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda PolisGuarda, SA, 2008.
- SEQUEIRA, Hélder - *O dever de memória - uma rádio no sanatório de montanha*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2003.
- SEQUEIRA, Hélder - *Ladislau Patrício: guardense, médico e escritor*. Guarda: Câmara Municipal, 2004. (Gentes da Guarda; 1).
- SEQUEIRA, Hélder - *Ernesto Pereira: um paladino da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal, 2005. (Gentes da Guarda; 4).
- SEQUEIRA, Hélder - *Cavaletes da memória*. Guarda: Câmara Municipal, 2007. (O Fio da Memória; 62).
- SILVIA, Maria João - *Comércio a retalho*. Guarda: Câmara Municipal, 2005. (O Fio da Memória; 42).
- TERREIRO, Bernardo - *Centro Cultural da Guarda: memórias*. Guarda: Câmara Municipal, 2007. (O Fio da Memória; 64).
- VALENTE, Augusto José Monteiro - *General Sousa Dias: militar, republicano, patriota*. Guarda: Câmara Municipal, 2006. (Gentes da Guarda; 6).

## DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

### CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA

- DECRETO Régio de 1760 in *IUS LUSITANIAE*. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. [Em linha]. [Consult. 18 Abr. 2011]. Disponível em WWW:  
<URL:[http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=105&id\\_obra=73&pagina=506](http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=506)>.
- OLIVEIRA, António Ramos de, - «Uma aventura no desconhecido: a expedição científica à Serra da Estrela em 1881» in *A Guarda*, De 1/11/2007. [Em linha]. [Consult. 17 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.jornalaguarda.com/index.asp?idEdicao=222&id=10022&idSeccao=2592&Action=noticia>>.

SOBRAL, José Manuel, - «Da casa à nação: passado, memória, identidade» in *Etnográfica*. [S.l.: s.n.], 1999. vol. III. pp. 71-86. [Em linha]. [Consult. 12 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:[http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_03/N1/Vol\\_iii\\_N1\\_71-86.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N1/Vol_iii_N1_71-86.pdf)>.

## NOTAS BIOGRÁFICAS

ARQUIVO Distrital da Guarda - «Salvador do Nascimento» in *O distrito da Guarda na I República*. [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:[http://www.arquivo.guarda.pt/personalidades/item/salvador-do-nascimento-1876-1952?category\\_id=14](http://www.arquivo.guarda.pt/personalidades/item/salvador-do-nascimento-1876-1952?category_id=14)>.

ASSEMBLEIA da República - «Proença, João José Gonçalves». [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:[http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/p/proenca\\_joao\\_jose\\_goncalves\\_de.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/p/proenca_joao_jose_goncalves_de.pdf)>.

ASSEMBLEIA da República - «Vasconcelos, António Teles de». [Em linha]. [Consult. 17 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.parlamento.pt/VisitaVirtual/Paginas/BiogAntonioTelesVasconcelos.aspx>>.

BIOGRAFÍAS y vidas - «Francisco Ferrer». [Em linha]. [Consult. 05 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:[http://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/ferrer\\_francisco.htm](http://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/ferrer_francisco.htm)>.

CASANOVA, Julián - «Ferrer Guardia y la pedagogía moderna» in *El País*. De 11/08/2009. [Em linha]. [Consult. 05 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:[http://www.elpais.com/articulo/opinion/Ferrer/Guardia/pedagogia/moderna/elpepiopi/20090811elpepiopi\\_11/Tes](http://www.elpais.com/articulo/opinion/Ferrer/Guardia/pedagogia/moderna/elpepiopi/20090811elpepiopi_11/Tes)>.

CENTENÁRIO da República - «França Borges». [Em linha]. [Consult. 22 Mai. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.centenariorepublica.pt/escolas/personalidade-republica/ant%C3%B3nio-fran%C3%A7a-borges>>.

*ESTADO e Igreja. Wordpress* - «D. Manuel Vieira de Matos». [Em linha]. [Consult. 22 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:<http://estadoeigreja.wordpress.com/2011/03/16/os-bispos-vindos-da-monarquia>>.

*FUNDAÇÃO Mário Soares* - «Heliodoro Salgado». [Em linha]. [Consult. 08 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040979>>.

*GENEALL* - «Carlos da Paixão Borrego». [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:<http://pagfam.geneall.net/1392/pessoas.php?id=1022844>>.

*GENEALL* - «Lopo de Carvalho». [Em linha]. [Consult. 17 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=29843](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=29843)>.

*GENEALL* - «Miguel de Alarcão». [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=21055](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=21055)>.

*GENERAL Pinto Monteiro in Nova Guarda*. De 13/07/2011 [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.novaguarda.pt/noticia.asp?idEdicao=241&id=17885&idSeccao=3549&Action=noticia>>.

*GOVERNO Civil da Guarda* - «Governadores civis do distrito». [Em linha]. [Consult. 06 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.gov-civ-guarda.pt/governo/governadores.asp>>.

MARINHO, Maria José - «Batalha Reis» in *VEDROGRAFIAS*. [Em linha]. [Consult. 03 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:<http://vedrografias2.blogspot.com/2010/01/recordando-jaime-batalha-reis.html>>.

MARQUES, José Garcia - «Uma lição de vida [António Júlio Proença Abranches]» in *A Guarda*. De 11/06/2009. [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.jornalaguarda.com/noticia.asp?idEdicao=305&id=15470&idSeccao=3974&Action=noticia>>.

- O PORTAL da História* - «Afonso Costa». [Em linha]. [Consult. 06 Dez. 2010].  
Disponível em WWW:  
<URL:[http://www.arqnet.pt/portal/biografias/afonso\\_costa.html](http://www.arqnet.pt/portal/biografias/afonso_costa.html)>.
- O PORTAL da História* - «Camilo Castelo Branco». [Em linha]. [Consult. 11 Jul. 2011].  
Disponível em WWW:  
<URL:<http://www.arqnet.pt/dicionario/correiabotelho.html>>.
- OLIVEIRA, António José Ramos de - «Uma aventura no desconhecido: a expedição científica à Serra da Estrela em 1881» in *A Guarda*. De 1/11/2007. [Em linha]. [Consult. 17 Dez. 2010]. Disponível em WWW:  
<URL:<http://www.jornalaguarda.com/index.asp?idEdicao=222&id=10022&idSeccao=2592&Action=noticia>>.
- PARTIDO Anarquista Socialista Revolucionário* - «Francisco Ferrer». [Em linha]. [Consult. 05 Dez. 2010]. Disponível em WWW:  
<URL:[http://pasrupccl.no.sapo.pt/bibliografias\\_ferrer.htm](http://pasrupccl.no.sapo.pt/bibliografias_ferrer.htm)>.
- PELA transparência.Blogspot* - «Rua Conselheiro Teles de Vasconcelos». [Em linha]. [Consult. 17 Dez. 2010]. Disponível em WWW:  
<URL:[http://transpare.blogspot.com/2009\\_06\\_01\\_archive.html](http://transpare.blogspot.com/2009_06_01_archive.html)>.
- PRIMEIRA República* - «António Óscar de Fragoso Carmona». [Em linha]. [Consulta 6 Dezembro. 2010]. Disponível em WWW:  
<URL:[http://www.primeirarepublica.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2848:carmona-antonio-oscar-de-fragoso-1869-1951&catid=15:biografias&Itemid=14](http://www.primeirarepublica.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2848:carmona-antonio-oscar-de-fragoso-1869-1951&catid=15:biografias&Itemid=14)>.
- PRIMEIRA República* - «Vasco Borges». [Em linha]. [Consult. 06 Dez. 2010]. Disponível em WWW:  
<URL:<http://primeirarepublica.mj.gov.pt/Paginas/vasco-borges.aspx>>.
- ROCHOSO* - «Alberto Dinis da Fonseca». [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW:  
<URL:[http://rochoso.pt/pers\\_3.html](http://rochoso.pt/pers_3.html)>.
- WIKIPÉDIA* - «Álvaro Gil Cabral». [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW:  
<URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81varo\\_Gil\\_Cabral](http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81varo_Gil_Cabral)>.
- WIKIPÉDIA* - «António dos Santos Lucas». [Em linha]. [Consult. 11 Jul. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio\\_dos\\_Santos\\_Lucas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_dos_Santos_Lucas)>.

WIKIPÉDIA - «António Vieira». [Em linha]. [Consult. 11 Jul. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Padre\\_ant%C3%B3nio\\_vieira](http://pt.wikipedia.org/wiki/Padre_ant%C3%B3nio_vieira)>.

WIKIPÉDIA - «Camilo Castelo Branco». [Em linha]. [Consult. 11 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Camilo\\_Castelo\\_Branco](http://pt.wikipedia.org/wiki/Camilo_Castelo_Branco)>.

WIKIPÉDIA - «José Clemente Pereira». [Em linha]. [Consult. 10 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Clemente\\_Pereira](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Clemente_Pereira)>;

WIKIPÉDIA - «Manuel Vieira de Matos». [Em linha]. [Consult. 22 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel\\_Vieira\\_de\\_Matos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Vieira_de_Matos)>.

WIKISOURCE - «Galeria dos brasileiros ilustres / José Clemente Pereira». [Em linha]. [Consult. 10 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:[http://pt.wikisource.org/wiki/Galeria\\_dos\\_Brasileiros\\_Ilustres/Jos%C3%A9\\_Clemente\\_Pereira](http://pt.wikisource.org/wiki/Galeria_dos_Brasileiros_Ilustres/Jos%C3%A9_Clemente_Pereira)>.

## TOPONÍMIA

CIPRIANO, Isabel; LEAL, João Paulo – *Os cientistas na toponímia de Lisboa*. [Em linha]. [Consult. 5 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:[http://www.spq.pt/boletim/docs/boletimSPQ\\_111\\_019\\_09.pdf](http://www.spq.pt/boletim/docs/boletimSPQ_111_019_09.pdf)>.

JANEIRA, Ana Luísa; MASCARENHAS, Maria – para uma epistemologia da cidade como arquivo. [Em linha]. [Consult. 18 Mar. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:<http://marcasciencias.fc.ul.pt/conteudo/ficheiros/CesimaMarcas.pdf>>.

NABAIS, António J. C. Maia – «Toponímia e história: identidade e memória», in 2ª *Jornadas de toponímia do sul*. [Em linha]. Albufeira: Município de Albufeira e Comissão Municipal de Toponímia, 2009. pp. 5-8. [Consult. 9 Jun. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:[http://toponimia.cm-albufeira.pt/documentos/actas\\_2as\\_jornadas\\_toponimia\\_sul.pdf](http://toponimia.cm-albufeira.pt/documentos/actas_2as_jornadas_toponimia_sul.pdf)>.

## ANEXOS

<b>Anexo A</b> – Propostas de atribuição de topónimos, conforme actas da Câmara Municipal (1900-1904 e 1908-1980).....	189
<b>Anexo B</b> – Evolução dos topónimos, de 1900 até 1980.....	201
<b>Anexo C</b> – Análise estatística da evolução da toponímia, desde 1900 até 1980..	208
<b>Anexo D</b> – Notas biográficas sobre os homenageados na toponímia.....	210
– Individualidades com ligação à cidade da Guarda.....	211
– Individualidades sem ligação directa à cidade da Guarda.....	231
<b>Anexo E</b> – Questionário e aplicação	
– Questionário.....	260
– Questionário e respectivas respostas.....	264
– Caracterização da amostragem - respostas ao Grupo II.....	268
<b>Anexo F</b> – Plantas da cidade	
– Planta da cidade de 1925.....	275
– Planta da cidade de 1949.....	276
<b>Anexo G</b> – Registos fotográficos	
– Escultura urbana.....	277
– Placas memorativas.....	279
– Espaços e vias públicas (intramuros e fora da muralha).....	284
– Anúncios publicitários, noticiário e edital.....	286

## ANEXO A

Propostas de atribuição de topónimos, conforme Actas da Câmara Municipal  
(1900-1904); (1908-1980)

## ► Período de 1900 a 5/10/1910 (REGIME MONÁRQUICO)

Acta	Proposta/alteração exarada em acta
30/11/1903	«atendendo às qualidades de talento e aos importantes serviços prestados ao país e a este distrito pelo eminente estadista o Exmo. Senhor Conselheiro Hintze Ribeiro e pelo Exmo. Conselheiro José Joaquim de Sousa Cavalheiro proponho para que a Rua Nova à Praça da Boa Vista passe a denominar-se <b>Rua Conselheiro Hintze Ribeiro</b> e a Rua Formosa <b>Rua Conselheiro José Cavalheiro</b> ». Proposta do vereador César A. de C. Mantas, aprovada por aclamação.
11/07/1904	«desejando mostrar o seu profundo reconhecimento ao Exmo. Sr. Conselheiro Abel D' Andrade, Meritíssimo Director-Geral de instrução pública, pelo facto de haver dotado esta cidade com os preciosos edifícios para neles serem instaladas as 4 escolas de ensino elementar das freguesias de S. Vicente e Sé desta mesma cidade, deliberou a Câmara, por unanimidade, de dar à Rua que vai construir-se para ligar o Largo Serpa Pinto com a Rua Conselheiro Hintze Ribeiro o nome de <b>Rua Conselheiro Abel Andrade</b> . Que desta deliberação se desse conhecimento a S. Senhoria para os devidos efeitos».
14/05/1908	«deu ao Largo da Boa Vista, nesta cidade o nome de <b>Largo d'el-rei D. Manuel II</b> - dar conhecimento a S. Majestade desta deliberação. <b>Largo de El-Rei D. Manuel II</b> ».
29/07/1909	«O Sr. Dr. Francisco dos Prazeres deixou de exercer o lugar de Provedor de Santa Casa da Misericórdia, onde por alguns anos prestou muitos e relevantes serviços, principalmente na construção do seu hospital modelar que já há um ano deixou a funcionar e que é hoje o orgulho da irmandade e o desvanecimento de toda a cidade, proponho para que à Rua em seguida à Rua Vasco da Gama e que passa em frente do referido hospital fosse dado o nome de <b>Rua Dr. Francisco dos Prazeres</b> para assim se perpetuar o nome de quem tanto trabalhou para que os desprotegidos da fortuna encontrem num tão belo estabelecimento o devido conforto para serem tratadas as suas doenças». A proposta foi do vice-presidente, que assumiu a presidência, e que pertencia à minoria regeneradora. Aprovada por aclamação. [Francisco dos Prazeres pertencia aos Progressistas.]
29/07/1909	O Presidente, «atendendo aos louváveis feitos praticados nas Campanhas de África pelo distintíssimo oficial Mário de Sousa Dias, onde tanto levantou a nossa querida pátria, proponho que à nova rua que liga o Largo João de Almeida com a Rua do Senhor do Bomfim seja dado o nome de <b>Mário de Sousa Dias</b> ». Proposta votada pela Câmara.
19/08/1909	«como o parque do Campo da Dorna tinha sido levado a efeito pelos esforços de Manuel Marques dos Santos [Vereador e Presidente da Câmara], seria de toda a justiça que a uma das avenidas daquele parque fosse dado o nome daquele cavalheiro. Foi decidido que a Avenida das Faias, que da Estrada Real nº 55 vai até à Malmedra fosse de futuro denominada <b>Avenida Marques dos Santos</b> ». Proposta do vereador César Paúl.
19/08/1909	«como o Sr. Padre Carlos da Paixão Borrego também prestou serviços relevantes ao serviço do município como Presidente e muito contribuiu para a feitura do Parque da Dorna [é proposto] que a avenida que do sítio da Fontinha vai

	desembocar na rotunda do mesmo parque fosse de futuro denominada <b>Avenida Carlos Borrego</b> ». Proposta do Presidente, aprovada por aclamação.
19/08/1909	«a cidade tinha uma dívida de consideração pelos serviços que em antigas vereações lhe prestou o cidadão que se chamou António Balha e Melo (melhoramentos que empreendeu e levou a efeito) por isso propunha que a nova rua que ao Sul da Praça da Boa Vista sai da Rua Hintze Ribeiro e vai desembocar no Largo D. Manuel II fosse denominada <b>Rua Balha e Melo</b> ». Proposta do Presidente, aprovada por aclamação.

► Período de 5/10/1910 a 28/05/1926 (I REPÚBLICA)

Acta	Proposta/alteração exarada em acta
20/10/1910	«substituir os nomes de Praça da Boa Vista; Largo D. Manuel II, Rua D. Luís I, Largo da Misericórdia, Largo Príncipe da Beira por <b>Praça da República, Largo 5 de Outubro, Rua Almirante Cândido dos Reis, Largo Dr. Miguel Bombarda e Largo 1º de Dezembro</b> ». Moção aprovada por aclamação, com parte da acta enviada ao Exmo. Presidente do Conselho de Ministros.
8/12/1910	«à Rua D. Luís I, que em sessão de 20/10/1910 foi dado o nome de Almirante Cândido dos Reis, fique sendo <b>Rua 31 de Janeiro</b> conforme pedido de alguns moradores da mesma, passando a ser <b>Rua Almirante Cândido dos Reis</b> a antiga Rua do Mirante».
11/01/1912	«substituir os nomes actuais das Ruas, Travessas e Largos, denominados: Rua Escura, Travessa D' El-Rei, Largo do Conde da Guarda, Largo do Espírito Santo por <b>Rua da Fraternidade, Travessa do Povo, Largo 28 de Janeiro, Largo 1º de Maio</b> ; que a nova rua que liga a Estrada número 14 com a Rua Mário de Sousa Dias fique sendo chamada <b>Rua Gomes Freire</b> ».
25/04/1912	«alterar as designações das Ruas, Largos e Travessas da cidade, cujas [sic] actualmente não tenham motivos justificativos assentes num princípio de justiça, quer em relação a factos, quer em relação a individualidades, aqueles porque nada signifiquem na ordem moral, social e histórica, estas porque não tenham serviços nem qualidades bastantes a dar-lhes direito à gratidão e consagração seja do Município, seja do País. E porque temos datas históricas e designações expressivas de beleza moral e comemorar tantos homens que enobreceram o país e a humanidade, pelo seu talento, pelo seu carácter, pelos seus serviços e porque se impõe o culto e a consagração desses homens, a Comissão delibera que desde já sejam substituídos os seguintes nomes: Largo do Espírito Santo, Largo Conde da Guarda, Travessa de El-Rei, Rua Escura, Rua Hintze Ribeiro, Rua Abel D' Andrade, Rua José Cavalheiro por <b>Largo 1º de Maio, Largo 28 de Janeiro, Travessa do Povo, Rua da Fraternidade, Rua Heliodoro Salgado, Rua João de Deus, Rua Camilo Castelo Branco</b> . E que a uma nova rua que liga a Estrada número 14, no sítio do Bomfim, seja dado o nome de <b>Rua Gomes Freire</b> ».
14/11/1912	«mudar os nomes do Largo João de Almeida e Rua General Póvoas para <b>Largo da Solidariedade e Rua de 1820</b> , títulos significativos: o primeiro, porque representa a mais bela ideia, de cuja realização depende um estado social de perfeição moral superior, a vida sublimada pelo sentimento afectivo para o trabalho e o gozo, a paz e a harmonia, a justiça e a bondade; o segundo, porque representa uma das belas e gloriosas datas da história portuguesa».
31/12/1913	«a fechar a gerência, como fecho dos seus actos, dar nome à nova esplanada construída e que fica paralela ao Campo 5 de Outubro, ficando a chamar-se dos <b>Mártires da Pátria</b> , como homenagem a quantos pela pátria têm sido sacrificados. <b>Largo Mártires da Pátria</b> ».

20/07/1914	«homenagem da Comissão à memória de José de Lemos - homenagem justa e devida pelos relevantes serviços e sacrifícios de toda a ordem que o cidadão prestou a esta cidade como homem, como Republicano e como Presidente da Câmara e, atendendo a que José de Lemos, como Presidente da Câmara se dedicou, com especial amor, carinho e esforço no que podia ser por outrem igualado mas não excedido, à bela obra que representa o Jardim do Largo da Solidariedade, delibera por unanimidade que ao referido jardim seja dado, desde já, o nome de <b>Jardim José de Lemos</b> . Ao mesmo tempo, a Comissão atendendo a que o Jardim fica no meio do Largo da Solidariedade e que este Largo deve o seu primeiro embelezamento a outro dedicado republicano e cidadão prestimoso, Eduardo Proença, também já falecido, e que a este cidadão ainda não foi prestada qualquer homenagem pelos serviços que o mesmo embelezamento representa e que constam da plantação do arvoredo que naquele Largo se ostenta, com tanta beleza como utilidade pública, e reconhecendo que é da maior justiça prestar também homenagem ao referido cidadão Eduardo Proença, delibera que ficando sendo chamado Jardim José de Lemos, o Largo fique sendo chamado <b>Largo Eduardo Proença</b> , em vez de Largo da Solidariedade, devendo ficar expresso na acta da sessão de hoje que esta substituição não tem o mínimo intuito de desprimor ou menor consideração pela Câmara transacta que deu aquela denominação ao Largo, nem menos simpatia, respeito e amor pela ideia, alta e nobre, que a mesma denominação sintetiza e exprime.»
24/01/1916	«que a Rua da cidade denominada do Bomfim passe a ser denominada <b>Rua França Borges</b> , prestando assim uma homenagem ao egrégio jornalista que tanto lutou e se sacrificou pela República e pela Pátria». Proposta do Presidente, que a Comissão elogiou reconhecendo que todas as homenagens são poucas para a memória de um dos mais dignos cidadãos portugueses pela inteligência e acção.
4/12/1916	«Mudar o nome da Rua da Fontinha, nesta cidade, para o de <b>Rua das Tílias</b> ».
17/01/1918	«mudar o nome da rua do estrangeiro Francisco Ferrer pelo do grande patrista <b>Nuno Álvares</b> , que se impõe pelo seu heroísmo e virtudes». Proposta da Comissão.
6/11/1919	«que seja dado nome à Rua que parte do arrabalde ao Largo de S. João, Rua em que existem bastantes moradores que desde há tempos reclamam esse nome, propondo que lhe seja dado o do falecido Presidente da República Dr. Manuel de Arriaga, <b>Rua Dr. Manuel de Arriaga</b> ». Proposta de João António de Figueiredo que a Comissão aprovou.
17/02/1921	«devendo-se o importante melhoramento da Mata da Dorna em grande parte aos esforços do falecido cidadão desta cidade Manuel Marques dos Santos, de quando ocupou lugar nesta Câmara, ora como Vereador, ora como Presidente, prestando muitos outros serviços à cidade e ao município, pois foi sempre um dedicado trabalhador e um cidadão possuído dum belo sentimento cívico e patriótico, propunha que à avenida a partir da Rua de 1820 até ao Largo do coreto da Mata seja dado o nome de <b>Avenida Marques dos Santos</b> , como homenagem à memória do ilustre cidadão». Proposta de António Augusto Proença, aprovada por aclamação, vai ser colocada placa naquela avenida.
16/12/1922	«O Sr. Dr. Vasco Borges, de Lisboa, desempenhando as funções de ministro, tem feito à Guarda valiosos benefícios, para ela vieram milhares de escudos destinados à obra do Hospital da Misericórdia, do Asilo, dos Bombeiros Voluntários e outras instituições. Que, por isso, propunha que à Rua do Comércio desta cidade fosse dado o nome de <b>Rua Dr. Vasco Borges</b> ». Proposta de António Augusto Proença, a Comissão concordando com o sentir do vogal cidadão, aprovou a sua proposta por unanimidade.

11/01/1923	<p>«A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DA GUARDA DIRIGE-SE À CÂMARA: disse que a classe comercial desta cidade foi homenageada por uma antiga Câmara, denominando <b>Rua do Comércio</b> uma das principais artérias da Guarda. Ora, a Comissão Executiva da Câmara transacta, decerto por lapso e na intenção simplesmente de prestar homenagem ao Sr. Dr. Vasco Borges, substituiu aquela denominação pela de <b>Rua Dr. Vasco Borges</b>. Que reconhece o direito de sua Ex.<sup>a</sup> às homenagens da cidade, visto que por ela se tem interessado e verá e apoiará com satisfação qualquer acto tendente a manifestar-lhe a gratidão devida; mas não pode deixar de dizer o seu desagrado e até a sua mágoa por aquela substituição, visto que muitos processos haveria de prestar essa homenagem sem sacrificar a que ao comércio foi prestada. Que o próprio Sr. Dr. Vasco Borges fará justiça à classe comercial neste assunto, aceitando que o seu nome passe para outra Rua ou que outra seja a homenagem a prestar-lhe. E tanto esta Associação não é movida por qualquer intuito menos digno, que em sua sessão de dez do corrente lançou na acta um voto de louvor a Sua Ex.<sup>a</sup> pelo alto interesse que por esta cidade tem manifestado».</p> <p>A Comissão encarregou o Presidente de tratar deste assunto.</p>
18/01/1923	<p>«sobre o ofício da Associação Comercial e Industrial da Guarda - manter o nome de <b>Rua do Comércio</b> e dar o nome de <b>Rua Dr. Vasco Borges</b> à nova Rua que vai do Largo Eduardo Proença à Rua do Asilo da Infância».</p> <p>Deliberação que se acha devidamente autorizada pelo Senado Municipal.</p>
5/02/1925	<p>Recepção ao Dr. Amândio Gonçalves Paúl que regressa do estrangeiro. Considerando: "é um dos filhos desta terra que muito a honram, com o seu saber, o seu esforço, a sua dedicação, desde há 22 anos em plena actividade como distinto médico, jamais manifestando fadigas ou hesitações para prestar os serviços; que além do cumprimento dos seus deveres de médico municipal, tem prestado serviços extraordinários com a publicação de estudos, entre eles dum bem elaborado e realizado Boletim com mapas e estatísticas sobre higiene, natalidade e mortalidade, causas desta na infância, medidas necessárias de assistência, melhoramentos materiais a realizar no concelho e distrito; que a sua viagem ao estrangeiro, agora realizada, obedeceu essencialmente ao desejo de maiores serviços ainda prestar, dedicando-se ao estudo fundo do que diz respeito à tuberculose, para tratamento da qual está aí o grandioso sanatório do qual é digníssimo Director; o afan, o esforço que vem desenvolvendo para a criação do dispensário antituberculoso, há pouco aí inaugurado, acto e criação porque merece os maiores louvores em especial da cidade; que à Câmara Municipal, como representante e intérprete do povo do concelho, compete, em primeiro lugar, o louvor, o aplauso, a consagração daqueles que se distinguem na acção em que resplandeça o sentimento da beleza e da bondade em benefício moral e social, esta comissão executiva resolve associar-se aquela recepção e homenagem e que o Largo da Sé, onde tem a sua residência, seja doravante denominado <b>LARGO DR. AMÂNDIO PAÚL</b>».</p>
31/12/1925	<p>O Presidente da Câmara refere "dívida em aberto desta Câmara ao Sr. D. Miguel Osório Cabral de Alarcão, dívida que consta da acta da sessão desta Câmara Executiva do dia 22/05/1924. Que sendo esta a última sessão desta comissão executiva, visto terminar hoje o triénio da gerência do município para que foi eleita, propõe que, conforme também foi deliberado na sessão de 22/05/1924, já referida, seja dado o nome de <b>D. Miguel de Alarcão</b> à Rua Almirante Cândido Reis, desta cidade, passando a actual designação deste, isto é, passando a ser <b>Largo Almirante Reis</b> o actual Largo do Mirante e Paços do Concelho».</p> <p>A Comissão, perfeitamente integrada no pensamento e sentimento do Sr. Presidente, aprovou a sua proposta por aclamação.</p>
31/12/1925	<p>Pelo Sr. Presidente: «não queria que esta Comissão Executiva terminasse o seu</p>

31/12/1925	<p>triénio sem prestar uma homenagem ao homem que durante largos anos foi uma figura de realce nesta cidade, o Sr. Dr. Bernardo Xavier Freire, que desde há tempos foi residir em Coimbra. Foi residir em Coimbra mas nem por isso, conhece, Sua Ex.<sup>a</sup> deixou de considerar e amar esta terra, à qual prestou inúmeros e valiosos benefícios, entre os quais avulta o que diz respeito ao Hospital da Misericórdia, para cuja constituição e instalação contribuiu numa parte considerável, em acção e em dinheiro. Por tais motivos e porque cumpre à Câmara Municipal ter em conta, louvar e homenagear aquelas individualidades que se distinguem por benefícios prestados ao concelho propõe que seja mudado o nome de Rua de D. Diniz para <b>a Rua do Teatro</b>, visto que a designação de Rua do Teatro nenhum significado tem, ficando a denominar-se de ora em diante a rua actual de D. Diniz <b>Rua Dr. Bernardo Xavier Freire</b>, visto que Sua Ex.<sup>a</sup> ter ali residido e ali ter ainda sua residência eventual e assim ficar melhor do que em qualquer outro ponto da cidade a lápide designativa em homenagem ao ilustre benemérito. A Comissão concordou com o exposto pelo seu Presidente e por aclamação aprovou a sua proposta. [mais adiante]: O Sr. Presidente: que a Comissão Executiva prestasse homenagem ao Dr. Bernardo Xavier Freire, dando o seu nome à actual Rua de D. Diniz na qual fosse colocada a respectiva placa de mármore, proposta essa por aclamação aprovada, que ainda o Sr. Presidente acentuou que Sua Ex.<sup>a</sup> bem merecia da Câmara como representa o sentir da cidade da Guarda essa homenagem. Na verdade, o Sr. Dr. Bernardo Xavier Freire, sendo uma das figuras de mais relevo nesta cidade, foi daqueles que mais lhe deu do seu talento, da sua acção e da sua fortuna material. Tendo começado a sua carreira política como administrador do concelho, desempenhou sucessivamente, com extraordinária proficiência, acentuada honestidade e fervoroso espírito bairrista as funções de agente do Ministério Público junto do Tribunal Administrativo Distrital, Tesoureiro Pagador do Distrito, agente do Banco de Portugal, deputado às Cortes por este círculo da Guarda e Mesário da Santa Casa da Misericórdia, - em todos os lugares revelando, a par da sua inteligência, uma grande nobreza de carácter e um fervoroso e inexcedível amor à sua terra. Ele foi a alma impulsionadora dessa grandiosa obra do Hospital da Misericórdia que tanto orgulha a nossa terra, e da qual outro grande homem de bem, o Dr. Francisco dos Prazeres foi o mais fiel interprete e dedicado executor, sua a ideia, sua a maior vitória contra os obstáculos, seu o dinheiro que pagava em todos os momentos em que o auxílio dos outros fraquejava, seu ainda o que pagou a quase totalidade da mobília com que começou a funcionar aquele Hospital, sua a força de vontade que fez vencer todos os desânimos e hesitações, é ainda e finalmente seu o espírito que lá de longe, no leito da sua avançada idade, pensa na sua terra, na obra da sua glória, nesta cidade da Guarda para a qual reserva os melhores recursos da sua fortuna. Que, pois, a Guarda, pela pena e pelo espírito dos seus mais directos e legítimos representantes, transmita ao Dr. Bernardo Xavier Freire em vida ainda a homenagem de apreço, de estima e gratidão que lhe consagra; e que à posteridade transmita pela gravura do seu nome no mármore, afixado junto à casa onde viveu, o sinal da passagem nesta vida e por esta terra de um homem que na Guarda foi alguém. A Comissão, ouvindo atentamente o seu Presidente, declarou fazer suas também as nobres e belas palavras que acabava de ouvir e às quais dava todo o seu aplauso, bem expressivas do sentimento afectivo e de justiça que em relação ao Sr. Dr. Bernardo Xavier Freire deve animar a cidade da Guarda e assim aqueles que a Guarda oficialmente representam».</p> <p>Em acta de 30/01/1926: agradecimento do Dr. Bernardo Xavier Freire que «considerava como o título mais honroso de homenagem que lhe podia ser prestada».</p>
------------	---

## ► Período de 28/05/1926 a 11/04/1933 (DITADURA MILITAR)

Acta	Proposta/alteração exarada em acta
5/01/1927	«louvor ao Governador Civil pelo interesse e carinho com que tratou da velha aspiração do abastecimento de águas da cidade, conseguindo que ao município fossem facultados recursos para a sua efectivação, deliberando ainda exteriorizar o seu agradecimento da seguinte forma: primeiro dar à Rua Direita desta cidade a denominação de <b>Rua Governador Francisco de Passos</b> , segundo, fazer o descerramento solene da inscrição na respectiva rua em data oportunamente marcada, terceiro, enviar cópia desta parte da acta a sua excelência».
19/01/1927	«foi resolvido que por má redacção da acta da sessão de cinco de Janeiro, a Rua Direita passe a denominar-se <b>Rua Francisco de Passos</b> e não Rua Governador Francisco de Passos».
20/02/1929	«atendendo aos altos serviços prestados ao país pelo <b>Sr. Coronel João de Almeida</b> , filho deste concelho, resolve a Comissão dar o nome deste oficial a um dos Largos ou Ruas desta cidade, que será escolhido oportunamente».
6/03/1929	«lançar na acta voto de sentimento pela morte do poeta Augusto Gil. E, prestando homenagem à memória do mesmo poeta, mais resolveu dar nome de <b>Augusto Gil</b> à actual Rua da Vitória».
13/03/1929	«em conformidade com a deliberação desta Comissão em sessão do dia 20/02/1929 último, foi deliberado que o Largo da Misericórdia passe a denominar-se <b>Largo João de Almeida</b> »
3/04/1929 10/04/1929	«deliberado que a Avenida junto da qual se vai construir o monumento aos mortos da Grande Guerra passe a denominar-se <b>Avenida dos Combatentes da Grande Guerra</b> . Em acta de 10/04/1929: «deliberado alterar a resolução tomada na sessão de três do corrente, dando o nome de <b>Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra</b> à Avenida onde se encontra o local do monumento aos mortos da Grande Guerra»

## ► Período de 11/04/1933 a 25/04/1974 (ESTADO NOVO)

Acta	Proposta/alteração exarada em acta
15/04/1939	[Rua de 1820], «Rua esta que a Câmara delibera retome desde já a designação de <b>Rua General Póvoas</b> .»
4/11/1939	«em homenagem ao falecido Professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Exmo. Sr. Dr. António Santos Lucas, que aos filhos deste concelho prestou sempre desinteressado auxílio, mostrando por todas as formas a sua dedicação à cidade da Guarda, ao mesmo tempo que foi um dos maiores paladinos da criação da Província da Beira-Serra, delibera a Câmara Municipal que a Rua Gomes Freire, nesta cidade, passe a denominar-se « <b>Rua Dr. Santos Lucas</b> ».
19/01/1949 4/05/1949	«em homenagem a Sua Ex. <sup>a</sup> os ministros das Obras Públicas e da Justiça, foi deliberado por unanimidade dar o nome de suas Excelências a duas ruas desta cidade como preito de profundo reconhecimento pelos benefícios recebidos de tão ilustres titulares». [não são mencionadas as ruas].
20/07/1949	«para comemorar o 1º aniversário da festiva e honrosa visita de Sua Ex. <sup>a</sup> o Sr. Presidente da República ao concelho e cidade da Guarda, a qual se verifica em vinte e quatro do corrente, - foi deliberado por unanimidade dar o nome de <b>Largo de Marechal Carmona</b> , ao Largo desta cidade onde fica situado o jardim público e o quartel de Caçadores 7, e que desta deliberação se dê ao excelso

	<p>cidadão que é lustre e honra do País, o devido conhecimento».</p>
28/06/1950	<p>TOPONÍMIA DA CIDADE: foi presente à reunião o resultado dos trabalhos efectuados pela Comissão de Toponímia da cidade, criada por deliberação deste corpo administrativo de vinte e dois de Março do corrente ano – resultado esse que consta da acta a seguir transcrita e que a Câmara Municipal aprovou por unanimidade. «Aos oito dias de Junho de 1950, reuniu numa das salas da Câmara Municipal da Guarda, a Comissão de Toponímia nomeada pela mesma Câmara em suas reuniões de vinte e dois de Março e cinco de Abril do corrente ano e constituída pelos Excelentíssimos Senhores – Dr. Luís Mendes de Matos, Dr. Carlos Marques e Engenheiro Almiro Gomes Lopes. E, uma vez reunidos começaram a discutir quais os princípios orientadores de Toponímia, numa cidade como a Guarda, e depois de algum tempo de estudo, e de discussão, assentaram os seguintes princípios basilares: 1º: manter tanto quanto possível as designações tradicionais; 2º: afastar tanto quanto possível os nomes dos vivos e em geral dos contemporâneos, que pela sua ideologia não possam merecer a unanimidade dos sufrágios; 3º: honrar os seguintes vultos históricos: que se impõem a todos os portugueses e particularmente aqueles que, ou aqui nasceram ou aqui tiveram por qualquer motivo residência ou predomínio. À luz destes princípios resolveram: 1º: <u>restaurar antigas denominações</u> – <b>Largo Espírito Santo, Rua de São Vicente, Rua Direita, Largo de São Vicente, Largo de São Pedro, Paço do Biu, Largo das Freiras, Largo de São João.</b> 2º: <u>dar o nome de:</u> <b>São Vicente de Paulo</b> à Rua do Poço do Gado; de <b>Francisco de Passos</b>, à continuação da Rua Direita a partir do Largo de São Vicente; <b>Travessa da Rainha Santa Isabel</b> – à ligação da Praça Luís de Camões com a Rua D. Dinis; <b>Beco de Malta</b> à ligação da dita Praça com a Rua Augusto Gil; <b>Alcaide Soeiro Viegas</b> à Rua da Bandeira; <b>Sacadura Cabral</b> à Rua do Asilo; <b>São Francisco</b> à Rua do Hotel de Turismo; <b>Serpa Pinto</b> à Rua Rodrigues de Freitas; <b>Infante D. Henrique</b> à Rua Heliodoro Salgado; <b>Largo do Hotel de Turismo</b> ao Largo dos Mártires da República; <b>Rua Mouzinho de Albuquerque</b> à segunda Rua Mouzinho da Silveira; <b>Rua de Francisco António Patrício</b> à Rua 31 de Janeiro; <b>Travessa da Misericórdia</b> à Travessa do Hospital; <b>Largo João de Deus</b> ao Largo dos Correios; <b>Travessa da Escola</b> à Rua João de Deus; <b>Rua Dr. Sobral</b> à Rua do Cativo; <b>Rua Mestre de Avis</b> à Rua França Borges; <b>Largo Frei Pedro da Guarda</b> ao Largo Serpa Pinto; <b>Rua João Pinto Ribeiro</b> à Rua que fica entre a Rua Mestre de Avis e o Seminário; <b>Rua Ribeiro Sanches</b> à Rua do Internato; <b>Rua Pedro Álvares Cabral</b> à rua em princípio no chamado Bairro dos Polícias; <b>Rua José Clemente Pereira</b> à rua que dá ligação entre a Rua João Pinto Ribeiro e a Rua Santos Lucas; <b>Rua do Alcaide Gil Cabral</b> à entrada da cidade pelo lado de Alfarazes; <b>Rua Afonso de Albuquerque</b> à ligação da Rua Mestre de Avis com a de Nuno Álvares; acrescentar <b>da Beira, à Rua do Príncipe.</b> Para justificar estas alterações dão-se os seguintes esclarecimentos: Sacadura Cabral foi aluno do nosso liceu e fez a gloriosa travessia do Atlântico; Soeiro Viegas, foi o primeiro Alcaide da Guarda que assinou o foral de D. Sancho; S. Francisco de Assis, é da tradição que esteve na Guarda, é a figura mais universalmente conhecida e respeitada; todo o actual jardim e terreno do extinto Largo de 5 de Outubro, foi durante séculos conhecido pelo nome de Campo de S. Francisco; Afonso de Albuquerque é o grande conquistador da Índia; o Infante D. Henrique, é o herói dos descobrimentos, figura grandiosa da nossa História, que fica bem em paralelo com Vasco da Gama, o descobridor da Índia; Mouzinho de Albuquerque é ao lado de João de Almeida, Alves Roçadas e Serpa Pinto um exemplo de virtudes militares; Gil Cabral foi o Alcaide que defendeu a cidade contra Castela.</p> <p>A actual Rua João de Deus só tem a porta da cadeia, justo é que ao lírico se consagre todo o Largo dos Correios, ficando a Rua João de Deus, a chamar-se</p>

	<p>Rua ou Travessa da Escola; Francisco Patrício foi uma grande figura da nossa terra, homem de grande iniciativa e, digno por isso, da homenagem que se propõe; Serpa Pinto merece que a Guarda lhe recorde o seu nome, mas como no actual Largo Serpa Pinto se vai colocar por lembrança de Nuno de Montemor e oferta do Senhor Governador Civil, num azulejo de Frei Pedro da Guarda, o herói nascido na Guarda que morreu com fama de Santo e que abençoou as naus de Vasco da Gama e que fundou o primeiro hospital(?) nesta cidade, parece justo que se lhe atribua a ele o nome de Largo, dedicando a Serpa Pinto a Rua imediatamente contígua; como se restitui ao Largo de S. Pedro o antigo nome, ficará o nome do Dr. Sobral ou na Rua do Cativo ou na Rua do Cemitério, conforme se entender melhor. Para fazer paralelo à Rua Nuno Álvares, tem de ficar a do seu companheiro e amigo Mestre de Avis, que viveu nesta cidade, aqui teve dois filhos e um deles veio mais tarde a ser o primeiro Duque de Bragança, tronco de todas as famílias reais da Europa. A Rua do Internato contígua ao Hospital, recordará o nome de Ribeiro Sanches, médico famoso que esteve na Corte da Imperatriz da Rússia, que estudou na Guarda e aqui dirigiu durante algum tempo o Hospital. À nova rua aberta, a ligar com a Mestre de Avis, fica bem o nome de Rua João Pinto Ribeiro, juiz de fora em Pinhel e um dos fautores da Revolução de 1640, pois vão ficar ali as casas dos magistrados. À nova rua que vai abrir-se por detrás do Largo de S. João pôr-se-á o nome de Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil e à outra Rua Nova entre a de João Pinto Ribeiro e Santos Lucas, ficará a Rua de José Clemente Pereira, natural deste distrito e que manteve no Brasil o nosso prestígio de portugueses. Outras figuras haveria ainda a recordar mas de momento e dada a urgência que nos é pedida na elaboração do parecer, entendemos que poderá ficar assim. Manter-se-ão todas as outras denominações. Foi ainda lembrado que às actuais ruas Batalha Reis e do Carvalho se desse os nomes de Rua da Covilhã e de Pinhel, mas ponderou-se que apesar da boa intenção, poderia isso importar certos melindres e resolveu-se, portanto, que ficasse isso pendente de futuras deliberações. A Comissão de Toponímia da Guarda».</p>
20/09/1950	<p>Deliberou a Câmara, por unanimidade, homenagear a memória de tão eminente vulto da Nação Portuguesa, dando o nome de «<b>Rua de S. João de Deus</b>» à artéria que saindo da Rua Mestre de Avis, vai dar a um novo arruamento a abrir para ligação com o seminário».</p>
27/12/1950	<p>«atendendo a algumas reclamações feitas, a Câmara resolveu fazer as seguintes alterações nas denominações das Ruas: 1º - manter as denominações de <b>Rua Francisco de Passos e Bernardo Xavier Freire</b> mas aquela até ao Largo de S. Vicente e esta até à Rua de D. Dinis. O troço que vai do Largo de S. Vicente até final continua a denominar-se <b>Rua Direita</b> e a outra parte da Rua Bernardo Xavier Freire terá o nome de <b>S. Vicente de Paulo</b>. 2º - manter as antigas denominações <b>D. Luís I</b> e <b>Poço do Gado</b>, aguardando-se a abertura de uma nova Rua para se lhe dar o nome de Francisco António Patrício. 3º - dar o nome de <b>Travessa da Rainha Santa</b> à que fica entre a Rua Bernardo Xavier Freire e o Beco de(a) Malta. Esta e daqui em diante».</p>
28/11/1951	<p>«atendendo a que a rainha D. Amélia foi a fundadora da Assistência Nacional aos Tuberculosos e que foi o sanatório da Guarda o primeiro a ser construído, tendo vindo a própria rainha e D. Carlos assistir à sua inauguração em 1907, foi deliberado, por unanimidade e por proposta do Senhor Presidente, dar à avenida constituída pelo troço da Estrada Nacional nº 18 que desde a Rua Batalha Reis vai a todo o longo do Sanatório o nome de <b>Avenida da Rainha D. Amélia</b>».</p>
28/11/1951	<p>«Havendo duas ruas novas ainda sem designação, no Bairro do Bomfim, foi resolvido dar à rua que vai da Afonso de Albuquerque em direcção a Alfarazes o nome de <b>Álvaro Gil Cabral</b>, avô de Pedro Álvares Cabral e alcaide da Guarda</p>

	que se opôs heroicamente aos invasores castelhanos no interregno pela morte de D. Fernando – e o nome de <b>D. Afonso V</b> à rua que liga a Mestre de Avis com a Rua do Seminário, porque D. Afonso V teve cortes aqui na Guarda em 1465».
<b>6/02/1952</b> <b>16/07/1952</b>	Por unanimidade foi deliberado que em homenagem à venerável memória daquele ínclito Prelado [D. José Alves Matoso] «se dê o seu nome a uma rua ou largo da cidade cuja escolha deverá ser feita numa das próximas reuniões deste corpo administrativo». Na acta de 16/07/1952, «Em aditamento à deliberação tomada na reunião ordinária desta Câmara Municipal de 6/02/1952, foi por unanimidade deliberado que se dê o nome de <b>D. José Alves Matoso</b> à rua conhecida por Rua do Seminário, que liga a Rua João Pinto Ribeiro, no seu extremo sul, com a Rua de São João de Deus».
<b>13/05/1953</b>	Por proposta do Senhor Presidente, unanimemente aprovada, «foi deliberado dar nome às novas artérias que ainda o não possuem, e, assim, a rua que parte da Rua Mestre de Avis e desemboca na rua também sem nome que lhe é perpendicular e que nasce na João Pinto Ribeiro passa a denominar-se <b>Rua D. Afonso V</b> , que fez cortes aqui na Guarda; a que, como se disse, é a esta perpendicular e, partindo da dita Rua João Pinto Ribeiro defronte de uma das casas dos Magistrados vem terminar no projectado prolongamento da Rua D. José Alves Matoso, denominar-se-á <b>Rua D. Manuel Vieira de Matos</b> , grande prelado egitaniense que fez a capela do seminário, o edifício onde estão os correios e o reformatório e melhorou muito o seminário, que é uma das fontes de vida da cidade».
<b>4/08/1954</b>	«A Câmara considerando os actos de heroicidade praticados pelos nossos irmãos defensores de Dadrá na defesa da integridade da Pátria; considerando o espírito de exaltado patriotismo que esses portugueses revelaram perante a pretensa e ignóbil usurpação dessa pequena e indefesa parcela do nosso território na Índia; considerando que com o sacrifício da própria vida por alguns foi veementemente repellido o vil atentado contra a soberania nacional; considerando que na sagrada defesa da Pátria tombaram alguns dos nossos irmãos ali residentes, perante quem rendemos o preito da nossa homenagem pelo seu acendrado patriotismo; a Câmara, por proposta do excelentíssimo presidente, deliberou que a uma das ruas desta cidade seja dada a patriótica designação de Rua dos Heróis de Dadrá». Por proposta do Excelentíssimo Presidente, unanimemente aprovada, «foi deliberado que, em complemento da deliberação camarária de 4/08/1954, a Rua do Mercado, desta cidade, sita no Bairro do Bomfim e que é transversal às Ruas de São João de Deus e Santos Lucas, passe a denominar-se <b>Rua Heróis de Dadrá</b> , em homenagem ao exaltado patriotismo revelado por esse punhado de portugueses que tombaram em defesa da Pátria».
<b>9/02/1959</b>	«Foi deliberado denominar de <b>Travessa do Duque de Bragança</b> à Travessa existente no Bairro de Casas de Renda Económica, desta cidade, que liga a Rua Duque de Bragança à Rua Francisco Patrício».
<b>11/07/1960</b>	Foi presente o relatório da Comissão de Toponímia citadina a que se refere a deliberação deste corpo administrativo de 9/05/1960, tendo a Câmara sancionado as conclusões do referido relatório e deliberado aprovar, nos termos do nº 4 do artigo 50 do Código Administrativo, as seguintes denominações de ruas e outros lugares públicos: «Restaurar a antiga denominação de <b>Rua do Cativo</b> à rua compreendida entre a Rua Serpa Pinto, junto à Capela de São Pedro e a Rua do Encontro. Dar aos arruamentos novos os seguintes nomes: <b>Rua Almirante Gago Coutinho</b> , à parte da nova Rua do Carvalho desde a casa de Francisco Simão até à Estrada Nacional; <b>Rua Padre António Vieira</b> à Rua que parte do cruzamento das Ruas D. José Alves Matoso com a Rua D. Manuel Vieira de Matos e termina na Rua Álvaro Gil Cabral, junto ao Bairro Salazar; <b>Rua Almeida Garrett</b> , à rua

	<p>que parte da Rua Afonso de Albuquerque, junto ao Bairro Salazar, em direcção à Capela da Senhora dos Remédios; <b>Rua Alexandre Herculano</b> à rua que vai do cruzamento das ruas Vasco Borges e Soeiro Viegas em direcção ao Parque Municipal e futuro liceu masculino; <b>Rua de Olivença</b> à rua conhecida por Rua do Moinho do Vento, que vai da Rua Mestre de Avis à casa do Tenente Pedro Joaquim; <b>Avenida do Estádio Municipal</b> à avenida que parte do fundo da Rua D. Luís I até ao Estádio Municipal.</p> <p>Atribuir os nomes de <b>Avenida Coronel Orlando de Carvalho</b> ao Largo do Hotel de Turismo e avenida que parte deste em direcção ao edifício do Club Egitanense; <b>Rua Dr. Sobral</b> à rua que vai da Rua Soeiro Viegas, junto do liceu, até ao cemitério; <b>Rua Paiva Couceiro</b> à antiga Rua 1º de Maio, que vai do Largo do Espírito Santo ao posto de polícia de viação e trânsito.</p> <p>Esclarecer que: a <b>Rua General Póvoas</b> vai da Rua D. Luís I, junto à Praça Luís de Camões até ao novo edifício onde funciona a Escola Industrial e Comercial; <b>Rua Mouzinho de Albuquerque</b> é a rua que vai da Rua Marquês de Pombal, junto ao edifício dos Correios até ao cruzamento das Ruas do Carvalho e Rua Dr. Manuel de Arriaga; <b>Rua Mouzinho da Silveira</b> é a rua que vai do Largo de São João até ao fundo da Rua Dr. Lopo de Carvalho; <b>Largo de São Francisco</b> é o que fica a nascente do Hotel de Turismo entre as Ruas Nuno Álvares e Marquês de Pombal.</p> <p>Manter os nomes de todas as restantes ruas, largos, praças e travessas da cidade, a fim de evitar confusões e naturais reparos.</p> <p>Por proposta do vereador Excelentíssimo Senhor Tenente José Luís Simão Saraiva foi resolvido que oportunamente se designe uma Comissão encarregada de rever na totalidade a toponímia citadina, por forma a que, tanto pelo mesmo excelentíssimo vereador foi também proposto que a novos arruamentos da cidade sejam postas denominações já havidas na Guarda, tais como Rua 31 de Janeiro e Largo 5 de Outubro».</p>
30/07/1962	«Foi deliberado designar o arruamento em frente do Quartel desta cidade e que vai da Estrada Nacional 18 até ao Sanatório do Dr. Proença como sendo a <b>Rua do Batalhão de Caçadores 7</b> ».
20/01/1964	«A Câmara deliberou designar de <b>Rua de Montemor</b> ao arruamento já em parte aberto, que tem início na Rua Nuno Álvares (junto ao Lactário) atravessará as paradas do Quartel, limitando as Ruas de São João de Deus e Dr. Santos Lucas e que continua até às proximidades da cerca do Seminário, conforme se encontra previsto no antepiano de urbanização».
4/01/1965	«A Câmara considerando os relevantes serviços prestados a esta cidade como oficial ilustre e prestimoso vereador deste corpo administrativo durante largos anos, onde desenvolveu uma importante acção em prol do desenvolvimento e progresso desta cidade e concelho, deliberou designar a nova rua sita no Bairro de São João, nesta cidade, que vai do Largo Augusto Gil à Rua Dr. Manuel de Arriaga por <b>Rua General Pinto Monteiro</b> ».
26/04/1965	«A Câmara considerando o interesse sempre manifestado por Sua Ex. <sup>a</sup> , o Sr. Engenheiro Alberto Saraiva e Sousa, por todos os problemas desta cidade e concelho durante o longo período em que exerceu as altas funções de subsecretário de Estado das Obras Públicas; <p>Considerando os relevantes serviços prestados por Sua Ex.<sup>a</sup> à Guarda e seu termo que na superior orientação das Obras Públicas levadas a efeito durante o seu mandato como membro do governo, como ainda o patrocínio e concessão de participação do Estado para a sua realização;</p> <p>Considerando que a Sua Ex.<sup>a</sup> se devem em grande parte algumas das mais importantes realizações levadas a efeito nesta cidade nos últimos anos, como seja a construção da Rua do Asilo e arranjo urbanístico em volta do Liceu e Sé da</p>

	<p>Guarda; abertura e pavimentação de arruamentos; revisão do Antepiano de Urbanização; construção de bancadas do Campo de Jogos e do Lavadouro da Dorna; localização do Liceu e da Escola Técnica e respectiva aquisição de terrenos; remodelação de águas e esgotos, etc.</p> <p>A Câmara, usando da faculdade que lhe confere o nº 4 do artigo 50 do Código Administrativo, deliberou por unanimidade denominar a antiga Rua do Asilo como «<b>Rua Engenheiro Saraiva e Sousa</b>».</p> <p>Mais foi deliberado encarregar o excelentíssimo Presidente de dar conhecimento desta deliberação a sua Excelência por cópia autêntica da presente deliberação.</p>
<p>12/09/1966</p> <p>26/09/1966</p>	<p>«Foi presente um requerimento em que vários habitantes da <b>Rua do Poço do Gado</b> expõem a esta Câmara Municipal que se sentem diminuídos por virtude da nomenclatura da rua dado que a generalidade das pessoas a associam a factos vergonhosos da vida social e solicitam que à mesma seja dado outro nome [...].</p> <p>A Câmara concorda com o alegado e com a informação deliberando alterar a nomenclatura da rua, reservando, porém, a escolha para a próxima reunião.</p> <p>«em complemento da deliberação tomada por este corpo administrativo em sua reunião de 12/09/1966, a Câmara deliberou dar à referida rua o nome de <b>Travessa de São Vicente</b>».</p>
21/11/1966	<p>«Pelo Sr. Presidente foi dito que no próximo dia 26 [26/11/1966] se procederá à inauguração solene do Bairro de Casas de Renda Económica, levado a efeito pelas Habitações Económicas – Federação das Caixas de Previdência em colaboração com esta Câmara Municipal. Este melhoramento e outro em curso e em vias de início, como seja o pavilhão gimno-desportivo, o centro de formação profissional e o novo bairro a levar a efeito, em face do acordo hoje aprovado, constituem uma obra grandiosa, já pelos capitais investidos, já pelo que representam de interesse para o desenvolvimento e progresso da cidade e concelho devendo-se, fundamentalmente à actividade do ilustre guardense que hoje brilhantemente, exerce o alto cargo de Ministro das Corporações e Previdência Social.</p> <p>Entende que seria oportuno e da mais elementar justiça manifestar a Sua Excelência o agradecimento desta Câmara Municipal o que poderia fazer-se atribuindo o seu nome a um dos arruamentos da cidade.</p> <p>A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Excelentíssimo Presidente e dar à avenida que da Estrada Nacional 16 liga ao estádio municipal o nome de <b>Avenida Professor Doutor Gonçalves Proença</b>».</p>
<p>13/11/1973</p> <p>11/12/1973</p>	<p>A Câmara deliberou atribuir o nome de <b>Fundação Gulbenkian</b> à rua em construção entre o Lar Feminino e a Rua Almirante Gago Coutinho.</p>

► Período de 25/04/1974 a 31/12/1980 (REGIME DEMOCRÁTICO)

Acta	Proposta/alteração exarada em acta
8/10/1974	«Foi deliberado alterar a designação de Rua D. Luís I para Rua <b>Trinta e Um de Janeiro</b> e estudar a nova toponímia das Ruas e Largos da cidade».
5/11/1974	«A Comissão deliberou substituir a designação do actual Bairro Salazar, que passa a designar-se por <b>Bairro Vinte e Cinco de Abril</b> ».
1/04/1975	<p>«Foi deliberado dar aos arruamentos e largos abaixo referidos, as seguintes designações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ao arruamento que serve as Lameirinhas e que se desenvolve a partir da estrada que envolve o estádio municipal até ao extremo do bairro, Rua da Boa Esperança, numerando-se a partir do seu início, os prédios com os números ímpares à direita e pares à esquerda, a partir de 1 e 2, respectivamente;</li> <li>- ao actual Largo Marechal Carmona, <b>Largo General Humberto Delgado</b>;</li> <li>- à actual Avenida Dr. Gonçalves de Proença, <b>Avenida Dr. Afonso Costa</b>»</li> </ul>

20/05/1975	<p>«Foi presente o estudo toponímico para as Lameirinhas que estabelece as seguintes denominações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Rua do Estádio Municipal</b> – rua circundante do estádio municipal;</li> <li>- <b>Rua da Boa Esperança</b> – arruamento com início na Rua da Alegria, desenvolvendo-se no sentido Sul até às últimas construções existentes, do actual Bairro das Lameirinhas;</li> <li>- <b>Rua da Alegria</b> – arruamento desde a Rua do Estádio Municipal desenvolvendo-se para poente no sentido da Catraia da Alegria;</li> <li>- <b>Rua das Flores</b> – arruamento com início na Rua da Boa Esperança desenvolvendo-se para poente em direcção à cerca do Sanatório Sousa Martins;</li> <li>- <b>Praceta Mira-Serra</b> – praceta entre a zona sul da Rua da Alegria e a zona poente da Rua da Boa Esperança.</li> </ul> <p>A Comissão deliberou aprovar o estudo e efectuar a numeração dos prédios, com números pares a partir de 2 desde o seu início do lado esquerdo e ímpares a partir de 1 desde o seu início do lado direito, dando, portanto, aqueles nomes às ruas».</p>
13/07/1976	<p>«Em complemento da deliberação tomada na reunião ordinária de 1/07/1976 e considerando tudo o que foi dito precedendo a uma deliberação a Comissão deliberou atribuir à hoje chamada Avenida do Torreão a designação de <b>Avenida dos Bombeiros Voluntários Egitanenses</b>».</p>
3/11/1977	<p>«Por proposta do Excelentíssimo Presidente que aprovou por unanimidade, a Câmara Municipal, considerando que é seu imperioso dever homenagear aquelas personalidades que, de algum modo, prestaram relevantes serviços à cidade e seu concelho; considerando que é de inteira justiça reconhecer publicamente, os serviços prestados; considerando e ciente de que interpreta o sentir das populações que jamais deixarão de recordar aqueles que durante toda a vida, a devotaram ao Bem e à Justiça, deliberou: denominar as: rua sita entre a General Póvoas e o Parque Municipal de <b>Rua Comandante Salvador do Nascimento</b>; rua denominada actualmente por Travessa da Estrela de <b>Rua Dr. António Júlio</b>; Praceta denominada actualmente por Duque de Bragança de <b>Praça Dr. Alberto Dinis da Fonseca</b>.</p> <p>O troço de rua compreendido entre o Largo de São João (de Deus?) e o largo fronteiro à Escola Adães Bermudes de <b>Rua Dr. Joaquim Bernardo</b>. Deliberou ainda denominar o actualmente conhecido por Bairro dos Desalojados por <b>Bairro da Fraternidade</b>.</p> <p>Foi deliberado ainda convidar os descendentes das personalidades acima indicadas para assistirem ao descerramento das placas que assinalarão aquelas ruas, devendo tal cerimónia ser feita publicamente e em data a marcar».</p>
11/09/1979	<p>«A Câmara deliberou designar <b>Rua 5 de Outubro</b> o arruamento descendente, no loteamento junto à Estrada do Bomfim, do lado direito».</p>



1900	1910	1926	1933	1974	1980
Parque da Dorna	Avenida Carlos Borrego	Avenida Carlos Borrego	Avenida Carlos Borrego	-	-
<b>Praça Luís de Camões</b>	<b>Praça Luís de Camões</b>	<b>Praça Luís de Camões</b>	<b>Praça Luís de Camões</b>	<b>Praça Luís de Camões</b>	<b>Praça Luís de Camões</b>
Quinta dos Plames / Pelames	Quinta dos Plames / Pelames	Quinta dos Pelames	Quinta dos Pelames	-	-
Rua Asilo D. Maria Pia	Rua Asilo D. Maria Pia	Rua do Asilo D. Maria Pia	Rua do Asilo D. Maria Pia	Rua Engenheiro Saraiva e Sousa	Rua Engenheiro Saraiva e Sousa
Rua Batalha Reis	Rua Batalha Reis	Rua Batalha Reis	Rua Batalha Reis	Rua Batalha Reis	Rua Batalha Reis
<b>Rua da Bandeira</b>	<b>Rua da Bandeira</b>	<b>Rua da Bandeira</b>	<b>Rua da Bandeira</b>	<b>Rua Alcaide Soeiro Viegas / Rua Sacadura Cabral</b>	<b>Rua Alcaide Soeiro Viegas / Rua Sacadura Cabral</b>
Rua da Fontinha	Rua da Fontinha	Rua das Tílias	Rua das Tílias	Rua das Tílias	Rua Comandante Salvador do Nascimento (troço)
<b>Rua da Glória</b>	<b>Rua da Glória</b>	<b>Rua da Glória</b>	<b>Rua da Glória</b>	<b>Rua da Glória</b>	<b>Rua da Glória</b>
Rua da Liberdade	Rua da Liberdade	Rua da Liberdade	Rua da Liberdade	Rua da Liberdade	Rua da Liberdade
<b>Rua da Paz</b>	<b>Rua da Paz</b>	<b>Rua da Paz</b>	<b>Rua da Paz</b>	<b>Rua da Paz</b>	<b>Rua da Paz</b>
<b>Rua da Torre</b>	<b>Rua da Torre</b>	<b>Rua da Torre</b>	<b>Rua da Torre</b>	<b>Rua da Torre</b>	<b>Rua da Torre</b>
<b>Rua da Trindade</b>	<b>Rua da Trindade</b>	<b>Rua da Trindade</b>	<b>Rua da Trindade</b>	<b>Rua da Trindade</b>	<b>Rua da Trindade</b>
<b>Rua da Vitória</b>	<b>Rua da Vitória</b>	<b>Rua da Vitória</b>	<b>Rua Augusto Gil</b>	<b>Rua Augusto Gil</b>	<b>Rua Augusto Gil</b>
<b>Rua das Oliveiras</b>	<b>Rua das Oliveiras</b>	<b>Rua das Oliveiras</b>	<b>Rua das Oliveiras</b>	<b>Rua das Oliveiras</b>	<b>Rua das Oliveiras</b>
<b>Rua das Taipas</b>	<b>Rua das Taipas</b>	<b>Rua das Taipas</b>	<b>Rua das Taipas</b>	<b>Rua das Taipas</b>	<b>Rua das Taipas</b>
<b>Rua de D. Dinis</b>	<b>Rua de D. Dinis</b>	<b>Rua Dr. Bernardo Xavier Freire</b>	<b>Rua Dr. Bernardo Xavier Freire</b>	<b>Rua Dr. Bernardo Xavier Freire e Rua de São Vicente de Paulo</b>	<b>Rua Dr. Bernardo Xavier Freire e Rua de São Vicente de Paulo</b>
<b>Rua de D. Luís I</b>	<b>Rua de D. Luís I</b>	<b>Rua 31 de Janeiro</b>	<b>Rua 31 de Janeiro</b>	<b>Rua D. Luís I</b>	<b>Rua 31 de Janeiro</b>
<b>Rua de D. Sancho I</b>	<b>Rua de D. Sancho I</b>	<b>Rua de D. Sancho I</b>	<b>Rua de D. Sancho I</b>	<b>Rua de D. Sancho I</b>	<b>Rua de D. Sancho I</b>
Rua de Santo António	Rua de Santo António	Rua de Santo António / Rua Rodrigues de Freitas	Rua de Santo António / Rua Rodrigues de Freitas	Rua Serpa Pinto	Rua Serpa Pinto





1900	1910	1926	1933	1974	1980
	Praça da Boavista	Praça da República	Praça da República	Praça da República	Praça da República
	Rua Conselheiro Abel Andrade	Rua João de Deus	Rua João de Deus	Travessa da Escola	Travessa da Escola
	Rua Dr. Francisco dos Prazeres	Rua Dr. Francisco dos Prazeres	Rua Dr. Francisco dos Prazeres	Rua Dr. Francisco dos Prazeres	Rua Dr. Francisco dos Prazeres
	Rua Mário de Sousa Dias	Rua Mário de Sousa Dias /R. Mestre de Avis (troço)	Rua Mário de Sousa Dias /R. Mestre de Avis (troço)	Rua Mestre de Avis (troço)	Rua Mestre de Avis (troço)
		Esplanada / Largo Mártires da Pátria / Mártires da República	Largo / Esplanada Mártires da Pátria / Mártires da República	Largo do Hotel de Turismo / Avenida Coronel Orlindo de Carvalho (troço)	Avenida Coronel Orlindo de Carvalho (troço)
		Esplanada de Santo André	Esplanada de Santo André	Esplanada de Santo André	Esplanada de Santo André
		Esplanada Mirafonso e Fonte Mirafonso	Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra	Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra	Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra
		Largo dos Correios	Largo dos Correios	Largo João de Deus	Largo João de Deus
		Rua da Boa Vista	Rua da Boa Vista	-	-
		<b>Rua do Poço do Gado</b>	<b>Rua do Poço do Gado</b>	<b>Travessa de São Vicente</b>	<b>Travessa de São Vicente</b>
		Rua Dr. Manuel de Arriaga	Rua Dr. Manuel de Arriaga	Rua Dr. Manuel de Arriaga	Rua Dr. Manuel de Arriaga
		Rua Dr. Vasco Borges	Rua Dr. Vasco Borges	Rua Dr. Vasco Borges	Rua Dr. Vasco Borges
		Rua Gomes Freire	Rua Gomes Freire	Rua Dr. Santos Lucas	Rua Dr. Santos Lucas
		Travessa do Carvalho	Travessa do Carvalho	Travessa do Carvalho	-
				Avenida Coronel Orlindo de Carvalho	Avenida Coronel Orlindo de Carvalho
				Avenida da Rainha D. Amélia	Avenida da Rainha D. Amélia
				Avenida do Estádio Municipal / Av. Professor Dr. Gonçalves Proença	Avenida Dr. Afonso Costa

1900	1910	1926	1933	1974	1980
				Avenida do Torreão	Avenida dos Bombeiros Voluntários Egitanenses
				Bairro de Casas de Renda Económica	Bairro de Casas de Renda Económica / B. da Caixa
				Bairro dos Polícias	Bairro dos Polícias
				Bairro Salazar / Bairro para Classes Pobres	Bairro 25 de Abril
				<b>Beco de Malta</b>	<b>Beco de Malta</b>
				Praceta Duque de Bragança	Praça Dr. Alberto Dinis da Fonseca
				Rua Afonso de Albuquerque	Rua Afonso de Albuquerque
				Rua Alexandre Herculano	Rua Alexandre Herculano
				Rua Almeida Garrett	Rua Almeida Garrett
				Rua Almirante Gago Coutinho	Rua Almirante Gago Coutinho
				Rua D. Afonso V	Rua D. Afonso V
				Rua D. José Alves Matoso	Rua D. José Alves Matoso
				Rua D. Manuel Vieira de Matos	Rua D. Manuel Vieira de Matos
				Rua de Olivença	Rua de Olivença
				Rua de S. João de Deus	Rua de S. João de Deus
				Rua de São Francisco [de Assis]	Rua de São Francisco [de Assis]
				Rua Álvaro Gil Cabral	Rua Álvaro Gil Cabral
				Rua do Batalhão de Caçadores 7	Rua do Batalhão de Caçadores 7
				Rua Dr. Sobral	Rua Dr. Sobral
				Rua Duque de Bragança	Rua Duque de Bragança

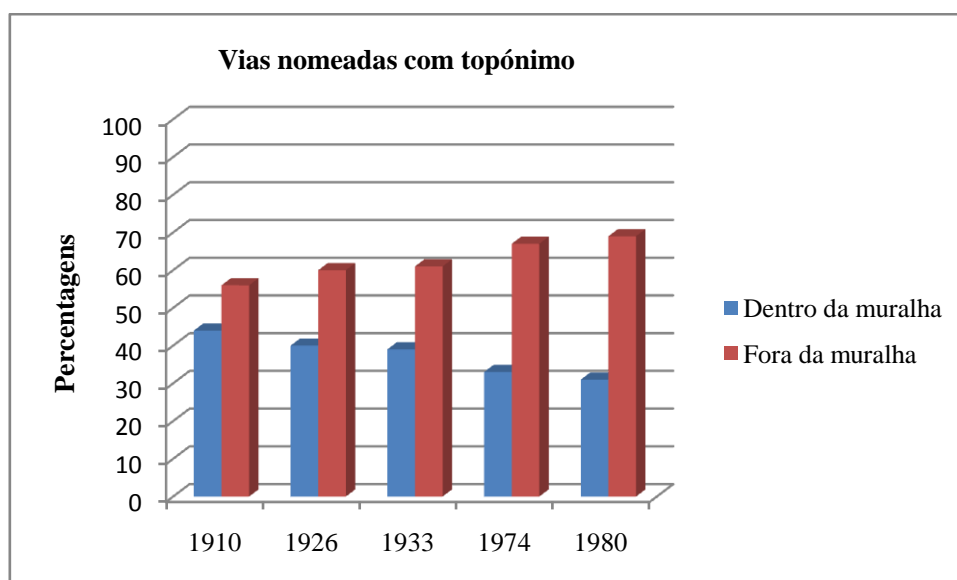
1900	1910	1926	1933	1974	1980
				Rua Fundação Gulbenkian	Rua Fundação Gulbenkian
				Rua General Pinto Monteiro	Rua General Pinto Monteiro
				Rua João Pinto Ribeiro	Rua João Pinto Ribeiro
				Rua José Clemente Pereira	Rua José Clemente Pereira
				Rua Nuno de Montemor	Rua Nuno de Montemor
				Rua Padre António Vieira	Rua Padre António Vieira
				Rua Paiva Couceiro	Rua Paiva Couceiro
				Rua Pedro Álvares Cabral	Rua Pedro Álvares Cabral
				Rua Ribeiro Sanches	Rua Ribeiro Sanches
				<b>Travessa da Rainha Santa</b>	<b>Travessa da Rainha Santa</b>
				Travessa do Duque de Bragança	Travessa do Duque de Bragança
					Bairro da Fraternidade
					Praceta Mira-Serra
					Rua 5 de Outubro
					Rua Comandante Salvador do Nascimento
					Rua da Alegria
					Rua da Boa Esperança
					Rua do Estádio Municipal
					Rua das Flores
					Rua de Francisco António Patrício
					Rua Dr. Joaquim Bernardo

**ANEXO C**  
**Análise estatística da evolução da toponímia, desde 1900 até 1980**

**Quadro 1** - Total de vias nomeadas, e percentagens, desde 1900 até 1980.

Total de vias nomeadas e percentagens										
	1910		1926		1933		1974		1980	
<b>Dentro da muralha</b>	35	44%	36	40%	36	39%	40	33%	40	31%
<b>Fora da muralha</b>	45	56%	55	60%	56	61%	81	67%	87	69%
<b>Total de vias</b>	<b>80</b>		<b>91</b>		<b>92</b>		<b>121</b>		<b>127</b>	

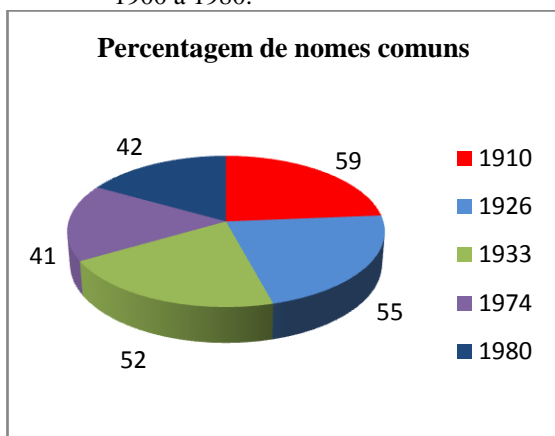
**Gráfico 1** - Total de vias nomeadas, em percentagem, desde 1900 até 1980.



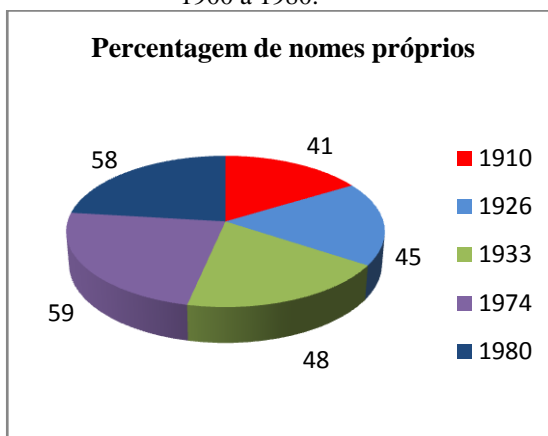
**Quadro 2** – Tipologia dos topónimos atribuídos e das novas atribuições, desde 1900 até 1980.

Cronologia	Total de topónimos		Novas atribuições			
	Nomes comuns %	Nomes próprios %	Total de topónimos atribuídos	Nomes comuns %	Nomes próprios %	Reposição de nomes anteriores %
<b>1910</b>	59%	41%	12	0%	100%	0%
<b>1926</b>	55%	45%	31	35%	52%	13%
<b>1933</b>	52%	48%	4	25%	50%	25%
<b>1974</b>	41%	59%	61	12%	60%	28%
<b>1980</b>	42%	58%	14	50%	43%	7%

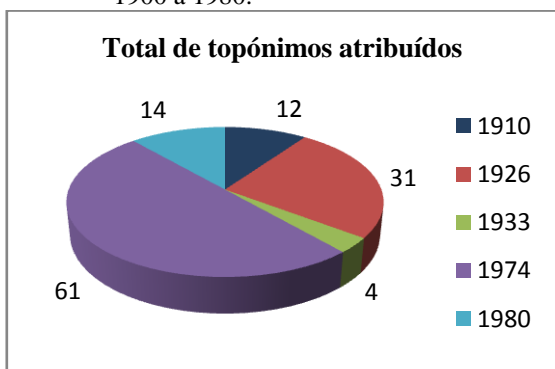
**Gráfico 2.** Percentagens de nomes comuns, de 1900 a 1980.



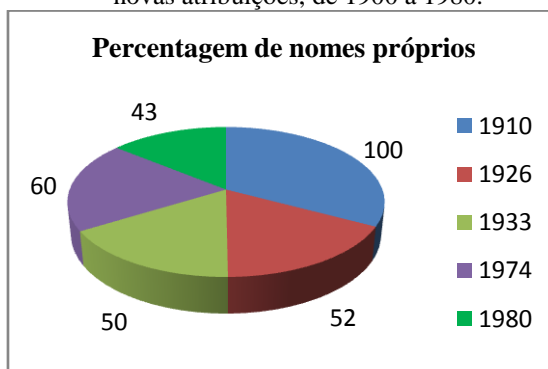
**Gráfico 3.** Percentagens de nomes próprios, de 1900 a 1980.



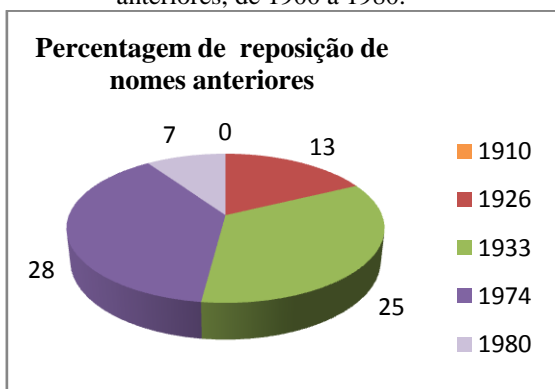
**Gráfico 4.** Total de topónimos atribuídos, de 1900 a 1980.



**Gráfico 5.** Percentagem de nomes próprios nas novas atribuições, de 1900 a 1980.



**Gráfico 6.** Percentagem de reposição de nomes anteriores, de 1900 a 1980.



## ANEXO D

### Notas biográficas sobre os homenageados na toponímia

Entre 1900 e 1980, a Câmara Municipal, detentora da prerrogativa de nomear as vias urbanas, prestou homenagem toponímica a muitas personalidades que, de algum modo, alcançaram relevância no território nacional ou na região da Guarda. Além da forma directa de nomeação, a antroponímia encontra-se algumas vezes dissimulada nas designações de vias públicas por intermédio dos edifícios que aí foram construídos. De facto, muitos dos topónimos apontam para os edifícios de prestígio e para aqueles que integram os serviços mais importantes no dia-a-dia dos cidadãos, alguns dos quais se encontram designados com o nome do anterior proprietário.

Os locais de culto, espaços abundantes e sobejamente conhecidos por todos, marcaram permanentemente a toponímia da cidade, designando os lugares desde tempos remotos. Permaneceram os cultos mais antigos<sup>409</sup> dedicados a São Pedro e a São Vicente, enquanto outros foram desaparecendo da memória, conjuntamente com a demolição das estruturas materiais dispersas pela cidade, igrejas e ermidas, como a de São Julião, de Santa Maria da Vitória, de São João e do Espírito Santo. Os «novos cultos», surgidos no final da Idade Média, também alcançaram significado na tessitura espacial. Fora dos muros estabeleceram-se o convento de São Francisco, da Província de Portugal, e a igreja de São Nicolau, dentro de muralhas localizava-se o convento de Santa Clara.

Seguidamente, procuraremos compreender o porquê das nomeações. Ficarão também um registo do esquecimento a que, com a mudança dos regimes políticos, foram votados alguns nomes de individualidades, em função de outros interesses mais prementes.

Para além destas figuras, outras se destacaram em iniciativas que visavam o desenvolvimento e a projecção da cidade em termos regionais, como Ladislau Patrício, Ernesto Pereira, Joaquim Dinis da Fonseca, entre outros. Em virtude de «preconceitos» políticos sobre o período do Estado Novo, muitas dessas individualidades não granjearam homenagens sem que decorressem algumas décadas, excepção feita a Alberto Dinis da Fonseca, preiteado nos primeiros anos do regime democrático.

A elaboração das notas biográficas seguintes foi efectuada, essencialmente, com base em duas obras de referência, o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, e o *Dicionário Enciclopédico*, da Lello Editores, para além das que foram citadas e referenciadas em nota.

---

<sup>409</sup> Segundo a classificação de Amélia Aguiar Andrade, op. cit., p. 130.

## ANEXO D

### Individualidades com ligação à cidade da Guarda

#### Atribuições entre 1900 e 1910

##### ► Rua Rui de Pina

##### Rui de Pina. Guarda, c. 1440 – Guarda, 1522.

De origem aragonesa, Rui de Pina era filho de Leonor Gonçalves e de Lopo Fernandes de Pina, escudeiro da casa de Afonso V e coudel-mor do distrito da Guarda.

Revelou grande capacidade de acção e, por isso, foi incumbido da realização de missões diplomáticas no reinado de D. João II e de D. Manuel I, entre as quais a de na corte dos reis católicos, em Barcelona, «compôr, como seu procurador [de D. João II], as controvérsias que havia entre estes príncipes por causa do descobrimento do mundo novo»<sup>410</sup>.

Foi escrivão, notário público, diplomata, cronista dos reinados de D. João II e D. Manuel I, e foi guarda-mor da Torre do Tombo.

A sua obra levanta algumas questões de honestidade intelectual, equacionadas desde logo por João de Barros e Damião de Góis que suspeitaram de apropriação de trabalho da autoria de Fernão Lopes e de Zurara para compôr a sua obra. Os críticos acentuam ainda erros e anacronismos imperdoáveis a um cronista oficial, omissões e parcialidade, para as quais também encontram a justificação da política de sigilo de D. João II e o facto de ser «historiador de palácio, homem da corte, político»<sup>411</sup>.

Escreveu as crónicas dos reis D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II.

A importância histórica foi memorada pela toponímia da cidade, ao atribuir o epónimo à Rua onde se situa a casa onde consta que nasceu, junto à Porta da Erva<sup>412</sup>. Da família de Rui de Pina muitos documentos históricos se encontram dispersos pela cidade, a Capela dos Pinas na Sé Catedral, a fundação da Igreja da Misericórdia, um túmulo na capela do Convento de São Francisco, uma quinta confinante a sudoeste com as Lameirinhas<sup>413</sup>.

---

<sup>410</sup> Carlos de Oliveira, op. cit., p. 144.

<sup>411</sup> Maria Emília Cordeiro Ferreira - «Pina, Rui de» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. V, p. 83.

<sup>412</sup> Terá falecido numa quinta situada nas proximidades da cidade, São Tiago, sendo sepultado «por depósito na igreja paroquial da Senhora do Mercado», para ser trasladado para a igreja do Convento de São Francisco, mas o pároco da freguesia opôs-se. Carlos de Oliveira, op. cit., p. 146.

<sup>413</sup> Maria Emília Cordeiro Ferreira, op. cit., pp. 81-83.

**► Largo Dr. Sobral**

**Francisco Maria de Barros e Vasconcelos da Cruz Sobral. Lisboa, 1843 ou 1845 – Guarda, 1888.**

Cirurgião-mor do Regimento de Infantaria N<sup>o</sup> 12, era vice-presidente do Jockey Club Egitanense, em 1884<sup>414</sup>.

A imprensa da Guarda dedicou-lhe páginas de memórias e de reconhecimentos no momento da sua morte, por suicídio, em 4 de Dezembro de 1888. A calúnia terá sido a razão da fatalidade, já augurada pelos amigos: «desgostos profundos deitaram por terra este gigante» que se destacava pela nobreza e magnanimidade das suas qualidades morais.

A sua morte foi considerada uma perda social, pois acorria a todos quantos o chamavam, «a maior parte das vezes de graça e muitas deixando dinheiro, muitas pagando os remédios»<sup>415</sup>, considerado benemérito na Vila de Manteigas, para onde foi como voluntário durante uma epidemia de tifo.

A população, de todas as classes e categorias, correu ao hospital a certificar-se da sua morte. Em sinal de luto, as pessoas vestiram-se de preto, a maior parte das casas encerraram as portas das janelas, nas casas de recreio como o Club Egitanense e o Monte-Pio os sócios suspenderam as distrações do costume.

Era tal a multidão de povo que em gritos de sentido pranto queria dar o último adeus ao benemérito Sobral, que foi preciso intervir a Polícia Civil, «nunca se viu um funeral tão concorrido e um homem tão chorado»<sup>416</sup>. A missa de *Requiem* foi organizada pela Associação dos Bombeiros Voluntários Egitanenses, da qual era o clínico<sup>417</sup>.

Foi construído um Mausoléu em terreno não sagrado do cemitério da Guarda por subscrição pública nacional. No primeiro aniversário da morte foi lançada a primeira pedra para o Mausoléu, para onde foram trasladados os restos mortais no dia 4 de Dezembro de 1894. Ao acto assistiram pessoas de Lisboa e de outros pontos do país. A imprensa noticia que «foi imponente a cerimónia, e em tudo digna da memória do ilustre extinto»<sup>418</sup>, cuja memória fica perpetuada pela Glória e pela Fama, simbolicamente representadas nas esculturas que ornamentam o mausoléu. A toponímia homenageou-o nomeando o Largo adjacente à capela de Santo António e a imprensa continuou a perpetuação da sua memória muito tempo decorrido sobre a morte<sup>419</sup>.

<sup>414</sup> Jornal *Districto da Guarda*, n<sup>o</sup> 328, de 15/06/1884.

<sup>415</sup> Jornal *O Comércio da Guarda*, n<sup>o</sup> 174, de 6/12/1888.

<sup>416</sup> Jornal *O Comércio da Guarda*, n<sup>o</sup> 174, de 6/12/1888.

<sup>417</sup> O jornal *O Comércio da Guarda*, n<sup>o</sup> 175 de 13/12/1888.

<sup>418</sup> Jornal *Districto da Guarda*, n<sup>o</sup> 875, de 9/12/1894.

<sup>419</sup> O jornal *Comércio da Guarda*, n<sup>o</sup> 225, de 5/12/1889, ao recordar o primeiro aniversário da morte escreve: «fazer da dignidade o lema da sua vida e da honra quase uma religião – é ter incontestável direito à gratidão dos coevos, ao registo da história e ao respeito da posteridade». No vigésimo aniversário, o jornal *O Combate*, n<sup>o</sup> 187, de 5/12/1908, prestou homenagem à memória «do médico ilustre e benemérito, cujo nome a Guarda tem guardado no mais íntimo das suas recordações, como guardou no monumento que lhe ergueu no seu cemitério». Cinquenta anos passados, os «velhos egitanenses» colocaram uma placa memorativa no mausoléu (Capítulo 2, Figura 7). Actualmente, o seu nome não consta da toponímia urbana.

**► Rua Lopo de Carvalho****Lopo José de Figueiredo de Carvalho. Sátão, 1857 – Guarda, 1922<sup>420</sup>.**

Em 1885, foi provido no partido de medicina da Guarda<sup>421</sup>, destacando-se como tisiologista. Em 1894, por concurso, foi nomeado Delegado de Saúde do distrito, função que já desempenhava interinamente<sup>422</sup>. Na sequência da Expedição à Serra da Estrela, e em consonância com Sousa Martins, foi impulsionador da construção do Sanatório para tratamento de doenças pulmonares, do qual veio a tornar-se director. Cooperou com a rainha D. Amélia e com o Dr. António Lencastre na organização da Associação Nacional dos Tuberculosos, participou em congressos em Paris e Roma, fez um estágio prolongado em Davos, na Suíça, deixou artigos em revistas especializadas, além dos relatórios sobre os tratamentos efectuados<sup>423</sup>.

Em 1894, foi representante da Escola Médico-Cirúrgica do Porto na cerimónia de trasladação dos restos mortais do Dr. Sobral para o Mausoléu<sup>424</sup>.

Os seus conhecimentos e interesse nesta área desencadearam um movimento público que culminou na construção de um consultório, em terreno cedido pelo município, para atendimento de doentes, edifício inaugurado em 30 de Maio de 1904<sup>425</sup>. Depois da sua morte, o consultório reverteu para o município, onde foi instalado o SLAT.

Em 1900, a Câmara Municipal decidiu homenageá-lo com a atribuição do nome à Rua do Arrabalde, onde possuía residência<sup>426</sup>. Em 1907, o jornal *O Combate* noticiava a atribuição da Comenda de Santiago<sup>427</sup>. O voto de pesar pela sua morte recorda-o como «facultativo da Câmara, Delegado de Saúde e Professor do Liceu, Director do Sanatório Sousa Martins e um dos homens de ciência conhecidos em Portugal e no estrangeiro»<sup>428</sup>.

<sup>420</sup> Geneall - «Lopo de Carvalho». [Em linha]. [Consult. 17 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL:[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=29843](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=29843)>.

<sup>421</sup> *Jornal Districto da Guarda*, nº 361, de 11/02/1885, reportando-se à acta da sessão da Câmara Municipal de 23 de Janeiro.

<sup>422</sup> *Jornal Districto da Guarda*, nº 361, de 11/02/1885.

<sup>423</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., [s. d.], vol. 6, p. 81.

<sup>424</sup> *Jornal Districto da Guarda*, nº 874, de 2/12/1894.

<sup>425</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 23 de Maio de 1904.

<sup>426</sup> Em 1955, este edifício foi doado pelos descendentes, Dr. Fausto Lopo Patrício de Carvalho e Lopo de Carvalho Cancela de Abreu, filho e neto, respectivamente, à Câmara Municipal, para ser destinado a biblioteca e arquivo. Não teve este fim, mas foi creche com o nome de D. Leopoldina Patrício de Carvalho, nome da esposa de Lopo de Carvalho, *Acta da Sessão de Câmara* de 8 de Fevereiro de 1955.

<sup>427</sup> *Jornal O Combate*, nº 108, de 25/05/1907.

<sup>428</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 20 de Julho de 1922.

### ▶ Avenida Carlos Borrego

#### **Carlos da Paixão Borrego. Guarda, c. 1855 – Guarda, 1916.**

Foi Padre com muito prestígio na cidade da Guarda. Em 1894, era Vice-Presidente do Monte-Pio Egitanense<sup>429</sup>. Em 1898, foi eleito, pelo Partido Progressista, para Presidente da Câmara Municipal, tendo tomado posse no dia 2/1/1899. Foi durante este mandato que foi inaugurada a iluminação eléctrica na cidade, que se tornou possível com a construção de uma central hidroeléctrica para aproveitamento da corrente do Rio Mondego no lugar do «Pateiro»<sup>430</sup>. Nos anos de 1900 e 1901, conforme as actas da sessão de Câmara, mantinha o mandato de Presidente.

Em 1909, na presidência do Dr. Francisco dos Prazeres, e também sacerdote, a Câmara Municipal prestou-lhe homenagem através da toponímia pelos serviços relevantes que dedicou ao município enquanto Presidente, sobretudo na obra de construção do Parque da Dorna.

### ▶ Avenida Marques dos Santos

#### **Manuel Marques dos Santos. [Guarda, 18--] - [Guarda, 19--].**

Era Vereador do município em 1885<sup>431</sup>, em 1899 desempenhava funções de Vice-Presidente, eleito pelo Partido Regenerador, tendo como pelouro a iluminação, limpeza e obras urbanas, e manteve as funções nos anos de 1900 a 1902. Foram Presidentes da Câmara nesses mandatos Carlos da Paixão Borrego e Arnaldo de Jesus Sacadura. Em 1903 tornou-se Presidente do município, função que manteve ainda no ano seguinte.

Por proposta do Vereador César Paúl foi homenageado com a atribuição do seu nome a uma das avenidas do Campo da Dorna, que ele próprio ajudou a fazer.

Em 1921, a Câmara aprova outra proposta de homenagem para lhe consagrar uma avenida no Parque da Dorna<sup>432</sup>, por ter sido «um dedicado trabalhador e um cidadão possuído dum belo sentimento cívico e patriótico».

### ▶ Largo Teles de Vasconcelos

#### **António Teles Pereira de Vasconcelos Pimentel. [Bouças, Matosinhos], 1833 - Lisboa, 1907.**

Desempenhou altos cargos ao serviço da monarquia, foi eleito Deputado às Cortes em 1858, onde exerceu vários mandatos até 1879. Depois de uma breve passagem pelo Governo Civil de Coimbra, em 1871, foi nomeado Par do Reino em 1881, tomando assento na Câmara dos Dignos Pares um ano depois. Em 1892, foi Ministro da Justiça e Ministro interino do Reino. Ocupou a presidência da

---

<sup>429</sup> Jornal *Districto da Guarda*, nº 854, de 15/07/1894.

<sup>430</sup> Geneall - «Carlos da Paixão Borrego». [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW: <URL:<http://pagfam.geneall.net/1392/pessoas.php?id=1022844>>.

<sup>431</sup> Jornal *Districto da Guarda*, nº 367, de 15/03/1885.

<sup>432</sup> Na primeira homenagem foi renomeada a Avenida das Faias, em 1921, foi nomeada a avenida que partia da Rua de 1820 até ao Largo do Coreto da Mata.

Câmara dos Dignos Pares do Reino durante cerca de dois anos, entre 1890 e 1892<sup>433</sup>, tendo sido ainda secretário do Tribunal de Contas e vogal do Supremo Tribunal Administrativo.

Em 1884, a imprensa local noticiou a sua retirada para Lisboa, «não podendo despedir-se de todas as pessoas das suas relações de amizade, oferece o seu pouco valimento em Lisboa»<sup>434</sup>, assim como comunicou a sua morte, ocorrida no dia 13 de Maio de 1907. Pertencente ao Partido Regenerador, o Jornal do Partido Progressista da Guarda noticia: «O maior adversário que batemos na nossa luta política de 30 anos [...]. Mesmo vencido era leal para com os adversários; gratidão sem limites, que não desaparecerá de todo com a vida do respeitável finado»<sup>435</sup>. No entanto, a crítica também foi chamada a actualizar memórias: «mas nunca no seu espírito lúcido se apercebeu a ideia de conquistar um nome inesquecível com a dotação de um melhoramento à terra que o engrandeceu e elevou»<sup>436</sup>. Foram celebradas exéquias na Igreja da Misericórdia e teve um funeral muito concorrido.

Na Guarda, o largo onde foi construído o seu solar, hoje pertença da Câmara Municipal, já era nomeado com o seu nome em vida, mas na Portela de Sacavém, Lisboa, uma rua foi nomeada como «Rua do Conselheiro Teles de Vasconcelos»<sup>437</sup>.

### ► Rua Balha e Melo

**António Balha e Melo. [Guarda, 18--] - [Guarda, ?].**

Foi proprietário do Hotel Central, mais conhecido por Hotel Melo, aberto na Rua Marquês de Pombal, nos baixos do qual instalou o armazém Boa Esperança<sup>438</sup>.

Foi Vereador da Câmara Municipal em 1884, com o pelouro das Obras Públicas, sendo responsável pelo «aformoseamento» do Passeio da Boa Vista, revelando muita dedicação nas funções confiadas. No ano seguinte, foi Vereador-Fiscal<sup>439</sup>. Foi também Comandante dos Bombeiros Voluntários Egitanenses no ano de 1886<sup>440</sup>.

A Câmara Municipal homenageou-o, *post mortem*, em 1909, denominando uma Rua do Campo da Boa Vista com o epónimo, nomeação que se manteve até ao momento presente.

<sup>433</sup> Assembleia da república - «Vasconcelos, António Teles de». [Em linha]. [Consult. 17 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.parlamento.pt/VisitaVirtual/Paginas/BiogAntonioTelesVasconcelos.aspx>>.

<sup>434</sup> Jornal *Distrito da Guarda*, nº 352, de 30/11/1884.

<sup>435</sup> Jornal *Distrito da Guarda*, nº 1519, de 25/05/1907.

<sup>436</sup> Jornal *Distrito da Guarda*, nº 1519, de 25/05/1907.

<sup>437</sup> Pela transparência.blogspot - «Rua Conselheiro Teles de Vasconcelos» [Em linha]. [Consult. 17 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:[http://transpare.blogspot.com/2009\\_06\\_01\\_archive.html](http://transpare.blogspot.com/2009_06_01_archive.html)>.

<sup>438</sup> Jornal o *Distrito da Guarda*, nº 329, de 22/06/1884.

<sup>439</sup> Jornal *Distrito da Guarda*, nº 359, de 11/01/1885.

<sup>440</sup> Adriano Vasco Rodrigues - *Salvador do Nascimento – uma vida, um ideal*. Guarda: Câmara Municipal, 2005. (Gentes da Guarda; 3), p. 36.

► **Rua Dr. Francisco dos Prazeres**

**Francisco dos Prazeres. Casal de Farto (Ourém), 1849 – Guarda, 1918.**

Bacharel formado em Teologia e Direito pela Universidade de Coimbra, chegou à cidade da Guarda para tomar conta da administração da importante casa do digno Par do Reino Sr. Miguel Osório<sup>441</sup>. Foi leccionista das disciplinas de Francês e História<sup>442</sup>, esteve ligado à fundação do Asilo de Mendicidade Distrital, à construção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, foi Professor do Liceu, Director do Jornal *Districto da Guarda*, órgão do Centro Progressista, e Presidente da Câmara Municipal entre 1906 e 1910. Nessa qualidade, foi Vice-Presidente da Comissão Encarregada de promover os festejos aos oficiais e soldados que se enobreceram na campanha contra os Cuamatas, em 1907.

Em 1909, por proposta do vereador da minoria regeneradora, a rua que passava em frente do novo Hospital da Misericórdia foi denominada com o epónimo «para assim se perpetuar o nome de quem tanto trabalhou para que os desprotegidos da fortuna encontrem num tão belo estabelecimento o devido conforto para serem tratadas as suas doenças»<sup>443</sup>.

No momento da morte, em Maio de 1918, o voto de pesar, transmitido à família, recorda a estima geral pelo filho adoptivo da cidade da Guarda, a qual engrandeceu com a construção do Hospital e a administração de casas de beneficência<sup>444</sup>.

► **Largo Capitão João de Almeida**

**João de Almeida. Cairrão (Guarda), 1873 – Lisboa, 1953.**

Fez o curso de Infantaria da Escola do Exército, tendo sido promovido a Alferes em 1896 e, depois de concluído o curso de Estado-Maior, foi promovido a Capitão, em 1903. Embarcou para Angola, onde tomou parte nas operações militares de pacificação/ocupação. Destacou-se nas Campanhas do Cuamato e dos Dembos, que venceu em 1907, com poucos meios humanos e materiais. Dois anos depois, regressou a Angola, onde edificou postos militares e estabeleceu as fronteiras do Sul, tendo-se tornado Governador da região de Huíla.

Por ser monárquico, foi demitido do Exército em 1912. Todavia, foi novamente admitido ao serviço em 1918, para logo no ano seguinte voltar a ser afastado, também por motivos políticos, acabando por ser readmitido em 1926. Comandou a Escola Central de Oficiais e dirigiu, interinamente, em 1925, as Obras Públicas de Cabo Verde. Foi ministro das Colónias por um curto

---

<sup>441</sup> Jornal *Districto da Guarda*, nº 396, de 4/10/1885.

<sup>442</sup> Anúncio publicado no jornal *Districto da Guarda*, nº 409, de 3/01/1886.

<sup>443</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 29 de Julho de 1909.

<sup>444</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 23 de Maio de 1918.

período de tempo, entre 6 e 9 de Julho de 1926<sup>445</sup>. Ao heroísmo militar acrescenta-se a obra literária, com particular relevância a que versa sobre a região da Guarda<sup>446</sup>.

A Câmara Municipal da Guarda participou, de modos variados, na celebração colectiva em homenagem ao «Herói dos Dembos», na recepção aos militares, na atribuição de topónimo a um Largo, na aquisição de uma espada de honra<sup>447</sup>, erguendo um busto no largo com o seu nome, em frente da Misericórdia, na comemoração do centenário do nascimento<sup>448</sup>.

Também a imprensa salientou o heroísmo do filho da terra, o qual, atingido em combate, «tem ensinado aos seus concidadãos como se defende a Pátria, e se enobrece a terra que o viu nascer»<sup>449</sup>.

### ► Rua General Póvoas

#### **Álvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Póvoas. Guarda, 1773 – Vela (Guarda), 1852.**

Tomou parte nas Guerras Peninsulares, primeiro como aliado dos franceses, depois desertou e aliou-se aos ingleses, tendo-lhe Beresford entregue o comando de Cavalaria Nº 7, à frente da qual manifestou incompetência que foi punida com a transferência para Infantaria de Guarnição.

Em 1821, foi deputado às Cortes Constituintes, aderiu à Vila-Francada e desempenhou serviços à causa de D. Miguel, do qual foi um dos principais defensores. Recebeu o comando das armas da Beira, antes de comandar uma divisão do exército de D. Miguel e tornar-se comandante supremo do mesmo exército, contra as forças de D. Pedro.

Vencido por Saldanha em Almoester, foi exonerado das funções e retirou-se da vida política, regressando em 1846, quando adere ao movimento anticabralista do Porto. Nomeado Comandante das duas Beiras, foi elevado à patente de Marechal e ao título de Conde das Póvoas. Aderiu ao Liberalismo quando reconheceu ser impossível restaurar o Absolutismo<sup>450</sup>.

### ► Rua Mário de Sousa Dias

#### **Mário Augusto de Sousa Dias. Chaves, 1873 – (a bordo, perto da Madeira), 1927.**

A informação de que dispomos permite afirmar, com algumas reservas, que se trata de um irmão do General Adalberto Gastão de Sousa Dias, pertencente a uma família originária de Chaves com

<sup>445</sup> Carlos Frederico M. de Sousa Miguel - «Almeida, General João de» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. I, p. 116.

<sup>446</sup> Destacam-se: *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses; A Guarda, Capital da Beira; Reprodução Anotada do Livro das Fortalezas*, «Almeida, João de» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*. op. cit., vol. I, p. 108.

<sup>447</sup> Foi subscrita uma participação para homenagear o Capitão João de Almeida, jornal *O Combate*, nº 136, de 7/12/1907.

<sup>448</sup> Tal não veio a acontecer, pois no mesmo mês da decisão eclodiu a Revolução de 25 de Abril de 1974, o que acarretou grandes modificações na governação da autarquia. Decisão tomada por unanimidade na sessão de Câmara de 16 de Abril de 1974, que previa a retirada do cruzeiro que aí se encontrava para as proximidades da Capela do Senhor do Bomfim, de onde havia sido trazido.

<sup>449</sup> *Jornal Districto da Guarda*, nº 1500, de 6/01/1907. O jornal *O Combate* prestou-lhe homenagem na edição nº 165, de 4/07/1908.

<sup>450</sup> António Álvaro Dória – «Póvoas, General» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. V, p. 167.

vários elementos que seguiram a carreira militar. Entre outros familiares, o avô, o pai e um outro irmão, José de Sousa Dias, seguiram a carreira militar e todos ascenderam a oficiais<sup>451</sup>.

Em 1889, assentou praça como voluntário no Regimento de Infantaria Nº 12 (Guarda), retornando como herói das campanhas africanas e como político. Passou por Angola e por Macau, e a sua folha regista muitos louvores pela forma como dirigiu a Polícia de Angola, recebeu o Colar de Santiago e medalhas de ouro e de prata de Valor Militar, mas a sua acção na «pacificação» e ocupação do Cuamato valeu-lhe a atribuição da medalha de prata Rainha D. Amélia, com a legenda «Cuamato, 1907». Depois de 1910 saiu, voluntariamente, do exército por fidelidade à causa que jurara servir, exilou-se na Espanha, mas em 1911 juntou-se às tropas de Paiva Couceiro na Galiza, para repor o regime monárquico. Em 1912, emigrou novamente para Espanha e colocou-se às ordens de D. Miguel II. Reingressou no exército e aderiu ao Movimento Monárquico do Norte, ao que se seguiu novo exílio em Espanha, após o qual seguiu para Angola, como industrial à frente de uma fábrica de sabões<sup>452</sup>.

O jornal *O Combate* rendeu homenagem ao capitão Mário de Sousa Dias enquanto distinto oficial, que se distinguiu nos serviços das possessões africanas<sup>453</sup>. A Câmara Municipal, alguns meses após esta consagração, homenageou-o atribuindo o epónimo à via que ligava a Rua do Sr. do Bomfim ao Largo João de Almeida, onde a família possuía residência, atendendo «aos louváveis feitos praticados nas Campanhas de África pelo distintíssimo oficial Mário de Sousa Dias, onde tanto levantou a nossa querida pátria». Esta rua parece ser um troço da actual Rua Mestre de Avis.

### Atribuições entre 1910 e 1926

#### ► Largo Dr. Amândio Paúl

##### **Amândio Paúl. Guarda, 1877 – [Guarda], 1951.**

Médico municipal da Guarda, Sub-Delegado de Saúde, em 1908, e Delegado de Saúde em 1922, Inspector de Saúde, em 1927, Sub-Director do Sanatório da Guarda, em 1907, e Director de 1922 a 1933. Foi, ainda, médico-chefe dos serviços dos dispensários da Assistência Nacional de Tuberculose em 1933, Provedor da Misericórdia e Presidente da Comissão de Iniciativa. Participou activamente em vários congressos realizados no estrangeiro, fez viagens à França, Dinamarca, Alemanha, Itália, Suíça e Espanha. Pertenceu a várias associações científicas e publicou muitos trabalhos, entre os quais «A Tuberculose em Portugal», no ano de 1949, com os dados de Viseu e Guarda. Foi ainda Professor de Ciências Naturais e de Higiene no Seminário da Guarda.<sup>454</sup>

<sup>451</sup> Augusto José Monteiro Valente, op. cit., p. 15.

<sup>452</sup> «Sousa Dias, Mário Augusto de» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, op. cit., vol. 29, pp. 868-869.

<sup>453</sup> Jornal nº 189, de 19/12/1908.

<sup>454</sup> «Paúl, Amândio» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., [s. d.]. vol. 20, pp. 661-662.

Abandonou o cargo do Sanatório Sousa Martins em 1934 por problemas de saúde cardiovasculares.

Foi condecorado com o grau de Cavaleiro de Santiago de Espada.

A Câmara Municipal consagrou-lhe o Largo onde possuía a sua residência, o Largo da Sé (lado Sul), por ser reconhecido como um «distinto médico, jamais manifestando fadigas ou hesitações para prestar os serviços; que além do cumprimento dos seus deveres de médico municipal, tem prestado serviços extraordinários com a publicação de estudos [...] a sua viagem ao estrangeiro, agora realizada, obedeceu essencialmente ao desejo de maiores serviços ainda prestar, dedicando-se ao estudo fundo do que diz respeito à tuberculose [...] merece os maiores louvores em especial da cidade».

#### ► Jardim José de Lemos

##### **José de Lemos. Guarda, [18--] - Guarda, 1914.**

Comerciante estabelecido na Rua do Comércio, na Casa Vermelha. Conjuntamente com Francisco António Patrício e Virgílio Balha e Melo, foi um dos fundadores da Associação Comercial e Industrial da Guarda, criada em 1905.

Em 1894, na cerimónia de inauguração do Mausoléu Dr. Sobral, foi o representante da imprensa, pelo jornal *A Vanguarda*<sup>455</sup>. Com José Augusto de Castro, Virgílio Balha e Melo e Francisco Balsemão, foi um dos impulsionadores da criação do jornal republicano *O Combate*, editado a partir de Outubro de 1904, do qual foi Director José Augusto de Castro. Aderiu ao Partido Republicano em 1908, e no seu estabelecimento assinava-se a propaganda<sup>456</sup>.

Na primeira Câmara republicana foi Vogal efectivo, ocupando o pelouro de arborização e fontes. Nos anos de 1912 e de 1913 foi Presidente do município, sendo Vice-Presidente Amândio da Costa Alves. Algumas semanas após a sua morte, ocorrida em Julho de 1914, a Câmara Municipal prestou homenagem à sua memória nomeando o jardim público da cidade com o epónimo, construído no Largo de São Francisco com a sua dedicação «especial amor, carinho e esforço no que podia ser por outrem igualado mas não excedido»<sup>457</sup>.

#### ► Largo Eduardo Proença

##### **Eduardo Proença. [Guarda, 18--] – [Guarda, 19--].**

Sabe-se que aderiu ao Partido Republicano em 1908<sup>458</sup>, mas desconhecemos outros elementos biográficos. A Câmara decidiu homenageá-lo quando o Jardim do Largo de São Francisco foi

<sup>455</sup> Jornal *Districto da Guarda*, nº 875, de 9/02/1894.

<sup>456</sup> Jornal *O Combate*, nº 155, de 25/04/1908. Esta ligação ao jornal está bem patente no nº 455, do dia 4 de Julho de 1914, cuja primeira página foi dedicada à morte e funeral, ocorridos uns dias antes.

<sup>457</sup> *Acta da Sessão de Câmara*, de 20 de Julho de 1914.

<sup>458</sup> Jornal *O Combate*, nº 155, de 25/04/1908.

nomeado com o epónimo de outro republicano seu contemporâneo, mas ambos *post mortem*. A fundamentação revela o seguinte: «atendendo a que o Jardim fica no meio do Largo da Solidariedade e que este Largo deve o seu primeiro embelezamento a outro dedicado republicano e cidadão prestimoso, [...], e que a este cidadão ainda não foi prestada qualquer homenagem pelos serviços que o mesmo embelezamento representa e que constam da plantação do arvoredo que naquele Largo se ostenta, com tanta beleza como utilidade pública, e reconhecendo que é da maior justiça prestar também homenagem ao referido cidadão Eduardo Proença, delibera que ficando sendo chamado Jardim José de Lemos, o Largo fique sendo chamado Largo Eduardo Proença, em vez de Largo da Solidariedade»<sup>459</sup>.

### ► Rua Dr. Vasco Borges

**Vasco Borges. Lisboa, 1882 – Lisboa, 1942.**

Foi advogado, juiz, deputado e ministro de várias pastas: Ministro dos Negócios Estrangeiros Interino e Ministro da Instrução Pública, em 1920; Ministro da Justiça Interino, Ministro do Comércio e Comunicações Interino, e Ministro do Trabalho, em 1922; Ministro do Comércio e Comunicações, Ministro do Trabalho Interino, em 1922; Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 1925 a 1926.

Depois da implantação do Estado Novo, assumindo a sua adesão ao regime, em 1936 foi nomeado juiz do Tribunal das Execuções Fiscais, em 1938, Desembargador da Relação do Porto e, em 1940, sendo Desembargador da Relação de Lisboa, ascendeu ao Supremo Tribunal de Justiça<sup>460</sup>.

A homenagem pela via da nomeação toponímica, atribuída a uma rua em expansão, visava perpetuar o reconhecimento municipal ao ministro, que atribuiu verba aos Bombeiros, ao Asilo, e outras instituições, e à construção do Hospital da Misericórdia<sup>461</sup>, e ao Governador Civil do Distrito, de 08/01/1916 a 13/12/1917.

### ► Rua D. Miguel de Alarcão

**Miguel Osório Cabral de Castro Pereira Homem de Alarcão. [Coimbra], 1884 – Coimbra, 1968<sup>462</sup>.**

Proprietário de vasto património na Guarda, foi seu administrador Francisco dos Prazeres. Tinha residência em Coimbra.

A oferta de terrenos para a construção da central elevatória da Montanheira e do ramal para condução da água até terrenos públicos motivou a homenagem a esta figura da antiga nobreza. A via onde estava edificado um solar da família foi nomeada com o nome do proprietário, a anterior Rua

<sup>459</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 20 de Julho de 1914.

<sup>460</sup> Primeira República - «Vasco Borges». [Em linha]. [Consult. 06 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://primeirarepublica.mj.gov.pt/Paginas/vasco-borges.aspx>>.

<sup>461</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 16 de Dezembro de 1922.

<sup>462</sup> *Geneall* - «Miguel de Alarcão». [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW: <URL:[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=21055](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=21055)>.

Almirante Cândido dos Reis<sup>463</sup>. Mais tarde, aquando do arranjo urbanístico em volta do Liceu e da Sé da Guarda, a Câmara Municipal «realizou uma conferência» com D. Miguel de Osório, que cedeu terreno gratuitamente para a execução da obra. Novamente, a Câmara delibera exarar em acta um profundo reconhecimento pelas facilidades que se tem dignado dispensar ao Município<sup>464</sup>.

#### ► Rua Dr. Bernardo Xavier Freire

##### **Bernardo Xavier Freire. Aldeia do Bispo (Guarda), 1843 – [Coimbra, 19--].**

Em 1885, era membro do Partido Progressista da Guarda e, em 1894, era agente do Banco de Portugal. A sua memória ficou associada à cidade da Guarda como benemérito. Na extensa fundação da homenagem que a Câmara lhe prestou ao atribuir o seu nome à rua onde tinha residido, consta o seguinte:

«[...] sendo uma das figuras de mais relevo nesta cidade, foi daqueles que mais lhe deu do seu talento, da sua acção e da sua fortuna material. Tendo começado a sua carreira política como administrador do concelho, desempenhou sucessivamente, com extraordinária proficiência, acentuada honestidade e fervoroso espírito bairrista as funções de agente do Ministério Público junto do Tribunal Administrativo Distrital, Tesoureiro Pagador do Distrito, agente do Banco de Portugal, deputado às Cortes por este círculo da Guarda e Mesário da Santa Casa da Misericórdia, - em todos os lugares revelando, a par da sua inteligência, uma grande nobreza de carácter e um fervoroso e inexcedível amor à sua terra. Ele foi a alma impulsionadora dessa grandiosa obra do Hospital da Misericórdia que tanto orgulha a nossa terra, [...] sua a ideia, sua a maior vitória contra os obstáculos, seu o dinheiro que pagava em todos os momentos em que o auxílio dos outros fraquejava, seu ainda o que pagou a quase totalidade da mobília com que começou a funcionar aquele Hospital, sua a força de vontade que fez vencer todos os desânimos e hesitações, é ainda e finalmente seu o espírito que lá de longe, no leito da sua avançada idade, pensa na sua terra, na obra da sua glória, nesta cidade da Guarda para a qual reserva os melhores recursos da sua fortuna»<sup>465</sup>.

Foi ainda benfeitor de outras causas públicas, como a da construção do Lactário do Dr. Proença.

### **Atribuições entre 1926 e 1933**

#### ► Rua Francisco de Passos

##### **Francisco de Passos. [ , 18--] – [ , 19--].**

Distinto oficial, ofereceu-se para ser integrado na expedição ao Sul de Angola, aos Cuamatás<sup>466</sup>.

---

<sup>463</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 31 de Dezembro de 1925.

<sup>464</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 25 de Março de 1958.

<sup>465</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 31 de Dezembro de 1925.

<sup>466</sup> *Jornal Districto da Guarda*, nº 1514, de 21/04/1907.

Foi Governador Civil da Guarda desde Junho de 1926 até Agosto de 1927, durante o qual contribuiu para a resolução do problema de falta de água à cidade.

A Câmara Municipal homenageou-o «pelo interesse e carinho com que tratou da velha aspiração do abastecimento de águas da cidade, conseguindo que ao município fossem facultados recursos para a sua efectivação», atribuindo o epónimo à antiquíssima Rua Direita, o que mais tarde foi corrigido, dedicando-lhe apenas o troço compreendido entre a Rua do Comércio e o Largo de São Vicente, para perpetuar o nome de Rua Direita desde aí até ao Torreão.

### ► Rua Augusto Gil

#### **Augusto César Ferreira Gil. Lordelo do Ouro (Porto), 1873 – Guarda, 1929.**

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, desempenhou alguns cargos políticos em Lisboa e na Guarda, onde viveu a maior parte da sua vida. A passagem por Lisboa, como Comissário da Polícia de Emigração Clandestina e como Director Geral de Belas Artes, facilitou-lhe o contacto com individualidades da política e da cultura, importantes para a sua carreira literária.

Na Guarda, no início do século XX, dirigiu o jornal *Actualidade*, de cariz republicano e literário<sup>467</sup>. No campo político, foi membro efectivo do Centro Republicano da Guarda<sup>468</sup>. A cidade da Guarda perpetuou-lhe a memória como seu filho adoptivo e como poeta, razões que terão determinado a homenagem através da toponímia urbana, prestada no momento da morte, a edificação de um monumento ao poeta, com a inscrição de alguns dos seus versos, e, no centenário do seu nascimento, a colocação de uma placa memorativa na casa onde viveu<sup>469</sup>.

## **Atribuições entre 1933 e 1974**

### ► Rua Nuno de Montemor

#### **Joaquim Augusto Álvares de Almeida. Quadrazais (Sabugal), 1881 – Lisboa, 1964.**

Ordenado sacerdote em 1904, tornou-se Capelão Militar do Regimento de Infantaria Nº 12 e, extinta a função com a implantação da República, opta por permanecer no exército como oficial, até à aposentação, em 1951.

O seu ideário foi influenciado pelo Integralismo Lusitano, de António Sardinha e de Hipólito Raposo que, segundo Pinharanda Gomes, teve uma atribulada passagem pelo Seminário da Guarda. A oposição ao regime vigente, o republicano, notória quando fez uma intervenção no diário *A Monarquia*, estava vedada ao militar, o que terá também determinado a adopção de pseudónimo para a

---

<sup>467</sup> José Manuel Trigo Mota da Romana, op. cit., p. 109.

<sup>468</sup> Jornal *O Combate*, nº 284, de 18/11/1910.

<sup>469</sup> Anexo G – escultura urbana, foto nº 6, e placas memorativas, foto nº 13.

obra literária<sup>470</sup>. *Nuno* será uma alusão a Nuno Álvares Pereira e *Montemor* uma metáfora à Serra da Estrela.

A sua maior obra, «porventura a mais amada e à qual dedicou o melhor de si mesmo, não foram os seus escritos, mas sim o Lactário do Dr. Proença»<sup>471</sup>, não obstante o sucesso como poeta, contista, romancista e dramaturgo<sup>472</sup>, sobretudo entre os anos de 1930 e 1950, quando se tornou popular. Algumas das suas obras encontram-se traduzidas em francês, espanhol e italiano.

A Câmara Municipal homenageou-o através da toponímia, no momento da morte, e colocando uma lápide na casa onde viveu, junto do quartel, na comemoração do centenário do nascimento<sup>473</sup>.

### ► Rua Dr. Santos Lucas

#### **António dos Santos Lucas. Gouveia, 1866 – Guarda, 1939.**

Estudou na cidade da Guarda, onde frequentou o Liceu. Doutorou-se em Coimbra, com tese em Matemática, ingressou na Escola do Exército, em Lisboa, optando pela arma de Engenharia. Como militar, atingiu o posto de Coronel.

Foi Professor na Escola Politécnica de Lisboa e na Faculdade de Ciências de Lisboa, entre 1900 e 1936. Distinguiu-se por ter introduzido no ano lectivo de 1922/1923, pela primeira vez em Portugal, no programa da cadeira de Física Matemática, matéria sobre a Teoria da Relatividade, a Relatividade Restrita e a Relatividade Geral.

Desempenhou as funções de Ministro dos Negócios da Fazenda (finanças) entre 23 de Junho e 12 de Dezembro de 1914. No exercício deste cargo elaborou dois relevantes diplomas: o primeiro, que institui a Repartição do Património, através da criação da Inspeção da Fazenda Pública e remodelando os serviços da Direcção-Geral; o segundo que reorganiza as repartições da Fazenda Pública. Em 1914, foi administrador da Casa da Moeda, mas também desempenhou funções de Director da Faculdade de Ciências e das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, e foi adjunto da repartição de Geodesia. Fez parte do Conselho de Administração da Caixa de Previdência do Ministério da Educação entre 1926 e 1928, e entre 1931 e 1938<sup>474</sup>.

Em 1933, pela análise efectuada à situação financeira do Cofre de Previdência dos Oficiais do Exército Metropolitano, recebeu um louvor.

A Câmara Municipal da Guarda prestou-lhe homenagem póstuma, em 1939, salientando o desinteressado auxílio aos guardenses, «mostrando por todas as formas a sua dedicação à cidade da

<sup>470</sup> Pode ler-se no prefácio de à 4ª edição: Nuno de Montemor – *Maria Mim*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal, 2003. p. III.

<sup>471</sup> Fernando Jorge dos Santos Costa – *Subsídios para o estudo da vida e obra de Nuno de Montemor*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 1981. p. 10.

<sup>472</sup> José Manuel Trigo Mota da Romana, op. cit., p. 145.

<sup>473</sup> Anexo G – placas memorativas, foto nº 14.

<sup>474</sup> Wikipédia – «António dos Santos Lucas». [Em linha]. [Consult. 11 Jul. 2010]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio\\_dos\\_Santos\\_Lucas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_dos_Santos_Lucas)>.

Guarda, ao mesmo tempo que foi um dos maiores paladinos da criação da Província da Beira-Serra». Atribuiu o seu nome à rua do Bairro do Bomfim onde possuía uma casa de habitação.

#### ► Rua Ribeiro Sanches

##### **António Nunes Ribeiro Sanches. Penamacor, 1699 – Paris, 1782.**

Descendente de uma família de cristãos-novos, estudou na Guarda, em Coimbra e em Salamanca, tendo-se formado em medicina. Perseguido pela Inquisição, foi viver em Londres, e viajou pela Europa, tendo adquirido prestígio entre a comunidade científica internacional. Exerceu medicina na corte russa, escreveu na Enciclopédia, correspondeu-se com sábios europeus<sup>475</sup>, e é possível que se tenha naturalizado francês<sup>476</sup>. Ausentou-se do país aos 27 anos e não voltou. A sua obra não foi devidamente valorizada, ao invés, tem permanecido bastante obscura.

A Comissão de Toponímia que propôs a homenagem do seu nome validou a tradição que o ligava à cidade, enquanto estudante e, depois, como médico.

#### ► Avenida Coronel Orlindo de Carvalho

##### **Orlindo José de Carvalho. [Guarda], 1881 – [Guarda], 1966.**

Oficial de Infantaria, com serviço prestado no Regimento de Infantaria N° 12, em 1917 embarcou para França, para participar na I Guerra Mundial. Tendo aderido ao movimento de Gomes da Costa, em 1926, foi o primeiro Presidente da Câmara após o Golpe Militar de 1926, desempenhando o cargo durante um largo lapso de tempo: 1926-1934; 1936-1937 e desde o final do ano de 1938 até 1946, com interrupções que podem estar relacionadas com as comissões de serviço no exército. Também desempenhou funções de Governador Civil entre 17 de Junho de 1930 e 25 de Julho de 1931<sup>477</sup>.

Desta actividade resultaram muitos benefícios para a cidade e para o concelho, salientando-se o abastecimento de água, a construção do mercado e do matadouro municipal<sup>478</sup>, mas também escolas e arruamentos.

A Câmara, na mesma acta, reconhece o merecimento a figurar nos seus anais como «um dos mais ilustres e devotados filhos desta terra», por isso lhe atribuiu a medalha de ouro da cidade, «pelo desempenho durante cerca de vinte anos, na Presidência e na Vereação, com dedicação ao município, zelo, inteligência e honestidade»<sup>479</sup>. O Governo da Nação, reconhecendo os méritos, galardoou-o com o Oficialato da Ordem de Cristo.

Foi, ainda, Professor de Matemática no Internato Académico.

---

<sup>475</sup> José Manuel Trigo Mota da Romana, op. cit., p. 69.

<sup>476</sup> António Coimbra Martins - «Sanches, António Nunes Ribeiro» in Joel Serrão, op. cit., vol. V, p. 438.

<sup>477</sup> Governo Civil da Guarda - «Governadores civis do distrito». [Em linha]. [Consult. 06 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.gov-civ-guarda.pt/governo/governadores.asp>>.

<sup>478</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 19 de Abril de 1966, na qual foi exarado um voto de pesar pelo seu falecimento.

<sup>479</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 16 de Outubro de 1946.

► **Avenida Professor Doutor Gonçalves Proença**

**João José Gonçalves de Proença. Rochoso (Guarda), 1924 – [Guarda, 19--].**

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, com Doutoramento em Ciências Jurídicas (1955), desenvolveu uma carreira de professor universitário e de político, com desempenho de altos cargos, como o de Ministro das Corporações e Previdência Social, entre 1961 e 1970. Anteriormente, havia sido Vogal do Centro de Estudos Fiscais do Conselho Superior de Previdência e de Habitação Económica do Ministério das Corporações e Previdência Social, Director do Instituto de Formação Social e Corporativa (1959), Director do Centro de Estudos Sociais e Corporativos; Membro do Gabinete de Estudos e Documentação da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, entre outros. A partir de 1969, até à queda do regime, foi deputado nas X e XI legislaturas, eleito pelo círculo de Castelo Branco.

Depois da Revolução de 25 de Abril, regressando do Brasil, onde esteve temporariamente, retomou a actividade de docente universitário. Foi Reitor da Universidade Lusíada<sup>480</sup>.

A Câmara Municipal, evocando um conjunto de obras realizadas na cidade, sobretudo no âmbito da habitação, prestou-lhe homenagem nomeando com o epónimo a avenida que passava pelo estádio municipal.

► **Rua Alcaide Soeiro Viegas**

**Soeiro Viegas. [?, século XII] - [?, século XIII].**

Fidalgo do século XII, mas sem que se saiba a que linhagem pertence. O nome consta da Carta de Foral que cria a cidade da Guarda, em 1199, e o nome surge em 1203 como Alcaide da Guarda, sendo «Senhor» ou «rico-homem»<sup>481</sup>.

► **Rua do Alcaide Gil Cabral / Rua Álvaro Gil Cabral**

**Álvaro Gil Cabral. [Coimbra, século XIV] – Coimbra, 1385.**

Após o falecimento do rei D. Fernando, em 1383, quando eclodiu a crise de 1383-1385, desempenhava a função de Alcaide da Guarda. Tomou partido pelo Mestre de Avis, negando-se a entregar o castelo a João I de Castela que, marchando sobre Lisboa para reivindicar o trono de Portugal, tivera a entrada na Guarda facilitada pelo Bispo da diocese, D. Afonso Correia II. Tomou assento nas cortes de Coimbra, onde foi aclamado o Mestre de Avis como rei de Portugal, e participou na Batalha de Aljubarrota. Foi Alcaide-mor da Guarda e de Belmonte. D. João I deu-lhe os direitos de

---

<sup>480</sup> Assembleia da República - «Proença, João José Gonçalves». [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:[http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/p/proenca\\_joao\\_jose\\_goncalves\\_de.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/p/proenca_joao_jose_goncalves_de.pdf)>.

<sup>481</sup> «Soeiro Viegas» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, op. cit., vol. 35, p. 221.

Valhelhas e da aldeia da Folhada, e as rendas da cidade da Guarda. É trisavô do navegador Pedro Álvares Cabral<sup>482</sup>.

A Câmara da Guarda decidiu evocar esta figura histórica por ter defendido a cidade contra Castela.

### ► Rua General Pinto Monteiro

#### **José Joaquim Pinto Monteiro. Miuzela (Almeida), 1892 – Lisboa, 1959.**

Frequentou a Escola do Exército e, em 1915, durante a Primeira Guerra Mundial, oferece-se para servir em Angola, então um importante campo de operações militares. Em 1919, já capitão, é colocado no Regimento de Infantaria 12, na Guarda. Foi professor do Liceu e do colégio masculino Internato Académico<sup>483</sup> (futuro Colégio de São José).

Após o Golpe Militar de 1926, fez parte da primeira Comissão Administrativa do Concelho, na altura com a patente de Capitão do Regimento de Infantaria Nº 12, e como Professor do Liceu. Em 1949, ascendeu a General, patente que manteve até atingir o limite de idade, sendo na altura Comandante Militar de Angola.

A Câmara Municipal da Guarda homenageou-o atribuindo o epónimo a uma rua nova do Bairro de São João, evocando o seu valor militar, mas também a acção «em prol do desenvolvimento e progresso desta cidade e concelho»<sup>484</sup>.

### ► Largo Frei Pedro da Guarda

#### **Pedro da Guarda. Guarda, 1435 – Madeira, 1505.**

Filho de pais humildes, nasceu na Guarda e foi baptizado na Igreja de São Vicente.

Foi natural da Guarda, religioso leigo da ordem de São Francisco, faleceu na Ilha da Madeira, onde é venerado por santo<sup>485</sup>, com quanto não chegasse a Igreja a pronunciar-se sobre as virtudes e milagres<sup>486</sup>.

Foi biografado por Fr. Manuel da Esperança e por Fr. Fernando da Soledade, que continuou a História Seráfica iniciada pelo primeiro. Frei Pedro, a viver na Madeira, no Convento de São Bernardino, tinha por ofício servir na cozinha. Muitas horas eram passadas em contemplação e os seus deveres só não ficavam por cumprir porque «convocados no mesmo instante à mesa os religiosos, entrava o servo de Deus na cozinha e lhes administrava a refeição com tanta oportunidade e tão bom

<sup>482</sup> Wikipédia - «Álvaro Gil Cabral». [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81lvaro\\_Gil\\_Cabral](http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81lvaro_Gil_Cabral)>.

<sup>483</sup> Francisco Manso - «General Pinto Monteiro». [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.novaguarda.pt/noticia.asp?idEdicao=241&id=17885&idSeccao=3549&Action=noticia>>.

<sup>484</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 4 de Janeiro de 1965.

<sup>485</sup> Maria José Mexia Bigotte Chorão, op. cit., p. 28.

<sup>486</sup> Carlos de Oliveira, op. cit., p. 256.

tempero, que sem muitas especulações se conhecia feita pelas mãos dos espíritos celestiais.»<sup>487</sup>. Após a morte, assinalada pelos sinos que tocavam sem intervenção humana, o Convento de São Bernardino teve três capelas: uma na cozinha, outra junto da sepultura e outra fora, na lapa onde costumava fazer penitência. O processo de beatificação foi preparado no Funchal, mas sem resultado até ao momento.

A Câmara da Guarda evocou Frei Pedro como «herói nascido na Guarda que morreu com fama de Santo e que abençoou as naus de Vasco da Gama e que fundou o primeiro hospital nesta cidade»<sup>488</sup>. Na escadaria do Largo Frei Pedro da Guarda, um acesso ao Largo de São Pedro, um painel de azulejos evocativo do «Santo» representa-o na Serra da Estrela, acompanhado de um cão, com a legenda: «Frei Pedro procura entre a neve os viandantes perdidos na Serra».

### ► Rua D. José Alves Matoso

**José Alves Matoso. Coja (Arganil), 1860 – Guarda, 1952.**

Frequentou o Liceu de Coimbra e, depois, o Seminário, onde concluiu o Curso Teológico, em 1880. Foi Professor, Prefeito, Secretário e Vice-Reitor do Seminário de Coimbra, até 1914. Foi ainda Cónego honorário da Sé de Coimbra e Cónego Capitular.

Nomeado Bispo da Guarda em Outubro de 1914, foi sagrado na catedral do Porto e entrou solenemente na Guarda em Abril de 1915.

Ainda em Coimbra, escreveu vários livros sobre História, Geografia e um tratado sobre os Sacramentos<sup>489</sup>.

A Câmara da Guarda nomeou a via conhecida como Rua do Seminário de Rua D. José Alves Matoso, no ano da sua morte, a quem considerava «honra e lustre do episcopado português e da Sé Egitanense, e grande amigo da Guarda»<sup>490</sup>.

### ► Rua D. Manuel Vieira de Matos

**Manuel Vieira de Matos. Poiares (Peso da Régua), 1861 – Braga, 1932.**

Após a morte de D. Thomaz Gomes de Almeida, em 1903, foi nomeado Bispo da Guarda.

Apoiou o Partido Nacionalista antes de 1910 e promoveu organizações modernas do catolicismo, como a imprensa. Era um «ódio de estimação» do Partido Democrático, em geral, e de Afonso Costa em particular<sup>491</sup>, mas as pressões dos republicanos locais, como José Augusto de Castro, director do jornal republicano *O Combate*, imbuídos de sentimentos anticlericais exacerbados, obrigaram-no a afastar-se, primeiro para o Fundão e depois para Poiares (Peso da Régua). Posteriormente, no regresso

<sup>487</sup> Frei Fernando da Soledade, cit. por Carlos de Oliveira, op. cit., p. 275.

<sup>488</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Junho de 1950.

<sup>489</sup> «Alves Mattoso, D. José» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, op. cit., vol. 2, p. 232.

<sup>490</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 16 de Julho de 1952.

<sup>491</sup> Estado e Igreja.wordpress - «D. Manuel Vieira de Matos». [Em linha]. [Consult. 22 Jul. 2011]. Disponível em WWW:  
 <URL:<http://estadoeigreja.wordpress.com/2011/03/16/os-bispos-vindos-da-monarquia>>.

à Guarda, o confronto entre o campo político e o da igreja mantiveram-se e esse facto terá contribuído para a sua nomeação para Arcebispo de Braga, em 1914, funções que desempenhou até 1932. Foi o fundador do Corpo Nacional de Escutas<sup>492</sup>.

Na diocese da Guarda criou os organismos da Catequese, os Círculos Operários, reorganizou o Cabido, reformou e ampliou o ensino eclesiástico, introduzindo novas disciplinas no Seminário. Criou os exercícios espirituais para o clero, e fundou o semanário *A Guarda*, fundado em 1904, núcleo de imprensa católica. «Contribuiu decisivamente para o renascimento católico do país antes de 1920, apesar dos vexames e exílios de que foi vítima, por parte do Governo da República».<sup>493</sup>

A Câmara Municipal homenageou «o grande prelado egitaniense que fez a capela do seminário, o edifício onde estão os correios e o reformatório e melhorou muito o seminário, que é uma das fontes de vida da cidade»<sup>494</sup>, atribuindo o epónimo a uma rua próxima do Seminário, no Bairro do Bomfim.

### Atribuições entre 1974 e 1980

#### ► Rua Dr. António Júlio

##### **António Júlio Proença Abranches. [Guarda, ?] – Guarda, 1964.**

Foi director clínico do Montepio Egitanense, médico do Sanatório Sousa Martins, do Hospital da Misericórdia e da Corporação dos Bombeiros Voluntários. Tal como o seu tio Dr. Augusto Proença, médico a quem foi oferecido o Lactário, colocou a profissão de médico ao serviço da filantropia, de extrema dedicação aos doentes, chegando a tratá-los gratuitamente e a dar-lhes dinheiro para ajudar no tratamento. Por esse facto, o seu funeral foi imponente.

Além desta causa social, esteve ligado ao movimento de oposição ao Regime do Estado Novo, a que poderá não ter sido alheio o facto de ser genro do General Adalberto Gastão de Sousa Dias, um militar exilado pelo regime<sup>495</sup>.

Atendendo a estes factos, a Câmara homenageou-o atribuindo o seu nome à rua onde residiu, a anteriormente designada Travessa da Estrela.

---

<sup>492</sup> Wikipédia – «Manuel Vieira de Matos». [Em linha]. [Consult. 22 Jul. 2011]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel\\_Vieira\\_de\\_Matos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Vieira_de_Matos)>.

<sup>493</sup> Jesué Pinharanda Gomes - *História da diocese da Guarda*. Braga: Editora Pax, D.L. 1981. p. 173.

<sup>494</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 13 de Maio de 1953.

<sup>495</sup> José Garcia Marques - «Uma lição de vida [António Júlio Proença Abranches]» in *A Guarda*. De 11/06/2009. [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.jornalaguarda.com/noticia.asp?idEdicao=305&id=15470&idSeccao=3974&Action=noticia>>.

► **Rua Dr. Joaquim Bernardo**

**Joaquim Bernardo. [Guarda, ?] – [Guarda, ?]**

Foi Professor e Jornalista, mas esteve ligado à concretização de alguns projectos locais, como o Museu Regional da Guarda, em 1940, e ao Internato Académico/Colégio de São José, estabelecimento de ensino diocesano de nível secundário, embora não professasse a religião católica.

Politicamente, viveu os ideais republicanos de 1910, manteve sempre a sua oposição ao regime de Estado Novo. Na área do jornalismo, foi director do jornal *Districto da Guarda*, órgão político nas décadas de 1920 e 1930<sup>496</sup>.

► **Avenida Dr. Afonso Costa**

**Afonso Augusto de Costa. Santa Marinha (Seia), 1871 – Paris, 1937.**

Frequentou o Liceu na cidade da Guarda, licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, em 1895, e aí foi Professor Catedrático.

Em 1900, foi eleito deputado do Partido Republicano Português, pelo círculo do Porto, defendendo a partir de então a substituição da monarquia pelo sistema republicano. As suas intervenções nos tribunais e no Parlamento ficaram célebres pelo «arrojado desassombro e pelo rigoroso conhecimento das questões em debate»<sup>497</sup>.

Depois de implantada a República, foi Ministro da Justiça do Governo Provisório, tendo sido responsável por um importante conjunto de leis, como as respeitantes à separação da Igreja e do Estado, ao divórcio e à família. Como Chefe do Governo, realizou o saneamento das finanças públicas, a criação do Ministério da Instrução. Foi defensor da participação de Portugal na I Guerra Mundial, do lado dos Aliados.

Lutou contra a ditadura de Sidónio Pais, em virtude da qual foi preso. Saído da prisão, exilou-se em Paris, o que não impediu que fosse nomeado Chefe da Delegação Portuguesa na Conferência de Paz de Versalhes e, mais tarde, Chefe da Delegação Portuguesa junto da Sociedade das Nações<sup>498</sup>.

A homenagem da Câmara Municipal surgiu na vigência do regime democrático, sem justificação da alteração efectuada, uma figura de relevo da implantação da República substitui outra individualidade do regime deposedo em 1974.

► **Praça Dr. Alberto Dinis da Fonseca**

**Alberto Diniz da Fonseca. Rochoso, 1884 – Rochoso, 1962.**

Fez os estudos liceais no Colégio de S. Fiel e concluiu a licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra. Foi um dos fundadores do Centro Académico de Democracia Cristã, pilar do que viria a

---

<sup>496</sup> Virgílio Afonso, op. cit., pp. 67-68.

<sup>497</sup> David Ferreira - «Costa, Afonso Augusto da» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. II, p. 207.

<sup>498</sup> O Portal da História - «Afonso Costa». [Em linha]. [Consult. 06 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL:[http://www.arqnet.pt/portal/biografias/afonso\\_costa.html](http://www.arqnet.pt/portal/biografias/afonso_costa.html)>.

ser a Acção Católica. Foi deputado pelo Centro Católico Português no círculo de Tomar, de 1922 a 1926, e desenvolveu actividades, entre outras, a favor da liberdade da Igreja, dos direitos locais. De regresso à Guarda, foi um dos fundadores da Liga dos Servos de Jesus e do jornal *O Amigo da Verdade*<sup>499</sup>.

Foi Presidente da Câmara da Guarda de 1947 a 1953, tendo ficado ligado às principais edificações do regime de Estado Novo. Pediu exoneração das funções depois de ter inaugurado o Palácio da Justiça, compromisso que tinha estabelecido com o Ministro do Interior, e que tinha cumprido com sacrifício da própria saúde<sup>500</sup>.

### ► Rua Comandante Salvador do Nascimento

#### **Salvador do Nascimento. Guarda, 1876 – Guarda, 1952.**

Depois de concluir os estudos no liceu, seguiu a carreira de Boticário, concluindo mais tarde, na Universidade de Coimbra, a habilitação para farmacêutico. Em Coimbra, conheceu António José de Almeida, com quem colaborou no jornal *A República*. Politicamente, os princípios e ideais da democracia republicana marcaram-lhe a vida, tendo estado preso no período da ditadura de João Franco.

A partir de 1892, dedica-se à causa dos Bombeiros Voluntários, primeiro como bombeiro auxiliar de ambulância e, depois, como Comandante da Corporação, onde desempenhou funções durante cerca de cinquenta anos. Foi Comissário Geral da Polícia Civil do Distrito da Guarda, por Decreto de 7 de Setembro de 1922, e secretário da Câmara Municipal<sup>501</sup>.

Em 1933, foi agraciado com o Oficialato da Ordem Militar de Cristo, e, em 1964, foi homenageado pela Direcção da Casa da Beira Alta, à qual a Câmara se associou<sup>502</sup>. Já anteriormente havia recebido a medalha de ouro da cidade. Em 1977, o seu nome foi atribuído a uma rua da cidade, sendo a homenagem atribuída a quem prestou serviços relevantes ao concelho.

---

<sup>499</sup> Rochoso - «Alberto Dinis da Fonseca». [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW: <URL:[http://rochoso.pt/pers\\_3.html](http://rochoso.pt/pers_3.html)>.

<sup>500</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 13 de Maio de 1953.

<sup>501</sup> Arquivo Distrital da Guarda - «Salvador do Nascimento». [Em linha]. [Consult. 25 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:[http://www.arquivo.guarda.pt/personalidades/item/salvador-do-nascimento-1876-1952?category\\_id=14](http://www.arquivo.guarda.pt/personalidades/item/salvador-do-nascimento-1876-1952?category_id=14)>.

<sup>502</sup> Placa memorativa que consta do Anexo G, foto nº 20.

## ANEXO D

### Individualidades sem ligação directa à cidade da Guarda

#### Atribuições entre 1900 e 1910

##### ► Praça de Luís de Camões

**Luís Vaz de Camões.** [ ], c. 1524 - Lisboa, 1580.

Estudou em Coimbra e, devido à sua grande cultura e talento, frequentou a corte de D. João III. Esteve como militar em Ceuta, na Índia, em Macau e em Moçambique.

É referenciado como o maior poeta do Renascimento português, «o poeta português por excelência, desempenhando um magistério que ainda não cessou»<sup>503</sup>. Autor de vasta obra lírica e algum teatro, foi com a epopeia de «Os Lusíadas», publicada em 1572, que se imortalizou.

O século XIX eternizou-o como grande lírico e homenageou-o edificando estátuas e monumentos. O tricentenário da morte, em 1880, foi comemorado com festejos que tiveram projecção nacional e, pelo impacto social e político que ocasionou, tem sido visto como a génese, ou começo, de uma nova fase na história do Partido Republicano<sup>504</sup>. A nível nacional, a toponímia urbana glorificou-o nos espaços públicos, tal como aconteceu na cidade da Guarda, que lhe atribuiu o largo principal, enobrecido pela Sé Catedral<sup>505</sup>.

##### ► Rua Batalha Reis

**Jaime Batalha Reis.** Lisboa, 1847 – Torres Vedras, 1935.

Foi engenheiro agrónomo, professor, jornalista, crítico literário, escritor, ensaísta e diplomata. Da vasta obra literária, deixou estudos sobre estética, filosofia, agronomia, relatórios concernentes à participação de Portugal na I Guerra Mundial e à Revolução Soviética de 1917.

Patrocinou, em sua casa, a tertúlia literária e política «O Cenáculo», frequentada por Antero de Quental, Eça de Queirós, Manuel de Arriaga, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga e Ramalho Ortigão, entre outros. Integrou a «Geração de 70», a qual projectou as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (1871), foi comissário nas comemorações do centenário de Camões, comissário do sector agrícola da Exposição de Filadélfia, que celebrava o centenário da independência dos Estados Unidos da América, e membro proeminente da Sociedade de Geografia de Lisboa, no âmbito da qual chefiou a Secção de Agronomia e Silvicultura na Expedição Científica à Serra da Estrela<sup>506</sup>, levada a cabo em

---

<sup>503</sup> António José Saraiva - «Camões» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. I, p. 452.

<sup>504</sup> Francisco Manuel Vitorino, op. cit., p. 177.

<sup>505</sup> António José Saraiva, op. cit., vol. I, pp. 451-452.

<sup>506</sup> Pretendia-se estudar o clima, a geologia, a flora e a fauna, para com o estudo da orografia e da hidrografia se reunirem os conhecimentos básicos da agronomia, Aires Antunes Dinis - *1881 – a Guarda....*, p. 36.

1881. A cidade da Guarda foi o local de apoio de toda a organização, e a comunidade local colaborou activamente na disponibilização de recursos humanos, animais e materiais. Em 1882, iniciou a carreira diplomática, que desenvolveu até 1921. Em funções de natureza diplomática, representou Portugal em muitos congressos internacionais e foi incumbido de diversas legações no estrangeiro (Inglaterra, França, Rússia). Depois da implantação da República, foi encarregue de muitas missões pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Marinha e Obras Públicas. Afirmando-se socialista na conferência projectada para as «Conferências do Casino», que foram suspensas pelo Governo<sup>507</sup>, foi Republicano Liberal, mas nunca pertenceu a qualquer partido político<sup>508</sup>.

A Câmara da Guarda cedo lhe reconheceu o mérito. Em 1890, na sequência da cedência monárquica ao Ultimato Inglês, a Câmara Municipal, representando a população guardense que exaltou as figuras que conduziram a política africana com glória para Portugal, conjugando igualmente outras motivações, homenageou-o com a nomeação da rua que ligava o Campo de São Francisco ao Sanatório Sousa Martins, e estrada para o sul do país.

#### ► Rua Francisco Ferrer

**Francisco Ferrer Guardia. Alella (Barcelona), 1859 – Barcelona, 1909<sup>509</sup>.**

Pedagogo e activista político espanhol, fundador da Escola Moderna e precursor do racionalismo pedagógico em Espanha.

Exilado em Paris entre 1886 e 1901, descobriu a vocação pedagógica e fundou a sua primeira escola laica. Adquiriu prestígio internacional como livre-pensador e inimigo do ensino clerical que vigorava na Espanha. Simultaneamente, relacionou-se com o anarquismo francês, ingressou na maçonaria *Le Grand Orient de la France* e manteve intensa actividade revolucionária.

Findo o exílio, criou a Escola Moderna, instituição laica e anticlerical, fundou uma editora intimamente ligada ao seu projecto educativo, editou o jornal anarquista *La Huelga General*, contribuindo para o fortalecimento do sindicalismo anarquista catalão.

Implicado na tentativa de regicídio de 1906, e na *Semana Trágica* de Junho-Agosto de 1909, foi julgado por um tribunal militar que o condenou à pena capital. O fuzilamento ocorreu no dia 13 de Outubro desse ano.

A execução gerou uma campanha internacional de repúdio pela forma como foi conduzido o julgamento. Mais de um ano depois, o jornal *O Combate* continuava a manifestar-se sobre a sua

---

<sup>507</sup> Maria José Marinho - «Batalha Reis» in Vedrografias. [Em linha]. [Consult. 03 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:<http://vedrografias2.blogspot.com/2010/01/recordando-jaime-batalha-reis.html>>.

<sup>508</sup> Augusto Reis Machado – «Reis, Jaime Batalha» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. V, p. 268.

<sup>509</sup> Partido Anarquista Socialista Revolucionário - «Francisco Ferrer». [Em linha]. [Consult. 05 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:[http://pasrupcecl.no.sapo.pt/bibliografias\\_ferrer.htm](http://pasrupcecl.no.sapo.pt/bibliografias_ferrer.htm)> e em Biografías y Vidas - «Francisco Ferrer». [Em linha]. [Consult. 05 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:[http://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/ferrer\\_francisco.htm](http://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/ferrer_francisco.htm)>.

morte<sup>510</sup>, «nunca o tombar de um mártir produziu assim um choque tremendo na alma da humanidade»<sup>511</sup>.

Com a ascensão dos republicanos ao poder, na Guarda como em outras cidades do país, foi-lhe concedida a honra de figurar entre os homenageados na toponímia.

### ► Sanatório Sousa Martins

#### **José Tomás de Sousa Martins: Alhandra, 1843 - Alhandra, 1897.**

Médico e escritor português. Adquiriu enorme prestígio na luta contra a tuberculose, tendo ficado célebres os seus discursos, conferências, relatórios de especialidade e lições na Escola Médica. Foi sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, da Sociedade de Geografia de Lisboa, e de outras associações científicas nacionais e internacionais. Foi redactor da «Farmacopeia Portuguesa», que data de 1876.

Esteve presente na inauguração do Mausoléu do Dr. Sobral, na comissão que representava a cidade de Lisboa<sup>512</sup>. Em 1881, presidiu a Comissão Executiva da Expedição Científica à Serra da Estrela e a Secção de Medicina. Defendeu a construção de sanatórios destinados à climoterapia, que de forma permanente pudessem acolher e tratar doentes com tuberculose pulmonar. Apesar da sua influência junto da Coroa e do Governo, atendendo a que desde 1888 era médico honorário da família real, a iniciativa tardou em materializar-se, pois o sanatório só seria construído após a sua morte. Foi inaugurado em 18/05/1907, e recebeu o seu nome.

Aos 54 anos, gravemente doente, Sousa Martins cometeu suicídio. O seu corpo encontra-se no Cemitério de Alhandra. A 7 de Março e a 18 de Agosto de cada ano, aniversários do nascimento e morte, muitos devotos visitam e rezam junto do túmulo. Em 1902, foi constituída uma comissão para erigir um monumento em sua memória. Está situado no Campo dos Mártires da Pátria, em frente da Escola Médica.

No interior do recinto do Sanatório, um pequeno monumento continua, diariamente, ornamentado de flores e de ex-votos, sinal de homenagem e culto de muitos devotos locais.

---

<sup>510</sup> Jornal *O Combate*, nº 241, 8/01/1910: [Ferrer] «a moderna victima dos bandos negros do pharisaismo jesuítico-monarchico, esses bandos negros que depois de terem assassinado o grande educador, justamente por ser um educador, lhe cospem na memoria, inventando torpezas e propalando-as na sua imprensa». Posição semelhante tomara a imprensa europeia, que culpava o clero e os militares pela condenação à morte, sem provas. Cem anos depois pôde ler-se no jornal *El País* «En realidad, quienes pusieron a Ferrer Guardia ante el piquete de ejecución, el 13 de octubre de ese año, se estaban vengando de un intelectual laico, de un pedagogo revolucionario que había desafiado el control eclesiástico de la enseñanza», Julián Casanova - «Ferrer Guardia y la pedagogía moderna» in *El País*. De 11/08/2009. [Em linha]. [Consult. 05 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.elpais.com/articulo/opinion/Ferrer/Guardia/pedagogia/moderna/elpepiopi/20090811elpepiopi/11/Tes>>.

<sup>511</sup> Jornal *O Combate*, nº 279, de 15/10/1910.

<sup>512</sup> Jornal *Districto da Guarda*, nº 875, de 9/02/1894.

A toponímia perpetua a homenagem, pois, além do Sanatório, uma rua da cidade, nomeada mais recentemente, recebeu o epónimo. A imprensa local também não o esqueceu<sup>513</sup>.

### ► Largo D' El-Rei D. Manuel II

#### **D. Manuel II. Lisboa, 1889 – Twickenham, 1932.**

O atentado de 1 de Fevereiro de 1908, em que foram assassinados o pai e o príncipe real, levou-o inesperadamente ao trono. Época de fortes lutas políticas, o Partido Republicano aumentava progressivamente o número de votantes e a revolta começada em 3 de Outubro de 1910 tornou-se vitoriosa e proclamou a República no dia 5 do mesmo mês. D. Manuel, e a família real, tiveram de abandonar o Palácio das Necessidades, e, a partir do Palácio de Mafra, sair para Ericeira e embarcar para o exílio na Inglaterra<sup>514</sup>.

À sua morte, sem deixar descendência, todos os seus bens e os da Casa de Bragança passaram para o Estado. O seu cadáver, vindo de Inglaterra a bordo de um navio de Guerra Britânico, foi colocado em São Vicente de Fora, de Lisboa, junto com os restos mortais dos reis da última dinastia<sup>515</sup>.

A Câmara Municipal homenageou D. Manuel II na toponímia logo que começou a reinar, nomeando o Largo da Boa Vista, espaço em urbanização depois da edificação da nova Praça (fechada).

### ► Rua Conselheiro Abel Andrade

#### **Abel Pereira de Andrade. Vila do Conde, 1866 – Vila do Conde, 1958.**

Advogado e Professor universitário, foi Vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, Deputado, Procurador à Câmara Corporativa, Director-geral de Instrução Pública, Juiz do Supremo Tribunal Administrativo<sup>516</sup>.

A Câmara preiteou-o em vida, atribuindo o nome a uma rua onde havia escolas, por «haver dotado esta cidade com os preciosos edifícios para neles serem instaladas as 4 escolas de ensino elementar das freguesias de S. Vicente e Sé»<sup>517</sup>.

---

<sup>513</sup> A edição de 01/11/2007 do jornal *A Guarda*, na rubrica «memórias quase esquecidas», assinada por António Ramos de Oliveira, evocou a expedição à Serra da Estrela.

<sup>514</sup> Carlos Frederico M. de Sousa Miguel - «Manuel II, D.» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. IV, p. 161.

<sup>515</sup> «Manuel II, D.» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*. op. cit., vol. II, p. 158.

<sup>516</sup> «Andrade, Abel Pereira de» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*. Porto: Lello Editores, 1997. vol. I, p. 148.

<sup>517</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 11 de Julho de 1908.

► **Rua Conselheiro Hintze Ribeiro**

**Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro. Ponta Delgada, 1849 – Lisboa, 1907**<sup>518</sup>.

Doutorado em Direito, foi sócio efectivo da Academia Real das Ciências, Par do Reino, Conselheiro de Estado e Chefe do Partido Regenerador, sucedendo a António de Serpa Pimentel, em 1900.

Eleito deputado em 1878, foram-lhe confiadas importantes comissões parlamentares. Recebeu a pasta das Obras Públicas (1881), a de Ministro dos Estrangeiros (1883), a da Fazenda (1883-1886), das Obras Públicas, como interino, e ainda a dos Estrangeiros, em 1890, quando Portugal recebeu o Ultimato Inglês. Entre 1893 e 1906 alterna na Chefia do Governo com José Luciano de Castro.

Face às dificuldades sentidas pelo regime monárquico, esforçando-se por manter a governação do reino numa linha de conservadorismo, acaba por adoptar medidas repressivas, o que acaba por criar divisões políticas.

No início do século XX, a Câmara da Guarda decidiu homenageá-lo na toponímia, designando uma rua nova no Campo da Boavista, adjacente da nova praça fechada, «atendendo às qualidades de talento e aos importantes serviços prestados ao país e a este distrito»<sup>519</sup>.

A imprensa local fez eco da notícia da sua morte, apelidando-o de «valiosíssimo chefe do Partido Regenerador»<sup>520</sup>, e informando sobre a celebração de uma Missa no Centro Regenerador<sup>521</sup> da Guarda.

► **Rua Conselheiro José Cavalheiro**

**José Joaquim de Sousa Cavalheiro.** [ ] – [ ].

Foi Governador Civil da Guarda durante um extenso período de tempo, no final do século XIX: de 31/03/1881 até 1/05/1884; de 17/02/1890 até 14/05/1890; de 19/12/1894 até 16/01/1896<sup>522</sup>.

Em 1903, a Câmara Municipal homenageou o Conselheiro «atendendo às qualidades de talento e aos importantes serviços prestados ao país e a este distrito pelo eminente estadista»<sup>523</sup>.

► **Travessa de El-Rei (D. Dinis); Rua de D. Dinis**

**D. Dinis. Santarém, 1261 - Lisboa, 1325**<sup>524</sup>.

Sexto rei de Portugal, filho de D. Afonso III e de D. Beatriz de Castela, foi aclamado em 1279. Em Junho de 1282 casou com D. Isabel de Aragão, tendo celebrado o casamento em Trancoso.

---

<sup>518</sup> A partir de José Tengarrinha - «Ribeiro, Ernesto Rodolfo Hintze» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. V, p. 341.

<sup>519</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 30 de Novembro de 1903.

<sup>520</sup> *Jornal Districto da Guarda*, nº 1529, de 04/08/1907.

<sup>521</sup> *Jornal O Combate*, nº 118, de 3/08/1907.

<sup>522</sup> Governo Civil da Guarda - «Governadores civis do distrito». [Em linha]. [Consult. 06 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.gov-civ-guarda.pt/governo/governadores.asp>>.

<sup>523</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 30 de Novembro de 1903.

<sup>524</sup> Manuel de Sousa, op. cit., p. 47.

Empreendeu reformas, melhoramentos, e procurou travar os abusos dos grupos privilegiados que procuravam cercear a sua autoridade. Estabeleceu acordos com a Santa Sé, a Concordata assinada em 1290, e com Castela, o Tratado de Alcanises, em 1297, que estabeleceu os limites da fronteira oriental, em terras de Ribacôa e no Alentejo.

Percorreu vilas e cidades, consolidando as suas prerrogativas reais, tanto na aplicação da justiça como na cobrança fiscal. Foi promotor do desenvolvimento económico, sobretudo pela criação de feiras francas, do desenvolvimento cultural, para o qual criou os Estudos Gerais em Portugal, e da defesa territorial, tendo mandado reparar ou construir muralhas e castelos, o que aconteceu na Guarda<sup>525</sup>, pois uma das portas da muralha e uma travessa que corre junto da mesma foram denominadas «d'El Rei», tratando-se de D. Dinis. Essa denominação já era usada no século XV<sup>526</sup>. Outra rua mais a Sul tem a mesma evocação. A cidade foi ainda escolhida para a realização de cortes, em 1281, e para dirigir operações militares contra Castela, em 1295<sup>527</sup>.

#### ► Rua de D. Luís I

##### **D. Luís I. Lisboa, 1838 – Cascais, 1889.**

Rei de Portugal de 1861 a 1889, sucedendo a seu irmão D. Pedro V. Governou num período de acalmia política, afora alguns incidentes, alguns levantamentos de curta repercussão. Período de progresso económico e de desenvolvimento cultural, foi neste domínio que se estabeleceram as mudanças que promoveram o republicanismo, que haviam de fazer ruir o regime monárquico.

Em 1882, quando da inauguração da linha férrea da Beira Alta, D. Luís foi recebido, em festa, na cidade da Guarda. O seu nome foi atribuído à artéria que o conduziu ao interior da cidade, entrada aberta recentemente na muralha e que se tornou num dos principais eixos de circulação<sup>528</sup>.

#### ► Rua de D. Sancho I

##### **D. Sancho I. Coimbra, 1154 – Coimbra, 1211.**

Rei de Portugal de 1185 a 1211, mas que assumiu a chefia do reino conjuntamente com o pai desde 1170, devido à incapacidade física de D. Afonso Henriques. No início do seu reinado desenvolveu uma intensa actividade guerreira, quer na fronteira leonesa, quer na fronteira islâmica<sup>529</sup>.

O estado de guerra permanente, sobretudo activo nas décadas de 1180 e 1190, conduziu ao desenvolvimento de iniciativas que tinham em vista o repovoamento de regiões de fronteira e o

<sup>525</sup> A carta régia de 1280, citada por Rita Costa Gomes, ob. cit., pp. 35-36, refere que D. Dinis incita o concelho a obrigar clérigos e leigos a fazer a muralha.

<sup>526</sup> Rita Costa Gomes, op. cit., p. 40.

<sup>527</sup> Adriano Vasco Rodrigues, op. cit., p. 89.

<sup>528</sup> Em 1885 o jornal *Distrito da Guarda*, nº 384, de 12/07/1885, refere o nome desta rua.

<sup>529</sup> Luís Krus – «Sancho I, D.» in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*. [S.l.]: Publicações Alfa, 1990. vol. 2, p. 203.

fortalecimento das ordens militares<sup>530</sup>. Foi neste contexto que concedeu cartas de foral, como a da Guarda, em 1199, mas a criação de concelhos «além de contribuir para o melhoramento económico e social, era também um meio de aumentar o número de combatentes que não recebiam soldo, trazendo, assim, vantagens de ordem militar e financeira»<sup>531</sup>.

Na cidade da Guarda, o nome de D. Sancho já nomeava uma via antes do início do século XX, sem a indicação de que se tratava do primeiro rei com este nome<sup>532</sup>. A rua mantém a designação, e uma lápide<sup>533</sup> lembra os versos do poema, que a tradição continua a atribuir-lhe.

### ► Rua Marquês de Pombal

#### **Sebastião José de Carvalho e Melo. Lisboa, 1699 – Pombal, 1782.**

Ministro de D. José, e possuindo toda a confiança, governou despoticamente o país, esmagando toda a resistência.

Modernizou a economia, controlou a sociedade, reformou o ensino e a Universidade de Coimbra, reconstruiu Lisboa após o terramoto de 1755. As perseguições aos grupos privilegiados, como os Távoras e os Jesuítas, que expulsou de Portugal, provocaram ódios que foram vingados quando da morte do rei. Demitido de todos os cargos pela rainha D. Maria I, foi exilado para Pombal até à morte, tendo o corpo sido trasladado para Lisboa em 1856, onde jaz na Igreja da Memória<sup>534</sup>.

Depois da sua morte os governantes estiveram divididos entre pombalinos e antipombalinos<sup>535</sup>. Com o Liberalismo reavivou-se o debate pombalino, mais intenso com a formação de Partidos, nomeadamente do Partido Republicano<sup>536</sup>. Esta valorização esteve patente na comemoração do centenário da sua morte e na homenagem toponímica que percorreu o país de lés-a-lés. A cidade da Guarda também aderiu à tendência e, nesse período, a nome foi atribuído a uma nova artéria, na zona de expansão urbana, no sentido Leste, designação que se manteve inalterada desde a atribuição.

### ► Largo Serpa Pinto

#### **Alexandre Alberto da Rocha de Serpa Pinto. Tendais (Cinfães) 1846 – Lisboa, 1900.**

Frequentou o Colégio Militar, tendo atingido a categoria de Tenente, em 1869, e de Capitão, em 1876. Em 1877, integrou a equipa que, conjuntamente com Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, havia de fazer a expedição aos territórios situados entre Angola e Moçambique, mas perante algumas

<sup>530</sup> Luís Krus, op. cit., p. 203-204.

<sup>531</sup> Maria Emília Cordeiro Ferreira - «Sancho I, D.» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. V, p. 440.

<sup>532</sup> Legenda do mapa de 1907, capítulo 2.

<sup>533</sup> Anexo G – placas memorativas, foto nº 16.

<sup>534</sup> «Pombal, Sebastião...» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. II, p. 584.

<sup>535</sup> Jorge Borges de Macedo - «Pombal, Marquês de» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. V, p. 114.

<sup>536</sup> Que fez de Pombal um dos seus heróis, sobretudo pela perseguição aos jesuítas. Jorge Borges de Macedo, op. cit., vol. V, p. 114.

dificuldades, acabou por se separar dos companheiros e concluiu a exploração no sentido do paralelo 15°, para Sul, até ao Zambeze, depois pelo Calaari até Durban.

Esta expedição, como as de Capelo e Ivens «produziram enormes resultados de natureza moral e afectiva, além de haverem contribuído para o conhecimento da geografia africana, e renovarem o prestígio internacional da Nação»<sup>537</sup>, todavia, os objectivos nacionalistas que a Sociedade de Geografia de Lisboa pretendia alcançar ficaram aquém do almejado.

Enquanto militar, atingiu a patente de Tenente-Coronel, foi ajudante-de-campo do rei D. Luís, explorador, governador colonial em Cabo Verde. Recebeu o título de Visconde, a Comenda da Torre e Espada<sup>538</sup> e diversas condecorações nacionais e estrangeiras<sup>539</sup>. A cidade da Guarda, durante a agitação que se seguiu ao Ultimato Britânico, concedeu-lhe a honra de figurar na toponímia pelos relevantes serviços prestados à Pátria, nomeadamente o contributo para o conhecimento do território que constava do Mapa Cor-de-Rosa, e, certamente, para emulação dos militares do seu quartel.

#### ► Rua Alves Roçadas

##### **José Augusto Alves Roçadas. Vila Real, 1865 – Lisboa, 1926.**

Como Oficial do Exército, fez parte da sua carreira nas colónias, tendo passado por Angola, Índia, Macau e Moçambique, em reconhecimentos geográficos, levantamentos cartográficos<sup>540</sup>, campanhas de pacificação e conquista. Foi Governador das Províncias de Angola, Macau e Timor. Em território angolano, vingou o massacre de Cunene e, em 1907, destacou-se na campanha de pacificação do Cuamato e do Sul de Angola, da qual saiu vitorioso em Outubro. A vitória proporcionou-lhe uma recepção entusiástica em Lisboa, a promoção a Major, a nomeação para ajudante-de-campo do rei, a condecoração com a Comenda da Torre e Espada, medalhas de ouro de Serviços Distintos e Valor Militar e, ainda, a promoção a Tenente-Coronel por distinção, no reinado de D. Manuel II.

Durante a Primeira Guerra Mundial, foi escolhido para comandar a expedição enviada para o Sul de Angola, e partiu para França, em Setembro de 1918, tomando interinamente o comando da segunda Divisão do Corpo Expedicionário Português (CEP), e a 16 de Abril do ano seguinte o próprio CEP, sendo o último comandante português em França.

Em Setembro de 1919 passou a estar ao serviço da Companhia de Moçambique, dali regressando à metrópole em 1923, onde no ano seguinte assumiu o comando da 1ª Divisão. Durante os preparativos da revolta militar que levou ao golpe de 28 de Maio de 1926 chegou a ser indicado para a chefiar, o que não aconteceu por ter falecido entretanto.

<sup>537</sup> Jofre Amaral Nogueira – «Pinto, Alexandre A. da R. Serpa» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. V, p. 85.

<sup>538</sup> Ordem da Torre e Espada foi a condecoração instituída por D. Afonso V, e restabelecida por D. João VI, para recompensar o «Valor, Lealdade e Mérito». É actualmente a mais elevada das ordens. «Torre e Espada (ordem de)» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. II, p. 1047.

<sup>539</sup> «Pinto, Alexandre A. da R. Serpa» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. II, p. 884.

<sup>540</sup> Nomeadamente os de Luanda, Benguela e Moçâmedes.

A vitória do Cuamato trouxe-o à Guarda, em 18/12/1907, para acompanhar os soldados do Regimento de Infantaria Nº 12, na recepção «o aparecimento e apresentação do Sr. Capitão Roçadas produziu um completo delírio de bravos e aclamações»<sup>541</sup>, ao início da Rua do Paço do Bispo foi inaugurada a placa toponímica com o seu nome. No ano seguinte, ofereceu à Biblioteca Municipal o livro «Conferência sobre o Sul de Angola».

#### ► Rua Tenente Valadim

**Eduardo António Prieto Valadim. Lisboa, 1865 – Moçambique, 1890.**

Oficial do exército, celebrizou-se nas campanhas de Portugal em África, no final do século XIX<sup>542</sup>. Foi assassinado em Moçambique por um Régulo revoltoso, “Mataca”. A sua morte provocou uma onda de consternação, ao mesmo tempo que o seu heroísmo foi premiado com a atribuição do nome a muitas ruas portuguesas, incluindo na cidade da Guarda. Em 1894, a Rua Tenente Valadim surge na publicidade a uma tipografia, na rua anteriormente denominada Rua Municipal<sup>543</sup>, mas que manteve o nome até ao presente.

#### ► Rua Vasco da Gama

**Vasco da Gama. Sines, 1469 – Cochim, 1524.**

Navegador português, foi nomeado por D. Manuel I para comandar a armada que atingiu a Índia em 1498, não obstante as tempestades, revolta da marinhagem e ciladas preparadas pelos muçulmanos contra os portugueses<sup>544</sup>.

Aportou em Calecut, mas nem todos os contactos com os chefes locais lhe correram bem. Regressou ao reino onde foi «recebido apoteoticamente pelo rei e pelo povo»<sup>545</sup>, e o feito lhe granjeou a nomeação para Almirante-Mor das Índias e, posteriormente, a de Vice-Rei da Índia, mas morreu pouco tempo depois da sua chegada a Cochim. Era Conde da Vidigueira.

Nas comemorações do quarto centenário da chegada à Índia, a cidade da Guarda evocou a epopeia que marcou a História de Portugal e nomeou o herói numa das ruas do arrabalde, paralela à Rua Marquês de Pombal, cuja denominação permaneceu inalterada até ao presente.

#### ► Largo, Rua de São João

**João Baptista. (Festas litúrgicas: 24 de Junho e 29 de Agosto).**

Segundo a Bíblia, foi o último profeta da Lei Antiga, pois sendo apenas uns meses mais velho que Jesus Cristo, foi ele quem o baptizou, já adulto, no Rio Jordão, onde baptizava outros crentes, daí a

<sup>541</sup> Jornal *Districto da Guarda*, nº 1549, de 22/12/1907.

<sup>542</sup> «Valadim, Eduardo António Prieto» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. II, p. 1122.

<sup>543</sup> Jornal *Districto da Guarda*, nº 834, de 25/02/1894.

<sup>544</sup> «Gama, Vasco da» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. I, p. 1094.

<sup>545</sup> Eduardo da Cunha Serrão – «Gama, Vasco da» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. III, p. 102.

denominação que lhe é atribuída de *Baptista*. Foi preso no reinado de Herodes e acabou por ser degolado, tornando-se o primeiro mártir do cristianismo, cuja comemoração se realiza em 29 de Junho.

Santo padroeiro dos alfaiates, dos peleiros e dos correeiros, por se vestir com uma pele de carneiro e usar um cinto de couro, também o é dos presos, dos condenados à morte, e dos músicos<sup>546</sup>.

Na cidade da Guarda havia uma capela dedicada a São João Baptista, pertencente à Religião de Malta<sup>547</sup>, e ficava situada no largo homónimo, no arrabalde, que foi parcialmente ocupado com o consultório do Dr. Lopo de Carvalho, pelo Montepio Egitanense e por um pequeno jardim. As paredes foram demolidas em 1886<sup>548</sup>.

#### ► Largo, Rua, Travessa de São Vicente

**São Vicente. Saragoça, [século III] – Valência, 304. (Festa litúrgica: 22 de Janeiro).**

Martirizado no início do século IV, foi sepultado em Valência. Quando a invasão árabe ocorreu, o corpo foi levado pelos cristãos e, em 1173, foi trasladado para a Sé de Lisboa, num barco, acompanhado por dois corvos. Foi adoptado como padroeiro da cidade de Lisboa, e de Portugal<sup>549</sup>.

Na cidade da Guarda é padroeiro da Igreja de São Vicente, cujos altares são dedicados a São Vicente, São Francisco Xavier e São Sebastião. A rua, largo, e travessa do mesmo nome desempenharam papéis relevantes na organização do espaço e das práticas económicas e religiosas da cidade.

#### ► Rua de Santo António

**Fernando Martins de Bulhões (Santo António de Lisboa/Pádua). Lisboa, 1191 – Pádua, 1231. (Festa litúrgica: 13 de Junho).**

Santo António de Lisboa e de Pádua, onde pregou durante anos, era monge franciscano e foi «a primeira voz de Portugal que pela Europa ressoou e é a primeira figura portuguesa na história da cultura»<sup>550</sup>. Canonizado no ano de 1232, um ano após a morte, a cristandade consagrou-lhe igrejas e altares, é considerado Doutor da Igreja.

Na cidade da Guarda havia festividades no aniversário da sua morte, dia 13 de Junho, organizadas por mordomos. Na procissão «a imagem vai ser conduzida da sua capela, no Largo de São Pedro, para a Sé Catedral. Na procissão irão muitos andores, além do Santo Taumaturgo, e grande número de

<sup>546</sup> Jorge Campos Tavares, op. cit., p. 84.

<sup>547</sup> Maria José Mexia Bigotte Chorão, op. cit., p. 27.

<sup>548</sup> Carlos de Oliveira, op. cit., p. 117.

<sup>549</sup> Jorge Campos Tavares, op. cit., pp. 146-147. Segundo este autor, op. cit., p. 226, são Padroeiros de Portugal: Santo António de Lisboa, São Vicente, São Francisco Xavier, Santa Isabel de Portugal, Santa Irene de Santarém e Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

<sup>550</sup> Fernando Félix Lopes - «Santo António de Lisboa» in Joel Serrão (dir.), op. cit., p. 160.

anhos. A julgar pelo programa, deve esta festividade ser em tudo digna do popular Santo Português»<sup>551</sup>, o maior Santo português e, depois de São Francisco de Assis, o franciscano de maior relevo<sup>552</sup>.

#### ► Rua do Campo de São Francisco

**São Francisco de Assis. Assis, 1182 - Assis, 1226. (Festa litúrgica: 4 de Outubro).**

Fundou a Ordem Franciscana e a Ordem Terceira, inspirou a Ordem das Clarissas.

Afastado do perímetro amuralhado da cidade e dos seus arrabaldes extramuros, a Sul da área urbana, foi edificado o mosteiro franciscano. Obra dos moradores da cidade, desconhece-se o ano exacto em que se iniciaram as obras de edificação, mas estima-se que tenha sido no ano de 1236 e que no ano de 1246 já fosse habitado<sup>553</sup>.

Em 1600 foi acrescentada uma igreja, porém já algum tempo antes a filha do cronista Rui de Pina, D. Isabel de Pina, tinha restaurado a capela, para nela ser colocado o seu túmulo, os da sua descendência e, ainda, os restos mortais de seu pai, que à época se encontravam na igreja de Nossa Senhora do Mercado, o que não se concretizou, tendo os mesmos desaparecido posteriormente<sup>554</sup>.

Desde a extinção das ordens religiosas, no ano de 1834, serviu de quartel até à retirada do exército da cidade da Guarda. Foi ampliado, em 1868-1869, para receber equipamentos do exército, nele se encontrando alojado o Regimento de Infantaria Nº 12<sup>555</sup>.

### Atribuições entre 1910 e 1926

#### ► Rua Camilo Castelo Branco

**Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco. Lisboa, 1825 – São Miguel de Seide, 1890.**

Com uma vida atribulada desde os primeiros anos de vida, por motivos familiares, acabou por viver em vários pontos do país e por formar-se, em grande medida, como autodidacta ou à margem das instituições oficiais.

<sup>551</sup> Jornal *Distrito da Guarda*, nº 900, de 2/06/1895. Das *Memórias Paroquiais de 1758* depreende-se que os religiosos franciscanos, da Província de Portugal, possuíam duas irmandades, uma das quais era a de Santo António, nada se referindo sobre a existência de capela, mas da freguesia de São Pedro é referido que está edificada no arrabalde contíguo à cidade, que pega com os muros, e que a igreja, que não tem naves, tem um altar do padroeiro. Se existiu uma Capela consagrada a Santo António desconhecemos a sua localização. Pela informação de que dispomos, e baseando-nos também nos mapas mais antigos, pensamos que a capela era local de veneração de São Pedro e que no final do século XIX (Anexo G – anúncios publicitários, noticiário e edital, foto nº 56), e durante as primeiras décadas do século XX, a mesma capela foi local de culto a Santo António. O jornal *Distrito da Guarda*, nº 380, de 14/06/1885 refere que houve acto religioso e arraial, mas a procissão limitou-se às imediações da Capela de São Pedro, por receio de chuva.

<sup>552</sup> Jorge Campos Tavares, op. cit., p. 22.

<sup>553</sup> Carlos de Oliveira, op. cit., p. 254.

<sup>554</sup> José Osório da Gama e Castro, op. cit., p. 86.

<sup>555</sup> Carlos de Oliveira, op. cit., pp. 253-254.

Escrevendo, quase sempre, para assegurar os meios de subsistência, desenvolveu uma obra literária multifacetada. Foi romancista, cronista, crítico, dramaturgo, historiador, poeta e tradutor<sup>556</sup>, muitas vezes, recriando os ambientes e as personagens das suas vivências. Vivendo do seu trabalho literário, teve de sujeitar-se aos ditames da moda, mas sem retirar a peculiaridade do estilo, genial para muitos críticos literários.

A sua vida pessoal foi também um romance cheio de aventuras e desventuras, algumas delas dramáticas e dolorosas. A cegueira irreversível e grandes desgostos morais conduziram-no à morte por suicídio.

O rei D. Luís I concedeu-lhe o título de *Visconde de Correia Botelho*, mas foi no século XX que foi consagrado como grande escritor<sup>557</sup>. É nessa sagração nacional que se inspira a homenagem toponímica da Câmara Republicana, a comemoração dos grandes homens da literatura que tanto engrandeceram o país e a humanidade.

### ► Rua França Borges

#### **António França Borges. Sobral de Monte Agraço, 1871 – Davos-Platz (Suíça), 1915.**

Como jornalista dirigiu as redacções dos jornais *Vanguarda*, *País*, *A Lanterna* e do periódico *A Pátria*, tendo fundado, em 1890, o jornal *O Mundo*, que dirigiu até à sua morte, o qual concorreu decisivamente para a implantação da República<sup>558</sup>.

No tempo da monarquia foi deputado pelo Partido Republicano Português<sup>559</sup> e, mais tarde, foi deputado na Assembleia Constituinte Republicana.

O jornal *O Combate*, do qual era colaborador, noticiou seu o casamento, onde foram testemunhas o General Dantas Baracho e o Dr. Afonso Costa<sup>560</sup>, informou sobre a doença por que passou em 1907 e, nesse ano, comunicou a sua saída para o estrangeiro, numa altura em que podia ser preso<sup>561</sup>, deu ainda conta de julgamentos em que esteve envolvido por defender a causa republicana. No ano de 1914 noticiou a sua vinda à *cidade-saúde*, não por motivo de algum comício, mas para se tratar de problemas pulmonares no Sanatório Sousa Martins<sup>562</sup>.

<sup>556</sup> Wikipédia - «Camilo Castelo Branco». [Em linha]. [Consult. 11 Jul. 2011]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Camilo\\_Castelo\\_Branco](http://pt.wikipedia.org/wiki/Camilo_Castelo_Branco)>.

<sup>557</sup> «Castelo Branco, Camilo» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. I, p. 494; e [Em linha]. [Consult. 11 Jul. 2011]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.arqnet.pt/dicionario/correiabotelho.html>>.

<sup>558</sup> David Ferreira – «Borges, António França» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. I, p. 357.

<sup>559</sup> Centenário da República - «França Borges». [Em linha]. [Consult. 22 Mai. 2011]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.centenariorepublica.pt/escolas/personalidade-republica/ant%C3%B3nio-fran%C3%A7a-borges>>.

<sup>560</sup> Jornal *O Combate*, nº 81, de 10/11/1906.

<sup>561</sup> Jornal *O Combate*, nº 116, de 20/07/1907.

<sup>562</sup> Jornal *O Combate*, nº 455, de 04/07/1914 e seguintes.

**► Rua Heliodoro Salgado****Heliodoro Salgado. S. Martinho de Bougado (Santo Tirso), 1861 - Lisboa, 1906.**

Escritor e jornalista, «foi redactor de quase todos os jornais republicanos de Lisboa e Porto»<sup>563</sup> e escreveu obras como a *Insurreição de Janeiro* e o *Culto da Imaculada*<sup>564</sup>. Era arquivista do Directório do Partido Republicano Português e director da colecção *Pequena Biblioteca Democrática*, série de opúsculos de propaganda republicana. Destacou-se como panfletário republicano, maçã e organizador da «Carbonária Republicana»<sup>565</sup>, anticlerical e defensor das causas da classe trabalhadora.

O jornal republicano *O Combate*, do qual era colaborador, no elogio fúnebre, em Outubro de 1906, evoca-o como «Revolucionário, vigoroso combatente pela justiça, pela verdade, pela bondade, devotado campeão da República, amigo dos que sofriam, dos humildes, dos perseguidos, dos explorados [...] “emancipador de consciências”»<sup>566</sup>. Do seu funeral, uma das mais imponentes manifestações fúnebres da época, «imponência desusada», o mesmo jornal refere que os marinheiros que se incorporaram no cortejo foram castigados<sup>567</sup>. A efeméride da morte foi lembrada pelo jornal nos dois anos seguintes, dando conta da visita que a família republicana fez ao cemitério para homenagear o morto que «já não era um indivíduo, era a encarnação de uma ideia»<sup>568</sup>, a republicana.

**► Rua João de Deus****João de Deus Ramos. São Bartolomeu de Messines, 1830 – Lisboa, 1896.**

Escritor de prosa e de poesia, o seu trabalho mais reconhecido foi a *Cartilha Maternal*, ou *Arte de Leitura*, publicada em 1876. Iniciou, deste modo, uma carreira de pedagogo ao pretender acabar com o método tradicional da soletração, mas que lhe acarretou críticas e polémicas<sup>569</sup>. A obra foi continuada pelo filho, que se dedicou à propaganda do ensino popular, coadjuvado por Casimiro Freire, o fundador das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, a partir das quais o processo conheceu uma enorme difusão<sup>570</sup>.

Na cidade da Guarda teve seguidores no método de ensino, havendo em 1884 um anúncio para lugar de professora para ensinar a ler, escrever e contar pelo método João de Deus<sup>571</sup>. O jornal *Districto da Guarda* noticiou a morte «do grande lírico português», o discurso apoteótico do Conselheiro António Cândido, nos Jerónimos, e o funeral ao qual terão assistido «mais de 40 000

<sup>563</sup> «Salgado, Heliodoro» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. II, p. 817.

<sup>564</sup> David Ferreira – «Salgado, Heliodoro» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. V, p. 426.

<sup>565</sup> Fundação Mário Soares - «Heliodoro Salgado». [Em linha]. [Consult. 08 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040979>>.

<sup>566</sup> Jornal *O Combate*, nº 79, de 27/10/1906.

<sup>567</sup> Jornal *O Combate*, nº 82, de 17/11/1906.

<sup>568</sup> Jornal *O Combate*, nº 129, de 19/10/1907.

<sup>569</sup> «Deus, João de» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. I, p. 741.

<sup>570</sup> Francisco Manuel Vitorino, op. cit., p. 171.

<sup>571</sup> Jornal *Districto da Guarda*, nº 347, de 26/10/1884.

peessoas, o mais imponente que se tem visto em Lisboa»<sup>572</sup>. Também os jornais de Madrid prestaram homenagem ao poeta português, conforme nota do mesmo periódico.

A homenagem toponímica foi iniciativa dos dirigentes republicanos da autarquia, quando João de Deus Ramos, filho, era Governador Civil do Distrito da Guarda<sup>573</sup>.

### ► Rua Dr. Manuel de Arriaga

#### **Manuel Brum da Silveira de Arriaga. Faial, 1840 – Lisboa, 1917.**

Advogado, escritor, poeta, professor, foi como político que o seu nome se celebrou.

Deputado republicano entre 1882-1892, primeiro pelo Circulo do Funchal e depois pelo de Lisboa, era membro do Directório do Partido Republicano Português quando eclodiu a revolta de 31 de Janeiro, em 1891. Poucos dias após a implantação da República foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra, mandato curto, mas no qual foram dados os primeiros passos para a secularização da universidade e sua reforma<sup>574</sup>. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte de 1911 e, por eleição, em 24 de Agosto de 1911, tornou-se o primeiro Presidente Constitucional da República Portuguesa, até à resignação, em 25 de Maio de 1915<sup>575</sup>. O mandato foi marcado por inúmeras dificuldades, resultantes da instabilidade governativa da I República, nomeadamente o «Golpe de Estado» que alegadamente promoveu e deu lugar à ditadura de Pimenta de Castro<sup>576</sup>, talvez numa discutível forma de salvar a República dos perigos do Republicanismo<sup>577</sup>.

Em 1919, a autarquia guardense homenageou-o atribuindo o nome, a pedido de alguns dos seus moradores, a uma rua nova confinante com o Largo de São João.

### ► Largo Almirante Cândido dos Reis

#### **Carlos Cândido dos Reis. Lisboa, 1852 – Lisboa, 1910.**

Oficial da Marinha, era apoiante da ideologia republicana, mas sem intervenção política pública. Descontente com a reacção clerical, aderiu à Junta Liberal, cujo objectivo era defender, e fazer respeitar, a autoridade e as leis civis<sup>578</sup>. Tendo aderido ao Partido Republicano, utilizou diversos meios para derrubar a monarquia, nomeadamente a conspiração. Dirigiu o movimento revolucionário de 28

<sup>572</sup> *Jornal Districto da Guarda*, nº 933, de 19/01/1896.

<sup>573</sup> A proposta toponímica data de 25 de Abril de 1912, João de Deus Ramos foi governador civil de 20/04/1912 a 26/10/1912, Governo Civil da Guarda - «Governadores civis do distrito». [Em linha]. [Consult. 06 Dez. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.gov-civ-guarda.pt/governo/governadores.asp>>.

<sup>574</sup> Áurea Adão - «Educação e ensino na acção política de Manuel Arriaga» in Sérgio Campos Matos (coord.) – *O tempo de Manuel de Arriaga*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa e Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004. p. 210.

<sup>575</sup> David Ferreira – «Arriaga Brum da Silveira, Manuel José de» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. I, p. 207.

<sup>576</sup> Sérgio Campos Matos - «Memória e esquecimento do primeiro presidente da república» in Sérgio Campos Matos (coord.), op. cit., p. 151.

<sup>577</sup> António Ventura - «Manuel de Arriaga na propaganda republicana» in Sérgio Campos Matos (coord.), op. cit., p. 349.

<sup>578</sup> David Ferreira – «Reis, Carlos Cândido dos» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. V, p. 266.

de Janeiro de 1908<sup>579</sup>, constituído por republicanos e monárquicos progressistas. Falhada a tentativa, pediu a reforma da marinha, e passou a dirigir os movimentos conspiratórios. Com o apoio da Maçonaria e da Carbonária<sup>580</sup> foi preparada a revolta, aprazada para o início do mês de Outubro. Contrariedades diversas, devidas especialmente às dificuldades de comunicação, levam-no a concluir que novamente fracassara o objectivo. Suicídio ou assassínio foram as hipóteses colocadas para esclarecer a sua morte, no dia três de Outubro.

O seu funeral, e o de Miguel Bombarda, considerados como «duas gloriosas vítimas da sua dedicação à causa da República Portuguesa» foram muito concorridos, tendo a CP proporcionado preços reduzidos aos que se deslocassem da Província<sup>581</sup>. A homenagem toponímica, em 20 de Outubro, foi o primeiro acto da Câmara após a Revolução Republicana.

### ► Largo Elias Garcia

#### **José Elias Garcia – Cacilhas, 1830 – Lisboa, 1891.**

A sua formação académica foi feita na Escola do Comércio, na Escola Politécnica e na do Exército. Fez carreira militar na arma de engenharia, onde subiu até atingir a patente de Coronel e Lente da Escola do Exército.

Político português, foi um dos fundadores da organização política republicana e do primeiro jornal republicano, *O Trabalho*, seguido de *O Futuro*, notabilizando-se como propagandista. Tendo aderido à Maçonaria, em 1885, tornou-se Grão-Mestre da Maçonaria portuguesa. Fiel a este ideário, desenvolveu uma importante vida política e parlamentar<sup>582</sup>. Foi Director da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses.

A cidade da Guarda, representada pela Câmara Municipal, prestou-lhe homenagem nomeando um dos largos mais antigos do Centro Histórico com o seu nome, o Largo de São Vicente, em momento que desconhecemos, mas que se manteve até 1950.

### ► Rua Gomes Freire

#### **Gomes Freire de Andrade. Viena de Áustria, 1757 - [Almada], 1817.**

Enveredando pela carreira militar, ascendeu à patente de General. Participou em várias campanhas, nomeadamente durante as invasões napoleónicas na Europa. De regresso ao país, em

<sup>579</sup> A Câmara Republicana em funções em 1912 atribuiu a data deste acontecimento a um dos largos intramuros, fazendo com que, pelo rebaptismo, se actualizasse a denominação monárquica e se votasse ao esquecimento o Conde da Guarda.

<sup>580</sup> O elemento destacado para prestar a colaboração era José de Castro, David Ferreira in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. V, p. 267, natural da aldeia de Valhelhas, concelho da Guarda.

<sup>581</sup> Jornal *O Combate*, nº 279, de 15/10/1910.

<sup>582</sup> Fernando Marques da Costa - «Garcia, José Elias» in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, op. cit., vol. 1, p. 283.

1815, foi preso, mas por não ter participado na invasão de Massena, foi reabilitado e foi-lhe estabelecida residência em Lisboa.

Uma conjuntura política e militar, provocada pela presença inglesa em Portugal depois de terminadas as invasões, desencadeou a propagação do ideário maçónico, sobretudo nas figuras de elite do exército. A conspiração aumentava nos sectores do exército. Para chefe dos conjurados foi escolhido Gomes Freire, o qual foi preso por conspirador liberal, em 1817. Enquanto os outros conspiradores foram mortos na fogueira pública, o seu chefe foi enforcado em São Julião da Barra, onde a guarnição portuguesa foi substituída por ingleses, como medida de precaução. Se, para alguns, encarnou o perigo das ideias revolucionárias que desafiavam o poder absoluto, para outros foi o primeiro mártir do Liberalismo português<sup>583</sup>.

O aniversário da morte continuou a ser lembrado na imprensa da cidade da Guarda «78 anos que um tribunal sanguinário proferiu a sentença que levou o valente General à forca, sentenciado por crime de lesa-majestade de 1ª cabeça, e alta traição»<sup>584</sup>.

A Câmara Municipal, republicana, nomeou-o para dar nome a uma rua nova no sítio do Bomfim, homenageando, assim, o herói precursor do Liberalismo.

#### ► Rua Dr. Miguel Bombarda

##### **Miguel Augusto Bombarda. Rio de Janeiro, 1851 – Lisboa, 1910.**

Profissionalmente celebrizou-se como médico-psiquiatra, tendo remodelado o Hospital de Rilhafoles, do qual foi Director, e como Professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa<sup>585</sup>. Foi ainda autor de trabalhos científicos que granjearam prestígio à medicina portuguesa.

Como político, em 1901, foi fundador da Junta Liberal, afirmou-se anticlerical e aderiu aos ideais republicanos<sup>586</sup>. Era um dos membros da Junta Revolucionária para a Proclamação da República<sup>587</sup>, mas foi assassinado umas horas antes de a revolução começar.

A nomeação de uma rua tradicional da cidade da Guarda com o epónimo não perpetuou a memória por muito tempo, ambas as designações prevaleciam e a primeira acabou por impor-se na toponímia.

<sup>583</sup> Maria Ângela Branco - «Freire de Andrade, Gomes» in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, op. cit., vol. 1, p. 272-273.

<sup>584</sup> *Jornal Districto da Guarda*, nº 921, de 10/11/1895.

<sup>585</sup> Nesta área adquiriu «uma reputação de sábio alienista, que era acatada no país e no estrangeiro», mas foi ainda o principal fundador da Liga Nacional contra a Tuberculose, e um dos fundadores do semanário *Medicina Contemporânea*, David Ferreira – «Bombarda, Miguel Augusto» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. I, p. 356.

<sup>586</sup> David Ferreira – «Bombarda, Miguel Augusto» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. I, p. 356.

<sup>587</sup> «Bombarda, (Miguel)» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. I, p. 359.

► **Rua Nuno Álvares (Pereira)**

**Nuno Álvares Pereira. Cernache do Bonjardim, 1360 – Lisboa, 1431.**

Segundo Alberto Martins de Carvalho<sup>588</sup>, a vida de Nuno Álvares Pereira decorreu em três fases: a primeira vai até à morte de D. Fernando, a segunda abrange os anos de guerra com Castela, a terceira liga-se à existência calma dos anos finais.

A juventude passou-a como um cavaleiro medieval, desde os aspectos intelectuais ao adestramento físico. Quando, em 1381, se iniciou a guerra com Castela colaborou na defesa do Alentejo e aderiu à causa do Mestre de Avis, ou seja, do partido nacional. «Tomou parte nas Cortes de Coimbra de 1385, onde foi nomeado condestável e mordomo-mor, e recebeu importantes doações»<sup>589</sup>, dirigiu várias ocupações de praças e castelos, foi fundamental para a vitória dos portugueses em Aljubarrota. Apesar de alguns desentendimentos com D. João I sobre os privilégios da nobreza, participou nos combates fronteiriços de 1397-1398 e tomou parte na expedição a Ceuta, em 1415. Quando regressou do Norte de África completou a empresa de construção de igrejas que havia iniciado e, em 1422, passou a viver no Convento do Carmo, que também tinha mandado edificar.

Os cronistas Fernão Lopes e Zurara contribuíram para a difusão da imagem das suas virtudes, para exemplo dos jovens cavaleiros e vassallos, tornando-se uma das «figuras mais famosas da nossa História, apontada sempre como modelo de virtudes cívicas e religiosas, um dos raros nomes que unanimemente é costume identificar com a própria existência nacional»<sup>590</sup>. Desde 1918, os católicos promoveram o culto do Santo Condestável, ao qual os republicanos se associaram. A associação conservadora «Cruzada de Nuno Álvares» foi patrocinada, inicialmente, por republicanos<sup>591</sup>.

Também a Câmara Municipal da Guarda que, em 1918, nomeou uma via com o seu nome, reconheceu o seu carácter de grande «patrista», que se impõe pelo heroísmo e virtudes<sup>592</sup>.

### **Atribuições entre 1933 e 1974**

► **Rua Alexandre Herculano**

**Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo. Lisboa, 1810 – Vale de Lobos (Santarém), 1877.**

Liberal e defensor da Carta Constitucional, esteve exilado em França, mas foi parte activa na vitória dos Liberais. Finda a guerra civil, ocupa o lugar de segundo bibliotecário na Biblioteca Pública do Porto, até à Revolução Setembrista. Passa então ao jornalismo, onde alcança notoriedade, a qual

---

<sup>588</sup> Alberto Martins de Carvalho - «Pereira, D. Nuno Álvares» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. V, p. 56.

<sup>589</sup> José Mattoso - «Pereira, Nuno Álvares» in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, op. cit., vol. 2, p. 101.

<sup>590</sup> Alberto Martins de Carvalho, op. cit., vol. V, p. 56.

<sup>591</sup> Rui Ramos - «O mito da política nacional (1918-1926)» in José Mattoso, (dir.) - *História de Portugal*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996. vol. VI. pp. 612.

<sup>592</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 17 de Janeiro de 1918.

estará na base da sua nomeação, pelo rei-consorte D. Fernando, para Director das Bibliotecas Reais da Ajuda e das Necessidades, onde pôde efectuar a pesquisa concernente à História de Portugal, que publicou a partir de 1846.

Como deputado, participou na comissão de Instrução Pública e esteve envolvido nas lutas políticas de meados do século XIX que conduziram à Regeneração, sendo depois um dos fundadores do Partido Progressista Histórico. Porém, desiludido com a vida pública e com o país, que «dá vontade de morrer»<sup>593</sup>, refugia-se na quinta de Vale de Lobos, onde continua a escrita de opúsculos diversos. Se, no campo literário, «depois de Camões foi o grande vulto das letras pátrias»<sup>594</sup>, Alexandre Herculano transformou-se em modelo das virtudes do povo, «podendo até aventar-se a hipótese de que tenha encarnado o arquétipo (na acepção de Jung) de certa exemplaridade portuguesa»<sup>595</sup>.

A Câmara Municipal da Guarda homenageou-o na toponímia dedicando-lhe a rua que os estudantes iriam palmilhar quando o Liceu mudasse para as novas instalações, mas o seu nome já havia sido atribuído à Biblioteca Pública, muito tempo antes. O jornal *O Combate* referiu-se-lhe como «grande historiador e glorioso escritor que aumenta com a sua glória a glória do país»<sup>596</sup>.

### ► Rua Almeida Garrett

#### **João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett. Porto, 1799 – Lisboa, 1854.**

Tendo sido um paladino da «regeneração liberal da Pátria»<sup>597</sup>, este facto motivou o seu exílio nos momentos de reacção absolutista, tanto no estrangeiro como nos Açores. A vitória dos liberais facultou-lhe o desempenho de funções diplomáticas, mas também o acesso a cargos de relevo, como o da fundação de um Teatro Nacional, atribuído por Passos de Manuel. Se o jornalismo político e os discursos parlamentares, pois «a todos os outros dotes reunia o de uma eloquência primorosa»<sup>598</sup>, o glorificaram, a sua imortalidade foi conquistada como romancista, poeta, autor dramático e, sobretudo, como o introdutor do romantismo em Portugal e criador do teatro contemporâneo. A sua influência nas letras portuguesas continua a ser considerável, sendo, por isso, um dos autores mais lidos e estudados na Escola. A comemoração dos centenários do nascimento e da morte consagraram a sua grandeza entre as novas gerações.

A edilidade municipal, sob proposta da Comissão de Toponímia, tributou-lhe o reconhecimento público e o direito à memória pública, a par de Alexandre Herculano.

<sup>593</sup> Joel Serrão - «Herculano de Carvalho Araújo, Alexandre» in Joel Serrão, op. cit., vol. III, p. 212.

<sup>594</sup> «Herculano (Alexandre)» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. I, p. 1211.

<sup>595</sup> Joel Serrão, op. cit., p. 213.

<sup>596</sup> Jornal *O Combate*, nº 243, de 22/01/1910.

<sup>597</sup> Joel Serrão - «Garrett, João Baptista da Silva Leitão de Almeida» in Joel Serrão, op. cit., vol. III, p. 105.

<sup>598</sup> «Garrett (João Baptista da Silva Leitão de Almeida)» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. I, p. 1101.

► **Rua Padre António Vieira**

**António Vieira. Lisboa, 1608 – Brasil, 1697.**

Foi um religioso jesuíta, pregador, missionário, mas também escritor e homem de Estado.

No Brasil, esteve ligado à reconquista do território ocupado pelos Holandeses, à defesa dos direitos humanos dos povos indígenas. Em Portugal, como conselheiro de D. João IV, tornou-se embaixador da independência restaurada em 1640, a favor da qual realizou algumas missões diplomáticas. A defesa dos judeus, advogando, sobretudo, a não distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos colidiu com a acção do Tribunal da Inquisição, que o perseguiu e fez responder em processo.

Deixou uma obra complexa, da qual se salientam os *Sermões* e a *Correspondência*, que exprime as suas opiniões políticas, embora não seja propriamente um escritor, mas sim um orador<sup>599</sup>.

A Câmara Municipal da Guarda prestou homenagem a este clássico da literatura portuguesa sem que tivesse esclarecido as motivações, mas o antropónimo atribuído a uma rua de um bairro social talvez tenha implícita a reverência ao defensor dos direitos humanos.

► **Avenida Rainha D. Amélia**

**Maria Amélia Luísa Helena de Orleães e Bragança. Twickenham (Inglaterra), 1865 – Versalhes (França) 1951.**

Era filha dos Condes de Paris. Casou, em 1886, com o futuro rei D. Carlos. Teve um papel de destaque no campo da assistência, devendo-se-lhe a fundação da Assistência Nacional aos Tuberculosos e muitas obras de beneficência e de higiene. Criou, em 1905, o Museu Nacional dos Coches.

Depois da implantação da República, seguiu para o exílio, mas o seu corpo encontra-se sepultado no Panteão de São Vicente<sup>600</sup>.

A Câmara da Guarda quis perpetuar a sua memória dando o seu nome à avenida confinante com o muro do Sanatório, hospital para tuberculosos que a própria patrocinou, e inaugurou em 1907.

► **Largo de Marechal Carmona**

**António Óscar de Fragoso Carmona. Lisboa, 1869 – Lisboa, 1951.**

Depois de ter concluído o curso de Cavalaria na Escola de Guerra, exerceu alguns cargos importantes no Exército, ascendendo ao generalato, em 1922. Desde então, a sua participação na política foi mais activa: foi Ministro da Guerra, promotor de justiça militar, esteve implicado no golpe

---

<sup>599</sup> António José Saraiva – «Vieira, Pe. António» in Joel Serrão, op. cit., vol. VI, pp. 298-302 e em Wikipédia - «António Vieira». [Em linha]. [Consult. 11 Jul. 2010]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Padre\\_ant%C3%B3nio\\_vieira](http://pt.wikipedia.org/wiki/Padre_ant%C3%B3nio_vieira)>.

<sup>600</sup> «Amélia de Orleães» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. I, p. 130; Manuel de Sousa, op. cit., p. 155.

militar de Gomes da Costa, em 1926. Neste contexto, voltou ao Governo para ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros. Depois do afastamento de Gomes da Costa, assumiu a chefia do Estado, a pasta da Guerra, acrescentando ainda a Presidência da República (Novembro de 1926). Depois da ascensão de Salazar ao poder, tornou-se um intransigente defensor da Ditadura Militar. Já na vigência do Estado Novo, foi sucessivamente reeleito para a Presidência da República, em 1935, 1942 e 1949, que ocupou até à morte. A título de distinção, em 1947, foi promovido a Marechal<sup>601</sup>.

A Câmara Municipal, na comemoração do primeiro aniversário da sua visita à cidade, deliberou atribuir o respectivo nome ao maior largo da urbe.

### ► Rua D. Afonso V

#### **D. Afonso V. Sintra, 1432 – Sintra, 1481.**

Tendo ficado órfão, de pai, muito novo, os primeiros anos do seu reinado foram entregues ao Infante D. Pedro (Regente), seu tio, até que atingiu a maioridade para governar, aos 14 anos. Depois da morte do tio, em Alfarrobeira (1449), consequência das intrigas palacianas junto de D. Afonso V, este monarca inicia um conjunto de expedições ao Norte de África, que lhe granjearam o epíteto de *Africano*, «é o período do rei-cavaleiro, qual novo cruzado em defesa da fé cristã»<sup>602</sup>.

Depois de alargado o seu domínio em África a Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger, a sua acção volta-se para a sucessão ao trono de Castela, o que motivou o plano de segundo casamento com a sobrinha D. Joana, a *Beltraneja*. Nos últimos anos do reinado a política da expansão marítima esteve sob direcção do Príncipe D. João, que lhe sucedeu no trono.

A Câmara Municipal da Guarda prestou homenagem a D. Afonso V por este ter reunido cortes na cidade, no ano de 1465, mas Virgílio Afonso acrescenta a este facto as influências que o monarca exerceu junto do Papa Pio II que, pela Bula «Ad hoc nos», regulamentou os trajes eclesiásticos para a diocese da Guarda, e a concessão de serviço militar<sup>603</sup>.

### ► Rua Engenheiro Saraiva e Sousa

#### **Alberto Saraiva e Sousa. Trancoso, 1912 – [ ]**

Possuía os cursos de Engenheiro Civil, pelo Instituto Superior Técnico, a licenciatura em Ciências Matemáticas e de Engenheiro Geógrafo, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

<sup>601</sup> «Carmona, António Óscar de Fragoso» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. I, p. 473 e em Primeira República - «António Óscar de Fragoso Carmona». [Em linha]. [Consulta 6 Dezembro. 2010]. Disponível em WWW:

<URL:[http://www.primeirarepublica.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2848:carmona-antonio-oscar-de-fragoso-1869-1951&catid=15:biografias&Itemid=14](http://www.primeirarepublica.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2848:carmona-antonio-oscar-de-fragoso-1869-1951&catid=15:biografias&Itemid=14)>.

<sup>602</sup> Joaquim Veríssimo Serrão - «Afonso V, D.» in Joel Serrão, op. cit., vol. I, p. 43.

<sup>603</sup> Virgílio Afonso, op. cit., p. 45.

Em 1935 tornou-se Engenheiro da Câmara Municipal de Lisboa e em 1945, com a criação da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, foi nomeado para chefiar a repartição de melhoramentos urbanos e, em 1948, foi nomeado Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas.

Publicou várias obras sobre a problemática da habitação e participou em congressos sobre a temática. Foi membro do Conselho da Federação Internacional da Habitação e Urbanismo<sup>604</sup>.

Os serviços relevantes que prestou nestes domínios à cidade da Guarda e ao concelho, como «a construção da Rua do Asilo e arranjo urbanístico em volta do Liceu e Sé da Guarda; abertura e pavimentação de arruamentos; revisão do Antepiano de Urbanização; construção de bancadas do Campo de Jogos e do Lavadouro da Dorna; localização do Liceu e da Escola Técnica e respectiva aquisição de terrenos; remodelação de águas e esgotos, etc.» motivaram a nomeação de uma rua com o seu nome, a antiga Rua do Asilo, em Abril de 1965, mas que foi renomeada pouco tempo depois.

### ► Rua Mestre de Avis

#### **João I. Lisboa, 1357 – [Lisboa], 1433.**

Filho natural de D. Pedro e de D. Teresa Lourenço, foi eleito Mestre de Avis em 1364 e, no ano seguinte, recebeu do rei algumas casas em Avis, e outros bens. Tornou-se num dos mais ricos senhores de Portugal e gozava de proximidade relativamente aos negócios da corte. Ainda muito jovem, de uma ligação com Inês Pires, nasceu o seu primeiro filho bastardo, que veio a tornar-se no primeiro Duque de Bragança.

Em 1383, após a morte de D. Fernando, foi nomeado fronteiro (defensor) para o Alentejo, mas «O mestre de Avis finge que parte para o Alentejo, regressa a Lisboa, volta ao Paço e mata ou ajuda a matar o Andeiro»<sup>605</sup>. O povo levantou-se com entusiasmo e aclamou-o *Defensor do Reino*<sup>606</sup>, e D. João organizou a resistência contra o rei de Castela. Nas cortes de Coimbra, em 1385, foi aclamado rei de Portugal «mas rei de Portugal talvez menos por mérito seu do que por um conjunto de circunstâncias favoráveis e pelo apoio de homens de coragem e de valor, como Nun'Álvares ou João das Regras»<sup>607</sup>.

Em 1387, casou com D. Filipa de Lencastre, de quem teve oito filhos, a denominada *Ínclita Geração*. Fundador da Dinastia de Avis, imprimiu ao seu reinado (1385-1433) uma boa administração do reino e uma viragem rumo à expansão e aos descobrimentos, iniciada com a conquista de Ceuta, em 1415.

A Câmara Municipal atribuiu o nome de Mestre de Avis a uma rua confinante com a Rua Nuno Álvares, «seu companheiro e amigo»<sup>608</sup>, porque «viveu nesta cidade, aqui teve dois filhos»<sup>609</sup>. Este facto não é aceite, por exemplo, por A. H. de Oliveira Marques que menciona Inês Pires como sendo

<sup>604</sup> «Saraiva e Sousa, Alberto» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, op. cit., vol. 27, p. 703.

<sup>605</sup> A. H. de Oliveira Marques - «D. João I» in Joel Serrão, op. cit., vol. III, p. 384.

<sup>606</sup> «João I» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. I, p. 1351.

<sup>607</sup> A. H. de Oliveira Marques, op. cit., vol. III, p. 384.

<sup>608</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Junho de 1950.

<sup>609</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Junho de 1950.

uma «donzela nobre»<sup>610</sup>, no Castelo de Veiros, no Alentejo. Todavia, foi no seu reinado que se iniciou a construção da Sé Catedral no interior da muralha.

#### ► Rua Mouzinho da Silveira

##### **Mouzinho da Silveira. Castelo de Vide, 1780 – Lisboa, 1849.**

Personalidade ímpar para a implantação do sistema constitucional em Portugal, teve a percepção do momento de mudança que atravessava o país, e «foi o cérebro da revolução política e social, que acompanhou a guerra contra o absolutismo»<sup>611</sup>. Nomeado por D. Pedro Ministro da Fazenda e da Justiça, fundou uma nova sociedade em Portugal, abolindo tudo o que era privilégio e perpetuava o Antigo Regime, «ao conhecimento das leis juntava a proibidade; ao interesse pela gestão da coisa pública aliava vistas inovadoras»<sup>612</sup>, mas incompreendido, depois de «cumprida a sua missão histórica, a rota de Mouzinho na sociedade, cujos fundamentos lançara, quase não deixa sulco visível»<sup>613</sup>.

Na Guarda, o seu nome surgia associado à Rua do Hospital, mas em 1960 foi definitivamente atribuído à rua que ligava a Rua Lopo de Carvalho ao Largo de São João.

#### ► Rua Almirante Gago Coutinho

##### **Carlos Viegas Gago Coutinho. Lisboa, 1869 – Lisboa, 1959.**

Oficial da Armada, foi também geógrafo, matemático, navegador e historiador. Começou por se notabilizar nos levantamentos geográficos das Províncias Ultramarinas, tendo sido nomeado, em 1925, Presidente da Comissão de Cartografia. Com Sacadura Cabral, efectuou estudos de navegação aérea que serviram de apoio à primeira travessia aérea do Atlântico Sul, realizada com «métodos próprios de navegação e cálculo»<sup>614</sup>, auxiliados pelo sextante que ele mesmo inventou. Esta proeza foi considerada pela Assembleia Nacional, que o promoveu a Almirante.

Realizou outras missões, mas uma das mais importantes ficou ligada ao estudo da História, do qual se salienta a História dos descobrimentos e das navegações marítimas dos portugueses, que escreveu sob a designação de *Náutica dos Descobrimentos*.

A Câmara da Guarda, que havia classificado a viagem de navegação aérea de «acto que está assombrando o mundo»<sup>615</sup>, homenageou este herói nacional, após a morte, tal como já havia feito relativamente ao herói natural do distrito, Sacadura Cabral.

<sup>610</sup> A. H. de Oliveira Marques, op. cit., vol. III, p. 383.

<sup>611</sup> «Silveira, José Xavier Mouzinho da» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. II, p. 904.

<sup>612</sup> Joel Serrão – «Silveira, José Xavier Mouzinho da» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. V, p. 585.

<sup>613</sup> Joel Serrão, op. cit., vol. V, p. 588.

<sup>614</sup> A. T. da M. «Coutinho, Carlos Viegas Gago», in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. II, p. 221.

<sup>615</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 6 de Abril de 1922.

**► Rua Afonso de Albuquerque****Afonso de Albuquerque. [junto a] Alhandra, c. 1462 – Goa, 1515.**

Educado na corte de D. Afonso V, prestou serviço no Norte de África antes de ser enviado à Índia, em 1503. A esta primeira estada atribuem alguns historiadores o seu projecto de domínio de todo o comércio no Índico. D. Manuel I decidiu enviá-lo à Índia, em 1506, com a nomeação de Governador na sucessão do Vice-Rei D. Francisco de Almeida, que terminava o mandato em 1508. Antes de iniciar essas funções, com forças diminutas, foi capitão do Mar da Arábia e submeteu, temporariamente, Ormuz. Depois de assumir o cargo, tomou Goa e Malaca e tentou ocupar Adém, para cortar a navegação dirigida pelos turcos, mas não conseguiu.

Não lhe tendo sido possível instalar-se em Calecut, então centro das actividades comerciais do Oriente, ocupou a cidade de Goa e o seu porto, fazendo dela a metrópole de irradiação portuguesa no espaço no Índico. Em 1515, ano da morte, concluiu a fortaleza de Ormuz, iniciada em 1508. O seu prestígio tinha chegado ao auge. Incentivando a miscigenação, através do casamento de portugueses com mulheres indianas, procurou criar uma raça luso-indiana.

Génio de múltiplas facetas: marinheiro capaz de pilotar uma nau, cabo-de-guerra perito tanto na terra como no mar, estadista e diplomata, foi a «maior figura da história de Portugal no oriente»<sup>616</sup>.

Em 1950, a Câmara Municipal prestou homenagem na toponímia a esta figura histórica como «grande conquistador da Índia»<sup>617</sup>, mas o seu nome já havia sido anteriormente atribuído, como patrono, ao Liceu da Guarda.

**► Rua Infante D. Henrique****D. Henrique. Porto, 1394 – Sagres, 1460.**

Quinto filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, sendo geralmente considerado como o homem que mais contribuiu para o impulso à expansão marítima portuguesa, é, também, uma das figuras mais discutidas da história de Portugal. O cronista do reino Zurara, que o retratou na Crónica da Guiné, deixa algumas das suas exemplares qualidades, escritas ainda durante a vida do Infante, mas também alguns factos menos favoráveis ou onde não foi bem sucedido, escritos já depois da sua morte. Posteriores gerações de cronistas e de historiadores, entre os quais Oliveira Martins, «foram acrescentando a esse primeiro esboço todas aquelas novas qualidades que se exigiam de uma figura absolutamente exemplar»<sup>618</sup>. Por isso, no século XX, alguns historiadores reviram tudo quanto havia sido escrito sobre esta figura, e «logo a superfície harmoniosa e aparentemente sólida daquele panorama tradicional cedeu e abriu».

A característica que mais se evidenciará na sua biografia é, para Luís de Albuquerque, a de um homem de acção, sujeito a êxitos e a insucessos, mas sempre insistente nos fins que se propunha

<sup>616</sup> E. S. - «Albuquerque, Afonso de» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. I, p. 74.

<sup>617</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Junho de 1950.

<sup>618</sup> Luís de Albuquerque - «Henrique, Infante D.» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. III, p. 195.

alcançar. Globalmente, «o Infante poderá ser tomado como símbolo das vontades e dos esforços anónimos de navegadores, de cartógrafos, de mercadores, de aventureiros»<sup>619</sup>, que terão ajudado a construir o homem moderno e uma nova dimensão do espaço.

A Comissão de Toponímia, nomeada pela Câmara Municipal em 1950, homenageou esta figura que, à época, era ainda, para muitos, um dos nomes mais ilustres da História de Portugal, bem como da civilização europeia.

#### ► Rua João Pinto Ribeiro

##### **João Pinto Ribeiro. Lisboa, século XVI – Lisboa, 1649.**

Em 1615, pela Universidade de Coimbra, tornou-se Bacharel em Direito Canónico. A partir de 1621, e durante seis anos, desempenhou as funções de Juiz de Fora em Pinhel. Depois de ter escrito o *Discurso sobre os fidalgos Portugueses não militarem em Conquistas Alheias* (1632), que não terá agradado a Filipe IV de Espanha, foi escolhido pelo Duque de Bragança para seu agente de negócios em Lisboa. Participou na reunião de conjurados, dos quais se tornou um dos chefes. Apesar de ter recusado mediar as «negociações» entre os conjurados e o Duque de Bragança, era considerado homem de confiança por ambas as partes. Foi o principal instigador da conjuração de 1 de Dezembro de 1640 e, alcançada a vitória, foi nomeado membro do conselho do rei, no início de 1641. Em 1644 foi nomeado Guarda-Mor da Torre do Tombo, tendo desempenhado funções até morrer.

Na qualidade de jurista e de historiógrafo, escreveu uma vasta obra da qual se salienta *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal*<sup>620</sup>.

A Comissão de Toponímia que o homenageou, em 1950, destacou a sua ligação a Pinhel, concelho do distrito da Guarda, o seu vínculo à restauração da independência, mas também antecipou a homenagem aos juizes que viessem morar nas casas recentemente construídas naquela rua.

#### ► Rua José Clemente Pereira

##### **José Clemente Pereira. Ade (Almeida), 1787 – Rio de Janeiro, 1854.**

Estudou direito na Universidade de Coimbra, e serviu no exército anglo-luso que enfrentou os franceses sob a liderança do Duque de Wellington. Em 1815, foi para o Brasil, onde estava a corte portuguesa. Desconhecido na segunda pátria que abraçou, recorreu à advocacia para viver, até 1819. Graças ao seu mérito pessoal, foi nomeado Juiz de Fora e encarregado de criar a vila da Praia Grande, hoje cidade de Niterói. A Câmara Municipal, reconhecida pelas infra-estruturas criadas, dedicou-lhe, em 1840, uma rua que denominou de S. José.

<sup>619</sup> Luís de Albuquerque - «Henrique, Infante D.» in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, op. cit., vol. 1, p. 309.

<sup>620</sup> A partir de António Álvaro Dória - «Ribeiro, João Pinto» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. V, pp. 342-343.

Destacou-se na independência do Brasil. Acusado de *anarquista e demagogo*, foi exilado por D. Pedro, mas dois anos depois, em 1824, recebeu a «dignitária do Cruzeiro juntamente com Labatut», General da Independência. A ascensão política levou-o aos mais altos cargos da nação: Deputado Geral, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Justiça, Ministro da Guerra, Conselheiro de Estado, Ministro da Fazenda e Senador do Império do Brasil, de 1842 a 1854. Como Ministro do Império, referendou algumas das primeiras leis de organização política do Brasil, como a lei de criação do Supremo Tribunal de Justiça.

Colaborou na redacção do primeiro Código Criminal (1827) e do primeiro Código Comercial (1850) brasileiros, e escreveu vários textos jurídicos.

Em 1838, assumiu a Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, cargo que exerceu até sua à morte. Foi responsável pelas grandes transformações do espaço interno e pela especialização de funções da instituição, que levou à criação do Hospício Pedro II, para tratamento de loucos<sup>621</sup>.

A cidade da Guarda homenageou-o pela sua naturalidade e por se ter distinguido na edificação do Estado Brasileiro. Poderá não ser alheio o facto de Ernesto da Trindade Pereira, Governador Civil e depois (1952) Conselheiro do Tribunal de Contas, pertencer à família deste homenageado na toponímia urbana<sup>622</sup>.

### ► Rua Mouzinho de Albuquerque

#### **Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque. Batalha, 1855 – Lisboa, 1902.**

Neto paterno de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, figura destacada de militar e de político defensor da causa popular, seguiu a carreira militar, mas passou por Coimbra para frequentar estudos de Matemática e de Filosofia, que interrompeu em 1882.

Distinguiu-se em diversas campanhas coloniais, especialmente em Moçambique. Fez parte de expedições que submeteram os régulos das regiões hostis, mas o feito que mais o evidenciou foi a prisão de Gungunhana, em 1895, pois «a participação em combates importantes, a organização e chefia de certas campanhas, a actividade organizadora à frente da administração de Moçambique foram, pelo homem da rua, injustamente esquecidas em benefício do episódio heróico de Chaimite»<sup>623</sup>, embora outras vozes discordassem da grandeza do feito. Também deixou alguns trabalhos publicados, entre os quais, *Moçambique – 1896-1898*.

De personalidade pouco «sociável», não era do tipo de herói popular e, apesar de famoso e admirado, sempre teve inimigos. Depois de regressar a Portugal, em 1899, foi nomeado aio do

<sup>621</sup> Wikipédia - «José Clemente Pereira». [Em linha]. [Consult. 10 Jul. 2011]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Clemente\\_Pereira](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Clemente_Pereira)> e em Wikisource - «Galeria dos brasileiros ilustres / José Clemente Pereira». [Em linha]. [Consult. 10 Jul. 2011]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikisource.org/wiki/Galeria\\_dos\\_Brasileiros\\_Ilustres/Jos%C3%A9\\_Clemente\\_Pereira](http://pt.wikisource.org/wiki/Galeria_dos_Brasileiros_Ilustres/Jos%C3%A9_Clemente_Pereira)>.

<sup>622</sup> Hélder Sequeira - *Ernesto Pereira: um paladino da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal, 2005. (Gentes da Guarda; 4).

<sup>623</sup> Alberto Martins de Carvalho - «Albuquerque, Joaquim Mouzinho de» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. I, p. 76.

príncipe real, mas desejoso de voltar a combater, não conseguindo adaptar-se à vida da corte, em 1902, suicida-se dentro de um carro de praça, com um tiro na cabeça.

Em 1935, o Estado Novo começou a comemorar o Dia de Mouzinho, mas o mito de Mouzinho começara a ser fabricado 30 anos antes, pelos amigos e parentes que o tratavam por «nosso herói»<sup>624</sup>.

Em 1896, quando da prisão do Gungunhana, o jornal local *Districto da Guarda* presta-lhe rendidas homenagens<sup>625</sup>. Em 1950, a Câmara Municipal consagra-o na toponímia como «exemplo de virtudes militares», ao lado de João de Almeida, de Alves Roçadas e de Serpa Pinto<sup>626</sup>.

### ► Rua Paiva Couceiro

#### **Henrique Mitchell de Paiva Couceiro. Lisboa, 1861 – Lisboa, 1944.**

Deixou uma vasta obra escrita de cariz político, colonial e militar. Como oficial do exército português destacou-se nas campanhas de ocupação militar de Moçambique e de Angola. Em território moçambicano consagrou-se herói nos combates de Marracuene e de Magul, mas foi em Angola, a partir de 1907, quando foi nomeado governador interino de Luanda, que deixou marcas de grande administrador colonial, «esboça um dos mais notáveis programas de administração ultramarina portuguesa deste século [...]»<sup>627</sup>, procurando pacificar e ocupar a totalidade do território angolano. Devido ao surgimento de dificuldades na execução do projecto, abandonou as funções em 1909.

Em Outubro de 1910, tendo tentado reprimir o movimento revolucionário republicano, acabou por demitir-se do exército e abandonar o país. Posteriormente, liderou algumas tentativas para restaurar o regime monárquico, nomeadamente a de 1919, quando restaurou a monarquia no Norte do país. Esta posição política valeu-lhe quer o exílio quer o afastamento voluntário de Portugal.

A cidade da Guarda reconheceu-lhe os méritos heróicos praticados ao serviço de Portugal e consagrou-o na toponímia, em 1960. No período em que desempenhou funções de governador interino de Angola foram travadas as campanhas dos Cuamatos e dos Dembos, onde se haviam destacado Alves Roçadas e João de Almeida, ambos homenageados na toponímia guardense.

### ► Rua Pedro Álvares Cabral

#### **Pedro Álvares Cabral. Belmonte, 1467[?] – Santarém, 1520[?].**

Navegador português a quem D. Manuel I confiou o comando da segunda armada que enviou à Índia, em 1500. Capitão-mor de 13 naus, que transportavam 1500 homens, a sua embarcação desviou-se para ocidente até avistar terra da costa brasileira. O desvio, que começou por ser atribuído ao acaso, tem hoje uma explicação que o insere na política de secretismo posta em prática pelo rei D. João II.

<sup>624</sup> Rui Ramos – «Os desenraizados» in José Mattoso, (dir.) – *História de Portugal*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1996. vol. VI. pp. 324-325.

<sup>625</sup> Jornal *Districto da Guarda*, nº 938, de 23/02/1896 e semanas seguintes.

<sup>626</sup> *Acta da Sessão de Câmara* de 28 de Junho de 1950.

<sup>627</sup> Jofre Amaral Nogueira - «Couceiro, Henrique Mitchell de Paiva» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. II, p. 218.

Assim, o monarca tomou posse da Terra de Vera Cruz durante esta viagem, que foi concluída na Índia, com um carregamento de especiarias.

Pedro Álvares Cabral, «aparentemente caído no desagrado do rei»<sup>628</sup>, não realizou mais serviços ao rei, tendo terminado os dias de vida nas propriedades de Santarém.

A Câmara da Guarda prestou homenagem ao «grande navegador, que foi um dos maiores nomes da epopeia marítima de Portugal»<sup>629</sup>, símbolo do heroísmo, mas também natural da vila limítrofe de Belmonte e neto do Alcaide Álvaro Gil Cabral, que defendeu a cidade do monarca de Castela, João I, durante o interregno de 1383-1385.

### ► Rua Fundação [Calouste] Gulbenkian

#### **Calouste Sarkis Gulbenkian. Istambul, 1869 – Lisboa, 1955.**

Milionário arménio com vasta actividade financeira e de negócios, apreciador de arte e colecionador. Vindo para Lisboa em 1942, durante a II Guerra Mundial, deixou a Portugal verbas para ser criada uma fundação que recolhesse as suas obras de arte.

Assim, a Fundação Calouste Gulbenkian foi criada em Lisboa por disposição testamentária, sendo presidida por Azeredo Perdigão. Os seus fins são «caritativos, artísticos, educativos e científicos, exercidos não só em Portugal [...]»<sup>630</sup>.

A homenagem na toponímia da cidade, prestada pela Câmara Municipal à Fundação, surgiu na sequência do financiamento da construção de um Lar Académico para alunos carenciados que frequentassem o Liceu da cidade. O Presidente da Fundação já havia sido homenageado com a atribuição da medalha de ouro da cidade.

### ► Largo de São Pedro

#### **São Pedro (Apóstolo). Galileia, [?] – Roma, 64. (Festa litúrgica: 29 de Junho).**

Chamava-se Simão, era natural da Galileia e pescador em Cafarnaum. Seguiu Jesus na sua vida pública, o qual lhe muda o nome para Pedro, a «pedra» sobre a qual ia edificar a sua Igreja. Após a morte de Cristo permaneceu em Jerusalém, foi preso por Herodes e, libertado, foi para Roma, cidade da qual foi o primeiro Bispo. No tempo de Nero foi preso e crucificado, de cabeça para baixo, tornando-se um mártir cristão.

Os seus atributos são vários: as chaves, a barca, o peixe, o galo, as cadeias, a cruz invertida, a cruz com três ramos.

O culto a São Pedro na cidade da Guarda remonta à Idade Média, e Rita Costa Gomes localiza a capela no arrabalde, junto à Porta dos Ferreiros<sup>631</sup>. Em 1758, a freguesia de São Pedro contava com os

<sup>628</sup> E. S. - «Cabral (ou de Gouveia), Pedro Álvares» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. I, p. 417.

<sup>629</sup> «Cabral, Pedro Álvares» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. I, p. 411.

<sup>630</sup> «Gulbenkian, Fundação Calouste» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. I, p. 1182.

<sup>631</sup> Ver figura 3, capítulo 1.

fregueses da cidade e das quintas e, ainda, com os lugares do Carapito, da Póvoa de São Domingos e uma anexa no lugar de Gonçalbocas<sup>632</sup>.

► **Rua de S. João de Deus**

**João de Deus. Montemor-o-Novo, 1495 – Granada, 1550. (Festa litúrgica: 8 de Março)**

Ainda muito novo, fugiu de casa dos pais para ir viver em Castela, onde foi pastor e soldado. Tendo adoptado a vida religiosa, ingressou nos monges franciscanos e, em Granada, fundou um hospital, que sustentava com as esmolas recolhidas nas ruas da cidade. Foi devido a esta caridade que o Arcebispo de Granada o apelidou de *João de Deus*.

Foi canonizado em 1691, e tornou-se padroeiro da cidade de Granada, dos hospitais, dos enfermeiros e dos doentes. Um dos seus vários atributos representa-o com um doente que ele carrega nos braços<sup>633</sup>.

A Câmara Municipal deliberou homenagear o Santo português a pedido, em última instância, da Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior, no 4º centenário da sua morte. Todavia, estudos recentes interpretam uma figura da bandeira da Misericórdia da Guarda, datada de cerca de 1608, como sendo São João de Deus e, assim sendo, poderia ser «a mais antiga representação de São João de Deus nas Misericórdias portuguesas»<sup>634</sup>.

► **Rua de São Vicente de Paulo**

**São Vicente de Paulo. Pouy (hoje Saint-Vincent-de-Paul), 1581 - Paris, 1660. (Festa litúrgica: 27 de Setembro).**

Ordenado padre em 1600, decidiu consagrar-se aos pobres, entre os quais os condenados às galés e as crianças enjeitadas. Fundou a Sociedade dos Padres da Missão (Lazaristas), a Obra das Crianças Enjeitadas e a Congregação das Irmãs da Caridade ou de São Vicente de Paulo, que rapidamente se espalhou pelo mundo inteiro e se tornou muito popular. É a mais alta figura da Reforma Católica do século XVII. Impulsionada por Frederico Ozanan em 1833, a Sociedade de São Vicente de Paulo, constituída por Conferências de leigos, colocou-se sob o seu patrocínio<sup>635</sup>.

Também na Guarda a pobreza foi atenuada pela acção da Conferência Vicentina, criada pelo bispo da diocese D. Thomaz Gomes de Almeida, em 1891. Foram sócios-fundadores o cónego Bernardo Gomes de Almeida, o Padre Carlos da Paixão Borrego e os doutores António Augusto Lopes, José Crespo Simões de Carvalho e António d’Abranches Martins<sup>636</sup>.

<sup>632</sup> Maria José Mexia Bigotte Chorão, op. cit., p. 20. Cf. nota 511, p. 226.

<sup>633</sup> Jorge Campos Tavares, op. cit., p. 86.

<sup>634</sup> Augusto Moutinho Borges – «Culto a São João de Deus nas Beiras: ciência, devoção e arte» in *Praça Velha: revista cultural da cidade da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal, 2007. (Ano X, nº 22, Dezembro 2007) p. 239.

<sup>635</sup> «Vicente de Paulo, São» in *Lello Universal, Dicionário Enciclopédico*, op. cit., vol. II, p. 1160.

<sup>636</sup> José Osório da Gama e Castro, ob. cit., p. 139.

► **Travessa da Rainha Santa (Isabel)**

**D. Isabel de Aragão, Rainha Santa de Portugal. Saragoça, c. 1270 – Estremoz, 1336. (Festa litúrgica: 4 de Julho).**

O casamento foi realizado em Trancoso e, segundo a tradição, terá pernoitado na cidade da Guarda após o enlace.

Foi mediadora de conflitos, como o de D. Dinis com o infante D. Afonso (1287 e 1299) e o de Jaime II de Aragão e Fernando IV de Castela. Fundou o Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, onde se acolheu depois de ficar viúva e jaz, e os hospitais de Santarém, de Coimbra e de Leiria. Contribuiu, ainda, para a concretização de muitas obras religiosas e caritativas.

A sua bondade e caridade junto dos pobres e doentes, e os milagres que lhe atribuíam, como a da transformação do pão em rosas, deram-lhe fama de santidade, pelo que foi canonizada em 1625<sup>637</sup>. É Padroeira de Portugal e a festa em sua memória realiza-se, em Coimbra, no dia 4 de Julho.

### **Atribuições entre 1974 e 1980**

► **Largo General Humberto Delgado**

**Humberto da Silva Delgado. Brogueira (Torres Novas), 1906 – Espanha, 1965.**

Foi general do exército, aviador e escritor sobre temas militares. Desempenhou importantes missões em Portugal e no estrangeiro. Havia participado no movimento militar de 28 de Maio de 1926, opusera-se à revolução republicana de 1927 e chegara a ser adjunto militar do comando-geral da Legião Portuguesa.

O novo clima internacional do pós II Guerra Mundial terá contribuído para a sua evolução política e ideológica. Em 1958, apresentou-se como candidato da oposição democrática às eleições presidenciais, concorrendo com Américo Tomás, candidato oficial da União Nacional.

A campanha eleitoral deu-lhe muita popularidade, mas a derrota nas urnas ficou a dever-se ao controlo da máquina eleitoral pelo Governo. Tendo de afastar-se do país, continuou uma actividade de oposição ao regime português na Europa e na Argélia, mas acabou assassinado em Villanueva del Fresno, próxima da fronteira de Espanha com Portugal. A sua coragem para defrontar o regime, afirmando que se ganhasse as eleições demitia Oliveira Salazar, está na origem do epíteto «General Sem-Medo»<sup>638</sup>.

Na cidade da Guarda, em 1975, o largo denominado Marechal Carmona foi renomeado Largo General Humberto Delgado onde, em 25 de Abril de 1995, foi colocada uma lápide comemorativa dos 37 anos sobre a carga policial desferida sobre os seus apoiantes, em 31 de Maio de 1958<sup>639</sup>.

---

<sup>637</sup> Maria E. Ferreira - «Isabel, Rainha D. (Rainha Santa)» in Joel Serrão (dir.), op. cit., vol. III, pp. 342-343.

<sup>638</sup> António Reis - «Delgado, Humberto» in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*. [S.l.]: Publicações Alfa, 1990, vol 1, p. 184.

<sup>639</sup> Anexo G – placas memorativas, foto nº 34.

## ANEXO E Questionário

Sou aluna da Universidade Aberta, do **Curso de Mestrado em Estudos do Património**. Encontro-me a fazer um estudo sobre o conhecimento que a população possuiu da Toponímia, ou seja, os nomes atribuídos às ruas, largos, travessas, etc., da cidade da Guarda.

Venho pedir a sua colaboração para responder a este questionário, que agradeço desde já. As suas respostas são importantes, por isso peço que não procure informar-se para responder e que responda com toda a sinceridade. **Não deixe nenhuma questão por responder, apenas a questão III 4. é opcional.**

**Este inquérito é anónimo.**

### I

1. **Idade:** \_\_\_\_\_ anos

2. **Sexo:**

1. Masculino

2. Feminino

3. **Escolaridade:**

1. 4ª classe

2. 6º ano

3. 9º ano

4. 12º ano/secundário

5. ensino superior

6. outra: \_\_\_\_\_

4. **Naturalidade:**

1. Guarda

2. Concelho da Guarda

3. outra

5. **Anos de residência na cidade da Guarda:** \_\_\_\_\_ anos

### II

*Assinale com  a quadrícula que corresponde, em seu entender, à resposta correcta:*

1. **Qual a designação do Largo onde se situa a Sé Catedral?**

1. Praça da Sé

2. Praça Velha

3. Praça Luís de Camões

4. Largo da Sé

5. Outro: \_\_\_\_\_

2. **Qual a figura histórica homenageada na denominação do Largo em frente da Igreja da Misericórdia?**

1. General Pinto Monteiro

2. General João de Almeida

3. Tenente Valadim

4. General Humberto Delgado

5. Nenhuma

**3. A que poeta da Guarda é dedicado o monumento situado no Largo de São João?**

1. Nuno de Montemor
2. José Augusto de Castro
3. Augusto Gil
4. Júlio Ribeiro
5. Outro: \_\_\_\_\_

*Assinale com  as quadrículas que correspondem, em seu entender, às respostas correctas:*

**4. A toponímia homenageia alguns médicos ligados ao tratamento da tuberculose. Quais os nomes das ruas que correspondem aos desses médicos?**

1. Rua Dr. Lopo de Carvalho
2. Rua Dr. Martins das Neves
3. Largo Dr. Amândio Paúl
4. Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos
5. Rua Dr. Sousa Martins

**5. Quais os topónimos seguintes são de elementos do clero local?**

1. Rua Dr. Francisco dos Prazeres
2. Rua Dr. Alberto Diniz da Fonseca
3. Largo D. Miguel de Alarcão
4. Rua D. José Alves Matoso
5. Rua D. Manuel Vieira de Matos

**6. Quais os topónimos seguintes recordam figuras da História Local?**

1. Rua General Póvoas
2. Rua Rui de Pina
3. Rua Dona Palmira Dinis da Fonseca
4. Rua Dr. Vasco Borges
5. Rua Coronel Orlindo de Carvalho
6. Largo Teles de Vasconcelos
7. Rua Bernardo Xavier Freire
8. Rua Manuel de Arriaga
9. Rua Balha e Melo
10. Largo Frei Pedro

*Indique na coluna B o número correspondente:*

**7. Qual foi a denominação toponímica anterior?**

**COLUNA A**

1. Largo de S. Pedro
2. Rua 31 de Janeiro
3. Rua Dr. Francisco de Passos
4. Rua de São Vicente
5. Travessa do Povo
6. Rua Soeiro Viegas
7. Rua de D. Dinis
8. Rua General Póvoas
9. Rua D. Miguel de Alarcão
10. Rua Dr. António Júlio

**COLUNA B**

- Rua Dr. Miguel Bombarda
- Rua Almirante Cândido dos Reis
- Largo Dr. Sobral
- Rua D. Luís I
- Rua do Teatro
- Rua de 1820
- Travessa de El-Rei
- Rua do Asilo D. Maria Pia
- Travessa da Estrela
- Rua Direita

**III**

*Se pudesse efectuar sugestões à Comissão de Toponímia da Câmara Municipal da Guarda, seleccione as que apresentaria assinalando com ☒ a quadrícula correspondente:*

**1. As placas com os nomes de ruas:**

1. Também devem indicar as denominações anteriores
2. Devem indicar apenas a denominação actual
3. Não têm utilidade

**2. As personalidades homenageadas pela toponímia devem pertencer:**

1. À comunidade local
2. Ao âmbito nacional
3. Ao âmbito internacional
4. Não importa o âmbito geográfico

**3. As personalidades homenageadas devem pertencer a qual categoria?**

1. Figuras públicas (tempo presente)
2. Figuras públicas (tempo passado)
3. Figuras populares (tempo presente)
4. Figuras populares (tempo passado)
5. Não devem ser homenageadas personalidades

OPCIONAL

**4. Indique personalidades esquecidas que deviam ser homenageadas no futuro:**

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_

**FIM**

Obrigada pela sua colaboração,  
Maria José Santos Neto.

## ANEXO E

### Questionário e respectivas respostas

Sou aluna da Universidade Aberta, do **Curso de Mestrado em Estudos do Património**. Encontro-me a fazer um estudo sobre o conhecimento que a população possuiu da Toponímia, ou seja, os nomes atribuídos às ruas, largos, travessas, etc., da cidade da Guarda.

Venho pedir a sua colaboração para responder a este questionário, que agradeço desde já. As suas respostas são importantes, por isso peço que não procure informar-se para responder e que responda com toda a sinceridade. **Não deixe nenhuma questão por responder, apenas a questão III 4. é opcional.**

**Este inquérito é anónimo.**

#### I

1. **Idade:** \_\_\_\_\_ anos

2. **Sexo:**

1. Masculino

2. Feminino

3. **Escolaridade:**

1. 4<sup>a</sup> classe

2. 6<sup>o</sup> ano

3. 9<sup>o</sup> ano

4. 12<sup>o</sup> ano/secundário

5. ensino superior

6. outra: \_\_\_\_\_

4. **Naturalidade:**

1. Guarda

2. Concelho da Guarda

3. outro

5. **Anos de residência na cidade da Guarda:** \_\_\_\_\_ anos

#### II

*Assinale com  a quadrícula que corresponde, em seu entender, à resposta correcta:*

1. **Qual a designação do Largo onde se situa a Sé Catedral?**

1. Praça da Sé

2. Praça Velha

3. Praça Luís de Camões

4. Largo da Sé

5. Outro: \_\_\_\_\_

2. **Qual a figura histórica homenageada na denominação do Largo em frente da Igreja da Misericórdia?**

1. General Pinto Monteiro

2. General João de Almeida

3. Tenente Valadim

4. General Humberto Delgado

5. Nenhuma

**3. A que poeta da Guarda é dedicado o monumento situado no Largo de São João?**

1. Nuno de Montemor
2. José Augusto de Castro
3. Augusto Gil
4. Júlio Ribeiro
5. Outro: \_\_\_\_\_

*Assinale com  as quadrículas que correspondem, em seu entender, às respostas correctas:*

**4. A toponímia homenageia alguns médicos ligados ao tratamento da tuberculose. Onde se localizam os nomes desses médicos?**

1. Rua Dr. Lopo de Carvalho
2. Rua Dr. Martins das Neves
3. Largo Dr. Amândio Paúl
4. Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos
5. Rua Dr. Sousa Martins

**5. Quais, dos topónimos seguintes, são elementos do clero local homenageados pela toponímia?**

1. Rua Dr. Francisco dos Prazeres
2. Rua Dr. Alberto Diniz da Fonseca
3. Largo D. Miguel de Alarcão
4. Rua D. José Alves Matoso
5. Rua D. Manuel Vieira de Matos

**6. Quais, dos topónimos seguintes, recordam figuras da História Local:**

1. Rua General Póvoas
2. Rua Rui de Pina
3. Rua Dona Palmira Dinis da Fonseca
4. Rua Dr. Vasco Borges
5. Rua Coronel Orlindo de Carvalho
6. Largo Teles de Vasconcelos
7. Rua Bernardo Xavier Freire
8. Rua Manuel de Arriaga
9. Rua Balha e Melo
10. Largo Frei Pedro

*Indique na coluna B o número correspondente:*

**7. Qual foi a denominação toponímica anterior?**

**COLUNA A**

1. Largo de S. Pedro
2. Rua 31 de Janeiro
3. Rua Dr. Francisco de Passos
4. Rua de São Vicente
5. Travessa do Povo
6. Rua Soeiro Viegas
7. Rua de D. Dinis
8. Rua General Póvoas
9. Largo Paço do Biu
10. Rua Dr. António Júlio

**COLUNA B**

- ④ Rua Dr. Miguel Bombarda
- ⑨ Largo 28 de Janeiro
- ① Largo Dr. Sobral
- ② Rua D. Luís I
- ⑦ Rua do Teatro
- ⑧ Rua de 1820
- ⑤ Travessa de El-Rei
- ⑥ Rua do Asilo D. Maria Pia
- ⑩ Travessa da Estrela
- ③ Rua Direita

**III**

*Se pudesse efectuar sugestões à Comissão de Toponímia da Câmara Municipal da Guarda, seleccione as que apresentaria assinalando com  a quadrícula correspondente:*

**1. As placas com os nomes de ruas:**

1. Também devem indicar as denominações anteriores
2. Devem indicar apenas a denominação actual
3. Não têm utilidade

**2. As personalidades homenageadas pela toponímia devem pertencer:**

1. À comunidade local
2. Ao âmbito nacional
3. Ao âmbito internacional
4. Não importa o âmbito geográfico

**3. As personalidades homenageadas devem pertencer a qual categoria?**

1. Figuras públicas (tempo presente)
2. Figuras públicas (tempo passado)
3. Figuras populares (tempo presente)
4. Figuras populares (tempo passado)
5. Não devem ser homenageadas personalidades

OPCIONAL

**4. Indique personalidades esquecidas que deviam ser homenageadas no futuro:**

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_

**FIM**

## ANEXO E

## Caracterização da amostragem - respostas ao Grupo II

- Respostas considerando as variáveis idade - sexo

Questões	Idade Sexo	< 19		Total	20-29		Total	30-39		Total	40-49		Total	50-59		Total	60-69		Total	%	
		F	M		F	M		F	M		F	M		F	M		F	M			
1.	1				1		1												1	2	
	2	2	2	4	1		1	5	2	7	2	3	5	2	2	4	1		1	22	44
	③		1	1	1	1	2				7		7	3	8	11	1	3	4	25	50
	4				1		1								1	1				2	4
	5																				
2.	1		2	2							1		1					1	1	4	8
	②	1		1	1		1	2	2	4	7	1	8	3	10	13	2	1	3	30	60
	3	1		1	1		1													2	4
	4		1	1	1	1	2	1		1	1	1	2		1	1				7	14
	5				1		1	2		2		1	1	2		2		1	1	7	14
3.	1							1		1	1		1							2	4
	2				1		1							2	2					3	6
	③	2	3	5	3	1	4	4	2	6	8	3	11	5	9	14	2	3	5	45	90
	4																				
	5																				
4.	①				1	1	2	1	2	3	6	2	8	4	8	12	2	2	4	29	58
	2	1		1	1		1	1	1	2	1		1		3	3				8	16
	③											1	1	2	2	4				5	10
	④	2	3	5	1		1	2		2	3		3		4	4	2	2	4	19	38
	⑤	1		1	4		4	3	2	5	8	3	11	4	8	12	2	3	5	38	76
5.	①	2		2	1	1	2		1	1	3	2	5	2	3	5	1	1	2	17	34
	2		2	2				1		1	3	1	4	1		1	1	1	2	10	20
	3		1	1				3	1	4	3		3	2	3	5	1		1	14	28
	④				1		1				6	1	7	2	9	11	1	2	3	22	44
	⑤	1		1	4		4	2	1	3	5	1	6	2	10	12		1	1	27	54

Questões	Idade Sexo	< 19		Total	20-29		Total	30-39		Total	40-49		Total	50-59		Total	60-69		Total	%	
		F	M		F	M		F	M		F	M		F	M						
6.	①	1	1	2				1	1	2	3	1	4	3	5	8	1	1	2	18	36
	②	1		1	2		2		1	1	7	2	9	5	8	13	1	2	3	29	58
	③				1		1	2	1	3	6	1	7	3	9	12	2		2	25	50
	4	1		1	2		2		1	1	2	1	3	1	2	3	1		1	11	22
	⑤				1		1	2	1	3	6	2	8	2	5	7	1	3	4	23	46
	⑥	2		2	3		3	1	2	3	4	1	5		4	4	1		1	18	36
	⑦		1	1				1		1	1	1	2		4	4				8	16
	8				2	1	3	2	1	3	3		3	2	1	3				12	24
	⑨		1	1								1	1		3	3		1	1	6	12
	⑩		1	1	3	1	4	2	2	4	3		3	1	4	5	1	2	3	20	40
7.	1 - ④									1		1		1	1				2	4	
	2 - ⑨		1	1						5		5							7	14	
	3 - ①	1		1	2	1	3	2	1	3	6	1	7	1	6	7		2	2	23	46
	4 - ②							1		1	6		6	2	3	5	1	2	3	15	30
	5 - ⑦				1		1	1	1	2					2	2		1	1	6	12
	6 - ⑧				1		1				2		2	1		1				4	8
	7 - ⑤	1		1	2	1	3	1	1	2					3	3				9	18
	8 - ⑥							1		1	3	1	4		3	3		1	1	9	18
	9 - ⑩		1	1	1		1	1	1	2	2	1	3	1	2	3		2	2	12	24
10 - ③										4	1	5	1	5	6	1	2	3	14	28	

Nota: na questão 7 a numeração da coluna da esquerda corresponde à coluna A e a numeração da coluna da direita à ordenação da coluna B.

**- Itens não preenchidos na questão 7**

Nº de vezes	Idade < 19		Total	Idade 20-29		Total	Idade 30-39		Total	Idade 40-49		Total	Idade 50-59		Total	Idade 60-69		Total	%
	F	M		F	M		F	M		F	M		F	M		F	M		
1																			
2													1	<b>1</b>				<b>1</b>	<b>2</b>
3										1	<b>1</b>							<b>1</b>	<b>2</b>
4													1	<b>1</b>		2	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>6</b>
5										1	<b>1</b>							<b>1</b>	<b>2</b>
6											1	<b>1</b>	1	2	<b>3</b>			<b>4</b>	<b>8</b>
7													1	1	<b>2</b>			<b>2</b>	<b>4</b>
8								1	<b>1</b>				1		<b>1</b>	1	1	<b>2</b>	<b>4</b>
9							1		<b>1</b>	1		<b>1</b>		1	<b>1</b>			<b>3</b>	<b>6</b>
10				1		<b>1</b>	1		<b>1</b>		1	<b>1</b>	2	3	<b>5</b>	1		<b>1</b>	<b>9</b>

## - Respostas considerando as variáveis idade – escolaridade

Idade Escolar.	< 19	20 - 29					Total	30 - 39					Total	40 - 49					Total	50 - 59					Total	60 - 69					Total	Total	%
		6º	4ª	6º	9º	12º		Sup.	4ª	6º	9º	12º		Sup.	4ª	6º	9º	12º		Sup.	4ª	6º	9º	12º		Sup.	4ª	6º	9º	12º			
1.	1				1		1																								1	2	
	2	4			1		1	1		2	2	2	7	1			2	2	5				2	2	4				1	1	22	44	
	③	1				1	1	2								6	1	7			1	7	3	11	1		1	2		4	25	50	
	4				1		1														1										2	4	
	5																																
2.	1	2															1		1										1	4	8		
	②	1					1	1	1	1	1	4				5	3	8	1		1	8	3	13	1		1		1	3	30	60	
	3	1			1		1																							2	4		
	4	1				2		2		1	1	1	1	1			1		2			1		1						7	14		
	5				1		1			1	1		2				1		1			2	2					1	1	7	14		
3.	1									1	1					1		1											2	4			
	2				1		1													1		1		2					3	6			
	③	5			1	2	1	4	1		2	2	1	6	1		7	3	11				9	5	14	1		1	2	1	5	45	90
	4																																
	5																																
4.	①				1	1	2			1		2	3				5	3	8			1	7	4	12			1	2	1	4	29	58
	2	1			1		1			1	1	2						1	1	1	1	3							8	16			
	③																	1	1			1	1	2	4					5	10		
	④	5			1		1			1	1		2	1			2		3			3	1	4			1	2	1	4	19	38	
	⑤				2	1	1	4	1		1	2	1	5			8	3	11			1	6	5	12	1		1	2	1	5	38	76
5.	①	2			1	1	2			1			1	1			3	1	5				2	3	5			1	1	2	17	34	
	2	2								1			1				2	2	4					1	1			1	1	2	10	20	
	3	2							1			1	2	4			3		3			1	4		5				1	1	14	28	
	④						1	1									4	3	7			1	6	4	11	1		1	1	3	22	44	
	⑤	1			2	1	1	4			1	2		3			4	2	6			1	7	3	12				1	1	27	54	

Idade Escolar.	< 19	20 - 29					Total	30 - 39					Total	40 - 49					Total	50 - 59					Total	60 - 69					Total	Total	%	
	6º	4ª	6º	9º	12º	Sup.		4ª	6º	9º	12º	Sup.		4ª	6º	9º	12º	Sup.		4ª	6º	9º	12º	Sup.		4ª	6º	9º	12º	Sup.				
6.	①	2								1	1	2				3	1	4				6	2	8	1		1		2	18	36			
	②	1			1		1	2			1	1				6	3	9				1	8	4	13			2	1	3	29	58		
	③						1	1			1	1	1	3			5	2	7				1	6	5	12			1	1	2	25	50	
	4	1			1		1	2				1	1		1	1	2		3			1		2	3				1	1	11	22		
	⑤						1	1			1	1	1	3	1		5	2	8				1	3	3	7	1			2	1	4	23	46
	⑥	2			1	1	1	3			1	1	1	3			5		5				4			4			1	1	18	36		
	⑦	1									1			1			1	1	2			1	2	1	4						8	16		
	8				1	2		3			1	1	1	3			3		3				2	1	3						12	24		
	⑨	1																1	1	1				2	3				1	1	6	12		
	⑩	1			2	1	1	4	1		1		2	4	1		2		3			1	2	2	5	1			1	1	3	20	40	
7.	1 - ④															1		1	1											2	4			
	2 - ⑨	1								1		1				4	1	5												7	14			
	3 - ①	1			1	2		3			2	1	3			5	2	7				4	3	7				2	2	23	46			
	4 - ②									1		1				4	2	6	1			3	1	5			1	2	3	15	30			
	5 - ⑦				1			1			1	1	2									1	1	2				1	1	6	12			
	6 - ⑧						1	1								2		2				1		1						4	8			
	7 - ⑤	1			1	2		3			1	1	2									2	1	3						9	18			
	8 - ⑥										1		1	1	1	1	2	4				2	1	3				1	1	9	18			
	9 - ⑩	1			1			1			1	1	2				3		3			2	1	3	1			1	2	12	24			
	10 - ③																3	2	5				5	1	6	1		1	1	3	14	28		

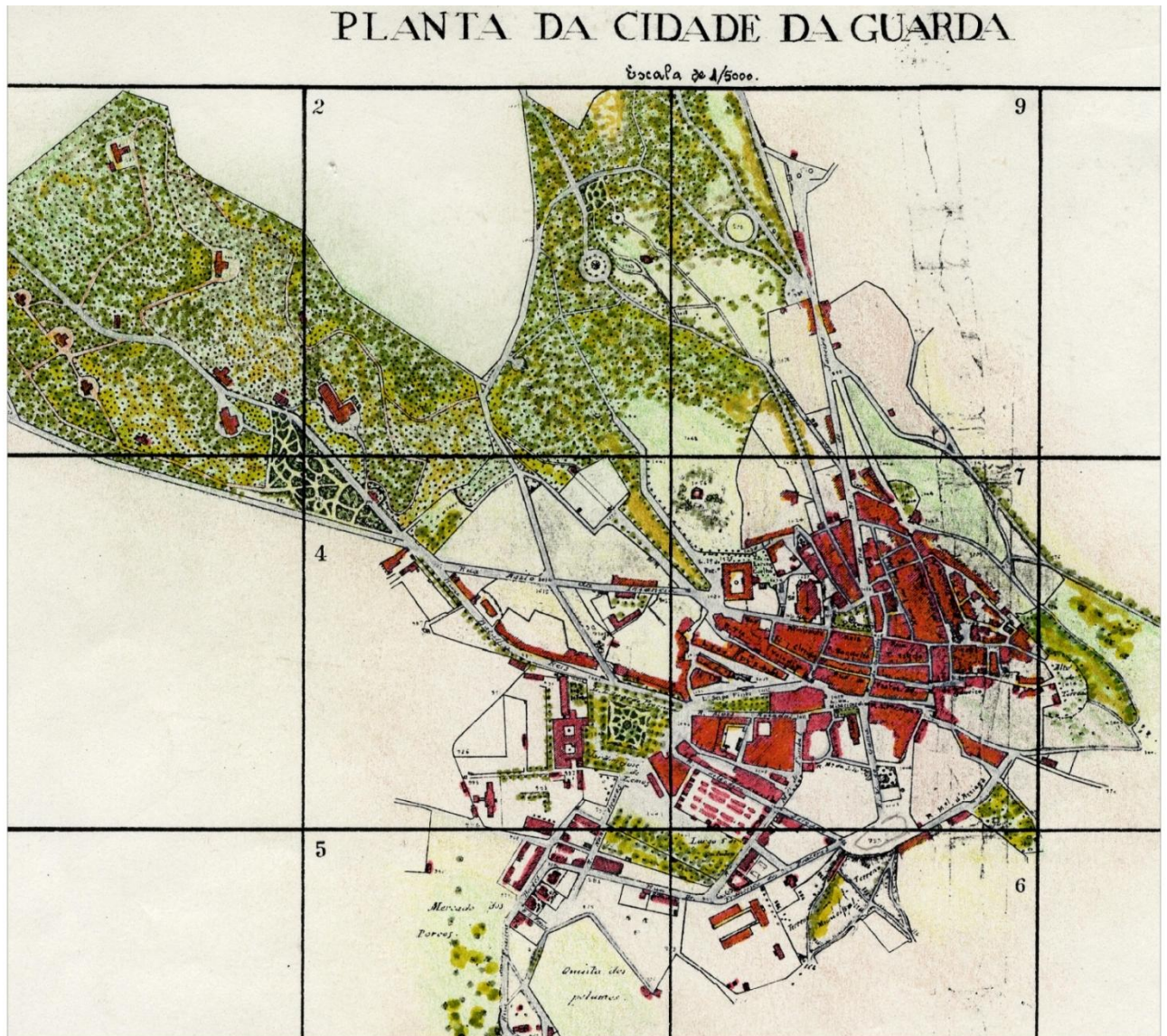
Nota: na questão 7 a numeração da coluna da esquerda corresponde à coluna A e a numeração da coluna da direita à ordenação da coluna B.



Naturalidade	Anos	Guarda							Total	Concelho da Guarda							Total	Outra							Total	Total	%
		< 9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69		0	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69		0	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69			
6.	①		2			3			5		1		2	1			4		1	3	4	1			9	18	36
	②		1	2	1	5	1		10	1	2		3	1		1	8		1	3	5	1	1		11	29	58
	③			1		4	1		6	1	2		3	2			8		2	4	4	1			11	25	50
	4		1	2					3	1			1	1			3	1		2	2				5	11	22
	⑤			1	1	4			6	1	3		2	1		1	8	1	2	2	2	1	1		9	23	46
	⑥		2	3		3			8	1	2		1				4		1	3	1	1			6	18	36
	⑦		1			2			3	1	2		1				4				1				1	8	16
	8			2	1				3	1	2						3		1	3	2				6	12	24
	⑨		1			1			2	1	1					1	3			1					1	6	12
	⑩		1	3	1	1			6	1	1		3				5	1	1	2	3	1	1		9	20	40
7.	1 - ④								1							1		1						1	2	4	
	2 - ⑨		1			2			3	1	1		1			3		1						1	7	14	
	3 - ①		1	2		4	1		8		3		2			6		2	4	1	1	1		9	23	46	
	4 - ②				1	3	1		5	1	1		2	1		6		1	1	1		1		4	15	30	
	5 - ⑦			1		1	1		3		1					2			1					1	6	12	
	6 - ⑧			1		1			2				1			1				1				1	4	8	
	7 - ⑤		1	2		1	1		5		1					1			2		1			3	9	18	
	8 - ⑥					2	1		3		2		1			4	1		1					2	9	18	
	9 - ⑩		1	1		3			5		1		1	1		4			2	1				3	12	24	
	10 - ③					3	2		5		1		2	1		5		1	1	1	1	1			4	14	28

Nota: na questão 7 a numeração da coluna da esquerda corresponde à coluna A e a numeração da coluna da direita à ordenação da coluna B.

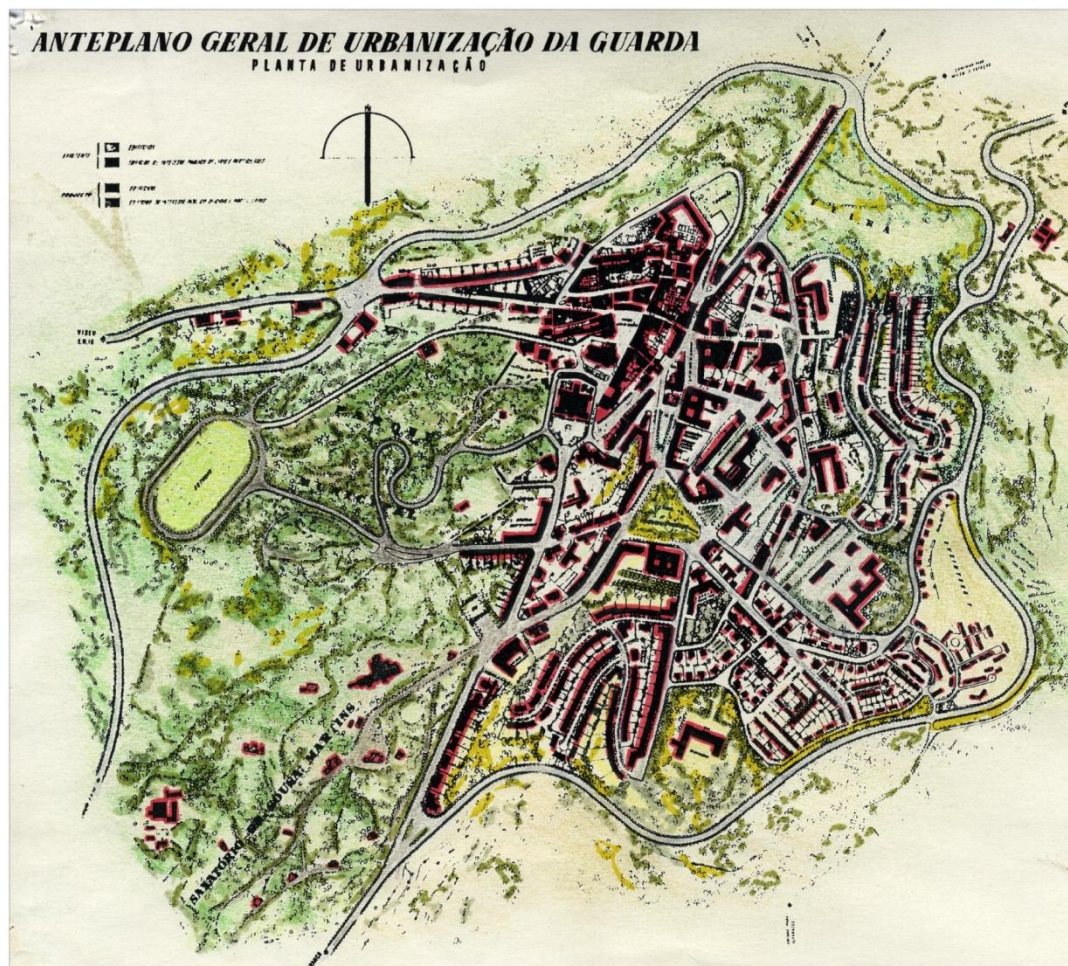
**ANEXO F**  
**Planta da cidade de 1925**



# PLANTA CIDADE DA GUARDA - 1925

Propriedade: Câmara Municipal da Guarda.

**ANEXO F**  
**Planta da cidade de 1949**



**PLANTA CIDADE DA GUARDA - 1949**

Propriedade: Câmara Municipal da Guarda.

## ANEXO G Registos fotográficos

### - ESCULTURA URBANA



#### Legenda:

- 1 – Monumento ao Dr. Sousa Martins, Sanatório, 2011.
- 2 – Monumento ao Dr. Lopo de Carvalho, Sanatório, 2010.
- 3 – Monumento ao Dr. Lopo de Carvalho, Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra, 2011.
- 4 – Monumento ao Dr. Francisco dos Prazeres, Largo Serpa Pinto, 2010.
- 5 – Monumento a D. Sancho I, Praça Luís de Camões, 2011.



**Legenda:**

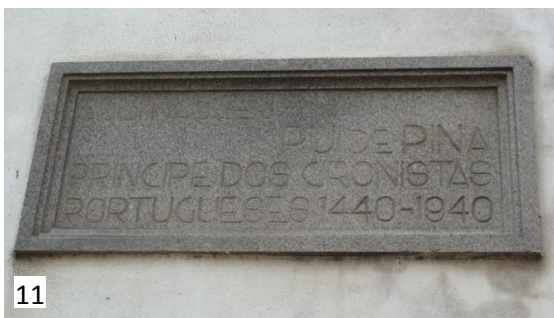
- 6 – Monumento a Augusto Gil (e pormenor), Largo de São João, 2010.
- 7 – Busto de Nuno de Montemor, Largo Salgado Zenha, 2011.
- 8 – Monumento aos Mortos da Grande Guerra, Jardim José de Lemos, 2010.
- 9 – Padrão do Duplo Centenário (1940), Rua Marquês de Pombal, 2010.
- 10 – Monumento a Monsenhor Alves Brás, Largo Monsenhor Joaquim Alves Brás, 2010.

## ANEXO G

### Registos fotográficos

#### - PLACAS MEMORATIVAS

#### Figuras da Literatura



#### Legenda:

- 11 – Rua Rui de Pina, 2010.
- 12 – Rua da Torre, 2010.
- 13 – Rua Augusto Gil, 2010.
- 14 – Rua Batalha Reis, 2010.
- 15 – Largo Frei Pedro da Guarda, 2010.
- 16 – Rua de D. Sancho I, 2011.

### Figuras das Ciências – medicina



### Figuras populares e beneméritos



#### Legenda:

- 17 e 18 – Rua Vasco da Gama, 2010.
- 19 – Largo Francisco Salgado Zenha, 2010.
- 20 – Rua da Torre, 2010.
- 21 – Largo Francisco Salgado Zenha, 2010.



**Legenda:**

- 22 a 27 - Rua Padre António Vieira e Rua Álvaro Gil Cabral, 2010.
- 28 - Rua D. Maria das Dores Sampaio, antiga Travessa da Misericórdia, 2010.
- 29 - Rua Rui de Pina, 2010.

**Religião**



30



31



32



33

**Figuras heróicas**



34



35

**Legenda:**

- 30 e 31 – Rua Pedro Álvares Cabral (escadaria que liga com a R. General Pinto Monteiro), 2010.
- 32 – Largo Frei Pedro da Guarda, 2010.
- 33 – Rua do Amparo, 2010.
- 34 – Jardim José de Lemos, 2010.
- 35 – Largo Francisco Salgado Zenha, 2010.



**Legenda:**

36 e 37 – Largo Francisco Salgado Zenha, 2010.

## ANEXO G Registos fotográficos

### - ESPAÇOS E VIAS PÚBLICAS - INTRAMUROS



#### Legenda:

- 38 e 39 – Praça Luís de Camões (antiga Praça Velha), 2011.  
40 – Rua Direita, extremo Norte (junto ao Largo do Torreão), 2011.  
41 – Largo do Paço do Biu (antigo Largo do Conde da Guarda, e Largo 28 de Janeiro), 2011.  
42 – Rua General Póvoas (antiga Rua 1820) – do lado direito, 2011.  
43 – Rua 31 de Janeiro (antiga Rua D. Luís I), 2010.

**- ESPAÇOS E VIAS PÚBLICAS – FORA DA MURALHA**



**Legenda:**

- 44 – Rua Soeiro Viegas (antiga Rua do Asilo, e Rua Engenheiro Saraiva e Sousa), 2010.
- 45 – Largo João de Deus (parte do Largo dos Correios), 2011.
- 46 – Rua Alves Roçadas (antiga Rua do Paço do Bispo) 2011.
- 47 – Rua Marquês de Pombal, 2010.
- 48 – Rua Vasco da Gama, 2011.
- 49 – Largo de São Pedro (antigo Largo de Santo António e Largo Dr. Sobral) e Rua Camilo Castelo Branco (antiga Rua Formosa, e Rua Conselheiro José Cavalheiro), 2011.

## ANEXO G

### Registos fotográficos

#### - ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS, NOTICIÁRIO E EDITAL

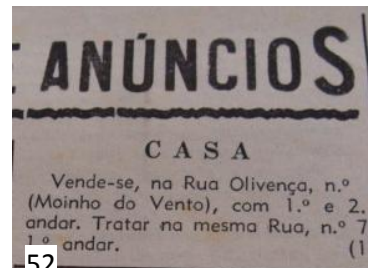
#### Anúncios publicitários



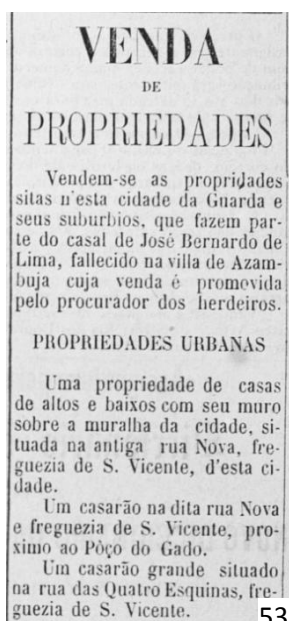
50



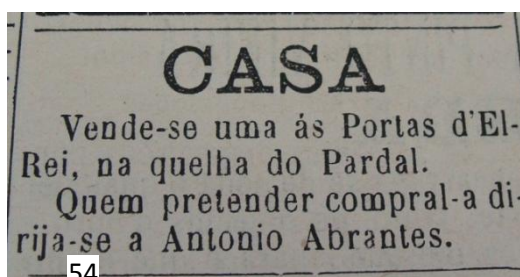
51



52



53



54



55

#### Legenda:

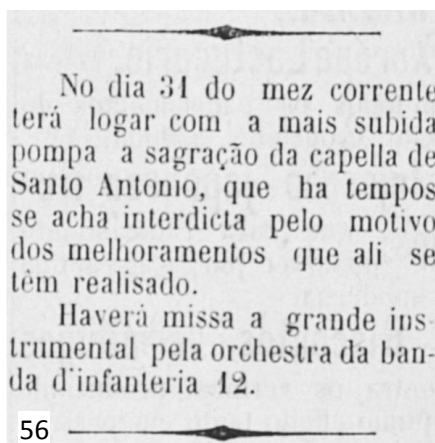
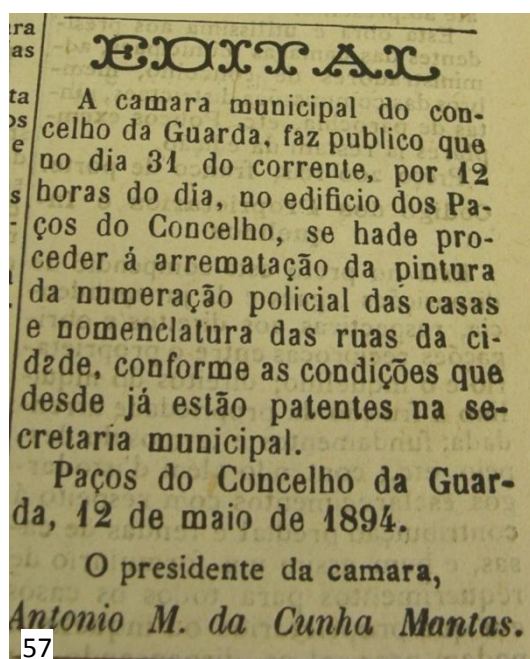
50 – Jornal *Districto da Guarda*, n.º 864 de 23/09/1894.

51 e 52 – Jornal *Districto da Guarda*, n.º 868 de 21/10/1894.

53 – Jornal *Districto da Guarda*, n.º 324 de 28/05/1884.

54 – Jornal *Districto da Guarda*, n.º 892 de 7/04/1895.

55 – Revista *Terras de Portugal*. Edição Especial para a Comissão de Turismo da Guarda, 1934.

**Noticiário – Sagração da Capela de Santo António (1884)****Edital para efeitos de pintura da nomenclatura das ruas da cidade****Legenda:**

56 – Jornal *Districto da Guarda*, nº 324 de 28/05/1884.

57 – Jornal *Districto da Guarda*, nº 845 de 13/05/1895.